

DISCUSSÕES DE  
CIDADANIA

RENAN CALHEIROS

# DISCUSSÕES DE CIDADANIA





SENADO FEDERAL

Senador **RENAN CALHEIROS**

# DISCUSSÕES DE CIDADANIA

BRASÍLIA – 2008

# **DISCUSSÕES DE CIDADANIA**

Copyright 2008 by Renan Calheiros

## **Coordenação Editorial**

Luiz Francisco Terra Júnior

Alexandre Ramos Verano

Francisco Tonu da Costa Júnior

## **Revisão**

Mariana Reino

## **Capa**

Vanessa Peixoto Cavalcante

## **Fotos**

Arquivos do Senado Federal

Calheiros, Renan.

Discussões de cidadania / Renan Calheiros. –  
Brasília : Senado Federal, 2008.

572p. : il.

1. Discurso parlamentar. 2. Calheiros, Renan,  
atuação parlamentar. I. Título.

CDD 320.08

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	13
<b>DISCURSOS</b> .....	15
Visita do Presidente da Argentina .....	17
Homenagem ao Ministro Carlos Velloso .....	21
Universidade Federal de Alagoas – UFAL .....	23
50 anos da posse de JK .....	26
Nova sede do TST .....	29
10 anos da TV Senado .....	32
Projeto de reforma cambial .....	35
Promulgação da Emenda Constitucional nº 49/2006 .....	38
Homenagem à memória de Dorothy Stang .....	40
O Congresso e as reformas .....	42
Um dia histórico para o Congresso .....	47
Abertura dos trabalhos legislativos/2006 .....	49
Saudação ao Presidente Lula .....	55
Lançamento do livro <i>Palavra de Presidente</i> .....	59
Homenagem à Mulher .....	62
Viagem ao Chile .....	66

	<b>Pág.</b>
Campanha de Valorização da Pessoa com Deficiência .....	69
XIV Convenção dos Corregedores .....	72
Homenagem a Ramez Tebet .....	77
Comemoração dos 84 anos do PCdoB .....	79
PMDB 40 anos .....	82
Campanha da Fraternidade da CNBB .....	90
Agenda Legislativa da Indústria .....	92
Homenagem ao Ministro Nelson Jobim .....	96
1º Censo do Legislativo .....	98
Visita da Presidenta Michelle Bachelet – Chile .....	100
Comenda João Havelange .....	104
Marcha em defesa dos municípios .....	107
XVI Reunião Regional da OIT .....	111
“Operação Arbiter” .....	113
Lançamento do livro <i>Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho</i> .....	116
Visita do Presidente Jacques Chirac .....	118
Comenda Teotônio Vilela .....	122
Fecomércio .....	125
TV Alagoas – via satélite .....	129
Convênio entre o Senado e a Fiesp .....	131
Lembrando Leonel Brizola .....	134
Homenagem a Ivo Pitanguy .....	136
Pré-estréia do filme Zuzu Angel .....	139
Lançamento do livro <i>Reforma Política no Brasil</i> .....	141
Morte do ex-Presidente do Senado, Moacyr Dalla .....	145

	<b>Pág.</b>
30 anos sem JK .....	147
D. Luciano Mendes e anistia .....	149
Dia do Corretor de Imóveis .....	151
Lei Geral das Pequenas e Microempresas .....	153
IV Encontro anual da Ajufer .....	155
Colar do Mérito Ministro Victor Nunes Leal .....	159
Visita do Presidente Alan García – Peru .....	162
Morte de Ramez Tebet .....	167
TV Senado em Salvador .....	172
Posse da diretoria da CNI .....	177
Seminário do TCU .....	181
O STF e as CPIs .....	186
Posse do Presidente da República .....	189
Ministério Público de Alagoas .....	193
Apresentando a candidatura .....	196
Pronunciamento de posse .....	202
Abertura dos trabalhos legislativos .....	205
Dia Internacional da Mulher .....	208
Lançamento do livro de Pedro Simon .....	212
Repúdio à violência em Alagoas .....	214
25 anos do Programa Antártico Brasileiro .....	218
Discutir o PAC .....	220
Instalação de canais abertos da TV Senado .....	222
Inauguração do Espaço do Parlamentar .....	225
Dia do Bibliotecário .....	228



	<b>Pág.</b>
Síndrome de Down .....	231
Campanha “Aprendendo com as Diferenças” .....	234
Dia Internacional de Luta: Discriminação Racial .....	238
Recordando Darcy Ribeiro .....	241
Indústria Brasileira: Orgulho Nacional .....	244
85 anos do Partido Comunista do Brasil .....	248
Convênio ILB e Interlegis .....	251
Inauguração da TV Senado em João Pessoa .....	254
Posse das diretorias da Febraban e CNF .....	257
Marcha em defesa dos municípios .....	261
10º Encontro Nacional de Prefeitos em Brasília .....	264
Aniversário de Brasília .....	268
Sessão Especial do Dia do Exército .....	270
Homenagem a Octávio Frias de Oliveira .....	273
Encontro Nacional de Corregedores de Justiça .....	275
Abertura do Parlamento do Mercosul .....	278
Debates sobre TV pública .....	283
Seminário Direito e Economia no Legislativo .....	287
40 anos da Suframa .....	290
Acessibilidade das pessoas com deficiência .....	293
Portal de Orçamento do Senado Federal .....	295
<b>ARTIGOS</b> .....	<b>299</b>
Um ano promissor .....	301
Sol, dólares e empregos .....	303

	<b>Pág.</b>
Aposta no álcool .....	306
A caminho da igualdade .....	309
Uma política para o mínimo .....	311
Limite necessário .....	313
Uma convocação de resultados .....	316
Timemania é um golaço .....	319
Carnaval, turismo e desenvolvimento .....	321
Golpe na informalidade .....	323
Força da mulher .....	325
Aposta na cidadania .....	327
40 anos de PMDB .....	329
O exemplo chileno .....	331
Tempo de crescimento .....	334
Radiografia do Legislativo .....	336
O caminho da negociação .....	338
Eleições mais transparentes .....	340
Compromisso com os municípios .....	342
Produção legislativa em alta .....	344
Orçamento à prova de fraude .....	346
De olho no crime organizado .....	348
Álcool: produção estratégica .....	350
O mundo da Copa .....	352
Ataque à democracia .....	354
Dívidas renegociadas .....	356
Parceria bem-vinda .....	358

	<b>Pág.</b>
Nunca mais .....	360
Missão cumprida .....	362
Saneamento para todos .....	364
Os nós da Segurança Pública .....	366
Um basta à agressão doméstica .....	368
As lições de Zuzu Angel .....	370
A força do orçamento impositivo .....	372
A urgência da reforma política .....	375
Uma questão de Estado .....	377
O peso da construção civil .....	379
Os 27 anos da anistia .....	381
Crimes modernos .....	383
Aposta na pequena empresa .....	385
Novo fôlego para o futebol .....	387
A vez da melhor idade .....	389
PMDB: força renovada .....	391
Uma tragédia não anunciada .....	393
O exemplo de Bangladesh .....	395
O próximo capítulo .....	397
Os desafios já começaram .....	399
Partida para o crescimento .....	401
O tamanho do desafio .....	403
Zumbi e a luta pela cidadania .....	405
Exemplo de acessibilidade e inclusão .....	407
Maior transparência .....	409

	<b>Pág.</b>
Súmula desejável .....	411
Depois da tempestade .....	413
Esperanças redobradas .....	415
PAN, vestibular para a Copa do Mundo .....	417
Compromisso com o Brasil .....	419
O desafio do crescimento .....	421
Uma grande chance .....	423
O avanço da pirataria industrial .....	425
Temperatura máxima .....	427
Chega de impunidade .....	429
Compromisso pelos Direitos Humanos .....	431
O exemplo de Frei Galvão .....	433
Pé atrás e olhos bem abertos .....	435
A gota que faltava .....	437
Gol contra o preconceito .....	439
Professor valorizado, educação multiplicada .....	441
Amazônia ameaçada .....	443
O poder dos municípios .....	445
Um diagnóstico da violência .....	447
Aposta na educação .....	450
A Copa do Mundo será nossa .....	452
O poder da fé .....	454
Prioridade para a segurança .....	456
A chave para o desenvolvimento sustentável .....	458
Menos discursos, mais ação .....	460

	<b>Pág.</b>
Alerta verde .....	462
O Direito à infância .....	464
Liberdade e ética .....	466
Mais exportação, menos desigualdade .....	468
Um alívio necessário .....	470
PAN e Cristo, que maravilha! .....	472
Política com “P” maiúsculo .....	474
Sim, nós temos banana! .....	476
ACM: paixão pela política .....	478
Perdemos o bonde .....	480
Fôlego novo para os municípios .....	482
Turismo sem fronteiras .....	484
A boa receita da inclusão .....	486
Respeito ao passado para construir o futuro .....	488
Mais paz, menos violência .....	490
Confirmado: a Copa é nossa .....	492
Agora, a reforma tributária .....	494
A herança da escravidão .....	496
Deus é brasileiro .....	499
Paz e amor .....	501
Missão cumprida .....	503
Bola pra frente .....	505
<b>CADERNO DE FOTOS</b> .....	<b>507</b>

## APRESENTAÇÃO

Iniciar um período de trabalho é sempre uma tarefa revigorante. Planejar, estabelecer metas, imaginar a concretização de ideais, tudo isto não deixa de ser um sonho que se sonha com os olhos bem abertos.

Hoje não é diferente. Mas, para alcançar novos projetos, não podemos deixar de analisar o que passou, de lembrar nossas batalhas, festejar nossas vitórias e meditar sobre as diferentes realidades que todos nós vivemos.

Mais uma vez deixo à consideração dos meus amigos, dos meus conterrâneos, de todos aqueles que – comigo – partilharam propostas, projetos e muita, muita vontade de acertar e de construir um pouco do que vivemos nos últimos tempos.

Aqui estão alguns dos pronunciamentos mais destacados que fiz no plenário do Senado Federal, em honrosas tribunas que freqüentei, em escolas, em repartições oficiais, nas praças públicas, em todo canto em que fui chamado a opinar sobre a realidade nacional e a agenda dos nossos dias.

Também constam da presente publicação alguns dos artigos que semanalmente muitos dos jornais regionais do nosso Brasil publicam, como a refletir em diversos rincões do País as preocupações e os objetivos que sempre nortearam nossa atividade parlamentar.

Aproveito este espaço para relembra que fui o relator do Projeto Bolsa Família. O Projeto, hoje, alcança mais de 11,1 milhões de famílias em todo o País, ajuda a redução da extrema pobreza e contri-

bui decisivamente para a melhoria da situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. Só em Alagoas já são quase 400 mil famílias beneficiadas, que recebem milhões de reais, ajudando a minorar o sofrimento.

Falei e escrevi um pouco de tudo que julguei relevante, e que hoje passo à consideração de sua leitura atenta: tratamos de futebol e carnaval, de açúcar e coco, de energia e transportes, de exportações e turismo, de menores e de idosos, de deficientes, de reais e de dólares, de estrangeiros e brasileiros, de política partidária, de câmbio, etc... Mas, substancialmente, de gente, de brasileiros e brasileiras que conosco convivem, com suas alegrias e suas tristezas, e que conosco comungam seu maior ideal: o de sonhar com um mundo mais justo, mais humano, carregado de verdades e distante das falsidades, das mentiras e das leviandades que, vez por outra, tentam amesquinhar e nublar a trajetória dos Homens.

Espero sua leitura crítica, o seu comentário. Vamos continuar a interagir, como sempre fizemos. Se tenho os olhos bem abertos para a realidade nacional é porque nunca deixei de estar com os olhos muito abertos para aqueles que me fizeram chegar onde cheguei: os representantes das Alagoas, a quem - garanto! - nunca traí nos seus ideais, nas esperanças e na confiança dos seus votos.

Com o abraço amigo do



Renan Calheiros

# DISCURSOS





## VISITA DO PRESIDENTE DA ARGENTINA

*Sessão de 18/1/2006*

Com grande satisfação pessoal e profundamente honrado, presidimos esta sessão solene em que o Congresso Nacional, a Casa da democracia brasileira, abre suas portas para receber o Presidente da nação argentina, Doutor Néstor Kirchner, amigo do Brasil.

Ao acolher o primeiro mandatário argentino, o Parlamento põe em relevo o compromisso inquebrantável, apoiado por toda a sociedade brasileira, com a aliança estratégica, que há duas décadas brasileiros e argentinos vêm buscando construir e fortificar.

Aliança que, ao longo dessas duas décadas, passou por altos e baixos, como é inevitável em todo projeto político de longo prazo.

Nossa aliança viveu momentos de euforia conjunta, quando a eliminação de barreiras nos fez descobrir nossas inúmeras complementaridades.

Mas também experimentou momentos de desalento, quando as crises financeiras da virada do século fizeram-nos sentir seus efeitos negativos sobre o comércio e sobre os investimentos de lado a lado.

A sucessão de crises, que afetou nossos projetos de desenvolvimento, arrefeceu o impulso integrador das relações brasileiro-argentinas.

Pagamos um preço amargo, no Brasil, com o aumento do desemprego e a interrupção do crescimento econômico.

Mais grave que quaisquer indicadores econômicos mensuráveis, vimos abalada nossa fé no futuro.

E, ao olhar para o nosso principal vizinho e parceiro, nos dávamos conta de que esses males que nos afligiam e vitimavam ainda mais dramaticamente o nobre povo argentino.

Multiplicaram-se, então, nos dois países, e também nas repúblicas irmãs do Paraguai e do Uruguai, os que faziam prognósticos sombrios sobre o futuro do Mercosul e do relacionamento especial entre Brasil e Argentina.

Senhor Presidente,

Nesta ocasião em que o Brasil recebe o principal responsável pela consolidação da recuperação da economia argentina, queremos assegurar-lhe, em nome do Congresso Nacional, que em nenhum momento, mesmo nos dias de maior descrença no aprofundamento de nossa aliança, esta Casa deixou de acreditar e apostar na justeza do caminho que Brasil e Argentina vinham seguindo desde os anos oitenta.

Confiamos sempre no caminho da integração, do entendimento, da superação das diferenças e da construção de um porvir alicerçado na comunhão de interesses.

Demonstramos nossa confiança sem alarde, mas com seriedade, pelo trabalho cotidiano das comissões encarregadas de fazer avançar o projeto integrador em seus mais diversos aspectos.

Demonstramos nossa confiança mediante a boa vontade e o denodo com que apoiamos e aprovamos os projetos bilaterais e do Mercosul submetidos ao exame do Legislativo.

Sempre entendemos que aprovar tais acordos não seria mera expressão de apoio ao Governo que os negociara e firmara.

Constituía, sim, comprometimento com uma política de Estado do Brasil, que está acima dos partidos e das pessoas que as circunstâncias encarregam de conduzir os destinos do País.

Demonstramos nossa confiança, quando a conjuntura era desfavorável ao projeto integrador, e continuamos a confiar agora, quando as duas nações, recuperadas, se permitem novamente encarar o futuro com otimismo e com renovado compromisso com o desenvolvimento econômico e social.

Senhor Presidente,

O Congresso Nacional tem acompanhando de perto, os esforços pelo aprofundamento da relação bilateral que vêm sendo feitos pelos dois Governos.

Tomamos nota, com satisfação, do exercício de fortalecimento da aliança estratégica que culminou na assinatura de mais de duas dezenas de acordos e protocolos, em 30 de novembro, em Porto Iguazu – há exatos vinte anos após o encontro pioneiro dos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín.

A ambos estadistas rendo a minha maior homenagem.

Nessa data auspiciosa de 30 de novembro passamos a comemorar o Dia da Amizade Brasil-Argentina.

Desejamos que Vossa Excelência tenha em conta, Senhor Presidente, que o Congresso Nacional brasileiro continuará fazendo a sua parte pelo fortalecimento dos laços que unem nossas pátrias.

Saudamos com grande entusiasmo a aprovação, pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, do "Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul", com vistas a aprofundar nossa integração política.

Estamos convencidos de que a instalação do Parlamento do Mercosul, até o final deste ano, seguramente contribuirá para o fortalecimento da democracia em nossa região.

Temos fé em que a integração abrangente e solidária entre Brasil e Argentina, que supera rivalidades e desconfianças do passado, constitui parte fundamental do processo de amadurecimento político de nosso continente.

Acredito que o diálogo intenso entre o Brasil e a Argentina, em que prepondera a confluência de valores e ideais, contribuirá para

***Temos fé em que a integração abrangente e solidária entre Brasil e Argentina, que supera rivalidades e desconfianças do passado, constitui parte fundamental do processo de amadurecimento político de nosso continente.***

que o nosso continente, irmanado na Comunidade Sul-Americana de Nações, tenha mais progresso, mais justiça social e mais confiança em suas possibilidades e capacidades.

Senhor Presidente,

Uma visita de Estado traduz, sobretudo, momento de celebração.

Ao atribuir aos três Poderes da União a honra e o privilégio de receber o primeiro mandatário de um País irmão como a Argentina, exaltamos a amizade, o apreço e o respeito por Vossa Excelência e pelo povo que o visitante ilustre representa.

Se nos permite, Senhor Presidente, encerrar com uma citação do hino nacional do país irmão, queremos assegurar que, ao recebê-lo em sua Casa, o povo livre brasileiro deseja, hoje, ao grande povo argentino, saúde!

À nação argentina fazemos votos de imensa prosperidade.

Muito obrigado!

## HOMENAGEM AO MINISTRO CARLOS VELLOSO

*Sessão de 19/1/2006*

A magistratura brasileira registra, a partir desta semana, uma perda irreparável.

A aposentadoria compulsória do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, meu sincero e querido amigo de tantos anos, nos priva, precocemente, do brilhantismo, da dedicação e da seriedade de um dos maiores magistrados de nosso País.

A aposentadoria do Ministro Carlos Velloso é mais uma prova, inquestionável, de quão ultrapassada se encontra nossa legislação, ao proibir que funcionários e magistrados continuem exercendo suas funções após completarem setenta anos.

Ninguém duvida que, em inúmeros casos, como o do nosso estimado Ministro Velloso, é por volta dessa idade que se chega ao auge da experiência e da capacidade intelectual.

Essa é, portanto, uma ocasião mais que propícia para reiterarmos a necessidade de aprovação, o mais rápido possível, da proposta de emenda constitucional que aumenta o limite da aposentadoria compulsória de servidores e magistrados para setenta e cinco anos.

Proposta esta já aprovada, em agosto passado, pelo Senado Federal.

Senhoras e senhores,

Em sua longa trajetória no Judiciário brasileiro, o Ministro Carlos Velloso nos deixa uma lição preciosa, especialmente nos tempos atuais, assombrados pelos fantasmas da corrupção e da falta de ética.

O Ministro Velloso nos deixa uma lição de dedicação e de integridade.

Foi a integridade que sempre pautou sua atuação na Justiça de Minas Gerais, no Conselho da Justiça Federal, no Tribunal Federal de Recursos, no Conselho da Justiça Federal, no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal.

O bom senso e a lucidez que marcaram sua trajetória pública foram, certamente, determinantes para a implantação do voto eletrônico, iniciada durante seu primeiro mandato como presidente do TSE.

Uma conquista significativa no sistema eleitoral brasileiro, a informatização hoje alcança 100% do território nacional e é motivo de admiração e respeito mesmo entre os países mais desenvolvidos do mundo.

A preocupação com a lisura de nosso processo eleitoral, cujos erros e vícios ficaram ainda mais expostos diante da atual crise política, levou o Ministro Carlos Velloso, no final do ano passado, a oferecer sugestões da maior importância ao Congresso Nacional.

Os quatro projetos do TSE, que tive a honra de subscrever, e que devem ser votados ainda nesta convocação extraordinária, são um avanço importante no sentido da moralização do processo eleitoral brasileiro, com penas mais severas para crimes eleitorais e um controle mais rigoroso das contas de campanha.

O Ministro Carlos Velloso não poderia, assim, fechar de maneira mais emblemática sua participação na vida pública nacional.

Participação essa, na verdade, com que continuaremos contando, apesar da aposentadoria compulsória que afasta formalmente o Ministro Carlos Velloso da magistratura.

Como acadêmico e como jurista brilhante, atento aos rumos do País, o Ministro Carlos Velloso terá sempre, tenho certeza, uma contribuição significativa a dar ao Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

***Uma conquista significativa no sistema eleitoral brasileiro, a informatização hoje alcança 100% do território nacional e é motivo de admiração e respeito mesmo entre os países mais desenvolvidos do mundo.***

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL

*Sessão de 25/1/2006*

Neste 25 de janeiro de 2006, neste janeiro que nos inspira, sempre, renovados sonhos, renovadas esperanças, a Universidade Federal de Alagoas comemora 45 anos de existência. É natural e justo, pois, que aproveitemos a data para louvar tudo o que tem sido feito por aquela instituição, nestas quatro décadas e meia, no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

Mas não quero falar, Senhoras e Senhores Senadores, apenas das conquistas acadêmicas e científicas. Acima de tudo, e é este o aspecto que gostaria de enfatizar inicialmente, os 45 anos de sucesso da Ufal nos dão uma lição inestimável: a lição de que, em qualquer setor da atividade humana, os melhores resultados são obtidos sempre que as pessoas, independentemente de posições ideológicas, políticas ou partidárias, se dão as mãos na busca do bem comum.

É isso, justamente isso, que aconteceu e segue acontecendo ao longo destes 45 anos: a convergência de esforços de toda a sociedade de Alagoas em prol, primeiro, da criação e, posteriormente, da manutenção e do crescimento da Ufal. A direção da universidade, seu corpo docente, o pessoal técnico-administrativo, os 12 mil alunos, as lideranças políticas do estado – aqui incluída a bancada no Senado e na Câmara –, a mídia, o povo alagoano em geral, todos, enfim, têm trabalhado, com a determinação e a pureza d’alma dos bem-intencionados, visando a um único objetivo: a consolidação da Ufal como



instrumento de formação de seres humanos mais completos e de conquista de avanços científicos e tecnológicos.

De certa maneira, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, esse engajamento coletivo é a homenagem que nós, alagoanos, prestamos a Aristóteles Calazans Simões, fundador e primeiro reitor da universidade. Tendo dirigido a instituição durante dez anos, Aristóteles foi profético ao afirmar que “a Ufal trouxe todas as vantagens possíveis e imagináveis, principalmente para a cultura e o desenvolvimento econômico e social do estado”.

Hoje, sabemos todos, a Ufal é uma entidade vitoriosa. São 35 cursos de graduação, distribuídos nas áreas das ciências exatas e tecnológicas, humanas e da saúde. Na pós-graduação, são 18 cursos de mestrado, três de doutorado e 28 de especialização. Programas de monitoria do estágio e de bolsas de estudo e de trabalho destinadas aos estudantes carentes evidenciam a preocupação da Ufal com a formação do aluno e com sua inserção no mercado de trabalho. Mais de 600 convênios, firmados com instituições públicas e privadas, permitem a conexão da Ufal com a sociedade. E os programas de bolsas de iniciação científica e de ensino e treinamento estimulam o estudante para a pesquisa científica e para a carreira acadêmica.

Quanto à pesquisa científica, Senhoras e Senhores Senadores, há que destacar o papel da Universidade Federal de Alagoas no desenvolvimento de tecnologias alternativas de energia, especialmente aquelas que, explorando as potencialidades e as vantagens competitivas de nossa população e de nosso solo, desenvolvem economias locais e fortalecem identidades regionais.

O Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar, por exemplo, tem sua base nacional de estudos e pesquisas em nosso estado. A própria Ufal registra, com a satisfação e orgulho de quem está cumprindo seu dever, que “é de Alagoas que tem saído diversas variedades de cana-de-açúcar”. E completa a informação destacando que “só nos últimos 30 anos foram liberadas para o plantio mais de 50 variedades, ocupando cerca de dois milhões de hectares de canaviais no Brasil”.

Mas essa, repito, é apenas uma das incontáveis realizações da Universidade Federal de Alagoas. Haveria, Senhoras e Senhores Senadores, muitas outras a destacar. As pesquisas com o biodiesel, por exemplo, que cuidam da obtenção de uma fonte de energia renovável, ambientalmente correta, e ao mesmo tempo importante do ponto de vista estratégico. Ou o curso de graduação de pedagogia a distância, que vem atendendo 68 municípios alagoanos e já capacitou 1.200 professores do ensino fundamental, em ação pioneira na região Nordeste. Ou as atividades de extensão promovidas na comunidade de Santa Lúcia e no conjunto residencial Denisson Menezes, a primeira voltada para a área da saúde e a segunda envolvendo ações de resgate da cidadania.

Também fundamental é o processo de interiorização da universidade, previsto para chegar ao Agreste, ao Sertão, à Zona da Mata e ao litoral. Um processo que já terá um grande avanço este ano, com o início das aulas em Arapiraca, em agosto.

Enfim, Senhoras e Senhores Senadores: se são muitos, ainda, os desafios a serem enfrentados e as vitórias a serem alcançadas – e a título de ilustração poderia ser citada a instalação de escolas técnicas supervisionadas pela Ufal – anima-nos a convicção de que, se a sociedade alagoana mantiver o mesmo espírito de união e desprendimento manifestado até hoje, nenhum obstáculo se mostrará intransponível.

Aproveito este momento para cumprimentar, na pessoa da competentíssima Reitora Ana Dayse Rezende Dorea, as 15 mil pessoas, entre estudantes, dirigentes, professores e demais servidores, que fazem a grandeza da Ufal e, conseqüentemente, do nosso querido estado de Alagoas.

Muito obrigado!

***Há que destacar  
o papel da  
Universidade  
Federal de Alagoas  
no desenvolvimento  
de tecnologias  
alternativas de  
energia.***

## 50 ANOS DA POSSE DE JK

*Sessão de 31/1/2006*

Há cinqüenta anos, tomava posse o Presidente Juscelino Kubitschek.

O Brasil começava a trilhar o caminho da modernidade pelas mãos de um homem de visão, um político que, desde o início, trabalhou para dar ao País um projeto de nação.

Como esquecer o lema “50 anos em 5”? JK assumia disposto a mudar a cara do Brasil, de um país agrário, que buscava na industrialização um forte componente do desenvolvimento, para a geração de emprego e renda.

JK foi, talvez, o único presidente que, ao tomar posse, apresentou um ambicioso Plano de Metas cujos pilares foram: energia, transportes, alimentação, educação e indústria de base, desafios ainda tão atuais.

Sua marca foi a construção da cidade que aprendemos a gostar, seja por nossa atividade seja por sua sedução, pela qualidade de vida que apresenta, por seus monumentos futuristas, por seus intermináveis gramados e áreas verdes, por seu povo, de diversas culturas. Brasília, esta obra desafiadora para a época, é hoje o mais importante elo de integração do País.

Prova disso é que, nos dias de hoje, a cidade é projeto fundamental para o desenvolvimento da região Centro-Oeste, que representa 7% do PIB – acima de R\$40 bilhões, segundo o Ipea – tendo na agroindústria o seu carro-chefe. Isto sem falar na pecuária, cujo rebanho de 56 milhões de cabeças, é o maior do País.

A implantação da indústria automobilística – outra iniciativa visionária de JK – abriu mercado de trabalho para uma nova categoria de trabalhadores: os metalúrgicos. E, quis o destino, que do meio destes trabalhadores que souberam se organizar em sindicatos em tempos difíceis, saísse um para ser o mandatário do País, assim como Juscelino.

A história – injusta para uns, implacável para outros – reputa a JK a fama de ter sido o único presidente a tomar posse com um projeto e terminar o seu mandato com esse projeto cumprido. A dinâmica, entre tantos predicados, era uma das marcas de Juscelino.

Teremos neste ano eleições presidenciais e tenho certeza de que muitos subirão em palanques se espelhando em JK, porque o seu legado é o da modernidade, em que pesem 50 anos de sua posse.

A este respeito, no entanto, alerta a professora de sociologia da USP, Maria Victória Benevides, autora do livro *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, em recente entrevista:

“Na campanha presidencial deste ano, todos vão querer tirar uma casquinha de JK. Mas ninguém pode ser equiparado a ele.

Depois de Juscelino, nenhum presidente realizou um plano de desenvolvimento com política industrial. Ele foi um grande político, independentemente de suas qualidades e seus defeitos. Teve um grande sentido de construção de nação”.

JK foi assim: amado, ousado, arrojado, sonhador, administrador, polêmico até, mas inigualável. Falem ou não, o Governo Juscelino impôs ao País um crescimento anual da ordem de 8%.

No plano político, JK agiu com uma habilidade sem igual. Vivíamos uma crise política de proporções gigantescas.

O trauma da morte do Presidente Getúlio Vargas ainda não havia sido superado. Duas rebeliões militares e uma tentativa de golpe não foram suficientes para abalar o equilíbrio e a capacidade de JK de contornar a crise.

O Presidente Juscelino Kubitschek soube como poucos preservar o Estado democrático de direito. Para o historiador Cláudio Bojunga, também em recente entrevista:

“... é impossível reunir em um mesmo presidente as três grandes dimensões de JK: o crescimento com planejamento, o respeito absoluto ao Estado de direito sob as nuvens negras da política mundial e uma efervescência cultural”. Juscelino vivia cercado de artistas.

JK como muitos sabem ou podem acompanhar pela eletrizante série da Rede Globo – nasceu na cidade mineira de Diamantina, em setembro de 1902. E trilhou uma vida digna de muitos longas-metragens.

Uma face pouco lembrada de Juscelino é a de senador. Eleito por Goiás, depois de passar a faixa presidencial para Jânio Quadros, JK trouxe para esta Casa a mesma dinâmica que imprimia ao seu trabalho no Executivo. O Golpe de 64 interrompeu por dez anos os direitos políticos de JK que se exila no exterior de onde só retorna em 1967.

***Brasília, esta obra desafiadora para a época, é hoje o mais importante elo de integração do País.***

Desde que seus direitos políticos foram cassados, Juscelino nunca mais exerceu um mandato político. Morreu em 76 em um acidente automobilístico na via Dutra.

Mas não quero encerrar esta homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek com fatos tristes. É preciso lembrar que ele foi símbolo de uma época. Dos anos dourados. Da Bossa Nova, este estilo musical que ainda hoje encanta a todos nós. Do Brasil campeão do mundo pela primeira vez, na Suécia, em 58. Este foi JK. Um democrata. Um político como poucos. Um homem que teve sempre ao seu lado uma mulher extraordinária, como Dona Sarah.

Para concluir, nada melhor do que uma frase do próprio Juscelino para definir este homem à frente do seu tempo: “Sou visceralmente democrata. Para mim, a liberdade é algo fundamental”.

Muito obrigado por tudo, Juscelino!

## NOVA SEDE DO TST

*Em 1º/2/2006*

Estou verdadeiramente honrado em participar dessa solenidade.

Ao longo de sua história, a Justiça Trabalhista tem sido decisiva no processo de emancipação dos homens e das mulheres que formam a vigorosa força de trabalho do Brasil.

Se considerarmos que há pouco mais de um século ainda eram aceitas as práticas escravistas em nosso País, podemos dimensionar como foi penosa a elaboração de um conjunto de regras capazes de regular as relações de trabalho.

Os movimentos instituídos em prol da primeira legislação trabalhista consolidada, nas décadas de 30 e 40 do século passado, já enfatizavam a importância de criar mecanismos de proteção ao trabalhador brasileiro.

Nessa perspectiva, a Constituição de 1946 fixou a Justiça do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, com a nobre atribuição de guardião das leis trabalhistas.

O curso do tempo demonstra claramente como tem sido determinante a atuação dessa Justiça especializada para a democracia e a justiça social no Brasil.

Hoje nos reunimos, sob a cordial acolhida do Ministro Vantuil Abdala, para a consagração solene da nova sede do Tribunal Superior do Trabalho.

Trata-se de uma obra necessária, fruto do traço genial de Oscar Niemeyer, que continua a presentear nossa Capital com seu inesgotável talento.

A inauguração desse prédio é emblemática. Acontece num momento em que a Justiça do Trabalho passa por um processo de modernização e de aperfeiçoamento técnico, com o objetivo de responder, em tempo socialmente justo, às demandas que não cessam de emergir. Com essa luta, senhoras e senhores, o Congresso Nacional sempre foi sensível, dando conseqüência às reivindicações e às iniciativas destinadas a agilizar a prestação jurisdicional.

A Emenda Constitucional nº 45, aprovada em 2004, depois de um longo período de discussões, tornou-se o referencial na modernização do Poder Judiciário brasileiro.

Ampliar a composição desta Corte foi medida acertada e irá imprimir maior rapidez na tramitação processual.

Outras inovações, como o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a ampliação da competência da Justiça Trabalhista e do seu poder normativo, são significativas.

A essas novidades, soma-se a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, que certamente irá permitir um conhecimento mais amplo e atualizado da realidade brasileira.

Essas mudanças eram mais do que necessárias. Entre 1941 e o penúltimo trimestre de 2005, a Justiça do Trabalho, por todas as suas instâncias, apreciou mais de 50 milhões de demandas.

Nesse mesmo período, o TST julgou quase dois milhões de recursos.

Nesse cenário, todos os esforços devem ser feitos para assegurar ao TST os instrumentos indispensáveis à adequada realização de suas atividades.

Tramitam no Congresso Nacional proposições de interesse da Justiça do Trabalho, em especial projetos que regulamentam a Emenda nº 45.

Mas há outros assunto que também merecem a nossa atenção, a exemplo dos precatórios.

De fato, sem uma verdadeira parceria entre o Legislativo e o Judiciário, não há como sair do impasse representado pelo crescimento dessas dívidas, judicialmente tuteladas, com o prazo vencido.

Como Presidente do Congresso Nacional posso garantir a Vossas Excelências que nós, legisladores brasileiros, estaremos sempre dispostos a colaborar na melhoria de todos os setores do Poder Público.

O meu gabinete, na Presidência do Senado, está sempre aberto às legítimas reivindicações da Justiça do Trabalho, como, aliás, desde sempre esteve para acolher e encaminhar as postulações de nossas instituições e da sociedade civil.

Diante de tão importantes missões e desafios, o Congresso Nacional não pode e não irá parar.

Na convocação extraordinária damos continuidade aos procedimentos investigatórios que estão passando o Brasil a limpo.

As comissões parlamentares têm tido todo o suporte para desempenhar na plenitude o seu significativo papel, num clima de tranquilidade institucional.

Nesse período, votamos matérias importantes, como as novas regras para o julgamento de ações repetitivas, a utilização de meios eletrônicos no processo judicial e a vedação do pagamento de ajuda de custo ao parlamentar durante a sessão legislativa extraordinária.

Destaco, ainda, senhoras e senhores, que hoje mesmo deveremos dar início às alterações no rito processual das medidas provisórias.

Só no ano passado, elas trancaram 65% das sessões do Senado.

É indispensável alterar o rito de edição das medidas provisórias, de modo a preservar o equilíbrio entre os Poderes.

Em nome da segurança jurídica, estou defendendo que medida provisória não trate de matérias como contratos e elevação de tributos.

Enfim, Presidente Vantuil Abdala, a nova sede do TST vem num momento fértil para o Judiciário brasileiro.

Senhoras e senhores, consciente da importância de uma Justiça inclusiva e eficiente, que atenda a todos e dê respostas rápidas e seguras, reafirmo meus compromissos com o Judiciário e com o Brasil.

Parabéns a todos.

Muito obrigado!

***Em nome da  
segurança jurídica,  
estou defendendo  
que medida  
provisória não trate  
de matérias como  
contratos e elevação  
de tributos.***



## 10 ANOS DA TV SENADO

*Sessão de 7/2/2006*

É com enorme alegria que comemoramos hoje os dez anos da TV Senado. Ao longo de todo este tempo, a TV tem sido motivo de orgulho não apenas para nós, parlamentares e funcionários, como para todos os brasileiros, que podem acompanhar, em tempo real, tudo o que acontece no Senado Federal. E é bom que se destaque: sem qualquer corte ou censura.

Com documentários, programas especiais e transmissões ao vivo das sessões plenárias, das comissões técnicas permanentes e do trabalho de investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito, a TV Senado é hoje muito mais que um meio de informação. Ela é um instrumento de cidadania, um instrumento de controle democrático do Legislativo por parte da população. Afinal, milhões e milhões de brasileiros podem acompanhar, passo a passo, a atuação dos parlamentares que ajudaram a eleger com o seu voto.

***Através dos telejornais ou das transmissões ao vivo, nada mais escapa do olhar e do julgamento do cidadão comum.***

Todos os brasileiros que têm acesso à televisão a cabo, internet ou antena parabólica recebem o sinal da TV Senado.

Atualmente, ela alcança, potencialmente, um público de mais de 50 milhões de pessoas, em residências, empresas, órgãos públicos, entidades de classe e universidades.

E já posso anunciar que, muito em breve, em menos de um ano, o número de brasileiros habilitados a assistir à TV Senado poderá chegar a quase 90 milhões. É que vamos iniciar, ainda este ano, a Rede Senado de Televisão em sinal aberto.

Além de Brasília, mais doze capitais vão ser beneficiadas.

Os cinco próximos canais abertos serão inaugurados em Salvador, canal 53; Recife, canal 55; Fortaleza, canal 43; Manaus, canal 57; e Rio de Janeiro, canal 49. No prazo aproximado de um ano, serão inaugurados os canais da TV Senado em Belém, Natal, Maceió, Cuiabá, Boa Vista, João Pessoa e Goiânia.

Não posso aqui deixar de lembrar um pouco da história da nossa TV, inaugurada em 5 de fevereiro de 1996 pelo então Presidente do Congresso Nacional, meu amigo Senador José Sarney, em uma decisão ousada, uma decisão de estadista, de quem pensa no interesse público.

A partir de então, o trabalho do Legislativo tornou-se inteiramente aberto aos brasileiros, tanto nos momentos de grandeza, quanto nos momentos em que mereceu críticas. Através dos telejornais ou das transmissões ao vivo, nada mais escapa do olhar e do julgamento do cidadão comum.

Nossa TV é pioneira na transmissão ao vivo de trabalhos legislativos, o que hoje é uma realidade até mesmo em níveis estaduais e municipais. Tudo isso graças à Lei nº 8.977, de 1995, que criou a possibilidade de canais de tevê dos legislativos.

Foi uma trajetória rápida. Antes de completar um ano, a TV Senado já transmitia durante 12 horas seguidas. Hoje, a programação é ininterrupta, dia e noite.

**Os cinco próximos canais abertos serão inaugurados em Salvador, canal 53; Recife, canal 55; Fortaleza, canal 43; Manaus, canal 57; e Rio de Janeiro, canal 49. No prazo aproximado de um ano, serão inaugurados os canais da TV Senado em Belém, Natal, Maceió, Cuiabá, Boa Vista, João Pessoa e Goiânia.**

A cobertura do trabalho legislativo e a discussão sobre todas as matérias importantes que estão sendo examinadas no Senado são complementadas por documentários, debates, programas culturais e de utilidade pública. Também fazemos questão de ouvir o que os brasileiros têm a dizer. A Central de Atendimento e o endereço eletrônico da TV são importantes canais de interatividade com a população.

O alcance da TV Senado, convém aqui destacar, vai ainda mais além. As suas transmissões são regularmente cedidas para emissoras privadas no Brasil, e até mesmo para outros países, como forma de prestar um serviço mais completo à sociedade.

Encerro minhas palavras parabenizando toda a equipe responsável pelo dia-a-dia da TV Senado, pela dedicação e pela seriedade do trabalho realizado. Reafirmo minha convicção na transparência do processo legislativo e reforço meus votos de sucesso ainda maior nessa nova fase que se inicia com a Rede Senado de TV em sinal aberto.

Muito obrigado!

## PROJETO DE REFORMA CAMBIAL

*Sessão de 8/2/2006*

A nova ordem mundial exige, especialmente dos países em desenvolvimento, constantes remodelagens e adaptações.

A China, por exemplo, que já é a quarta potência econômica mundial, tem feito seu dever de casa, aproveitando as oportunidades para melhorar ainda mais sua inserção nos mercados globais.

O ciclo de reformas institucionais que o Brasil atravessa é um sinal inequívoco de que as lideranças políticas e empresariais brasileiras estão atentas às mudanças no cenário e compromissadas com a busca por um lugar privilegiado nessa nova ordem econômica.

Um País que tem a vocação de ser grande, como o Brasil, exige urgentemente a construção de uma pauta suprapartidária, em favor do desenvolvimento.

As reformas política e tributária, já aprovadas no Senado, precisam avançar, assim como os marcos regulatórios, para que tenhamos um ambiente econômico mais previsível e menos volátil.

O planejamento estatal de longo prazo necessita ser retomado, porque não há vento favorável para aquele que não sabe aonde quer chegar.

O Brasil sabe qual o seu destino. Sabe aonde quer chegar.

Estou verdadeiramente comprometido com essa jornada e agirei politicamente para viabilizá-la.

Se outros instrumentos eu tivesse, além da ação política, não hesitaria em utilizá-los para esse projeto nacional.

Minhas senhoras e meus senhores,

A presente cerimônia marca o início de mais uma dessas reformas tão necessárias ao Brasil. A Reforma Cambial é mais uma frente da nossa constante batalha pela modernização e pela desburocratização do País.

É também a primeira matéria que regulamenta o Artigo 192 da Constituição Federal, após a Emenda Constitucional 40, de 2003.

Sendo assim, é uma honra estar presidindo o Senado Federal no momento em que se inaugura mais uma iniciativa tão relevante para o País.

A Reforma da Legislação Cambial, com os aperfeiçoamentos que serão feitos pelo Poder Legislativo, contribuirá para a eliminação de uma série de entraves que minam os esforços de nossa classe produtiva.

A legislação brasileira de câmbio e capital estrangeiro possui vários aspectos que se tornaram anacrônicos com as mudanças por que passou o País nas últimas décadas.

As normas que regem aspectos estratégicos de nosso comércio exterior datam dos anos 30 do século passado. O Brasil daquela época – um país rural, monoexportador, não-industrializado – guarda pouquíssimas semelhanças, nesse aspecto, com o Brasil atual – urbano, com vasta carteira de importações e exportações, industrializado.

Alterações, como a adoção do câmbio flutuante nos anos 90 demonstram que há um hiato entre a prática da política brasileira de comércio exterior e as normas que regem o assunto.

Um desses anacronismos, que a Reforma Cambial certamente examinará com minúcia, é a cobertura cambial obrigatória.

Pelas regras atuais, o exportador que recebe pagamento em moeda estrangeira é obrigado a vendê-la ao Banco Central e convertê-la em reais num determinado prazo.

A legislação impede que esse exportador use os valores que recebe em moeda estrangeira para quitar débitos no exterior nessa mesma moeda, forçando-o a arcar com custos de transação que, com a estrutura de câmbio flutuante que adotamos, geram perdas significativas a nossos empreendedores.

Esse é apenas um exemplo dos ajustes que precisam ser feitos na legislação brasileira de câmbio e capital estrangeiro. Não resta a menor dúvida de que essas mudanças não podem mais esperar. Cada minuto sob a vigência da atual legislação representa mais perdas para o nosso setor produtivo.

Tive a honra de subscrever tão importante proposta, capitaneada pelo dileto amigo Senador Fernando Bezerra, que soube conduzir com zelo, competência e habilidade as negociações técnicas e políticas, fundamentais para que déssemos início à tramitação da matéria.

O diálogo do Senado Federal com as instituições está, a cada dia, se aperfeiçoando, para que as leis aqui produzidas estejam sintonizadas com os reais interesses da sociedade organizada e do Brasil.

Por tudo isso, quero louvar a iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), aqui representada por seu Presidente, Doutor Paulo Antônio Skaf, que resultou no projeto de lei que ora inicia sua tramitação.

Congratulo-me também com as diversas confederações e associações de empresários, que, pela presença neste evento, demonstram seu compromisso verdadeiro com o crescimento do Brasil.

Destaco que a data de hoje corresponde ao início de uma rica discussão, aberta a todos os setores interessados, inclusive ao próprio Governo, mediante audiências públicas, dentro das regras democráticas.

Daí nascerá uma norma equilibrada e compatível com os interesses nacionais.

Muito obrigado!

***O diálogo do Senado Federal com as instituições está, a cada dia, se aperfeiçoando, para que as leis aqui produzidas estejam sintonizadas com os reais interesses da sociedade organizada e do Brasil.***

## PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 49/2006

*Sessão de 8/2/2006*

Estamos aqui hoje reunidos para a promulgação da emenda constitucional que permite à iniciativa privada produzir e comercializar radioisótopos de meia-vida curta.

Um tema, à primeira vista, estritamente técnico-científico. Mas que, na verdade, representa um avanço significativo para a nossa medicina e pode salvar a vida de milhares e milhares de pessoas.

A proposta, do Senador Jorge Bornhausen, foi amplamente discutida e apoiada pelas mais diversas associações médicas e científicas do País. Usados como marcadores em exames de imagem, os radioisótopos são fundamentais na luta contra o câncer, contra doenças cardíacas e neurológicas.

Para se ter uma idéia, o Incor atende, por semana, cerca de duzentos pacientes que necessitam de exames com o isótopo radioativo tálio. Esse isótopo permite o diagnóstico precoce de coronariopatias, de forma não invasiva e indolor.

Em transplantes cardíacos, o exame com esse radioisótopo substitui a maioria das biópsias necessárias na evolução pós cirúrgica.

No caso de câncer, o uso de radioisótopos é revolucionário. A tomografia por emissão de pósitrons diminui consideravelmente a margem de erro do diagnóstico de tumores cancerígenos, aumentando as chances de cura do paciente.

Esse tipo de tomografia também permite identificar se um tumor é maligno ou benigno sem a necessidade de cirurgia para biópsia.

O problema é que a atual Constituição restringia, radicalmente, a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados. O monopólio estatal adotado na Carta de 88 tinha como justificativa os riscos inerentes à atividade, que ganhou contornos ainda mais negativos depois dos acidentes de Chernobil e Goiânia.

Mas a Comissão Nacional de Energia Nuclear não consegue atender a demanda crescente desses radioisótopos, que, exatamente pela meia-vida curta, não podem ser transportados a grandes distâncias, de forma a atender todos os serviços de medicina nuclear que oferecem os exames especializados.

A participação das empresas particulares na produção e comercialização de material radioativo para fins médicos vai baratear o exame com radioisótopos e torná-lo acessível a um número muito maior de pacientes, inclusive na rede pública de saúde.

É claro que, mesmo sendo de meia-vida curta, os radioisótopos ainda podem representar risco. Por isso mesmo, a emenda que promulgamos hoje tem o cuidado de manter o controle da CNEM sobre a produção e a comercialização, através do regime de permissão.

Não há, assim, qualquer prejuízo para a segurança do uso da energia nuclear, como prevê a Constituição.

Com a promulgação da Emenda 49, o Congresso dá, portanto, mais uma demonstração de sua responsabilidade perante o País e a população brasileira.

A todos os que participaram da formulação e da discussão dessa emenda, os meus parabéns.

Muito obrigado!

***Representa um avanço significativo para a nossa medicina e pode salvar a vida de milhares e milhares de pessoas.***



## HOMENAGEM À MEMÓRIA DE DOROTHY STANG

*Sessão de 9/2/2006*

Estamos aqui hoje reunidos para homenagear a memória de uma das figuras mais emblemáticas da recente história do Brasil.

Uma americana de coração brasileiro, uma missionária obstinada, destemida, que trocou sua terra natal pelo sonho da reforma agrária e do desenvolvimento sustentável da região do Pará.

Odiada pelos grileiros, adorada pelos sem-terra, Irmã Dorothy Stang foi, sem dúvida, mártir na luta que o Brasil trava, há décadas, contra a violência no campo. O crime bárbaro de que foi vítima indignou e chocou o Brasil e o mundo inteiro. Expôs, mais que qualquer outro, a questão dos conflitos agrários no País.

A morte da missionária foi decisiva para que a Comissão encarregada de regulamentar a reforma do Judiciário apresentasse projeto de lei transferindo para o âmbito da Justiça Federal os crimes cometidos contra os direitos humanos tipificados em tratados internacionais assinados pelo Brasil.

Projeto da maior importância no combate à impunidade, e que deve ser votado em breve.

Temos que lembrar, aqui, a ação dos Senadores Ana Júlia Carepa, Demóstenes Torres e Eduardo Suplicy, fundamental para a punição dos assassinos da Irmã Dorothy. Os três senadores, enviados ao Pará pela Presidência desta Casa, formaram a comissão especial

que acompanhou a investigação e cuja criação foi por mim requerida, ainda na liderança do PMDB.

O trabalho da comissão resultou em amplo relatório sobre a situação fundiária do Pará e sobre as causas da impunidade.

Deixou clara a enorme dificuldade da investigação policial e da ação do Ministério Público na maioria dos estados onde ocorrem crimes decorrentes de conflitos rurais. Por isso, é fundamental que, em casos como este, a investigação seja transferida para a alçada Federal.

A morte da missionária – uma morte anunciada, uma vez que ela já havia sido ameaçada diversas vezes no Pará – foi um alerta vermelho. Obrigou o Incra a promover o levantamento de toda a região, um total de dois e meio milhões de hectares, para identificar áreas griladas.

Há muito, ainda, a ser feito em relação a conflitos fundiários e à reforma agrária no Brasil. No caso da Irmã Dorothy, assassinada um ano atrás, dois pistoleiros já foram condenados e outros dois acusados serão julgados em fevereiro. Mas a punição dos assassinos não é suficiente.

A morte de Dorothy Stang não pode ficar em vão. O País que todos queremos – moderno, desenvolvido e justo –, não pode mais tolerar a injustiça agrária, não pode tolerar massacres como o dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unaí, como o dos sem-terra em Felisburgo, como o da Irmã Dorothy Stang.

Muito obrigado!

***O País que todos  
queremos não pode  
mais tolerar a  
injustiça agrária,  
não pode tolerar  
massacres como o  
da Irmã Dorothy  
Stang.***

## O CONGRESSO E AS REFORMAS

*Rio de Janeiro, 13/2/2006*

É com grande prazer e orgulho que compareço a esta cerimônia de posse da nova diretoria da Câmara de Comércio Americana para o Brasil, entidade que há 90 anos se dedica a zelar pelas relações comerciais, culturais, políticas, pela amizade, enfim, que une o Brasil e os Estados Unidos.

É uma ótima oportunidade para uma troca de impressões e de informações entre nós, que representamos o Legislativo brasileiro, e os dirigentes de empresas brasileiras e norte-americanas que atuam e principalmente acreditam no Brasil.

Eu quero, aqui, reafirmar minha confiança no Brasil. Vivemos em 2005 momentos de grave turbulência política, que acabaram testando a solidez de nossas instituições.

Como deve acontecer nas democracias, o Legislativo e o Judiciário estão cumprindo perfeitamente seu papel constitucional.

Estamos prontos para retomar a agenda das reformas – desde que aprovadas na Câmara dos Deputados, onde estão a tramitar. A Câmara dos Deputados, como todos sabem, viveu um ano de turbulências políticas e de muita dificuldade. Teve que, entre outras coisas, substituir seu próprio presidente e nós não avançamos como deveríamos avançar nessa chamada agenda suprapartidária, agenda do País, de maneira a ter um crescimento econômico sustentado, prolongado como todos querem.

Quero destacar, no Senado Federal, entre outras, a reforma do Judiciário, na qual estamos dando os últimos retoques. Temos a cer-

teza de que essa reforma será uma revolução silenciosa em nosso País, que irá garantir uma Justiça mais rápida e eficaz a todos os brasileiros. Irá, também, assegurar maior segurança jurídica, celeridade processual, aumento da própria prestação jurisdicional, fundamentais para atrair investimentos capazes de gerar riqueza, renda e emprego para o Brasil.

O Congresso está concluindo a chamada legislação infraconstitucional do Judiciário, que será totalmente aprovada ainda neste primeiro semestre na Câmara dos Deputados, como estamos a concluir agora na convocação extraordinária no Senado Federal.

Gostaria também de destacar a emenda constitucional que limita e disciplina a tramitação das medidas provisórias. Uma emenda da maior importância, uma vez que o trabalho do Legislativo tem sido emperrado e comprometido, há anos, por uma enxurrada de medidas provisórias.

Pior: medidas que, frequentemente, não se enquadram nos princípios constitucionais de urgência e relevância.

As medidas provisórias não podem, de forma alguma, quebrar contratos. A segurança jurídica, repito, é essencial para quem investe, quem gera riqueza e empregos, para quem acredita no Brasil.

Vamos ter, em 2006, eleições gerais. E é natural que os debates eleitorais centralizem as atenções do País. Nem por isso, no entanto, vamos deixar de cumprir nossa responsabilidade legislativa, não vamos deixar de analisar matérias de interesse da sociedade. Vamos fazer o que fizemos no ano que passou, mesmo com toda a crise. Vamos compatibilizar o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional com as eleições.

Estamos, no Senado, empenhados em votar todos os marcos regulatórios que ainda não são lei, que precisam também ser apreciados pela Câmara dos Deputados. O único marco regulatório que está tramitando no Senado Federal, sob minha dedicação pessoal, é o marco regulatório do gás.

***A segurança jurídica, repito, é essencial para quem investe, quem gera riqueza e empregos, para quem acredita no Brasil.***

Com as privatizações, o Brasil passou a conceder à iniciativa privada a prestação de inúmeros serviços que eram monopólio estatal. É preciso, no entanto, que tenhamos leis claras regendo tais concessões, a fim de não haver quebras de contrato e nem prejuízos aos empresários que investem na nova atividade, além de zelar pelo interesse do consumidor, do usuário do serviço.

Estamos, como disse, no Senado Federal, trabalhando agora na chamada Lei do Gás, o marco regulatório sobre importação, exportação, processamento industrial, transporte, armazenagem e distribuição do gás natural.

A pauta da Câmara inclui também a Lei Geral das Agências Reguladoras e o marco regulatório, dentre outros, do saneamento, essencial para que as parcerias público-privadas saiam, finalmente, do papel. O Brasil precisa muito que isso aconteça. Porque nós não temos recursos para investir na infra-estrutura, então nada melhor do que tirarmos as PPPs do papel.

Outro ponto fundamental, na pauta deste ano, é a conclusão da reforma tributária, aprovada há mais de dois anos no Senado. A reforma deve reduzir gradativamente a atual carga tributária – que é absurda – e precisa diminuir toda vez que houver um crescimento significativo do PIB, precisa também simplificar todo o sistema, que é anacrônico, obsoleto, desatualizado.

Foi o resultado de uma ampla negociação, que envolveu Governo Federal, o Ministério da Fazenda, estados, municípios e entidades empresariais. Que em várias audiências públicas confrontaram pontos de vistas, defenderam conceitos e ajudaram sobretudo para que nós aprovássemos, não aquele simulato de reformas que foi mandado para o Congresso Nacional, mas o modelo efetivo de reforma que o Senado aprovou.

Teríamos apenas sete tributos e uma legislação única para o ICMS em todo o País.

A discussão sobre a reforma tributária vai ser complementada com o debate em torno da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, matéria da maior importância, já aprovada agora na Câmara dos Deputados, e que garante maior competitividade a um segmento vital na economia brasileira. Um segmento, como todos sabem, que

representa, nada mais nada menos, que 98% das empresas do País e que gera 60% de nossos empregos formais.

A aprovação de uma reforma política ampla, capaz de resgatar a legitimidade e a força de nossos partidos e de garantir maior transparência ao processo eleitoral, é sem dúvida outra preocupação.

O tema, como todos sabem, é polêmico e a reforma, aprovada no Senado há dois anos, ainda não foi votada na Câmara dos Deputados. Pela dificuldade óbvia, que significa os congressistas votarem mudanças numa lei que eleja os próprios congressistas.

Entendo que, para contornar essas dificuldades, devemos votar uma reforma para valer não na próxima eleição, mas nas próximas eleições, porque, só assim, repetindo o que fizemos com a chamada cláusula de desempenho, temos condições de contornar todas as dificuldades que existem com relação a essa reforma, que é fundamental para o Brasil.

Mas já conseguimos um primeiro avanço, no sentido de reduzir os gastos de campanha e aumentar o controle sobre as contas eleitorais.

Defendo a retomada, este ano, da discussão sobre temas essenciais, como o fim das coligações, o financiamento público das campanhas e o sistema de listas, para valer na eleição de 2010, já que tem sido difícil os congressistas mudarem as regras que os elegeram.

Outros temas importantes estão na pauta do Congresso Nacional. Um deles é o projeto de minha autoria e do Senador Fernando Bezerra, apresentado na semana passada, recolhendo sugestões da sociedade e sistematizando protestos existentes, prevendo uma mudança radical no mercado de câmbio.

Ao permitir a movimentação de contas em dólar e acabar com a exigência de cobertura cambial para as exportações, a proposta significa um estímulo crucial para o setor, hoje penalizado não só pela valorização artificial do real como pelos altos custos de transação financeira.

***Temos que atrair investimentos na área de infraestrutura, diminuir o atual patamar de juros e o tamanho da dívida pública. Temos que reduzir a carga tributária em níveis civilizados.***

Convém lembrar que a nossa legislação cambial data da década de 30, advém de um Brasil que não era desenvolvido, o País rural, pouco industrializado.

Senhoras e senhores, a grande tarefa a ser cumprida é a criação de condições para que o Brasil cresça de forma sustentada. Temos que atrair investimentos na área de infra-estrutura, diminuir o atual patamar de juros e o tamanho da dívida pública. Temos que reduzir a carga tributária em níveis civilizados.

E, principalmente, cuidar dessa Agenda, de crescimento, de desenvolvimento. É uma Agenda do País, do crescimento. Uma agenda estática, que precisa caminhar. Que não caminha pelo equívoco e pelo imobilismo.

A reforma política, a conclusão da reforma do Judiciário e os marcos regulatórios também, como disse, são essenciais para criar um cenário propício a investimentos e ao desenvolvimento nacional.

Um desafio enorme, sem dúvida alguma. Mas estamos certos de poder enfrentá-lo, trabalhando juntos – Legislativo, Executivo, Judiciário, iniciativa privada e toda a sociedade.

Que essa posse, que essa nova diretoria, representem a continuidade desses esforços em favor do Brasil.

Muito obrigado!

***A conclusão da reforma tributária, aprovada há mais de dois anos no Senado. Reduzir gradativamente a atual carga tributária – que é absurda – e precisa diminuir toda vez que houver um crescimento significativo do PIB.***

## UM DIA HISTÓRICO PARA O CONGRESSO

*Sessão de 14/2/2006*

O dia de hoje vai entrar para a história do Parlamento brasileiro. A promulgação da Proposta de Emenda Constitucional que reduz o recesso parlamentar e acaba com o pagamento em dobro nas convocações extraordinárias coloca um ponto final numa polêmica que vem se arrastando há anos.

Uma polêmica que vem arranhando, de maneira inaceitável, intolerável, a imagem do Legislativo.

O pagamento em dobro nas convocações extraordinárias é, sem dúvida alguma, um absurdo, uma excrescência, que tem dado margem a todo tipo de crítica. Neste mês de janeiro, já havíamos aprovado decreto legislativo acabando com o fim desses pagamentos extras. A emenda promulgada hoje reitera essa proibição, limita as convocações extraordinárias e reduz de 90 para 55 dias o recesso parlamentar, outro foco permanente de críticas ao Legislativo.

O Congresso é o espelho da sociedade. Nem poderia ser diferente. Com modéstia, com humildade, aceitamos as críticas e fizemos as mudanças que a sociedade vinha cobrando há tempos.

Somente o fim do pagamento extra e a diminuição do recesso já justificariam, plenamente, esta convocação extraordinária.

Mas temos que ser justos. O Congresso trabalhou duro neste período. Aprovamos medidas da maior importância.

Uma delas, que também promulgamos hoje, permite a contratação de agentes comunitários de saúde através de processos seletivos



públicos. Não podemos esquecer que esses agentes são fundamentais na luta contra as precárias condições de saúde do povo brasileiro.

Senhoras e senhores, o Senado Federal já aprovou, ao todo, 49 matérias nessa convocação extraordinária.

Cito, aqui, o projeto de gestão de florestas públicas, essencial no combate ao desmatamento, a licença maternidade e paternidade para quem adota crianças, a ampliação de oito para nove anos do ensino fundamental, os projetos que darão maior agilidade e eficácia à nossa Justiça.

Garantimos um passo fundamental, ainda, para mudar o rito de tramitação das medidas provisórias. Aprovada depois de longo debate no Senado, a proposta segue para a Câmara, onde, sem dúvida alguma, vai merecer atenção absoluta.

A mudança na tramitação das MPs é uma vitória não só do Congresso Nacional, que resgata, enfim, sua soberania, como de toda a sociedade.

Afinal, é impossível romper a lentidão do processo legislativo com a enxurrada de medidas provisórias editadas, sem qualquer critério, pelo Executivo.

Demos uma resposta precisa à sociedade brasileira.

Reafirmamos nosso compromisso para com a Nação, nosso zelo e nossa responsabilidade legislativa.

Por tudo isso, devo, aqui, reafirmar meu orgulho por presidir o Senado e o Congresso Nacional.

Muito obrigado!

***O Congresso é o espelho da sociedade. Com modéstia, com humildade, aceitamos as críticas e fizemos as mudanças que a sociedade vinha cobrando há tempos.***

## ABERTURA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS – 2006

*Sessão de 15/2/2006*

Ao longo dos últimos 180 anos, mais que um ato simbólico, esta solenidade adquiriu o significado de celebração.

Aqui, cultivamos todos os dias a Liberdade, o ritual da Democracia e o culto à Soberania do povo brasileiro.

Nos anos em que deixamos de realizá-los, não foi por não querer, mas por não poder celebrá-los. E a impossibilidade de fazê-lo sempre foi um sinal de alerta para a Nação.

Nem sempre que aqui se calou a voz do povo, silenciaram também os protestos, as reclamações e o clamor de seus representantes. Por isso, em todos esses casos, eles foram sempre as primeiras vítimas do arbítrio e da violência que contaminaram o poder político em seus excessos, sempre condenados pelos homens e execrados pelo juízo sereno da História.

Nesses momentos, não deixamos de ser uma nação. Mas éramos uma nação inanimada, vencida, pálida, padecendo a paz soturna dos cemitérios, de que falou o grande e inesquecível "estadista do Império", Nabuco de Araújo.

Sempre que daqui desertou a Imprensa e se impediu a convivência, saudavelmente conflituosa, dos profissionais que todos os dias ce-

***Pode haver  
Congresso sem  
Democracia –  
mas não existe  
Democracia sem  
Congresso.***

lebram conosco as conquistas e conosco lamentam os retrocessos por que passamos, nessa via conturbada e fugaz a que damos o sugestivo nome de processo histórico, esse afastamento foi um sinal de alerta.

Pode haver Congresso sem Democracia – mas não existe Democracia sem Congresso. Nenhum Parlamento, aqui ou em outra parte do mundo, sobrevive sem a crítica e na ausência das primeiras e mais caras das liberdades: a livre manifestação do pensamento, que se materializa com a liberdade de Imprensa.

Reivindicações e protestos fazem parte do ofício que aqui se exerce todos os dias, em busca do consenso, ideal sempre perseguido, mas nem sempre alcançado. A palavra é o nosso principal instrumento. Falar é o nosso ofício, mas ouvir, a nossa primeira missão e maior obrigação. Sem ouvir a voz das ruas, não exercemos dignamente o mandato.

Há mais de um século, o Presidente Campos Sales, restaurador da abalada estabilidade financeira do País, cunhou o termo que ele mesmo chamou de "política dos estados". O povo e a imprensa, porém, foram os responsáveis pela expressão de como esse termo passou à História: "política dos governadores".

Ele a sintetizou em apenas uma frase: "O que querem os estados, quer a União". Vivíamos o advento de um novo e inédito regime, a Federação, depois de quase quatro séculos de centralização do poder. Os estados e seus governadores eram, efetivamente, o único elo que ligava o Poder Central aos novos estados na recém proclamada República Federativa. Os tempos mudaram e, com eles, o Brasil.

A prática defendida por Campos Sales teve que se adaptar às transformações que mudaram a fisionomia da Nação. E, se tivéssemos que sintetizá-la, em nova versão, teríamos que dizer hoje: "O que quer o povo, quer o Congresso".

O processo político brasileiro viveu, no ano legislativo que ontem se encerrou, uma de suas mais inquietantes e prolongadas crises, cujas repercussões ainda não foram inteiramente superadas. Métodos e práticas inaceitáveis – delituosas muitas delas – afetaram a legitimidade do sistema eleitoral, suporte e principal fundamento da Democracia representativa.

Urgia agir com presteza, como em outros momentos de nossa História. O País testemunhou a dedicação no encargo de ouvir testemunhas, afrontar mentiras, ouvir evasivas e engolir manobras de acusados.

Um esforço na busca dos elementos que permitam oferecer ao Ministério Público, quando for o caso, os elementos de convicção e as provas materiais que lhe habilitem a produzir as peças acusatórias sobre as quais a Justiça dará o seu veredicto. Sentenças que não são exclusivas do Judiciário. A sociedade saberá julgar aqueles cuja estatura não estiver à altura dos mandatos.

Não posso deixar de expressar publicamente o reconhecimento e de manifestar meus agradecimentos – em nome da instituição que tenho a honra de presidir – aos deputados e senadores que, nas Comissões Parlamentares de Inquérito, vêm executando, com zelo, equilíbrio e competência, os seus deveres, sem que por isso a Câmara e o Senado tenham deixado de cumprir os seus deveres votando projetos de interesse do País.

A decisão conjunta de convocar extraordinariamente o Congresso foi fundamentada na convicção de que, interromper o curso das investigações, paralisar a contagem dos prazos regimentais para o exercício do sagrado direito de defesa seria prejudicial, não somente às instituições, mas, sobretudo, afrontaria as expectativas da sociedade brasileira.

Quando se fizer o balanço de uma das mais conturbadas quadras por que passou o Congresso, os brasileiros hão de fazer justiça à serenidade, ao equilíbrio e à responsabilidade que cercaram a mais densa, a mais intensa, a mais longa e a mais abrangente das investigações públicas já realizadas, aqui e em qualquer outra parte do mundo.

Não hesitamos em expor, crua e publicamente, como convém a toda Democracia, os defeitos, as falhas e as mazelas que perturbaram e macularam o sistema eleitoral do País.

***É preciso pôr um limite à escalada sem fim do aumento da carga tributária – hoje uma verdadeira expropriação – que a Nação tem sido obrigada a suportar nas últimas décadas.***

Reconhecer os erros é uma virtude.

Defendi mudanças no discurso de minha posse. Portanto, corrigir os defeitos é uma obrigação, um gesto de humildade. Somente as instituições permeáveis às mudanças, que respeitam a crítica, que têm coragem de se depurar, corrigir seus erros, conseguem manter a confiança da sociedade, cada vez mais atenta e fiscalizadora.

Por isso, estamos discutindo medidas para prevenir os abusos eleitorais já identificados e comprovados. A verdadeira mobilização nacional, provocada pelo funcionamento simultâneo de três CPIs, causou sobressaltos, mas não impediu o cumprimento dos demais deveres.

O volume das matérias aprovadas pelas duas Casas do Congresso extrapola os resultados de várias outras sessões legislativas. Não apenas pela quantidade de deliberações, mas pela qualidade. Destaque-se, entre outras, a legislação infraconstitucional do Poder Judiciário, o combate ao desmatamento e outros temas relevantes para o País, com a reforma eleitoral de emergência.

Uma vez mais, porém, é meu dever, como já tenho feito publicamente, dizer, pelo menos em relação ao Senado, que, em nada menos do que 65% das sessões ordinárias, o Plenário ficou impedido de deliberar, por ter a pauta de decisões relevantes sido trancada pela banalização de medidas provisórias. Daí a modificação que fizemos.

Claudicante no início – é verdade –, porque convocado para o dia 16 de dezembro, a convocação revelou-se produtiva. Mais do que eliminarmos vícios antigos, os números são desapaixoados e eloqüentes. Em 43 dias úteis, o Senado Federal realizou 42 sessões e aprovou 123 matérias. No mesmo período, a Câmara fez 34 sessões e votou 101 matérias, em sua maioria, importantes para o País.

Se mais não foi feito, registre-se que esta é uma Casa política onde não há forças hegemônicas e várias matérias – como Orçamento e o Fundo da Educação – converteram-se em cavalo de batalha entre Governo e Oposição, às vésperas da eleição.

Feito o balanço que os costumes legislativos recomendam, é meu dever lembrar as circunstâncias sob as quais iniciamos um ano decisivo para a experiência e a vivência política do País.

Pela segunda vez em nossa História política, vamos testar o instituto da reeleição depois de mais de cem anos de vedação constitucional. Este é um ano de eleições gerais, o mais importante de todos os eventos que caracterizam o regime democrático brasileiro.

Vamos, de novo, celebrar a democracia representativa, na mais significativa de suas liturgias – as eleições. Confiamos que seja um pleito tranqüilo, tal como têm sido os dos últimos anos, desde que as eleições – exemplo para o mundo – foram informatizadas. E esperamos que as medidas adotadas pelo Congresso as livrem dos métodos espúrios de financiamento irregular.

Mais uma vez, tal como fiz ao assumir a Presidência, espero que a sensibilidade das senhoras e dos senhores voltem suas vistas e suas preocupações para tentarmos modernizar, agilizar e desburocratizar o processo interno de aprovação do Orçamento, nossa primeira e principal obrigação, desde que foi a fonte inspiradora da criação do mais antigo parlamento do mundo.

Estou convencido, como a maioria do Congresso, de que é preciso pôr um limite à escalada sem fim do aumento da carga tributária – hoje uma verdadeira expropriação – que a Nação tem sido obrigada a suportar nas últimas décadas, reflexo do fato de a reforma tributária aprovada pelo Senado ainda não ter sido concluída. Definir previamente programas essenciais ao desenvolvimento nacional insuscetíveis de contingenciamento, e aos quais se restringiriam as emendas parlamentares, seguramente contribuiria para tornar essa prática insuspeita.

Esta, porém, não é a única área que exige medidas moralizadoras. Para coibir os abusos representados por milhares de obras inacabadas em todo o País, situação que constrange todos os governos e desperta a justa indignação dos brasileiros, é preciso uma ação permanente e conjunta dos três Poderes, atuando direta e sistematicamente, mediante programação plurianual, e de forma preventiva, para erradicar de vez este mal.

Outro impasse que pretendemos superar em 2006 é o dos precatórios.

Hoje, as dívidas judiciais dos estados está em cerca de 43 bilhões de reais. E as dos municípios, em torno de 20 bilhões.

A convivência harmônica com o Poder Judiciário permite que, hoje, os ministros e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nel-

son Jobim, estejam aqui também para apresentar uma engenhosa e criativa proposta para os precatórios que o Senado e a Câmara – tenho certeza – analisarão com a atenção merecida.

No âmbito interno, criamos uma comissão para alterar o Regimento Interno – em face da modernidade – e tornar o processo legislativo mais ágil. A mudança deve levar em consideração a urgência de medidas essenciais à eficiência do Poder Público e que, ao mesmo tempo, atendam aos reclamos da população nas proposições que digam respeito ao interesse coletivo e evitem tratamento privilegiado às pressões corporativas, nem sempre legítimas, mas admissíveis em toda Democracia.

Da mesma forma, acredito que seria útil para a produtividade de nossos trabalhos, regularmos e limitarmos as sessões solenes, especiais e comemorativas, restringindo-as àquelas que sejam de extrema relevância.

Acredito que, a despeito das dificuldades a serem ainda superadas, temos condições de dar à opinião pública brasileira as respostas que de nós espera a sociedade.

***Temos condições de dar à opinião pública brasileira as respostas que de nós espera a sociedade.***

É um avanço termos eliminado a antiga e indefensável prática do pagamento extra nas convocações extraordinárias do Congresso e, mais do que isso, termos abreviado o período de recesso, ampliando a duração das sessões legislativas. Um binômio de regalias condenado pela sociedade que alimentava um círculo vicioso a provocar as desgastantes convocações extraordinárias.

Ao homem público, não cabe aguardar elogios por cumprir suas obrigações. Esta prestação de contas é um dever do Congresso Nacional. Investigar, punir culpados por corrupção, eliminar privilégios e votar projetos para uma sociedade mais justa é uma obrigação de todos. Sempre que houve uma sintonia entre a atuação do Poder Legislativo e as aspirações da sociedade – de onde provém nossa legitimidade – todos ganham. Pois a Câmara e o Senado são instituições onde não se entra ou se permanece contra a vontade do povo brasileiro. Devemos continuar assim: moralizando e valorizando o Legislativo.

Muito obrigado!

## SAUDAÇÃO AO PRESIDENTE LULA

*Arapiraca/AL, 23/2/2006*

Quero cumprimentar a todos, saudar o Presidente Lula e aproveitar para agradecer Vossa Excelência por mais essa vinda a Alagoas, E dessa vez, a esta cidade que nós amamos tanto, que é a cidade de Arapiraca.

Como todos sabem, a minha relação com o Presidente Lula é uma relação que exige uma certa liturgia constitucional. Eu tenho que ter, como Presidente do Congresso e Presidente do Senado, uma relação de muita amizade, absoluta harmonia, mas de total independência para que os poderes funcionem como devem funcionar. E eu não poderia, arapiraquenses, deixar de afirmar isso. Assim, como não posso deixar de dizer que o Estado de Alagoas é um estado pobre e que muita gente já ajudou Alagoas. Outros governos já ajudaram Alagoas e todos têm participado do desenvolvimento desse estado.

Mas em primeiro lugar é importante que se diga que, em nenhum momento da nossa história, um governo ajudou tanto esse estado como tem feito o Governo do Presidente Lula.

Eu não quero mais falar do aeroporto, que foi até então a maior obra realizada em Alagoas, quando o Governo Federal mandou quase 300 milhões de reais para o nosso estado; não vou falar das adutoras que foram implementadas, inclusive a Adutora do agreste que beneficiou Arapiraca; essa região que só no ano passado teve liberados quase nove milhões de reais.

Eu quero falar das coisas mais urgentes, mais necessárias.



Como sabe Vossa Excelência, o Prefeito Luciano Barbosa foi Ministro da Integração Nacional. Naquela ocasião, colocamos a obra do Canal do Sertão como prioridade, mobilizamos as forças políticas desse estado, liberamos mais de 50 milhões de reais e construímos a parte mais cara da obra que é a parte da tomada de água do Canal do Sertão. Mas, de uma só vez, Vossa Excelência mandou empenhar 92 milhões de reais, essenciais para nós queimarmos etapas que serão fundamentais para o nosso desenvolvimento. Esse Canal é de múltiplo uso: terá mais de 200 quilômetros e vai beneficiar mais de 40 cidades, incluindo as terras férteis de Arapiraca e de Palmeira dos Índios.

Quero falar, também, dos recursos liberados para a despoluição das lagoas para o saneamento de quase todos os municípios do estado através da Funasa, do Ministério da Saúde e do Fundo Nacional de Saúde; eu quero falar dos recursos que foram liberados para o saneamento dos municípios ribeirinhos do Mundaú; quero falar dos recursos para a construção da ponte de Santo Antônio, onde foram liberados mais de cinco milhões de reais; quero falar de recursos para a reforma agrária.

Nós estamos concluindo, de uma só vez, as negociações para liberar 22 mil hectares para assentamento de famílias sem-terra, em Joaquim Gomes. Quero falar na interiorização da Ufal. Quero agradecer ao ex-Ministro Tarso Genro, ao atual Ministro Fernando Haddad, ao Deputado Rogério Teófilo mas, quero, fundamentalmente, agradecer a essa querida amiga, a magnífica Reitora Ana Dayse. E não digo magnífica porque o cerimonial quer que assim o façamos, mas me refiro à magnífica Ana Dayse, que é uma mulher extraordinária. E aproveitando, em nome dela, quero cumprimentar todas essas bravas mulheres de Arapiraca.

Quero lembrar também que o Presidente Lula, que já liberou recursos para o açude da Bananeira, está também liberando recursos para o saneamento desta região, para evitar a contaminação da água.

Eu não quero falar dos recursos que ele liberou para que o prefeito fizesse, aqui, a primeira indústria de fécula do Nordeste. Só que a produção ainda é pequena e acho que o Senhor Presidente poderia

dar uma ordem para que a Petrobras faça uma parceria, já que qualidade a indústria de Arapiraca tem. A Petrobras e o Governo Federal poderiam comprar, de uma só vez, toda a produção de Arapiraca e dos municípios que produzem a matéria-prima.

Eu queria aproveitar a oportunidade para lembrar ao Presidente Lula, e ao Ministro Fernando Haddad, da importância de expandir a Universidade Federal para o ensino médio. Para nós construirmos uma escola em Alagoas, de ensino médio, profissionalizante, para trabalhar na indústria sucroalcooleira, já que Alagoas continua sendo o maior produtor de açúcar e álcool do Nordeste.

Da mesma forma, precisamos ampliar a infra-estrutura turística do nosso estado, e para isso também precisamos de cursos para ajudar a formar mão-de-obra média, para que ela possa trabalhar no turismo, a exemplo do que acontece em outros estados do Brasil.

Eu estive, no último final de semana, em Natal e pude perceber o quanto eles avançaram em relação ao turismo e o quanto isso nos retirou em competitividade.

Alagoas tem as praias mais bonitas do Brasil. Ao mesmo tempo, nossa capacidade de endividamento está esgotada e temos que trazer investimentos de fora para aplicar em infra-estrutura. E precisamos de parcerias com o Governo Federal para duplicar a estrada da Barra, terminar a ponte Santo Antônio e construir acesso para a população a mais 17 quilômetros de praias virgens. Para tudo isso precisamos contar com o seu apoio, Senhor Presidente.

O alagoano tem várias características. É o povo mais hospitaleiro do País, tem orgulho de ser dessa terra e tem a humildade de reconhecer que os passos que vamos dar são muito largos, e que precisamos da ajuda insubstituível do Governo Federal.

***O alagoano  
tem várias  
características.  
É o povo mais  
hospitaleiro do País,  
tem orgulho de ser  
dessa terra e tem  
a humildade de  
reconhecer que os  
passos que vamos  
dar são muito  
largos.***

Eu quero – onde eu estiver, seja no Senado da República ou para onde Alagoas me mandar – poder continuar investindo neste estado e, modestamente, dando essa colaboração.

Quando entrei aqui, com o Presidente Lula, uma senhora veio ansiosa me perguntar para o que serei candidato. Eu disse: “Minha senhora, ainda não está na hora de decidir. É cedo. Ainda tenho quase cinco anos de mandato como senador para exercer”. Mas primeiro quero que Alagoas me responda uma pergunta que tenho feito, e que tenho feito a mim, também. Eu preciso saber se sou mais útil ao estado como senador ou como governador. Vou para onde Alagoas quiser que eu vá.

Muito obrigado!

## LANÇAMENTO DO LIVRO "PALAVRA DE PRESIDENTE"

*Em 8/3/2006*

Quando temos em mãos um livro como este *Palavra de Presidente – Sob o Signo de Rui Barbosa*, podemos perceber a dimensão desta obra singular, que tem sido a construção e o aperfeiçoamento da Democracia representativa no Brasil.

Um processo que sofreu avanços e retrocessos, ao longo de pouco mais de um século. Tivemos momentos ruins, sombrios, mas também momentos luminosos, de grandeza histórica e política.

Pelos discursos de posse dos presidentes do Senado Federal, compilados e comentados com brilhantismo pelo consultor legislativo João Bosco Bezerra Bonfim, podemos acompanhar a História Contemporânea do nosso País, inclusive os ciclos autoritários e seus efeitos no Parlamento.

Vemos, na palavra de seus presidentes, como o Congresso Nacional resistiu bravamente aos surtos ditatoriais, dentro dos limites possíveis de cada época.

E podemos acompanhar também, pela leitura do livro de João Bosco, os momentos de retomada vigorosa do processo democrático e de aperfeiçoamento institucional.

Neste caso, talvez o momento de maior brilho tenha sido o discurso do Deputado Ulysses Guimarães, em 1988, na promulgação da nova Constituição Brasileira. Um deputado, sim, mas liderando as duas Casas como Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Senhoras e senhores,

João Bosco Bezerra Bonfim, mestre em Lingüística e adestrado nas artes da política, já havia publicado uma coletânea comentada dos discursos de posse de todos os presidentes da República.

Por uma provocação nossa, resolveu se lançar a este novo desafio, compilar e comentar os discursos dos presidentes do Senado. Alguns desses presidentes ainda estão entre nós com mandatos de senador, que exercem com grande brilho.

Nossa Casa teve, por duas vezes, a honra de ser presidida por um dos nomes que certamente ficarão registrados com todo louvor em nossa História, o do Senador José Sarney.

Com a experiência de quem assumiu a Presidência da República num momento extremamente delicado do Brasil, Sarney lembrou, em seu primeiro discurso de posse na Presidência do Senado, em 95, que o caminho do desenvolvimento passava sempre pela Democracia.

Em 2003, dava outro recado exemplar em seu discurso de posse, ao destacar que o Parlamento não pode jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta à transparência, a moralidade, a eficiência.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, outro personagem vivo de nossa História, também conduziu o Senado de forma ímpar, sempre consciente de seus deveres para com o País e com o regime democrático.

Ao assumir a Presidência, em 97, foi enfático: era preciso completar a reforma do Estado, limitar a edição das medidas provisórias e enfrentar o problema da pobreza crescente e da concentração de riquezas.

Destaco, ainda, a maneira exemplar como o Senador Ramez Tebet, meu colega de partido, conduziu esta Casa, depois de mais de quarenta anos de atividade política e uma trajetória de luta pela liberdade e pelos direitos políticos.

Em seu discurso de posse, em 2001, ele exaltou a necessidade de que o Senado retomasse a discussão dos grandes temas nacionais e avançasse nas reformas política e tributária. E registrou um recado

precioso: “É hora, disse Ramez Tebet, de trocarmos a intolerância pela harmonia, as disputas sociais pelo interesse público”.

Não posso aqui deixar de citar o Senador Edson Lobão, que presidiu o Senado, em 2001, com o equilíbrio e a seriedade de um grande homem público. O mesmo equilíbrio e seriedade que marcaram seu trabalho à frente da Comissão de Constituição e Justiça.

*Palavra de Presidente – Sob o Signo de Rui Barbosa* é uma obra que recomendo com enorme entusiasmo para historiadores, estudantes, políticos, para todos os brasileiros, enfim.

É uma forma de conhecer melhor o nosso Parlamento e as idas e vindas da nossa História Contemporânea. Que tem sido, afinal de contas, uma busca constante e permanente de aperfeiçoamento democrático e institucional.

Muito obrigado!

***Tivemos momentos ruins, sombrios, mas também momentos luminosos, de grandeza histórica e política.***

## HOMENAGEM À MULHER

*Sessão de 9/3/2006*

Temos hoje uma sessão especial, em homenagem às mulheres. Uma homenagem mais do que justa. A força, o equilíbrio, a intuição e a capacidade de trabalho da mulher – que cada vez mais precisa se desdobrar entre os cuidados com os filhos, a casa e a vida profissional –, são não apenas o esteio da família, mas a base que nos permite construir nossas maiores conquistas no universo do trabalho e na área social.

Homenageamos, aqui, mulheres de todas as raças, de todas as idades, religiões, classes sociais.

Mães, companheiras, profissionais, donas de casa, ativistas políticas, batalhadoras incansáveis em prol de um mundo mais justo, menos violento, um mundo melhor para nossos filhos, para cada um de nós.

Nunca é demais lembrar que as mulheres são hoje 51% da população e do eleitorado. Chefiam uma em cada quatro famílias, respondem por 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal.

No Congresso, nossa bancada feminina é das mais representativas, mais combativas. Especialmente nas questões ligadas à infância, à educação e à área social.

Mas o Brasil ainda amarga uma posição lastimável no que se refere à participação política das mulheres. Nesse quesito, estamos em centésimo sétimo lugar entre 140 Países, de acordo com a União Inter-Parlamentar. Nossas deputadas e senadoras ocupam não mais que 9% das cadeiras do Congresso Nacional.

Senhoras e senhores,

Quando falamos sobre os direitos das mulheres, os avanços, conquistados com muita luta ao longo das últimas décadas, são inquestionáveis.

Lembro aqui o papel fundamental exercido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que fiz questão de estimular quando Ministro da Justiça.

Infelizmente, também é inquestionável o preconceito que, por muitas vezes, ainda oprime a mulher no seu dia-a-dia. Que ainda insiste em caracterizá-la como objeto sexual ou em depreciá-la no mercado profissional.

É inadmissível que, em pleno século vinte e um, as mulheres continuem ganhando menos que os homens ao exercerem as mesmas funções.

Pior ainda. É inadmissível que os números da violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica, continuem manchando a dignidade nacional. De acordo com a Fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil.

Uma em cada três ou quatro meninas é abusada sexualmente antes de completar 18 anos.

Para mudar essa realidade, é preciso que Governo, Legislativo, Judiciário e sociedade civil trabalhem juntos, na construção de uma rede eficaz de prevenção da violência, atendimento e proteção à mulher agredida.

O problema tem que ser assumido por todas as esferas governamentais como uma questão de política pública. Ao Congresso, cabe votar, com a máxima urgência, o projeto de combate e prevenção à violência doméstica contra a mulher.

Um projeto já amplamente discutido com os movimentos feministas e de mulheres. E temos, aqui, que parabenizar o trabalho da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que tem se empenhado ao máximo na luta contra todas as formas de violência e preconceito de gênero.

Outra proposta importante, que devemos analisar o mais breve possível no Congresso, é a que estimula a formalização



dos trabalhadores domésticos, com a dedução do imposto de renda da contribuição previdenciária recolhida sobre o salário dos empregados.

Esse foi um dos pontos da Agenda Positiva que apresentei ao País, um ano atrás. Já tivemos aprovado aqui, no Senado Federal, o projeto de lei de minha autoria e de autoria da então Senadora Benedita da Silva com o mesmo objetivo. Projeto que infelizmente não caminhou na Câmara dos Deputados.

De lá para cá, venho defendendo a tese de que tal incentivo fiscal não tem apenas um alcance social e econômico inestimável, com a inclusão previdenciária de milhões de trabalhadores.

Significa um alívio financeiro mais do que justo para nossa classe média, que hoje vive a contradição de ter em sua própria casa empregados domésticos sem que a família tenha condição de formalizar, de legalizar, de contratar, de pagar os impostos e de garantir os direitos desses empregados. E um alívio para as mulheres que deixam o dia-a-dia da casa para engrossar o mercado de trabalho.

Senhoras e senhores,

Temos a honra, na sessão de hoje, de outorgar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco brasileiras exemplares, dignas do nosso aplauso, da nossa admiração.

Cinco brasileiras que se destacaram na luta pelos direitos da mulher, na defesa de uma sociedade mais justa, baseada na igualdade de oportunidades e direitos para todos, independente de sexo, origem, classe social.

Homenageio aqui, em nome de todos nós, a pajé Raimunda Putani, por sua luta para manter as tradições de seu povo; as trabalhadoras rurais Elizabeth Teixeira e Geraldina de Oliveira, pelo combate à violência agrária e à impunidade; a economista Jupyra Barbosa Ghedini, uma das fundadoras da Associação de Mulheres de Negócios e

***Pior ainda. É inadmissível que os números da violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica, continuem manchando a dignidade nacional.***

Professores do Distrito Federal; e a advogada e Deputada Estadual Rosmary Corrêa, responsável pela criação da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher.

A essas cinco mulheres, os nossos parabéns.

Os nossos parabéns, também, às nossas senadoras, às nossas deputadas, à Ministra Nilcéa Freire, a todas as representantes de movimentos feministas e de mulheres, que tanto lutaram – e continuam lutando – pelos direitos das mulheres.

Nossos parabéns, enfim, a todas as brasileiras que, com sua coragem e determinação, pavimentam nosso caminho rumo à igualdade e à justiça social.

Muito obrigado!

## VIAGEM AO CHILE

*Sessão de 13/3/2006*

A convite do então Presidente do Senado chileno, Sérgio Romero, comparecemos, neste sábado, à posse da Presidenta Michelle Bachelet.

Foi uma cerimônia emocionante, que marcou um grande momento democrático de um país que soube superar, de forma notável, 17 anos de regime de exceção e que hoje é um modelo de liberdade e de dinamismo econômico.

A responsabilidade de Bachelet, a primeira mulher a chegar à Presidência do Chile e a primeira, também, a ocupar o mais alto cargo executivo por meio do voto na América Latina, é ainda maior diante da popularidade de seu antecessor, Ricardo Lagos. Na cerimônia de sábado, o ex-presidente foi ovacionado por, pelo menos, dez minutos, ao entrar no plenário do Congresso chileno. Ele deixa o cargo com mais de 70% de popularidade.

Uma popularidade facilmente justificável. Os resultados conseguidos na economia e na modernização do Chile têm sido exemplares.

O crescimento econômico sustentado do Chile tem alcançado a casa dos 8% ao ano durante a última década. O crescimento agrícola, de 11% em 2005, é resultado de pragmatismo e da competência dos produtores chilenos de explorar ao máximo as próprias potencialidades e aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela economia mundial.

O reencontro do Chile com a democracia tem sido um modelo de maturidade política.

Uma obra de engenharia política como a nossa, aqui no Brasil, de que tanto nos orgulhamos hoje, quando a democracia também entre nós está consolidada.

Senhoras e Senhores Senadores,

A Presidenta Michelle Bachelet, que nomeou um gabinete formado metade por homens, metade por mulheres, tem uma bela história pessoal. É filha de um auxiliar próximo do Presidente Allende, o general de brigada da Força Aérea Alberto Bachelet, que morreu na prisão do Governo militar. A própria Bachelet viveu vários anos no exílio.

Como Ministra da Defesa no governo Ricardo Lagos, promoveu uma reconciliação definitiva entre civis e militares, cicatrizando velhas feridas, com o pensamento no futuro.

É responsável, também, pôr um programa de saúde para o Chile que estará implantado definitivamente até 2010.

A aproximação com o Brasil, é bom lembrar, sempre foi fator fundamental para a diplomacia chilena, que tem no nosso País um aliado estratégico. O Chile já deu seu apoio ao projeto brasileiro de constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações, assim como à aspiração brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O comércio entre os dois Países cresceu mais de 35% no ano passado e há crescente interesse na realização de investimentos de parte a parte.

Dois acordos importantes estão sendo negociados no momento: um memorando de entendimento sobre energia e mineração e um acordo sobre cooperação jurídica em matéria penal.

Esperamos que o Chile, em futuro não muito distante, se torne membro pleno do Mercosul, ao qual já é associado. O dinamismo

***A aproximação com o Brasil, é bom lembrar, sempre foi fator fundamental para a diplomacia chilena, que tem no nosso País um aliado estratégico.***

econômico do país será, sem dúvida, de grande importância para a consolidação do bloco econômico da América do Sul.

Quero, enfim, informar, que nós teremos a honra de receber a Presidenta Michelle Bachelet aqui no Brasil, provavelmente no próximo mês de abril, quando deverá também comparecer ao Senado brasileiro.

Estou certo que Bachelet encontrará, entre nós, todo o apoio e o diálogo que seu país merece.

Muito obrigado!

## CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Sessão de 14/3/2006*

É com orgulho que inauguro esta campanha de sensibilização, valorização e atendimento à pessoa com deficiência, voltada para servidores e visitantes do Senado Federal.

Uma campanha que vem se somar a várias outras iniciativas do Senado, no sentido de garantir a inclusão e a acessibilidade do deficiente.

Nunca é demais lembrar que o Brasil tem, hoje, segundo os dados do IBGE, 24,5 milhões de pessoas com deficiência, física ou mental. E que, mais do que uma atitude assistencialista, temos o dever constitucional de garantir aos deficientes todos os seus direitos como cidadãos brasileiros – condições de acesso e inclusão social, nas nossas vias e órgãos públicos, no nosso mercado de trabalho, nas nossas escolas, nos nossos meios de comunicação.

O Congresso tem dado o seu exemplo. A aprovação, em 1989, da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência foi o primeiro marco.

Outro é a Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, que estabelece normas para atendimento às pessoas com deficiência.

Entre outros projetos importantes que hoje tramitam no Senado, estamos empenhados na aprovação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Na semana passada, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou parecer favorável ao projeto de lei de autoria do Senador Flávio Arns – um defensor incansável da causa – estabelecendo critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado com deficiência.

Lembramos, também, que, em outubro passado, promovemos aqui, com ótimos resultados, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Temos, no Senado, vários profissionais com limitações de ordem física, mas que desempenham suas funções com a mesma eficiência e o mesmo entusiasmo dos colegas. O que nos cabe é dar-lhes condições de trabalho adequadas.

Para eles, e para os visitantes de nossa Casa, temos construído rampas de acesso, adaptado vários espaços da Casa, adquirido triciclos motorizados, rebaixado meios-fios e telefones públicos e implantado sinalizações especiais.

A nossa gráfica está com moderno equipamento para edição de livros em Braille, nossa biblioteca já tem uma audioteca e a página do Senado na internet foi adaptada para uso dos deficientes visuais.

Enfim, temos criado o máximo de facilidades para todos que tenham limitações físicas, sejam colegas de trabalho ou visitantes. Com essa campanha, o Senado demonstra, mais uma vez, seu respeito por parcela tão significativa da população e se afirma como modelo de acessibilidade e inclusão social.

Senhoras e senhores,

Gostaria, aqui, de agradecer a presença do Doutor Aloysio Campos da Paz, presidente da Rede Sarah de Hospitais, que tem um trabalho maravilhoso com reabilitação de deficientes físicos, um trabalho reconhecido mundialmente. O Doutor Aloysio nos trouxe aqui, como contribuição, o filme Mauri – A diferença de ser igual, que mostra o trabalho de reabilitação realizado num paciente do hospital Sarah.

**O Senado  
demonstra seu  
respeito por parcela  
tão significativa  
da população e se  
afirma como modelo  
de acessibilidade e  
inclusão social**

Quero, finalmente, cumprimentar a Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência pela iniciativa.

E reiterar nosso total apoio à Comissão de Acessibilidade, que produziu um diagnóstico preciso sobre as necessidades de adaptação predial e de equipamentos do Senado. Nossos parabéns, também, à Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que centraliza os debates sobre as matérias de maior interesse dos deficientes.

Esse trabalho conjunto, entre servidores e parlamentares, é a base sobre a qual poderemos construir um Senado e um País em que a cidadania seja, efetivamente, muito maior do que o preconceito.

Muito obrigado.



## XIV CONVENÇÃO DOS CORREGEDORES

*Maceió/AL, 17/3/2006*

Quero, antes de mais nada, agradecer o convite que me foi feito para vir a esta XIV Reunião Ordinária do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral e falar, diante de auditório tão ilustre e qualificado, sobre um tema que me é particularmente caro, a reforma política.

É, para mim, uma grande satisfação estar aqui na companhia das senhoras e dos senhores – satisfação ainda amplificada pelo prazer de estar na minha querida Maceió.

Difícilmente podemos exagerar a importância do papel da Justiça Eleitoral. Uma instituição que tem por finalidade garantir a lisura dos pleitos, de corrigir desvios, abusos, erros que poderiam viciar fatalmente o processo eleitoral é imprescindível para nossa saúde democrática, dada a centralidade das eleições em nossa vida política.

Essa importância se estende ao trabalho do Corregedor – trabalho nobre e difícil, que, muitas vezes, pode fazer a diferença entre a justiça e o arbítrio, entre a justa medida e o abuso.

Quero também, antes de entrar no assunto que me cabe, somar-me às homenagens prestadas ao Ministro Humberto Gomes de Barros, ilustre conterrâneo, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral; ao Ministro Francisco César Asfor Rocha, também Ministro do STJ e do TSE; e ao Desembargador José Fernando Lima Souza, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

A todos, meu reconhecimento, como político e como cidadão, pelo excelente trabalho da Justiça Eleitoral, um dos esteios mais seguros de nossa democracia.

Meu tema é a reforma política. Essa é, em certo sentido, a mãe de todas as reformas: dela vai depender, em alguma medida, não só o desenho das nossas instituições, mas também – e sobretudo – a maneira como as discussões em torno das demais reformas serão conduzidas.

Nesse tópico da reforma de nossas instituições políticas, como, de resto, em inúmeros outros, é fundamental a integração de esforços entre as várias instâncias em que se divide a autoridade estatal.

O Senado Federal tem feito grande esforço para apreciar todas as reformas necessárias para o crescimento e desenvolvimento nacional. Somente no ano de 2005, mais de 2.750 proposições foram apreciadas na Casa que também se envolveu em um frenético trabalho de investigação que, durante alguns meses, chegou a contar com o funcionamento de três Comissões Parlamentares concomitantemente.

A reforma política, tema que estamos a discutir, já foi apreciada e aprovada na Câmara Alta. Também, no ano de 2005, o Senado Federal debateu e deliberou sobre a chamada Minirreforma Eleitoral, que propõe o fim de várias estratagemas que, durante o período que antecede as eleições, buscam confundir o cidadão e desviar a atenção dos programas dos candidatos.

Showmícios monumentais a preços inconfessáveis e a farta distribuição de brindes são resquícios de um tempo que o poderio econômico pensava poder comprar tudo, inclusive a representatividade popular.

É exatamente esse tempo que estamos trabalhando para que acabe. Para isso e por isso é urgente a aprovação da reforma política e de todas as iniciativas para inibir o caixa dois e garantir uma eleição onde o debate de idéias e de programas seja o principal fator de determinação do voto.

A interação entre os poderes, sempre tendo em mira o equilíbrio que deve caracterizar essa interação, é condição necessária para o bom governo.

Senhoras e senhores,

Quero afirmar que o Congresso Nacional, o Senado em particular, sempre assumiu, como um compromisso absoluto, o cumprimento das decisões judiciais – como não poderia deixar de ser.

Recentemente encerramos, no Congresso, uma discussão que iniciou-se em 2002, em torno do que se convencionou chamar de “verticalização” das eleições, ou seja, a obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

Como é do conhecimento de todos, promulgamos, no último dia 8, a Emenda Constitucional nº 52, que esclarece definitivamente a questão aberta com a interpretação dada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 2002, ao art. 6º da Lei nº 9.504, de 1997 (Lei Eleitoral), com apoio ainda na Constituição Federal, art. 17, inciso I.

Com isso, com a promulgação dessa Emenda, o Congresso Nacional não fez outra coisa senão cumprir seu papel de legislar. Fizemos nossa parte, dentro do que nos compete e segundo o que se espera de nós, que é fazer as leis.

Naturalmente, havendo questionamentos, o fórum competente passa a ser o Judiciário, que dará a última palavra.

Quanto ao instituto mesmo da verticalização, tópico importante de discussão em qualquer projeto de reforma política, permitam-me algumas breves reflexões. Acredito que a tese é, em si mesma, boa, mas não podemos julgar essas coisas apenas do ponto de vista normativo. É preciso levar em conta nossa história política e nossas circunstâncias sociológicas.

Desse outro ponto de vista, não creio que a verticalização seja compatível com a realidade dos partidos no Brasil, neste momento. Em nosso País, existem muitas peculiaridades regionais e estaduais. Embora possamos considerar que a vinculação entre as candidaturas nos vários níveis – federal, estadual, distrital e municipal – venha a ter um efeito benéfico no fortalecimento dos partidos verdadeiramente nacionais, a forma como se tentou implantar a verticalização pode acabar sendo contraproducente.

A melhor verticalização, a mais verdadeira, neste momento, será a ditada pelo eleitor, que, no seu voto secreto, julgará o modelo de coligação do seu partido.

Criar partidos fortes, com programas consistentes, não resta dúvida nenhuma, é um dos objetivos fundamentais da reforma política. O que precisamos, efetivamente, é avançar na direção do fortalecimento destas instituições fundamentais para a justa representação do pluralismo que caracteriza nossa sociedade, que são os partidos políticos.

Tenho certeza de que, nesse tópico da verticalização, a parceria contínua do Senado com o Judiciário, mais uma vez, produzirá bons frutos, como já foi o caso na fase constitucional da reforma do Judiciário e permanece sendo agora, na aprovação de várias matérias da reforma infraconstitucional.

Eu próprio, como Presidente do Senado, fiz questão de subscrever os anteprojetos que a Justiça Eleitoral tem enviado ao Congresso, visando a aprimorar as prestações de contas, a promover a revisão dos delitos eleitorais, a inibir a prática do “caixa dois”, dentre outras medidas.

Subscrevi igualmente a proposta dos precatórios, nascida no Supremo Tribunal Federal e na magistratura, que prevê a criação, pelos estados e municípios, de uma espécie de fundo para o pagamento de precatórios.

O redesenho institucional implicado pela reforma política, enfim, exige um esforço conjunto e equilibrado de todos nós, legisladores e magistrados ligados à Justiça Eleitoral. Não percamos de vista que dois dos objetivos básicos da reforma Política são vitais para nossa saúde política.

O primeiro deles diz respeito à segurança e à estabilidade das instituições, garantias de previsibilidade das ações dos que ocupam o poder. Sem isso, sem essa estabilidade, prejudicamos seriamente nosso desenvolvimento econômico e social.

***A melhor verticalização, a mais verdadeira, neste momento, será a ditada pelo eleitor, que, no seu voto secreto, julgará o modelo de coligação do seu partido.***

O segundo objetivo é aprimorar nossos mecanismos de representação política e nosso processo eleitoral. Ora, sem uma forma justa de representar a multiplicidade de interesses, crenças, opiniões e valores, que fazem a riqueza de nossa sociedade, ou sem um processo eficiente de traduzir, por meio das eleições, a vontade popular, não temos democracia.

A reforma Política, assim, aparece como condição tanto do aprimoramento político, do aperfeiçoamento de nossa democracia, quanto de nosso desenvolvimento econômico e social. Não precisamos de mais razões para nos dedicar a ela com toda a atenção e a dedicação que se espera de nós, legisladores e magistrados.

Muito obrigado!

## HOMENAGEM A RAMEZ TEBET

*Sessão de 21/3/2006*

Esta é uma das tarefas mais prazerosas de ser presidente do Senado: homenagear um companheiro que faz por merecer, que exerce com dignidade e competência o seu mandato, que honra os que lhe confiaram o voto.

O Senador Ramez Tebet – meu colega de partido, de bancada e amigo do coração – é daqueles homens públicos especiais, que se encarregam de tarefas difíceis, espinhosas, às vezes em momentos de crise, e se saem muito bem, sem qualquer vaidade ou arrogância.

Continua o mesmo homem simples, o mesmo promotor público do Mato Grosso do Sul, o mesmo prefeito de sua cidade natal, Três Lagoas, o mesmo professor universitário de seu estado. Continua simples, apesar das imensas tarefas que assumiu como senador.

Recém-chegado ao Senado, foi relator do projeto que criou o SIVAM, o Sistema de Vigilância da Amazônia. Cumpriu a missão com grande competência e ganhou de vez a confiança dos seus pares.

O Senador Ramez Tebet foi também o relator do Orçamento Geral da União em 1999, um dos raros anos, na década de 90, em que a peça orçamentária foi votada dentro do prazo, antes do dia 15 de dezembro.

Mas uma das maiores provas a que se submeteu foi a presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, que teve como Relator o então Senador Paulo Souto. Ramez Tebet atuou com firmeza, com descortino e, junto com o relator, produziu um trabalho de fôlego.

A atuação na CPI do Judiciário lhe valeu o encargo difícilíssimo de primeiro presidente do Conselho de Ética do Senado. Novamente, demonstrou grande espírito público e coragem. Usando toda a sua experiência de homem público egresso do Judiciário, enfrentou momentos difíceis com lucidez e coragem.

Chegou à presidência do Senado em um momento também particularmente difícil da Casa, como um pacificador. E, mais uma vez, cumpriu sua obrigação com altivez e bom senso.

Na presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, acumulou a função de relator da chamada Lei de Falências, que, na verdade, tem o nome muito mais adequado de Lei de Recuperação das Empresas.

E foi brilhante como relator. A Lei de Recuperação de Empresas é um diploma fundamental para a segurança jurídica de acionistas de empresas, para o sistema de crédito, para a recuperação da economia, enfim.

***Cumpriu sua  
obrigação com  
altivez e bom senso.***

Ainda como presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comandou a aprovação do Código Tributário, da Lei de Biossegurança, do Estatuto da Igualdade Racial e das parcerias público-privadas.

Não vou, aqui, citar todas as proposições de Ramez Tebet como senador. São muitas. Nem me estender sobre sua atuação como governador. Quero apenas cumprimentá-lo, uma vez mais, por ser o senador competente que é e que honra os 730 mil votos conquistados em 2002, duas vezes e meia o número de votos que teve em sua primeira eleição, em 1994.

Ou seja, Ramez Tebet não apenas manteve a confiança dos que votaram nele, como agregou mais e mais eleitores, que acreditaram no seu excelente trabalho como representante do Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado!

## COMEMORAÇÃO DOS 84 ANOS DO PCDoB

*Sessão de 22/3/2006*

Tenho grande satisfação de participar do octogésimo quarto aniversário do PCdoB – Partido Comunista do Brasil, o que o torna a mais antiga agremiação partidária em atividade em nosso País.

Esse momento me parece especialmente oportuno para reforçar a importância do papel que os partidos políticos devem exercer no tecido social.

Os partidos representam o melhor recurso que o cidadão possui para se fazer ouvir numa sociedade organizada, representativa, moderna. Representam a capacidade de síntese de idéias e interesses do povo, nem estreitamente convergentes. Mais importante, ainda, representam, na resolução de conflitos, uma chance para a paz.

Por isso tenho tanto insistido na necessidade de trabalharmos por uma realidade política com partidos mais fortes, mais consistentes, dos partidos mais definidos, do ponto de vista programático e ideológico.

Os partidos devem ter mais força do que cada um de seus representantes. Eles devem representar, verdadeiramente, os interesses de uma parcela significativa da população.

Sempre defendi isso e vou continuar defendendo. Se tivesse que invocar um testemunho, invocaria o do Deputado Aldo Rebelo, de que sempre me pautei nessa direção.



Nesse sentido, busco, no PCdoB, na sua história, trajetória política, democrática e coerência ideológica, inspiração para reforçar os argumentos nesse esforço.

Senhoras e senhores,

Considerando todo o respeito que tenho por essa agremiação, lembro um pouco da sua história de lutas e conquistas.

O PCdoB foi fundado em 25 de março de 1922, em um Congresso realizado nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

Esse Congresso reuniu um grupo de militantes formado por um operário, dois alfaiates, um eletricitista, um jornalista, um barbeiro, um gráfico e dois funcionários públicos, oriundos de estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo.

Durante sua existência, o Partido enfrentou períodos de violenta repressão, como ocorreu na Ditadura Vargas.

Mas teve momentos de conquistas, quando, por exemplo, conseguiu eleger um senador e quatorze deputados federais em 1947.

Anos depois, foi considerado ilegal e manteve-se na clandestinidade, até que enfrentou disputas internas que levariam à sua divisão, em 1962.

Na década de 1960, pessoas como João Amazonas, Maurício Grabois, Pomar, Arroio, Elza Monnerat, Lincoln Oest, Carlos Danieli e outros, se esforçaram para manter vivas as suas crenças, mesmo num ambiente social cada vez mais desfavorável.

Buscou resistir ao regime militar e muito lutou pela democracia, o que considero ter sido uma de suas maiores contribuições à sociedade brasileira. A ela, eu modestamente somei meus esforços. Primeiro como dirigente estudantil, depois como deputado estadual, deputado federal, mais adiante como deputado constituinte e permanentemente como defensor dos direitos humanos.

O partido seria, então, legalizado, em 23 de maio de 1985, em pleno Governo Sarney, e elegeu cinco deputados constituintes.

***O PCdoB se destacou, de ‘forma brilhante, na defesa do regime democrático e dos direitos das camadas mais desfavorecidas da sociedade.***

Não economizo palavras ao dizer que, durante sua jornada, o PCdoB se destacou, de forma brilhante, pela atuação de seus parlamentares na defesa do regime democrático e dos direitos das camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Hoje, conta com um senador – Leomar Quintanilha, do Tocantins – e onze deputados federais –, entre eles o amigo, Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

Foram oitenta e quatro anos de lutas, adversidades, aprendizados e muitas conquistas.

Volto a dizer que a atuação do PCdoB, junto à de outros partidos políticos, se mostrou decisiva para o restabelecimento, em 1985, do regime democrático no Brasil.

O exemplo desse partido, como uma agremiação partidária, mostra ser possível se manter fiel aos seus ideais, sem deixar de lado os compromissos com a democracia.

Sei que o PCdoB enfrenta, hoje, o desafio da cláusula de barreira.

Apesar da importância da questão para o fortalecimento das instituições democráticas e parlamentares, ela não pode servir como meio para restringir as ações de agremiações com um longo histórico de lutas a serviço do povo brasileiro.

Aos filiados dessa agremiação partidária, que muito foi importante na minha formação ética e política, deixo, aqui, os meus parabéns.

Muito obrigado.

## PMDB 40 ANOS

*Sessão de 23/3/2006*

Exm<sup>a</sup> Senhora Senadora Anne-Marie, Presidente do Senado belga, Senhoras e Senhores Senadores, Senhores convidados, o PMDB está completando 40 anos neste mês de março e sua história se confunde com a própria luta pela redemocratização e pelo aperfeiçoamento institucional do Brasil.

Durante os anos de regime militar, o então MDB foi a grande trincheira democrática dos que lutavam pelo fim do autoritarismo. Graças à nossa resistência e à do povo brasileiro, e à nossa organização, o partido tornou-se o sólido eixo que permitiu a retomada do poder pela cidadania.

A atuação do PMDB em favor da anistia ampla, geral e irrestrita, a luta em favor das eleições diretas e da Assembléia Nacional Constituinte garantiram ao País uma saída, depois de 20 anos de regime autoritário. Pudemos retomar com segurança o projeto democrático do Brasil.

Hoje, damos novamente uma demonstração de que o nosso partido tem grande responsabilidade na manutenção da estabilidade e da governabilidade em nosso País. Vivemos uma crise política sem precedentes: mais de 70 pessoas foram ejetadas dos cargos que ocupavam. O Congresso investiga intensamente; houve momentos em que três CPIs funcionavam simultaneamente. Digo isso tudo para enfatizar que, em todos os momentos, sem sobressalto, sem medo mais de nada, as instituições funcionaram plenamente, como deveria ocorrer.

Cabe lembrar um pouco, um pouco mesmo, de nossa História. O então MDB – e muitos já disseram um pouco do que vou falar – foi criado como oposição ao regime militar em 1966, um ano depois da extinção dos velhos partidos políticos, decretada pelo Ato Institucional nº 2.

Enquanto uma parte dos ativistas políticos brasileiros fez a opção pela luta armada, o MDB situou-se sempre como canal institucional de oposição, dentro da estreita margem permitida na época.

Dentre tantos nomes que fizeram, e ainda fazem hoje, parte da história do PMDB, lembro aqui – repetindo o que alguns já disseram – alguns fundadores do Partido, ao lado de Oscar Passos, grandes nomes dos extintos PTB e PSD que conseguiram escapar da cassação de mandatos: Tancredo Neves, Nelson Carneiro, Ulysses Guimarães, além de Franco Montoro, oriundo do Partido Democrata Cristão. Outros homens públicos de grande importância construíram a história do nosso partido, como Pedro Simon, Itamar Franco, Arraes, Brossard, Marcos Freire, Fernando Henrique Cardoso, Covas, Richa, Teotônio Vilela. São tantos que posso cometer o erro de continuar citando-os e nunca mais acabar a citação.

***Um grande partido  
se faz desta forma:  
com ponderação,  
com gestos, com  
compreensão.***

Por falar em Dr. Ulysses, o “Senhor Diretas” é, sem dúvida alguma, até hoje, referência não somente para nós, peemedebistas. Seu nome é sinônimo de cidadania, de obstinação, de homem público, uma pessoa que já tinha entrado para a História muito antes de ter deixado a vida.

Em 1966, o MDB elegeu dois governadores: Negrão de Lima, no Estado da Guanabara, e Israel Pinheiro, em Minas Gerais. O regime militar, então, com a Constituição outorgada de 1967, acabou com as eleições diretas para governadores e prefeitos.

Em 1972, com ousadia e criatividade, o Partido lançou a chamada anticandidatura do Deputado Ulysses Guimarães à Presidência da República. Era uma denúncia do Colégio Eleitoral, que apenas referendava os que se sucediam no poder.

O candidato a vice na chapa de Ulysses Guimarães foi o grande brasileiro Barbosa Lima Sobrinho. Os dois percorreram o País em uma inesquecível e memorável campanha cívica.

Em 1974, o MDB impôs ao regime a primeira derrota significativa, com a vitória de 16 senadores da Oposição em 16 estados. Um recado claro aos militares. Em número absoluto de votos, pela primeira vez, o MDB derrotava nacionalmente a Arena.

Em 1978, a conquista da maioria no Senado pela Oposição era cada vez mais previsível. O General Ernesto Geisel editou então o chamado “Pacote de Abril”, a pretexto de uma represália contra o Congresso Nacional, que rejeitara a Lei Orgânica da Magistratura proposta pelo Governo.

Na verdade, Ernesto Geisel queria garantir a maioria no Senado Federal. Por isso, incluiu no “Pacote” a criação dos chamados “senadores biônicos”. Anos mais tarde, com o fim do Regime Militar seria consequência direta da enorme mobilização nacional sob a liderança do PMDB. O PMDB foi o grande fiador da campanha das Diretas-Já, o maior movimento – aqui já o disseram – popular que o Brasil conheceu, com grandes nomes da sociedade civil, como o advogado Sobral Pinto e outros nomes já citados, como o próprio nome do Dr. Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela.

A emenda das Diretas-Já foi derrotada, mas a eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral, em 1984, garantiu, sem dúvida alguma, a retomada da democracia.

Vamos para as eleições gerais em outubro próximo com os mesmos ideais que sempre nortearam o velho MDB. Os números continuam a atestar a força da legenda: temos, atualmente, no Brasil, Presidenta, mais de dois milhões de filiados; 27 diretórios estaduais e 4.671 diretórios municipais; 8.315 vereadores; 1.059 prefeitos; 140 deputados estaduais; nove governadores; três ministros de Estado e uma bancada com 23 senadores e 82 deputados federais, além de uma grande responsabilidade sobre os destinos do Brasil.

Nosso Partido, hoje, tem um dos quadros mais respeitáveis do Congresso Nacional. Como resumir em poucas palavras o que re-

presenta para o País e para o Senado a colaboração inestimável, histórica, deste grande amigo, deste firme companheiro, Senador José Sarney? Como deixar de reconhecer a combatividade e a eloquência do Senador Pedro Simon, este grande batalhador da democracia? Não podemos jamais deixar de reconhecer isso, Senador Ramez Tebet, mesmo nos momentos em que há uma óbvia divergência!

O homem é ele próprio e suas circunstâncias, disse Ortega y Gasset. Todos temos que ter orgulho de nossas circunstâncias. Eu, modestamente, tenho muito orgulho das minhas circunstâncias e sou condescendente com as circunstâncias alheias; sou muito condescendente.

Um partido democrático, um partido que não tem dono, um partido que costuma decidir pela maioria, e que muitas vezes tem dificuldade para construir e para preservar o consenso, este partido também vive suas circunstâncias. Quantas vezes, Senador Ramez Tebet, não convivíamos aqui, ou mesmo na outra Casa do Congresso Nacional, com pessoas que faziam oposição ao Governo e quando chegava a exata hora de compor a chapa do Governo, eram as primeiras que se apresentaram para compor a chapa? E era preciso ter condescendência com isso; entender a magnitude do momento, a circunstância; e saber que um partido tão grande quanto este se faz mesmo dessa forma: a cada momento.

Quando fomos chamados para compor a chapa do então candidato a presidente, pelo PSDB, José Serra e decidir quem de nós iria compor a chapa, eu participei intensamente daquele momento, e convivi com pessoas que, durante aqueles anos todos do Governo Fernando Henrique, do qual me orgulho de ter sido Ministro da Justiça, faziam cerrada oposição, mas, na hora da composição da chapa, foram os primeiros que se apresentaram para compor a chapa do então candidato Serra à Presidência da República. Nem por isso nós brigamos. Este partido não pode brigar, não vai brigar. Nós precisamos garantir a sustenta-

***A argamassa que garante a unidade do PMDB é a defesa intransigente da democracia como valor absoluto e o combate à desigualdade regional e à pobreza.***

bilidade política; defender uma agenda para o Brasil; vencer as etapas que atravancam o nosso desenvolvimento; compor uma maioria; e construir a estabilidade e a sustentabilidade – repito. Nada disso será possível sem o PMDB com suas divisões, sem ter dono, como disse o Senador José Sarney, entendendo as particularidades, as circunstâncias e até mesmo as contradições de cada um. Um grande partido se faz desta forma: com ponderação, com gestos, com compreensão.

Então, muitas vezes, as críticas sequer podem ser respondidas para não acirrar mais as eventuais dissensões, para não dividir mais, para não enfraquecer mais o partido, que nessa hora, mais do que nunca, se afirma, não mais como fiador da redemocratização, mas como fiador da democracia, do Estado democrático de direito, porque, se o PMDB sair desse papel, ninguém vai substituí-lo.

Como, por exemplo, tocar os trabalhos desta Casa e do partido sem a liderança deste querido amigo, Senador Ney Suassuna?

O PMDB é muitas vezes criticado por suas divisões internas – essas divisões a que me referi. Mas essas divisões são decorrentes da própria diversidade regional brasileira e do tamanho do partido. É por isso que não adianta inventar. A instância deliberativa derradeira do partido é a convenção partidária. Não adianta convocar uma convenção para fazer uma prévia à revelia do estatuto. Era a mesma coisa que nós, agora, que vamos fazer a convenção, convocássemos diretamente a convenção pelos diretórios. Não. O Estatuto manda que nós façamos isso por representação à Comissão Executiva. Se aquela convenção lá não valeu, é porque ela foi convocada equivocadamente. Ontem, ouvi o Senador Almeida Lima falar sobre o assunto e S.Ex<sup>a</sup> não sabia do que falava. A liminar que proibiu a realização da convenção foi a mesma liminar que proibiu a realização da prévia. Nós não entramos nem com recurso. Entramos com uma reclamação para fazer valer a liminar anteriormente concedida. Não adianta estabelecer peso ponderado. Meu Deus! O PMDB nunca se fez com isso! Quebrar o desenho da Federação, fazer com que o candidato que ganhou perca pelo índice ponderado. Por quê? Porque havia na convocação da prévia um desejo óbvio de, com o resultado obtido, substituir a decisão da convenção. O PMDB, que se fez de lutas, vai

sempre se fazer de lutas. Mas não dá para inventar fórmulas, porque acaba dando no que deu.

O Governador Germano Rigotto teve sete mil e tantos votos e perdeu para quem teve quatro mil votos. E o desenho federativo ficou arreventado. O meu estado de Alagoas, uma das pequenas unidades da Federação, que eu tenho a honra de representar no Senado da República, foi um dos poucos estados, em que o PMDB ganhou as eleições. Colocou quase cem mil votos na frente do segundo colocado, o PSB. Teve, Senador Ramez Tebet, naquele índice ponderado, reduzida a sua participação para 0,0034.

Um voto de um pequeno estado do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, que V.Ex<sup>a</sup> representa aqui, valia quase 20 votos dos grandes estados da Federação, num índice que ninguém sabe de onde veio, como aconteceu, por que se fez. Quando o Estatuto diz que a instância derradeira do PMDB é a convenção partidária, é porque se leva em conta o desenho federativo. É a convenção que vai decidir, apesar das divergências, como sempre decidiu. Não tem jeito.

***Tenho muito orgulho de pertencer aos quadros deste partido, que continua prestando um grande serviço ao Brasil e está no meu coração.***

A verticalização é uma camisa-de-força. Insurgi-me contra isso aqui. Defendo a verticalização como um conceito, como um princípio na linha do fortalecimento dos partidos. Sempre defendi e vou continuar defendendo. Mas uma verticalização depois da reforma política, da cláusula de barreira, uma verticalização que se faça com quatro ou cinco partidos. Mas não uma verticalização que se faça com 29 partidos, que é o número hoje de partidos existentes oficialmente no Brasil. Como, meu Deus, verticalizar 29 partidos? Como verticalizar 29 partidos!

É natural que essas diferenças, essas contradições culturais, políticas e econômicas do País se reflitam no interior do nosso partido. É natural. Precisamos estar permanentemente preparados para enfrentá-las, com equilíbrio, bom senso, responsabilidade, civilidade, muitas vezes discordando do companheiro, mas não deixando que



essa divergência ultrapasse os limites impostos pela própria democracia. São diferenças que existem em todas as legendas, mas que ficam, claro, mais evidentes no PMDB, por ser o mais estruturado, o maior, o mais representativo partido do Brasil. A argamassa que garante a unidade do PMDB e o mantém como maior partido até hoje é a defesa intransigente da democracia como valor absoluto e o combate à desigualdade regional e à pobreza.

É em nome desses princípios e de nossa responsabilidade que continua para com o País que temos sempre buscado garantir a governabilidade e, ao mesmo tempo, preservar a nossa independência, a nossa consciência crítica e uma ação propositiva. Quantas vezes eu próprio, como Líder do PMDB, depois, como Presidente do Congresso Nacional, não propus uma agenda positiva para o País? Levei-a várias vezes ao Presidente da República, a alguns de seus ministros, discuti alguns pontos aqui no próprio Senado Federal e fiz isso com a maior transparência, com a coragem que precisava ter, com toda abertura, sabendo que, no partido, existem pessoas que não gostariam que aquilo pudesse estar sendo feito naquela oportunidade. O momento, agora, mais do que nunca, é de união em torno desses princípios fundamentais do PMDB. Temos de reconstruir a nossa unidade interna. A convenção, como eu disse e repito agora, é o melhor caminho para restabelecermos os canais de conversação entre as diversas correntes que compõem o nosso partido.

A verticalização ainda vai prevalecer nas eleições deste ano, não por culpa do Senado Federal. Nós votamos a emenda constitucional em 2003, e trabalhei intensamente para que essa emenda fosse votada no ano que passou, na Câmara dos Deputados. Infelizmente, não o foi.

Ontem me perguntavam: “O que vai haver? Isso é uma crise política? Vai haver conflito entre o Supremo Tribunal Federal e o Senado Federal?” E eu disse: “Não, muito pelo contrário”. Ontem, nós combinamos uma sessão de homenagem ao Presidente Jobim, que acontecerá no dia 29, às 10h, porque a Constituição define a competência e as atribuições de cada Poder da República – os Poderes se completam –, e cabe exatamente ao Supremo Tribunal Federal decidir sobre a constitucionalidade e sobre a aplicabilidade de cada

lei. Recebo a decisão do Supremo Tribunal Federal com absoluta naturalidade.

Portanto, acho que é tempo de, mais uma vez, nesta diversidade toda que conhecemos, buscar a unidade. É tempo – e o Senador Simon disse aqui muito bem – de avançar na definição dos nossos rumos, de decidir o que vamos realmente fazer. É tempo de tentar unir as correntes do Partido em torno de um projeto comum para o Brasil. Engana-se – e esse sempre foi o grande erro de quem ousou de fora para dentro analisar o PMDB – quem pensa que o PMDB está rachado. Temos, sim, uma grande diversidade, como eu dizia aqui, mas essa é uma diversidade com a qual sempre convivemos. As nossas linhas mestras são claras: democracia como valor fundamental, distribuição de renda, crescimento econômico e desenvolvimento regional, educação e aperfeiçoamento institucional. Essas são as bandeiras do PMDB. Essas são as nossas bandeiras e são elas, sem dúvida alguma, que nos levarão unidos à convenção. É tempo de construir.

Ontem tive oportunidade de falar, por telefone, com muitas lideranças do partido, inclusive, com o Presidente do PMDB, Deputado Michel Temer. É hora novamente de buscarmos a união, de convocarmos a Executiva, de marcarmos a data da convenção, para que o PMDB defina o que fazer diante da decisão do Supremo Tribunal Federal. As prévias, que defendo, como defendo também candidatura própria, sempre a defendi, jamais deveriam ter acontecido, e nem mesmo a consulta informal, se não houvesse a distorção do índice ponderado, antes da decisão do Supremo. Como decidir o rumo sem ter a regra, sem ter a lei? O rumo deveria ser, como deverá ser agora, consequência da definição da regra, da definição da lei. A inversão do processo não faz bem ao PMDB, muito menos à democracia. E serviu apenas para dividir ainda mais as correntes que já estavam separadas.

Encerro esta intervenção dizendo que tenho muito orgulho de pertencer aos quadros deste partido, que continua prestando um grande serviço ao Brasil e está no meu coração.

Muito obrigado!

## CAMPANHA DA FRATERNIDADE DA CNBB

*Sessão de 22/3/2006*

Estamos aqui, hoje, reunidos para uma homenagem muito especial. Uma homenagem mais do que oportuna, mais do que justa, à Campanha da Fraternidade 2006, da CNBB. Com o tema Fraternidade e Pessoas com Deficiência, a Campanha aborda uma das questões mais delicadas do Brasil atual e é um apelo inestimável à luta contra o preconceito, à aceitação das diferenças e à inclusão social.

O Brasil tem hoje – e sempre é bom lembrar – 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, física ou mental.

Uma parcela significativa da população. Pessoas que, como cada um de nós, devem ter respeitado todos os seus direitos. O direito de ir e vir, o direito de estudar, de trabalhar, o direito à cultura, ao lazer, o direito, enfim, de ser feliz.

Defender os direitos dos deficientes, cidadãos brasileiros como quaisquer outros, está longe de ser uma atitude assistencialista. É uma obrigação constitucional.

Temos todos – Estado, Legislativo, Judiciário, iniciativa privada – que garantir plenas condições de acesso e inclusão social às pessoas com deficiência.

Seja nas nossas vias e órgãos públicos, no nosso mercado de trabalho, nas nossas escolas e centros de lazer, nos nossos meios de comunicação.

Temos, cada um de nós, a obrigação cívica e moral de lutar contra o preconceito, a discriminação. No trabalho, na escola, na rua, na comunidade.

As limitações de ordem física dificilmente interferem na capacidade intelectual ou profissional dos deficientes. O que eles precisam é de respeito e de condições adequadas de estudo e trabalho.

O Senado tem feito sua parte. Na semana passada, lançamos a campanha de valorização, sensibilização e atendimento da pessoa com deficiência.

Foi mais uma iniciativa no sentido de transformar nossa Casa num modelo de acessibilidade e inclusão social. Lembramos, aqui, entre outras iniciativas, a adaptação de banheiros, de telefones públicos, o rebaixamento de guias, a aquisição de triciclos motorizados, a inauguração de uma audioteca na Biblioteca do Senado e a edição de várias publicações em Braille pela nossa gráfica. Também merecem registro a adaptação da nossa página na internet para uso de deficientes visuais e o treinamento de funcionários para atendimento especial aos deficientes.

Do ponto de vista legislativo, destacamos, entre outras matérias, a aprovação, em 1989, da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Entre outros projetos importantes que hoje tramitam no Senado, estamos empenhados na aprovação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Recentemente, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou parecer favorável ao projeto de lei de autoria do Senador Flávio Arns – um defensor incansável da causa – estabelecendo critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado deficiente.

Temos feito, repito, a nossa parte. Mas esse é um trabalho permanente, um trabalho que exige nossa atenção no dia-a-dia. Campanhas como essa, da CNBB, só vêm a somar nessa luta a favor da cidadania, contra o preconceito. Ainda mais se levarmos em conta o carinho e o respeito que a entidade tem junto à população brasileira.

Aos dirigentes da CNBB, a todos os que participaram da campanha Fraternidade e Pessoas com Deficiência, os nossos parabéns e o nosso muito obrigado.

***Defender os direitos dos deficientes, cidadãos brasileiros como quaisquer outros, está longe de ser uma atitude assistencialista. É uma obrigação constitucional.***

## AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

*Sessão de 28/3/2006*

É com enorme satisfação que participo desta solenidade. A Agenda da Indústria para 2006 está intimamente ligada à própria Agenda de Crescimento do Brasil. E esta, infelizmente, tem sido vítima seguidas vezes da crise política.

Como Presidente do Congresso, devo admitir que este é um momento difícil para as instituições do País. Temos de demonstrar maturidade política para atravessarmos as tormentas da crise, sem abandonar os preceitos constitucionais e o respeito ao estado de direito, à privacidade e aos contratos.

Agora mesmo, um dos reponsáveis pela manutenção da estabilidade econômica, Antônio Palocci, foi atingido pela crise. Não devemos nos esquecer que Palocci deu uma contribuição decisiva, importante. Ele passava credibilidade aos mercados interno e externo, num momento em que o Brasil precisava se firmar como porto seguro para os investidores estrangeiros.

Às vezes, era alvo de críticas – principalmente nas áreas do câmbio e dos juros. Mas tudo deve ser visto como um esforço para a retomada do crescimento, meta que tem de continuar a ser perseguida agora com mais afinco.

Desejamos sorte ao Ministro Guido Mantega, que assume com este desafio: o de fazer o Brasil crescer num ritmo mais acelerado, mais ousado. Mantega é um economista com sólida formação sociológica e espero que isto o faça tocar a economia brasileira com esta visão, esta sensibilidade.

Será muito bom para o País se ele puder criar condições para a redução dos juros, acertar a mão no câmbio, manter as contas públicas sob equilíbrio e dar maior ritmo aos investimentos tão necessários ao desenvolvimento.

A crise está atingindo, neste momento, a pauta de votações do Congresso que ainda enfrenta outro problema: as medidas provisórias. Para se ter uma idéia, mais da metade das sessões do Senado Federal, em 2005, ficou sobrestada devido ao esgotamento de prazos na tramitação de medidas provisórias.

Para corrigir o problema, aprovamos uma emenda constitucional que disciplina a edição das MPs e veda a possibilidade de elevação de tributos. Além disso, achamos que as medidas provisórias não podem alterar contratos, aumentando a insegurança jurídica.

Estudo recente do IBGE, ao analisar a economia brasileira no período de 1992 a 2005, constatou que o crescimento industrial é responsável por 90% do crescimento total do PIB.

Devido a esse fato, qualquer programa de governo, independentemente de cor partidária, deverá contemplar necessariamente um plano estruturado e consistente para o setor industrial.

Mas, para ser exequível, a política industrial há de ser verdadeiramente compatível e sintonizada com o pensamento do setor. É nesse contexto que ganha relevo a Agenda Legislativa elaborada pela Confederação Nacional da Indústria.

Minhas senhoras e meus senhores, para o curto prazo, algumas ações governamentais de interesse do setor e do País já poderiam ter sido adotadas. Não dependem do Congresso Nacional.

As Parcerias Público-Privadas, por exemplo, não podem continuar apenas no papel. Cabe, agora, ao Executivo, articular ações e mobilizar suas forças para, efetivamente, formatar parcerias com o setor privado, principalmente na área de infra-estrutura, onde residem os principais gargalos do crescimento econômico. Esse quadro é extremamente ruim porque lança incertezas quanto à oferta futura de energia, indispensável para a retomada do desenvolvimento.

Penso que o Governo poderia, também, conforme sugerido pela CNI, flexibilizar o prazo de recolhimento de tributos como

o IPI. Esse imposto hoje é recolhido a cada 30 dias, quando, na verdade, as empresas levam, muitas vezes, até três meses para obter suas receitas.

Presidente Armando Monteiro, o Senado Federal está fazendo a sua parte. Aprovamos várias matérias da reforma infraconstitucional do Judiciário, que permitirão maior agilidade nos processos, reduzindo custos para as empresas e cidadãos. A MP do Bem, com as modificações feitas no Congresso, trouxe estímulos adicionais à produção e ao emprego, atestando a sintonia do Poder Legislativo com as reais necessidades dos segmentos organizados da sociedade.

Precisamos ainda avançar. Dois marcos regulatórios estão merecendo a atenção especial do Senado: saneamento e gás natural. Sem investimentos, esse quadro não evoluirá e isto depende de um marco regulatório claro. Esse é o nosso propósito.

Já o projeto da Lei Geral das Pequenas e Microempresas está avançando na Câmara dos Deputados. Tão logo a matéria chegue ao Senado, daremos tratamento prioritário, para que, dentre outras coisas, seja efetivado o Supersimples nos estados e municípios, bem como seja criado regime diferenciado de licitação para os pequenos negócios.

A reforma tributária aprovada em 2003 no Senado, há de seguir adiante na Câmara dos Deputados. Não se concluiu ainda pelo fim da cumulatividade na tributação e nem se harmonizou o quadro das alíquotas de impostos interestaduais. Sem isso, o nosso sistema tributário continuará operando em desfavor do empreendedorismo e dos investimentos.

A Agenda Legislativa, que ora se apresenta, tem como essência, como substância, dois grandes pontos: a melhoria do ambiente de negócios e a desoneração da produção. Para isto, duas frentes devem ser atacadas! A carga tributária, que já

***Para o Senado e para o Congresso, a Agenda Legislativa da CNI será um farol, um documento que instruirá os parlamentares e as Comissões, de modo que nossas leis se prestem, acima de tudo, a melhorar a vida das pessoas e do Brasil.***

beira os 40% de toda a nossa riqueza e a taxa de juros, que é uma das mais elevadas do mundo.

E isso não depende de leis. Depende, em boa medida, da implementação de um Programa de Qualidade do Gasto Público, cuja sugestão já levei ao próprio Presidente Lula, no início do ano passado. Isto significa definição criteriosa de prioridades e permanente eliminação de desperdícios.

Com isso, abriremos espaço para os gastos com investimentos.

A Agenda Legislativa da Indústria, nesse contexto, é um norte, um excelente roteiro para que o gestor público possa elaborar programas e ações que, efetivamente, contribuam para o crescimento industrial.

Para o Senado e para o Congresso, a Agenda Legislativa da CNI será um farol, um documento que instruirá os parlamentares e as Comissões, de modo que nossas leis se prestem, acima de tudo, a melhorar a vida das pessoas e do Brasil.

Muito obrigado!



## HOMENAGEM AO MINISTRO NELSON JOBIM

*Sessão de 29/3/2006*

É uma honra para todos nós esta oportunidade de, reunidos no Congresso Nacional, prestar merecida homenagem a um dos nomes mais ilustres de nossa magistratura.

O Ministro Nelson Jobim se despede do Supremo Tribunal Federal no vigor de sua capacidade intelectual, numa trajetória brilhante como juiz, advogado, professor e parlamentar.

Já era jurista consagrado quando chegou ao Congresso Nacional em 1987, como deputado federal pelo meu partido, o PMDB, representando o povo do Rio Grande do Sul.

Na Constituinte, imprimiu a marca de homem público aguerrido, que o acompanharia em todos os momentos de sua atuação política. Foi com esse espírito que exerceu a liderança do PMDB, a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e, mais tarde, sempre pelo PMDB, a relatoria da revisão constitucional.

Advogado renomado e parlamentar atuante, Nelson Jobim exerceu com singular competência o honroso cargo de Ministro da Justiça.

Em 1997 foi nomeado para a mais alta Corte de Justiça do País, onde se destacou como defensor incansável da modernização do Poder Judiciário e da qualidade da prestação jurisdicional.

Foi um interlocutor qualificado na reforma do Judiciário que, vale lembrar, jamais teria saído do papel sem o diálogo franco e permanente entre os dois poderes.

Essa harmonia permite que a reforma do Judiciário se realize também no campo infraconstitucional.

Como Presidente do Senado Federal, fiz questão de subscrever a proposta dos precatórios, com base nas sugestões do Ministro Jobim.

Não podemos deixar de ressaltar, a atuação do Ministro Nelson Jobim à frente do Conselho Nacional de Justiça, um instrumento da maior importância para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

Senhoras e senhores, todos sabemos a situação delicada que o País atravessa.

A crise política, a onda de denúncias e as investigações do Ministério Público, da Polícia Federal e das Comissões Parlamentares de Inquérito não podem, no entanto, nos desviar de nosso verdadeiro foco: o desenvolvimento econômico e a justiça social.

Nesse momento, mais que nunca, precisamos ter a nobreza de estar acima das disputas e interesses políticos e de exercitar o equilíbrio e a serenidade na defesa da ética e da democracia.

***Precisamos ter a nobreza de estar acima das disputas e interesses políticos e de exercitar o equilíbrio e a serenidade na defesa da ética e da democracia.***

É nesse sentido, também, que precisamos preservar, acima de eventuais desentendimentos, de eventuais divergências, a autonomia e a harmonia entre os Poderes.

Presidente Jobim, relembro aqui a mensagem de Vossa Excelência na abertura do nosso ano legislativo de 2006: “Os Poderes nacionais devem ser parceiros na empreitada de edificar um País socialmente justo e institucionalmente republicano, parceiros no aprofundamento da democracia, na construção do desenvolvimento nacional”.

Faço minhas essas palavras.  
Muito obrigado.

# 1º CENSO DO LEGISLATIVO

*Sessão de 5/4/2006*

Como Presidente do Congresso Nacional, tenho o maior orgulho de anunciar, aqui, a conclusão do primeiro Censo do Legislativo brasileiro.

Quero, antes de tudo, cumprimentar o Interlegis por este trabalho pioneiro, este trabalho tão significativo, que traça um perfil completo de nossas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

O censo apresentado hoje pelo Interlegis, a partir de uma parceria do Senado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, representa um riquíssimo material para pesquisa acadêmica sobre o nosso Parlamento, especialmente para teses de mestrado e doutorado.

Mais ainda: é um instrumento de fiscalização por parte da sociedade e uma importante contribuição na busca de soluções para os problemas existentes em nossas Assembléias e Câmaras, principalmente aquelas localizadas no interior brasileiro.

Vale destacar, aqui, os depoimentos de vereadores do País inteiro, apontando as maiores dificuldades enfrentadas pelas Câmaras Municipais.

Temos, a partir de agora, uma radiografia precisa das Casas Legislativas dos 5.564 municípios brasileiros. Conhecemos seus dados cadastrais, dados sobre sua infra-estrutura física e tecnológica, seu sistema de comunicação e informação, seu capital humano e seu quadro parlamentar.

Uma das informações que chama atenção é a baixa representação feminina no nosso Parlamento: apenas 12% de nossos vereadores e deputados são mulheres.

Senhoras e senhores, a valorização do nosso Parlamento é tarefa primordial. Não existe democracia sem um Legislativo forte, independente. Nem perspectiva de um País mais desenvolvido, mais justo e menos desigual sem o pleno funcionamento de nossas instituições democráticas.

Nesse sentido, temos plena convicção da maturidade política que o Brasil alcançou nos últimos tempos.

Apesar da gravidade da crise em que nos vimos mergulhados de um ano para cá, nossas instituições continuam funcionando normalmente.

As críticas e embates políticos, naturais no processo democrático, não inviabilizaram o debate legislativo nem colocaram em risco a solidez de nosso Parlamento.

***Apesar da gravidade da crise nossas instituições continuam funcionando normalmente.***

No entanto, precisamos ter a serenidade e o equilíbrio necessários para poder tocar uma agenda positiva, uma Agenda de Crescimento para o Brasil, uma agenda acima das disputas e interesses partidários acirrados pela crise.

Tenho certeza, como presidente do Legislativo brasileiro, que teremos a grandeza de cumprir com a nossa responsabilidade.

Muito obrigado.

## VISITA DA PRESIDENTA MICHELLE BACHELET

*Sessão de 11/4/2006*

Muito nos honra receber a primeira Presidenta do Chile, Michelle Bachelet. Meu conterrâneo Aurélio Buarque dizia que era Presidenta mesmo. E é como Presidenta que Michelle Bachelet é conhecida pelo povo chileno.

Pois sua extraordinária trajetória pessoal, sua coragem, sua lealdade aos ideais democráticos são um exemplo para nossos povos e nossos representantes políticos.

A eleição da Presidenta Bachelet representa a afirmação da democracia chilena, que atinge sua plena maturidade e exprime os novos valores de uma sociedade pujante e moderna, em busca de mais igualdade e justiça social.

O Chile encarna uma história notável. Em poucos anos, o País foi capaz de deixar para trás uma sociedade polarizada e construir um modelo de estabilidade, reconciliação e desenvolvimento, baseado em amplo consenso e marcado por escolhas maduras e realistas.

A economia é, hoje, um sucesso: além da invejável taxa de crescimento, de cerca de 8% ao ano, o Chile possui o menor risco-País e apresenta os melhores índices de redução da pobreza na América Latina.

A Concertação que reúne democratas cristãos e socialistas constitui, hoje, um dos projetos políticos mais valiosos da região.

Esse pacto político soube juntar forças convergentes, dar-lhes sentido de unidade e mantê-las próximas da vontade popular.

Após consolidar o sonho do povo chileno, de transformação social e democracia, entendeu que era preciso ir além das propostas institucionais e criar condições para o desenvolvimento sustentado com igualdade.

A liderança da Presidenta Michelle Bachelet está moldada não apenas na convicção e no exemplo dos grandes nomes que ilustraram a Concertação, como o ex-Presidente Ricardo Lagos, a quem rendo, também, minhas maiores homenagens.

A liderança da Presidenta Bachelet está moldada na tolerância e no afeto.

Como a grande poetisa chilena Gabriela Mistral, Vossa Excelência também poderia dizer: "Creio em meu coração, sempre derramado, mas nunca esvaziado".

Afinal, seu coração nunca desistiu de acreditar nos ideais de liberdade. E soube ser generoso, quando esses ideais triunfaram.

Nesse momento, lembramos um brasileiro que Vossa Excelência e todos nós muito admiramos, nosso querido Roberto Carlos. "Eu quero ter um milhão de amigos", cantava o rei. "Eu quero crer na paz do futuro, eu quero ter um quintal sem muro."

Assim como queremos uma América do Sul sem fronteiras.

Senhora Presidenta, sua posse como primeira-mandatária do Chile, a que tive o privilégio de assistir, dá continuidade ao projeto concertacionista. Porém, também o renova, ao priorizar o intenso combate à desigualdade social.

As primeiras medidas tomadas à frente do governo chileno já demonstram coragem e sentido inovador. Merece destaque o projeto de aperfeiçoamento do sistema previdenciário, com o aumento das pensões mínima e assistencial.

Como presidente de honra do Grupo Parlamentar Brasil-Chile, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, tenho a mais perfeita consciência da importância das relações entre os dois Países, especialmente no âmbito parlamentar.

A amizade e a parceria entre Brasil e Chile estão alicerçadas na coincidência de propósitos e de valores e na consciência da responsabilidade que nossas afinidades nos impõem no cenário regional e internacional.

Lembro que estamos juntos na paz e na reconstrução do Haiti. Brasil e Chile podem, de fato, prestar uma contribuição significativa na luta por um mundo menos injusto e mais democrático.

Ressalto, a propósito, a coordenação de nossos esforços nos fóruns internacionais, como o trabalho conjunto no G-20, na ONU e, em especial, na construção da Comunidade Sul-Americana de Nações, estabelecida ao final de 2004.

A Comunidade Sul-Americana tem papel de destaque na defesa de nossos projetos e interesses comuns – políticos, sociais, ambientais e econômicos –, assim como no fortalecimento de nosso continente no cenário internacional.

Senhora Presidenta Bachelet, na visão dos formuladores da política externa do Brasil, o Chile sempre mereceu lugar especial.

Na primeira década do século XX, o Barão do Rio Branco concebeu um pacto tripartite que uniria a Argentina, o Brasil e o Chile.

O Pacto ABC, que só se materializaria em 1915, constituía um entendimento cooperativo e cordial com vistas a promover a paz e a amizade no sul de nosso continente.

Nesse processo de integração sul-americana, sonhado por libertadores como Simon Bolívar e impulsionado por estrategistas visionários como Rio Branco, esperamos

que o Chile, em futuro não muito distante, se torne também membro-pleno do Mercosul, ao qual já é associado.

O dinamismo econômico do Chile será, sem dúvida, essencial para a consolidação do bloco, que já se configura como espaço político estratégico no continente sul-americano.

Desejamos que o Chile venha a integrar o Parlamento do Mercosul, cuja instalação, até o final deste ano, seguramente contribuirá

***Exprime os novos valores de uma sociedade pujante e moderna, em busca de mais igualdade e justiça social.***

para o fortalecimento da democracia em nossa região, assim como para o estreitamento dos laços entre nossos povos.

Nessa amizade entre países irmãos, a aproximação entre Parla-mentos é fundamental.

Não podemos esquecer que nossos Paramentos foram parte importante da longa, mas vitoriosa luta pela reconstrução democrática. E sabemos que não há democracia real sem Paramentos atuantes e verdadeiramente representativos.

Senhora Presidenta Bachelet, esperamos que a presença de Vossa Excelência nesta Casa sirva de oportunidade para fortalecer e intensificar a amizade que sempre nos uniu.

Fazemos votos, ainda, para a consolidação de uma aliança renovada entre Brasil e Chile. Uma aliança que será, com certeza, um impulso decisivo na integração sul-americana, tão sonhada por todos nós.

Muito obrigado.



## COMENDA JOÃO HAVELANGE

*Rio de Janeiro, 17/4/2006*

Receber a Comenda João Havelange é como vencer um campeonato. Em primeiro lugar, porque este grande brasileiro, João Havelange, mudou o mapa mundial do futebol, durante o período em que foi presidente da Fifa.

Antes dele, a Fifa era um entidade fechada e conservadora. O futebol estava praticamente restrito à Europa e à América do Sul, mesmo assim por causa da força indiscutível de Brasil, Argentina e Uruguai.

A presença de outros continentes em grandes eventos era apenas eventual.

Havelange trouxe para o primeiro plano o futebol da África, da América Central, da Ásia, da América do Norte. O futebol do Oriente Médio, das Antilhas. Com João Havelange, a Copa do Mundo tornou-se, sem dúvida alguma, o maior evento esportivo do planeta, superando os Jogos Olímpicos, ou qualquer outro acontecimento internacional.

Para se ter uma idéia do prestígio que a Fifa alcançou na era Havelange, a entidade chegou a superar a ONU em número de países filiados.

A maioria dos países literalmente pára, de quatro em quatro anos, para assistir ao Mundial, graças, em boa parte, à capacidade de trabalho e de organização de João Havelange.

Por isso, como disse, fico muito honrado por receber esta medalha. Também muito importante tem sido o trabalho de Ricardo

Teixeira à frente da Confederação Brasileira de Futebol, que deu continuidade ao trabalho iniciado por Josão Havelange à frente da antiga CBD, hoje CBF. Todo brasileiro da minha geração, e que gosta do esporte, cresceu ouvindo dizer que um dos problemas do nosso futebol era a falta de um calendário organizado.

Pois hoje temos um calendário. Qualquer torcedor sabe que o primeiro semestre é dedicado aos campeonatos estaduais, à Copa do Brasil e a Libertadores da América.

De abril a dezembro, temos o Campeonato Brasileiro, agora reduzido ao número razoável de 20 clubes. Temos uma segunda e uma terceira divisão fortes. A partir deste ano, todos os profissionais de futebol terão férias obrigatórias de 30 dias. Estamos, portanto, bem perto de um modelo ideal.

O que falta, ainda, é investimento, uma organização mais empresarial e mais profissional dos nossos clubes para que se diminua o êxodo dos nossos craques.

É doloroso para nosso País vermos atletas jovens despontarem no exterior sem que nunca tenhamos ouvido falar deles em nossos clubes do coração.

Mas, aos poucos, vamos chegar lá, principalmente quando as dívidas com a União forem equacionadas com a Timemania, já aprovada pelo Senado e na reta final de tramitação na Câmara dos Deputados.

A Timemania vai garantir a certidão negativa de débito com o Governo Federal, permitindo aos clubes mais fôlego para sanar suas finanças. Representa ainda o fim de uma cultura paternalista.

Porque o que todos nós sabemos é que ninguém joga futebol como o brasileiro. É um traço cultural do nosso povo, uma arte desenvolvida na infância de pés descalços, nos terrenos baldios, nas praias, nos campinhos de várzea do interior.

***O jeito brasileiro de jogar futebol é único e vem da alegria das peladas, mas também da miscigenação, da mistura de etnias que resultou neste povo maravilhoso que é o brasileiro.***

O jeito brasileiro de jogar futebol é único e vem da alegria das peladas, mas também da miscigenação, da mistura de etnias que resultou neste povo maravilhoso que é o brasileiro.

Meus prezados João Havelange, Ricardo Teixeira, senhores dirigentes, atletas, treinadores e jornalistas,

Nosso grande objetivo agora deve ser conquistar o Hexa, na Alemanha, com esta geração de craques que está encantando o mundo inteiro. E, em seguida, fortalecer os clubes brasileiros. Dotá-los de estrutura, de organização e de capacidade para manter aqui no Brasil os talentos que revelam a cada ano.

Recebo com grande orgulho esta Medalha da Confederação Brasileira de Futebol e apelo para que cuidemos bem desse nosso patrimônio cultural e esportivo, que é o futebol brasileiro.

Muito obrigado.

## MARCHA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

*Sessão de 25/4/2006*

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite que me fez o Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, para participar desta nona edição da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Eventos como este contribuem, e muito, para o aperfeiçoamento da democracia do nosso País, pois, definitivamente, reforçam os canais de comunicação e de relacionamento entre o poder municipal e a esfera federal da República brasileira.

Sinto-me honrado em participar de um evento dessa magnitude, responsável por tantas conquistas e por tão grandes avanços do movimento municipalista brasileiro, como a criação do Comitê de Articulação Federativa e o repasse de 100% do Imposto Territorial Rural para os Municípios, entre inúmeras outras conquistas.

O tema desta nona marcha retrata, de forma fidedigna, sua extraordinária relevância: “Municípios unidos reconstruindo um pacto federativo solidário”.

Sim, o Brasil é o único país do mundo em que os municípios são entes federados.

Nem por isso, no entanto, foram contemplados, em nosso ordenamento jurídico, com as contrapartidas necessárias às enormes obrigações a eles outorgadas pela Constituição de 1988 e normas posteriores.

Muitas obrigações e poucas contrapartidas causaram efeito catastrófico: a imensa maioria dos municípios brasileiros está em situação financeira caótica.

Consciente dessa difícil realidade, o Senado Federal promoveu, e continua a promover, aperfeiçoamentos orçamentários e legais destinados a amenizar as enormes dificuldades dos administradores municipais.

Tais aperfeiçoamentos nasceram da salutar pressão exercida pelo Movimento Municipalista Brasileiro sobre o Parlamento. É preciso que se diga que essa pressão mais do que nunca precisa continuar, porque é uma pressão legítima na própria democracia.

É assim que funciona a democracia no Brasil e no mundo todo. O Parlamento é permeável às demandas da sociedade e jamais deixará de respondê-las à altura.

Assim sendo, o Senado Federal já aprovou a proposta de Reforma Tributária, e dentre ela o 1% a mais no Fundo de Participação dos Municípios que inclui o aumento do Fundo de Participação dos Municípios de 22,5% para 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, medida que representará um aumento de pouco mais de 1 bilhão de reais aos cofres municipais.

A matéria tramita, agora, na Câmara dos Deputados, onde, tenho certeza, será aprovada em breve, tão logo a pauta seja desobstruída.

Eu defendo isso com dupla ênfase, primeiro porque eu me considero municipalista convicto, em segundo lugar porque tenho um filho que é prefeito e sofre os mesmos problemas que vocês sofrem todos os dias. Tramita, ainda, na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2003, que se trata da fixação de um percentual mínimo de investimento da União na área de saúde. Isso também é fundamental. Os municípios colocam até 15%, são obrigados a colocar os 15%, e até hoje nós não sabemos quanto na verdade a União é obrigada a colocar.

De fato, os municípios são obrigados a investir 15% do que arrecadam. Estima-se que a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, aumente os gastos da União com a saúde em cerca de 9 bilhões de reais por ano.

Além de cumprir com a sua missão constitucional, a votação da matéria, primeiro na Câmara e depois no Senado, representa uma questão de equidade de tratamento entre União, estados e municípios.

Entre outras vitórias, podemos destacar a renegociação das dívidas municipais com a Previdência Social. Conseguimos, a custo de muito esforço e muita política. Eu tenho muito orgulho de dizer do meu empenho para que isso acontecesse. Isso sequer fazia parte da pauta da agenda de reivindicação dos municípios brasileiros. No Senado Federal tramitou Medida Provisória nº 255, aprovada em outubro passado.

Foi um alívio financeiro considerável. As dívidas, superdimensionadas e muitas vezes impagáveis, poderão ser pagas em 240 meses, com desconto de 50 por cento.

Estabelecemos, também, limites para o comprometimento mensal de pagamentos dos débitos com o INSS, 15% da receita corrente líquida, desde que não ultrapasse 9% do Fundo de Participação dos Municípios.

Caros prefeitos e vereadores, o Senado Federal sempre atribuiu a maior importância às questões atinentes aos interesses dos estados e municípios.

No mês passado, encampei as sugestões entregues pelo então Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, e apresentei uma Proposta de Emenda à Constituição, instituindo o Regime Especial de Pagamento de Precatórios, que pretendo fazê-lo tramitar em caráter de urgência urgentíssima.

Todos sabemos que o pagamento de precatórios se tornou, nos últimos anos, mais um complicador para as já combalidas finanças estaduais e municipais.

Assim, estamos propondo a possibilidade de adesão ao Regime Especial de Pagamento, que, no caso dos municípios, limita a despesa com pagamento de precatórios em 1,5% da receita primária líquida do ano anterior. É uma forma de assegurar aos municípios, e também aos estados, condições mínimas de governabilidade.

Outro tema de grande interesse para todos os administradores municipais consiste na cobrança dos créditos tributários, sempre

muito difíceis de serem executados. A dívida ativa, em geral, não se converte em recursos que beneficiem os cidadãos.

Buscando a solução desse impasse, o Projeto de Resolução nº 57, de 2003, ora na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado autoriza as instituições financeiras a cobrarem a dívida ativa dos municípios.

Dessa forma, os municípios converterão a dívida ativa em recursos para atender às demandas mais urgentes.

Esse Projeto é mais uma clara demonstração da preocupação constante do Senado Federal para com a governabilidade dos municípios brasileiros.

Gostaria, ainda, de destacar a criação, no ano passado, no âmbito do Senado da República, da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, integrante da estrutura da Comissão de Assuntos Econômicos.

Desde então, a Subcomissão tem-se mostrado um fórum específico e apropriado para a discussão das grandes questões municipais.

Também no ano de 2005, criamos o “Minuto do Município”, programa veiculado pela TV Senado, que trata especificamente de temas de interesse dos municípios.

Sem sombra de dúvida, todas as medidas que citei representam avanços consideráveis na luta do Movimento Municipalista pela viabilidade das administrações municipais.

Tais medidas são, também, respostas do Parlamento brasileiro às demandas de milhares de prefeitos e vereadores, preocupados, e com razão, com o bem-estar da população dos municípios que administram.

Ainda há muito que avançar, todos sabemos.

Entretanto, as conquistas dos últimos tempos nos permitem concluir que estamos no caminho certo.

O Senado Federal sempre apoiou a luta municipalista e, podem estar certos, no que depender de mim, nós continuaremos fazê-lo!

Muito obrigado!

***Essa pressão mais do que nunca precisa continuar, porque é uma pressão legítima na própria democracia.***

## XVI REUNIÃO REGIONAL DA OIT

*Brasília, 5/5/2006*

É uma grande honra para todos nós, brasileiros, receber pela primeira vez aqui, em Brasília, a Décima Sexta Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho.

O tema desta reunião é uma preocupação constante de todos os governos que se têm sucedido no Brasil: o desenvolvimento de trabalho decente e a eliminação do trabalho infantil.

Criar empregos dignos e erradicar o trabalho infantil é meta de nossos governos, porque é uma exigência da sociedade brasileira. E deve ser alvo constante de todo o nosso sofrido Continente, porque a nossa herança colonial nessa área é realmente triste.

O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil foi implantado em escala mundial em 1992, e desde então o Brasil tem feito o máximo esforço para adotar suas normas, em cooperação com a própria OIT.

Segundo a OIT, os resultados em nosso País têm sido expressivos, mas muito ainda há por fazer. E nós vamos fazer, vamos cumprir a nossa missão histórica, vamos eliminar em nosso País o trabalho infantil. É um compromisso que temos de assumir com os brasileiros e perante a comunidade internacional.

Mas nossa preocupação não é apenas a de retirar crianças e adolescentes do trabalho. Isso não basta. Temos de garantir para todos eles escola, educação. É uma tarefa difícil, todos nós sabemos, porque o Brasil é um país de desenvolvimento desigual.

Além de garantir educação, presença nas salas de aula, é tarefa de toda a sociedade brasileira e dos três níveis de governo garantir ações



preventivas junto à família, à escola, às comunidades e às próprias crianças e adolescentes, como recomenda a Organização Internacional do Trabalho.

O outro tema deste encontro, a criação de emprego decente, é também objetivo sempre presente de toda a nossa sociedade. Entendemos como emprego decente o emprego formal, com carteira de trabalho assinada e rendimentos suficientes para atender às necessidades básicas de uma família.

Só com desenvolvimento econômico sustentado, prolongado, estável e sólido conseguiremos nosso objetivo. A comunidade internacional, os países ricos, podem colaborar por meio da redução significativa de subsídios internos e sobretaxas aos nossos produtos de exportação.

Temos feito a nossa parte, abrindo nosso mercado, nossa economia, muitas vezes com grande sacrifício de alguns dos nossos setores produtivos. E é comum que não recebamos reciprocidade para nossos produtos, que são de altíssima qualidade, como calçados, aço, suco de laranja, dentre muitos outros.

Para que se atinja um alto nível de emprego decente, é preciso também receber investimentos. Para isso temos de fazer a nossa parte, que é garantir educação de qualidade para todos os brasileiros. Garantir segurança jurídica e um ambiente econômico e legal propício.

Vamos trabalhar com cada vez mais entusiasmo e determinação para isso. É um compromisso nacional, uma missão de que não podemos abdicar.

A Organização Internacional do Trabalho tem colaborado de maneira inestimável com o Brasil em todos esses temas. E realiza também notável trabalho de prevenção, educação e combate à Aids nos ambientes de trabalho.

Por tudo isso, estaremos atentos aos resultados desta reunião, que deverá merecer toda a nossa colaboração e apoio.

Muito obrigado!

***É um compromisso  
que temos de  
assumir com os  
brasileiros e perante  
a comunidade  
internacional.***

## OPERAÇÃO ARBITER

*Sessão de 10/5/2006*

É com grande prazer e entusiasmo que participo do lançamento do livro *Operação Arbitrer*, do professor Petrônio Muniz, editado pelo Instituto Tancredo Neves, justamente no aniversário de dez anos da Lei nº 9.307, que instituiu a arbitragem no Brasil, e que também é conhecida como Lei Marco Maciel.

Tanto o Senador Marco Maciel, este brilhante colega de Parlamento, como o professor Petrônio Muniz, pregaram durante longos anos pelo instituto da Arbitragem, como alternativa à lentidão do Sistema Judiciário no Brasil. Petrônio Muniz é um dos maiores especialistas brasileiros no tema.

Por sua vez, desde os tempos de Ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, ainda no Governo José Sarney, Marco Maciel lutou de forma quase solitária por duas causas: uma delas, a implantação do sistema de arbitragem para resolução de demandas, sem necessidade de recurso ao Judiciário; e a outra, o aprimoramento institucional da democracia brasileira.

A instituição da arbitragem, o Senador Marco Maciel conseguiu, finalmente, por meio da Lei nº 9.307, de sua própria autoria, em 1996. As reformas políticas e institucionais que sempre defendeu, no entanto, ainda estão por chegar, e a sua necessidade se tornou praticamente consensual no País.

Todos se lembram da pregação de Marco Maciel há mais de 20 anos pela equivalência dos Três Poderes da República, pelo aprimoramento

ramento do nosso desenho institucional, do nosso sistema presidencialista, que realmente carece de reformas aperfeiçoadoras. E elas virão, com o amadurecimento do debate.

Senhoras e senhores,

O livro deste brilhante advogado e consultor pernambucano que é Petrônio Muniz, presidente do Instituto Arbitrer, é de fundamental importância para estudiosos, para advogados, professores e estudantes. Para que se tenha idéia da importância e da praticidade da arbitragem, o instrumento é de uso consagrado em todo o mundo.

Nos tratados que sacramentaram a Comunidade Européia e o próprio Mercosul, a arbitragem está legitimada como instrumento de resolução de conflitos. É amplamente usada até mesmo nos testamentos de empresários e milionários, para resolver eventuais disputas entre herdeiros.

A principal vantagem é a rapidez das decisões. A arbitragem é também o instrumento ideal para quem quer resolver de fato, em até 180 dias e em sigilo absoluto, pendências que poderiam levar anos nas barras dos tribunais, com indesejável estardalhaço público e violação de privacidade, além de intermináveis recursos protelatórios.

Segundo um levantamento da OAB e do Conselho Nacional de Mediação e Arbitragem, entre 1997 e 2003 o número de câmaras arbitrais pulou de 17 para 77 em todo o País.

Hoje, seguramente, há mais de 100 câmaras, constituídas em sua maioria por associações comerciais, federações de indústria e entidades de classe diversas. Nos últimos seis anos, houve um aumento de 60% nas resoluções de litígios pela via da arbitragem. Entre 1999 e 2005, foram resolvidos por arbitragem mais de 13 mil e 500 casos, a maioria nos setores de petróleo e gás, energia elétrica, farmacêutico, automobilístico e de seguros.

***Nos tratados que sacramentaram a Comunidade Européia e o próprio Mercosul, a arbitragem está legitimada como instrumento de resolução de conflitos.***

Tudo isso resultou também em alívio para os tribunais, simplificação na resolução de disputas legais e rapidez e eficiência nas decisões.

Por este imenso trabalho prestado ao País, estão de parabéns o autor deste livro, Petrônio Muniz, e o autor da Lei nº 9.307, o Senador Marco Maciel.

Muito obrigado!

## LANÇAMENTO DO LIVRO BIBLIOTECA ACADÊMICO LUIZ VIANA FILHO

*Senado Federal – 16/05/2006*

É um prazer muito grande inaugurar esta exposição comemorativa e lançar este magnífico livro, *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho*: 180 anos de história viva, um trabalho coletivo de alta qualidade gráfica e de notável conteúdo, valorizado pelos brilhantes textos dos nossos dois colegas Senadores e Acadêmicos, José Sarney e Marco Maciel.

A Biblioteca Luiz Viana Filho é motivo de orgulho para todos nós, senadores e funcionários, com seu acervo de 390 mil volumes e 3 mil e 400 CDs-Rom.

Esse acervo está à disposição de toda a sociedade, de estudantes, professores e profissionais de todas as áreas, e procuramos sempre ampliar e enriquecer.

Estamos agora complementando a digitalização de todo o acervo, principalmente o de obras raras. Essa é uma das principais preocupações de todos.

Temos, aqui, algumas obras tão antigas e tão raras que não podem ser manuseadas pelo público, devido ao risco de serem danificadas. A digitalização vai permitir o acesso a essas verdadeiras jóias literárias.

Eu gostaria de citar, por exemplo, a maior de todas essas jóias, o poema manuscrito de Machado de Assis *O Casamento do Diabo*,

de 1863. Há, ainda, a obra mais antiga do acervo, *Novus Orbis*, uma detalhada descrição histórica, geográfica, etnológica e lingüística da América, escrita em 1633, quando toda a América era ainda um mundo novo, um mundo a ser descoberto e estudado em todo o seu esplendor e sua riqueza natural.

Do mesmo autor holandês, temos ainda *História da Companhia das Índias Ocidentais*, a mais antiga publicação sobre a presença holandesa no Brasil e sobre o governo de Maurício de Nassau, no que hoje é o nosso magnífico Estado de Pernambuco.

Vamos, também, digitalizar todo o acervo de jornais dos séculos XVIII e XIX, que hoje estão microfilmados.

Mas o nosso mais recente motivo de orgulho, um serviço inestimável, são as cem obras em Braille, que pretendemos aumentar sempre que possível, para melhor atender aos deficientes visuais.

Nossa biblioteca está integrada à Rede Virtual de Bibliotecas, que reúne um total de 15 órgãos públicos dos Três Poderes da República, com mais de 700 mil obras – sem dúvida, um dos maiores acervos do País.

***A Biblioteca Luiz Viana Filho é motivo de orgulho para todos com seu acervo de 390 mil volumes.***

Nossa última grande aquisição foi a coleção do Senador Luiz Viana Filho, em 1997. Um acervo de 11 mil 700 volumes, com várias obras raras. Luiz Viana Filho foi um grande intelectual, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente do Senado entre 1978 e 1980, biógrafo de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, José de Alencar e Eça de Queirós, historiador e governador da Bahia entre 1967 e 71.

Eu quero, assim, cumprimentar toda a equipe que participou da feitura deste livro comemorativo dos 180 anos do Senado e da nossa biblioteca, e também à própria equipe de funcionários da biblioteca, na pessoa da Diretora Simone Bastos Vieira.

Muito obrigado!

## VISITA DO PRESIDENTE JACQUES CHIRAC

*Sessão de 25/5/2006*

É uma grande honra, para o Congresso Nacional e para o Brasil, receber o Presidente da França, Jacques Chirac.

Estamos certos de que essa visita irá contribuir para aprofundar, ainda mais, as excelentes relações existentes entre o Brasil e a França.

Relações essas impulsionadas, de forma vigorosa, a partir de 1995, quando Jacques Chirac assumiu pela primeira vez a Presidência da República francesa.

Desde então, encontros freqüentes de altas autoridades dos nossos países têm confirmado a fluidez do diálogo bilateral e permitido identificar novas possibilidades de cooperação.

Esse diálogo torna-se mais auspicioso e frutífero no momento em que o Brasil apresenta um quadro econômico favorável, de estabilidade e retomada do crescimento sustentado, com base na responsabilidade fiscal, no controle da inflação e numa política de câmbio flutuante.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil e a França vêm trabalhando, com êxito, no aprofundamento de uma parceria privilegiada, que pode ser descrita como exemplar.

Compartilhamos visões comuns sobre temas decisivos da atual agenda internacional, como a defesa do multilateralismo e do direito internacional, a reforma da ONU e a missão de estabilização no Haiti.

O Brasil está certo de que a França, por seus laços históricos e humanos, pode desempenhar papel de liderança na reconstrução econômica e social do Haiti.

Merece destaque, ainda, o fato de Brasil e França liderarem esforços internacionais em favor da implementação de mecanismos financeiros inovadores.

Este processo iniciou-se por ocasião do Encontro de Líderes para uma Ação contra a Fome e a Pobreza, realizado por iniciativa do Presidente brasileiro, em setembro de 2004.

Ambos os países entendem que se faz necessário complementar o aporte de Assistência Oficial ao Desenvolvimento com instrumentos capazes de gerar recursos em bases estáveis e previsíveis aos países mais necessitados.

Nesse sentido, gostaria de felicitar o Governo francês pela iniciativa da Conferência Ministerial sobre Fontes Inovadoras de Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Paris, em fevereiro passado.

A Conferência representou novo marco na mobilização política que os Governos do Brasil e da França iniciaram há dois anos em favor de visão mais solidária da globalização, capaz de conciliar desenvolvimento e justiça social.

Senhoras e senhores, gostaríamos de ressaltar, também, a conclusão do Acordo para a construção de ponte rodoviária sobre o rio Oiapoque, na única fronteira natural entre um País sul-americano, no Estado do Amapá, e um país europeu, em nosso Continente.

A ponte sobre o rio Oiapoque contribuirá, por força da dinamização da cooperação transfronteiriça, para o desenvolvimento econômico e social das populações da região.

Senhor Presidente Jacques Chirac, o Congresso brasileiro muito tem trabalhado pela intensificação de nossas relações.

O acordo bilateral para a construção da notável ponte, firmado em 2005, foi aprovado este ano pelo Parlamento brasileiro. Aguardamos, agora, a sua ratificação pelo Parlamento francês.

Outro importante instrumento assinado durante a visita presidencial a Paris, em 2005, foi o Acordo Relativo ao Fornecimento de

***O potencial do  
Brasil como destino  
de investimentos  
internacionais vai  
além de nossas  
fronteiras.***



Materiais e Serviços no Âmbito da Aeronáutica Militar, que já entrou em vigor.

Também está em vigor o Protocolo de Intenções que estreita nossa cooperação nos campos da energia renovável, defesa, inovação tecnológica, energia nuclear, tecnologias espaciais, ciências básicas e aplicadas.

Chamo atenção para o setor energético, onde se abrem hoje excelentes oportunidades para novos investimentos franceses no Brasil.

O novo marco regulatório para o setor e as atrativas possibilidades criadas para parcerias público-privadas reforçam essa tendência.

É importante lembrar que o potencial do Brasil como destino de investimentos internacionais vai além de nossas fronteiras.

Nosso País está particularmente engajado na consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações, que integrará todo o continente e poderá criar um espaço econômico de potencial ilimitado.

Como nos ensina a experiência européia, a integração pressupõe a realização de grandes projetos de infra-estrutura e comporta dividendos para todos os envolvidos, inclusive para o investimento produtivo estrangeiro.

O Mercosul se configura como espaço político estratégico no continente sul-americano.

Aproveitamos para saudar a recente adesão plena da Venezuela à União Aduaneira. O Mercosul passa, agora, a constituir um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, PIB de um trilhão de dólares e comércio global superior a 300 bilhões de dólares.

O bloco será fortalecido, ainda, com a implementação do FOCEM, – Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, que deverá promover a coesão socioeconômica dos países-membros.

Registramos a instalação, até o final deste ano, do Parlamento do Mercosul. Iniciativa que, seguramente, contribuirá para o aperfeiçoamento da democracia em nossa região, assim como para o fortalecimento da cidadania e o estreitamento dos laços entre nossos povos.

Num cenário em que o Brasil busca aprofundar as relações com a África e o Oriente Médio, é altamente positivo discutir formas de

cooperação entre Brasil, França e países de menor desenvolvimento relativo, de forma a promover investimentos e projetos na área social.

Reafirmo que esse é um momento particularmente propício para novos investimentos no Brasil, diante do cenário econômico favorável do País.

Convém lembrar que Brasil e França têm significativo relacionamento no campo econômico, traduzido numa balança comercial em torno de 5 bilhões de dólares.

Em 2005, nossas exportações para a França cresceram cerca de 14 por cento; nossas importações, 18 por cento.

O fluxo de investimentos franceses no Brasil atingiu, em 2005, cerca de 500 milhões de dólares e está presente em diferentes setores – na produção automobilística, na construção civil, na produção de bens intermediários e de equipamentos, nos setores agroalimentar, químico-farmacêutico e de hotelaria.

Hoje, o volume de investimentos da França no Brasil chega a 11 bilhões de dólares.

Senhor Presidente Jacques Chirac, nessa oportunidade, não podemos deixar de destacar a celebração, em 2005, do Ano do Brasil na França.

O evento constituiu forte elemento político de aproximação, conhecimento mútuo e sedimentação de um relacionamento já tradicional e privilegiado, hoje elevado à condição de parceria estratégica.

Estou certo de que o programado Ano da França no Brasil, em 2009, aproximará ainda mais os nossos povos, em todos os campos – político, cultural, científico e tecnológico, empresarial e turístico.

Encerro minhas palavras cumprimentando, uma vez mais, o Presidente Jacques Chirac e ensejando meus mais sinceros votos para que esta visita fortaleça ainda mais a amizade que nos une.

Muito obrigado!

***Estou certo de que o programado Ano da França no Brasil, em 2009, aproximará ainda mais os nossos povos, em todos os campos.***

## COMENDA TEOTÔNIO VILELA

*Sessão de 2/6/2006*

Devo registrar, antes de mais nada, a imensa honra de receber a Comenda Teotônio Vilela, no dia de hoje.

Mais do que uma homenagem pessoal a cada um dos agraciados pela Comenda, esta solenidade reaviva em nós a memória de um dos nomes mais queridos, mais respeitados e admirados de nosso País.

Quase 23 anos após sua morte, a trajetória de Teotônio Vilela, sua coragem, sua luta incansável contra o arbítrio e injustiça social continuam iluminando nossos caminhos em busca de um Brasil menos desigual, mais solidário, mais fraterno.

Poucos, como Teotônio, tiveram a humildade e a coragem de denunciar abusos e arbitrariedades.

A Anistia foi um de seus maiores legados, mas não o único. Como admirador e discípulo, procurei concluir sua obra. No Ministério da Justiça defendi a reparação pelo que aconteceu e relatando no Senado o projeto que regulamentou a concessão dos benefícios aos anistiados – uma reparação justa deste movimento liderado por Teotônio.

Cavaleiro da democracia, ele deixou seu nome registrado para sempre não apenas na nossa crônica política, mas em nossos corações. Sua perseverança, seu espírito público e sua fé nos ideais democráticos têm muito a nos servir de exemplo, ainda nos dias de hoje.

Teotônio sempre acreditou que a democracia não viria pelo consenso ou pela negociação, mas pela mobilização cívica. Com o passar do tempo, foi se tornando um político mais e mais aguerrido.

A doença que acabou lhe tirando a vida não arrefeceu seu espírito de luta.

Percorreu o Brasil inteiro pregando um Projeto de Emergência para a salvação nacional. Um projeto capaz de resgatar os nossos quatro grandes desafios: as dívidas externa e interna, a dívida social e a política.

Tive a felicidade de conviver pessoalmente com Teotônio, de viajar com ele pelos sertões, de participar de campanhas significativas de sua vida e da vida do País.

Para abrir caminho na escuridão – dizia o grande Teotônio – era preciso derrubar a Lei de Segurança Nacional, garantir as eleições diretas e outras reformas da Constituição.

Nosso querido senador não chegou a ver seu sonho realizado. Mas as sementes de sua peregrinação, de sua batalha diuturna contra o arbítrio cresceram e deram seus frutos.

O Brasil se orgulha, hoje, da maturidade democrática, conquistada a tão duras penas, com tanto sacrifício. Nós todos nos orgulhamos, senhoras e senhores, da solidez de nossas instituições, da firmeza de nossos ideais.

Uma democracia precisa ser aperfeiçoada constantemente.

Mas é preciso, senhoras e senhores, concluir uma etapa fundamental deste processo que o Senado Federal – Casa de Teotônio Vilela – já aprovou há mais de três anos: a reforma política que irá resgatar a força e a transparência de nossas legendas.

Não podemos esquecer que a preocupação com a justiça social e com o crescimento econômico sempre pautou o trabalho de Teotônio Vilela, escaldado por décadas de convivência com a miséria do Semi-Árido nordestino.

O menestrel de Alagoas ficaria orgulhoso de ver o carinho e a dedicação com os quais seu filho tem dado continuidade à sua luta.

Meu querido e dileto amigo, Senador Teotônio Vilela Filho, herdou do pai a paixão pela política, o amor por Alagoas e, principalmente, a preocupação em cumprir todos os seus compromissos.

É por isso que sinto o maior orgulho de ter minha trajetória diretamente ligada a estes dois Teotônios, pai e filho, que possuem em

comum a vontade de trabalhar por Alagoas e uma história de projetos realizados.

Conseguimos juntos, eu e Teotônio Vilela Filho, trazer recursos para o canal do Sertão, para o aeroporto, para a construção de casas populares.

Conseguimos verbas ainda para o centro de convenções, para levar água e eletricidade à agricultura e à população, para a infraestrutura, para rodovias, para a cultura, para a saúde, para o esporte, para a educação e tantas outras coisas.

Em cada município dos 102 estados, nós temos serviços prestados.

Não posso deixar de destacar, aqui, o fato de que Alagoas precisa eleger um governador com lista de grandes feitos por este estado ao longo da sua vida pública.

Mais que isso. Precisa de um governador com espírito público, com plano de desenvolvimento que dê continuidade ao que o Governador Ronaldo Lessa fez dentro das limitações orçamentárias. Ronaldo Lessa, que com um cobertor tão curto, reestruturou o estado, entrou com a contrapartida nas obras com investimentos de fora, preencheu espaços vitais no serviço público através de concurso e reorganizou Alagoas. Este é o objetivo deste esforço. Não é pessoal. É coletivo. Não é o projeto de um, uma meta de vida, é o interesse de Alagoas.

Tenho certeza que os alagoanos saberão reconhecer a história e o trabalho de Teotônio Vilela Filho e perceber que juntos muito mais poderemos fazer pelo estado. Se estivermos juntos, trabalhando pelo estado, seus principais objetivos serão realizados.

Encerro minhas palavras agradecendo, mais uma vez, a homenagem de hoje e reverenciando, com todo carinho, a memória de nosso querido Senador Teotônio Vilela.

Muito obrigado!

***Tive a felicidade  
de conviver  
pessoalmente com  
Teotônio, de viajar  
com ele pelos  
sertões, de participar  
de campanhas  
significativas de sua  
vida e da vida do  
País.***

## FECOMÉRCIO

*Maceió/AL, 16/6/2006*

Quero agradecer à Federação do Comércio de Alagoas, a nossa FECOMÉRCIO, o generoso convite para participar da solenidade de posse deste empresário notável que é Wilton Malta. É com muita honra e com grande satisfação que aqui compareço.

Somos todos orgulhosos, senhoras e senhores, da força do comércio em nosso estado. E, mais orgulhosos ainda, de suas imensas potencialidades. A imensa maioria das empresas comerciais de Alagoas, e também do Brasil, podem ser classificadas como micro e pequenas empresas.

Segundo a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o Produto Interno Bruto de Alagoas já ultrapassou os dez bilhões de reais, e o comércio responde por uma parte considerável deste valor.

Para dar uma idéia da importância do setor, há os números oficiais que indicam ser as micro e pequenas empresas responsáveis por 98% do total do nosso Produto Interno Bruto, e por 60% dos empregos formais em nosso País. Os números em Alagoas são bem próximos disso.

Mas todos nós sabemos das imensas dificuldades enfrentadas pelos nossos comerciantes, tanto os que representam empresas de maior porte, quanto os nossos lojistas, os donos de bares e restaurantes, que lutam com enorme sacrifício no dia-a-dia, mas prestam um serviço inestimável ao estado e ao País.

Temos problemas, sim, mas precisamos enfrentar esses problemas com coragem, com tenacidade, criatividade e muito trabalho.

Alagoas, e o Nordeste em geral, precisam crescer em ritmo superior ao do resto do Brasil, para que possamos eliminar a brutal diferença que nos separa.

Mas, infelizmente, tem acontecido exatamente o contrário: nosso crescimento tem sido igual e, às vezes, até inferior ao do Sul do País.

O quadro se torna ainda mais dramático quando vemos que o Brasil cresce em níveis medíocres.

A previsão de crescimento do Brasil neste ano é de 3,8%. O resto do mundo deve crescer praticamente 5%. E os Países emergentes, como China, Índia, África do Sul, comparáveis ao Brasil, vão crescer praticamente 7%.

Ou seja, estamos ficando para trás. Precisamos reverter esse quadro, virar esse jogo. O Brasil e a nossa Alagoas não podem se conformar com a mediocridade. O diagnóstico da crise, vocês todos, empresários de Alagoas, têm na ponta da língua:

Taxas de juros elevadíssimas, falta de crédito, dificuldades com capital de giro, excesso de burocracia, de papelada, exigências descabidas para se obter um crédito ou uma certidão, para se regularizar uma empresa.

***Abrir uma pequena ou média empresa equivale a uma autêntica gincana. Manter a empresa funcionando também é um trabalho de herói.***

No Brasil, são necessários 155 dias para se abrir uma empresa, 85 dias a mais do que a média dos países da América Latina. Somos, infelizmente, campeões da burocracia.

Temos lutado, no Senado, pela simplificação de leis e regulamentos para a abertura de empresas, e o trabalho precisa ser estendido a estados e municípios.

Temos ainda uma carga tributária monstruosa, que já atinge 38% do Produto Interno Bruto, uma das maiores do mundo. Abrir uma pequena ou média empresa equivale a uma autêntica gincana. Manter a empresa funcionando também é um trabalho de herói.

Temos lutado no Senado para modificar esta situação. Aprovamos em abril a lei do Simples, que reduz a carga tributária incidente sobre as micro e pequenas empresas, ao mudar as faixas de tributação.

Pelo projeto, passa a ser considerada microempresa toda aquela com faturamento entre 120 e 240 mil reais por ano. Passa a ser pequena empresa aquela que fatura acima de 2,4 milhões.

A proposta está agora na Câmara dos Deputados, aguardando votação. Também já aprovamos no Senado uma ampla reforma tributária, uma reforma estruturante, que tem começo, meio e fim.

Foi uma longa negociação durante todo o ano de 2003, e conseguimos aprovar uma série de medidas que simplificariam nosso sistema tributário.

Alguns especialistas garantem que, hoje, pagamos cerca de 40 tributos federais, estaduais e municipais.

Pois bem, a reforma que aprovamos no Senado reduziria tudo isso a apenas sete tributos. O ICMS, o IPI e o ISS, por exemplo, seriam reunidos em um único imposto, o Imposto sobre Valor Agregado. Esse imposto seria pago na ponta do consumo, pelo consumidor final.

A proposta do Senado também reduziria, ano a ano, a carga tributária até que chegássemos a níveis civilizados.

Havia vários outros pontos. Pois bem, o conjunto da proposta está parado desde então na Câmara dos Deputados, por falta de acordo.

A sugestão que tenho feito à Câmara é que vote a parte possível da reforma, e que negocie o restante com o Governo Federal e com os governadores e prefeitos. Não podemos mais esperar.

Vou apoiar também e dar curso a uma proposta da Federação das Associações Comerciais de São Paulo. Vou transformar em projeto de lei e levar rapidamente à votação.

A proposta obriga a que se especifique, na nota de venda de um produto, todos os impostos que estão ali embutidos. É para que o consumidor saiba quanto ele paga de impostos na compra de cada produto. Em alguns casos, o imposto praticamente dobra o valor de venda de um produto.

Em relação às taxas de juros, não vemos mais razão para que não se acelere o movimento de baixa.



A inflação deste ano, 2006, segundo estimativa do Ipea, deve ficar em 4,5%, o que vai permitir uma redução mais acelerada dos juros.

No Senado, não ficamos paralisados pela crise política. Pela primeira vez em muitos anos, o Senado aprovou, no ano passado, mais matérias de iniciativa dos próprios senadores do que originárias do Governo.

Senhoras e senhores,

Esperamos que os quatro anos de Wilton Malta na presidência da Fecomércio represente um salto de qualidade para nossos empresários e para o nosso estado.

A proposta de interiorizar a ação do Sesc e do Senac, de construção da primeira unidade do Sesc em Arapiraca, merece todo o nosso entusiasmo e apoio.

Para enfrentar o problema dos juros extorsivos, Wilton Malta propõe criar uma cooperativa de crédito, a exemplo da Unicred e da Juriscred. É do que Alagoas precisa: criatividade, competência e iniciativa, que são marcas do nosso setor comercial.

Os micros e os pequenos empresários são, aliás, são os maiores responsáveis pela distribuição de renda em nosso País e em nossa Alagoas.

Os dados do Sebrae indicam que, de 1995 a 2005, 96% dos novos empregos foram criados por empresas com até 100 empregados.

Estamos na luta para preservar a saúde financeira e a competitividade das micro e pequenas empresas, das pequenas fábricas e oficinas, do comércio lojista em geral.

Os projetos turísticos no estado são essenciais também para que o comércio, a pequena e a microempresa se fortaleçam. É uma vocação de Alagoas.

Muito obrigado!

***É do que Alagoas precisa: criatividade, competência e iniciativa.***

## TV ALAGOAS – VIA SATÉLITE

*Maceió/AL, 16/6/2006*

É com uma imensa alegria que venho participar desta festa de inauguração do sistema de transmissão via satélite da TV Alagoas, esta emissora tão querida por todos os alagoanos.

De agora em diante, todo brasileiro que dispuser de um receptor de tevê com antena parabólica poderá receber o som e as imagens da nossa emissora.

Trata-se do ponto alto de um trabalho sempre pioneiro iniciado por Manuel Sampaio da Luz, o nosso velho e querido Juca Sampaio, que criou a primeira rádio voltada para o interior do nosso estado, a Rádio Sampaio, de Palmeiras dos Índios. Era uma rádio de valorização da nossa cultura popular, sempre voltada para o homem simples, sempre dedicada à prestação de serviços ao cidadão.

A tradição iniciada por Juca Sampaio foi mantida pelo filho, Geraldo Sampaio, e pelo neto, Juca Sampaio, que agora oferece a Alagoas este salto de qualidade e de modernização. Os 102 municípios do estado serão cobertos pela programação da TV Alagoas.

Eu gostaria de destacar aqui, além da prestação de serviços, o fato de que a TV Alagoas tem a maior parte de sua programação produzida aqui mesmo no estado. Mesmo na condição de retransmissora da Bandeirantes, a TV Alagoas sempre valorizou o que acontece aqui mesmo, em nosso estado.

Isso significa mais empregos para os profissionais locais, a valorização da cultura e o direito de expressão do cidadão alagoano. É a única emissora com seis horas de jornalismo ao vivo, com o “Alagoas

na TV” além do programa “Plantão de Alagoas”. A única a transmitir ao vivo toda a MaceióFest. Enfim, é uma emissora de televisão que é a cara de Alagoas.

Senhoras e senhores, o Brasil está prestes a definir o padrão digital que irá adotar para as transmissões de televisão. Estamos recebendo e desenvolvendo novas tecnologias, que irão melhorar a qualidade da recepção nos aparelhos, que irão garantir melhor imagem.

E a TV Alagoas sai na frente. Com grande esforço, mas com audácia empresarial, o Grupo Sampaio, mais uma vez, mantém a tradição do pioneirismo tecnológico. É uma casa que sempre formou grandes profissionais de comunicação, como Cícero Almeida, Arnaldo Ferreira, e que põe o interesse público acima de tudo.

É a emissora que fala diretamente a todas as classes sociais, mas que tem um cuidado especial com os menos favorecidos, que formam a grande maioria de sua audiência nesses 24 anos de fundação.

Quero cumprimentar a todos os profissionais do Grupo Sampaio, do seu principal dirigente, Juca Sampaio, ao mais humilde dos funcionários. E também a todos os alagoanos. Meus parabéns.

Muito obrigado!

***Mais empregos para os profissionais locais, a valorização da cultura e o direito de expressão do cidadão alagoano.***

## CONVÊNIO ENTRE O SENADO E A FIESP

*Sessão de 21/6/2006*

Quando assumi a Presidência do Senado Federal, eu me comprometi com o aperfeiçoamento do relacionamento institucional desta Casa com a sociedade organizada. As organizações modernas, inclusive as organizações de natureza política, não atuam isoladamente. Para que nós, senadores, possamos produzir leis sintonizadas com as reais necessidades da sociedade, o intercâmbio com o ambiente externo torna-se indispensável.

Tenho tido a satisfação de ser um facilitador na tramitação de várias matérias que nasceram da própria sociedade. Subscrevi, por exemplo, várias normas para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral que vieram da magistratura e do meio jurídico. A solução para o impasse dos precatórios, que hoje tramita nesta Casa, foi também uma construção política e técnica do Supremo Tribunal Federal.

A nossa proposta de Emenda à Constituição que vincula temporariamente recursos para a segurança pública, a exemplo do que já ocorre com a saúde e com a educação, evoluiu politicamente graças ao nosso intercâmbio permanente com o Colégio de secretários de segurança de todos os estados do Brasil. No campo tributário, nós apresentamos junto com os líderes partidários da Casa, um projeto que esclarece ao consumidor sobre a quantidade de tributos que ele paga em cada produto, em cada serviço. Esse projeto foi também resultado de um trabalho trazido para o Senado Federal pelas várias associações comerciais do Brasil, principalmente pela Federação das

Associações Comerciais de São Paulo, que é presidida pelo Afif Domingos, ex-Deputado.

Ontem mesmo eu enviei ao presidente do Tribunal de Contas da União algumas propostas para o aprimoramento das licitações e fiscalização dos contratos de publicidade com o setor público, fruto justamente de conversas institucionais com a Associação Brasileira de Agências de Propaganda (ABAP). O texto equilibrado da chamada MP do Bem, que foi ressuscitada no Senado Federal, não teria sido viabilizado se não tivéssemos aberto a discussão institucional com os segmentos produtivos e com o próprio Executivo.

Hoje, nós estamos aqui para celebrar mais um convênio institucional com a Fiesp. Com ele, a indústria poderá obter informações ainda mais precisas sobre o conteúdo e tramitação das matérias que se encontram no Senado Federal. Esse convênio será a ferramenta que permitirá o acompanhamento e a pesquisa de proposições legislativas, tanto de maneira convencional, pelo número, autor, ano e Casa legislativa, quanto de forma pioneira e exclusiva, a partir do ramo industrial, cadeia produtiva ou mesmo pelo sindicato filiado à Fiesp.

Esse convênio não é apenas um ato burocrático. Sabem bem os senhores que a obtenção de informações tem um custo muito elevado para quem toma decisão. Quanto menos informação a sociedade, ou uma instituição dispuser, mais aleatória será o seu comportamento e mais desperdício de recursos haverá, sem dúvida nenhuma.

Com o novo portal, com essa nova parceria, esses custos da informação serão reduzidos, o que de forma silenciosa, mas eficaz, representa um ganho para as empresas e para a democracia no Brasil.

Politicamente, esse convênio irá aproximar ainda mais o trabalho dos senadores do dia-a-dia da própria produção. Para que as informações legislativas sejam as mais transparentes, as mais precisas, já determinei ao Diretor-Geral da Casa, Agaciel Maia, e ao Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carrero, o contínuo aperfeiçoamento da página do Senado na internet, para que verdadeiramente seja democratizada a informação parlamentar.

Eu queria agradecer a presença de todos e dizer da minha satisfação de mais uma vez estar aqui praticando essa verdadeira inte-

ração, aperfeiçoando esse relacionamento com a chamada sociedade organizada, porque eu entendo ser esta a única maneira de legitimar a ação do Congresso, do próprio Senado Federal.

Acho que o grande motivo da crise foi nós não termos tocado, com a agilidade com que o Senado tocou o aperfeiçoamento institucional, as mudanças que precisavam ser feitas. Eu falo isso com relação à reforma do Judiciário; que já votamos, e à reforma tributária que nós votamos depois de várias audiências públicas.

A própria Reforma Política que foi votada, uma reforma profunda, não essa reforma que foi sancionada e agora validada pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas uma reforma mesmo, do sistema político, proibindo as coligações partidárias, estabelecendo a cláusula de barreira.

Enfim, nós temos feito a nossa parte. Claro que as medidas provisórias atrapalham. Eu tenho dito isso, isso foi um grande erro da Constituinte. As medidas provisórias trancam a pauta do Congresso Nacional

e, ao trancarem a pauta, elas dificultam a produção legislativa. Agora mesmo, nós temos seis medidas provisórias trancando a pauta do Senado Federal. Isso não pode continuar a acontecer, tanto que o Senado já votou a própria mudança da Constituição, para diminuir o uso abusivo de medida provisória, porque isso acontece contra o Congresso e contra a própria legitimidade que o Congresso deve cada vez mais ter.

Muito obrigado!

***A indústria poderá obter informações ainda mais precisas sobre o conteúdo e tramitação das matérias que se encontram no Senado Federal.***

## LEMBRANDO LEONEL BRIZOLA

*Sessão de 21/6/2006*

Há exatos dois anos, o Brasil perdia Leonel Brizola. Como presidente do Congresso Nacional, é uma honra homenagear um dos mais extraordinários homens públicos do século XX, um líder respeitado até mesmo por seus adversários políticos.

Em 60 anos de vida pública, nunca houve um arranhão, nunca se teve notícia de um deslize ético de Brizola.

O ex-presidente do PDT era também um exemplo de fidelidade absoluta e irrestrita aos seus ideais, ao seu partido, à causa da educação e das classes menos favorecidas. E à causa do Brasil.

Muito do espírito guerreiro e até implacável de Leonel Brizola se deve, sem dúvida, às suas origens. Com apenas um ano de idade, perdeu o pai, o lavrador José de Oliveira Brizola, degolado na Revolução Federalista de 1923.

Foi alfabetizado pela mãe, Onívia e, ainda menino, teve que trabalhar duro em Porto Alegre para completar o ensino básico.

Foi deputado estadual e prefeito de Porto Alegre, antes de comandar uma revolução educacional como governador do Rio Grande do Sul, quando construiu 6 mil escolas primárias, 278 escolas técnicas, 131 ginásios e escolas normais.

Brizola também revolucionou a economia gaúcha. Investiu de forma maciça na infra-estrutura, estatizou judicialmente as subsidiárias da I.T.T. e da companhia de energia elétrica norte-americanas, criou a Caixa Econômica estadual, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a Aços Finos Piratini e a Refinaria Alberto Pasqualini.

Ainda como governador, teve seu grande momento político ao comandar a cadeia da legalidade. Foi a grande resistência contra a tentativa de golpe militar, depois da renúncia de Jânio Quadros.

Brizola viveu no exílio por longos 15 anos, com sérias conseqüências para sua própria família. Na volta ao Brasil, perdeu a legenda PTB por artes do regime militar.

Criou então o PDT, elegeu-se governador do Rio de Janeiro e deixou sua marca registrada com a implantação dos Centros Integrados de Educação Popular, os CIEP, escolas em tempo integral para crianças mais pobres idealizadas com Darcy Ribeiro e inspiradas no grande educador Anísio Teixeira.

A principal mensagem de Brizola continua bem nítida e atual: a única saída para o Brasil é a educação de

***A única saída para o Brasil é a educação de qualidade para todas as nossas crianças, todos os nossos jovens.***

qualidade para todas as nossas crianças, todos os nossos jovens.

O líder que todos aprendemos a admirar e respeitar teve vitórias e derrotas ao longo de sua trajetória, mas nunca desistiu de lutar. A militância política era parte intrínseca de sua personalidade.

Tanto que, aos 82 anos, sonhava ainda eleger-se prefeito do Rio de Janeiro. Mas o conhecido e admirado vigor físico já não era o mesmo, embora a têmpera ainda fosse forte.

Dentre os muitos exemplos que nos legou Leonel Brizola, eu quero destacar aqui a honra pessoal, o patriotismo, a fidelidade às próprias idéias e ao seu partido.

Que essas qualidades inspirem, todos nós, a lutarmos por um Brasil melhor.

Muito obrigado!



## HOMENAGEM A IVO PITANGUY

*Sessão de 5/7/2006*

Homenageamos, hoje, por uma iniciativa particularmente bem-vinda do nobre Deputado Júlio Lopes, um brasileiro notável. Ao completar 80 anos, Ivo Pitanguy não é apenas um cirurgião plástico reconhecido internacionalmente, aclamado por seu brilhantismo em todo o meio científico.

Ivo Pitanguy é exemplo de disciplina, de compromisso e de solidariedade. Por isso mesmo, a homenagem idealizada pelo Deputado Júlio Lopes não poderia ser mais louvável.

O talento, que o professor Pitanguy tem de sobra, teve de ser aliado a muita dedicação e empenho pessoal para construir a história da Clínica Ivo Pitanguy, hoje referência mundial em cirurgia plástica, estética e reconstrutora, um centro de excelência com profissionais altamente qualificados, que acompanham, sempre, as mais modernas conquistas da Medicina.

Mais que isso. A vocação acadêmica do Doutor Pitanguy, seu prazer e responsabilidade de repassar os próprios conhecimentos vêm orientando centenas e centenas de estudantes e de jovens profissionais de Medicina ao longo das últimas décadas.

O Centro de Estudos Ivo Pitanguy, voltado principalmente para o aperfeiçoamento dos alunos de pós-graduação em cirurgia plástica da PUC-Rio e do Instituto Carlos Chagas, é hoje uma das principais fontes de pesquisa nessa área médica.

É também um centro multiplicador da generosidade e da solidariedade que sempre pautaram a vida do Doutor Pitanguy.

Quantas crianças, quantos jovens, quantas pessoas marcadas por queimaduras ou outras deformações físicas não tiveram sua auto-estima recuperada pelas mãos habilidosas, pelas mãos mágicas do nosso Professor ou pelas mãos de seus alunos?

Fundador, em 1949, da primeira Clínica de Cirurgia da Mão no Brasil, na Casa da Misericórdia do Rio, onde também fundou e chefiou o Serviço de Cirurgia Plástica, o mestre Pitanguy foi, ainda, organizador e chefe do Serviço de Queimados do Hospital Antônio Pedro e chefe do Serviço de Queimaduras e de Cirurgia Reparadora do Hospital Souza Aguiar.

E, nessa longa trajetória, desenvolveu um olhar especial para os menos favorecidos. Mesmo famoso, celebrado internacionalmente, Pitanguy fez questão de reservar uma parte de seu tempo para atender ou para orientar o tratamento de pessoas que jamais teriam condições de pagar por uma cirurgia reparadora.

***Reservar uma parte de seu tempo para atender ou para orientar o tratamento de pessoas que jamais teriam condições de pagar por uma cirurgia reparadora.***

Nunca é demais lembrar que o Serviço de Cirurgia Plástica do Prof. Pitanguy, na 38ª Enfermaria, tem como objetivo principal atender, de forma altruística, a população menos favorecida do Rio de Janeiro, de outros estados e do exterior, que apresentam deformidades de origem congênita, adquirida ou traumática.

Este trabalho, conduzido sob a supervisão direta do Professor Pitanguy, vem oferecendo a esta população uma oportunidade ímpar de restauração física e psicossocial.

Senhoras e senhores, ao longo das últimas décadas, nosso querido Professor Pitanguy vem colecionando prêmios, títulos e homenagens no mundo todo.

É membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Nacional de Medicina, professor convidado em aproximadamente uma centena de instituições de 48 países, responsável pela formação de centenas de especialistas no Brasil e no exterior.

Com essa homenagem de hoje, nós apenas referendamos todo o reconhecimento, todo o carinho devido a esse grande brasileiro.

Um brasileiro que, faço questão de repetir, é exemplo de dedicação, de responsabilidade e de respeito ao próximo.

Que o seu exemplo, Professor Pitanguy, ilumine todos nós e nos inspire na construção de um Brasil melhor.

Muito obrigado.

## PRÉ-ESTRÉIA DO FILME ZUZU ANGEL

*Sessão de 2/8/2006*

Prezada Hildegard Angel,

É uma grande satisfação receber no Senado a pré-estréia do filme Zuzu Angel, que remete a um triste período da História do Brasil.

Finalmente, será contada ao público brasileiro a história comovente de Stuart Edgar Angel Jones e da luta heróica de sua mãe, Zuleika Angel Jones, a Zuzu Angel.

O verdadeiro arquivo ainda não foi aberto, mas pelo menos o grande público poderá saber o que aconteceu pelo cinema, pela arte.

É uma parte da História do Brasil que permanece obscura, semi-oculta, não contada.

Até agora, a única manifestação pública sobre a morte de Stuart Angel havia sido também de um grande artista brasileiro, Chico Buarque de Holanda, em uma de suas mais belas composições: “Angélica”, dos anos 70, em parceria com Milton, do MPB-4.

Torço para que o cineasta Sérgio Rezende tenha conseguido dar à história de Zuzu Angel toda a sua dimensão humana e política.

Afinal, Sérgio Rezende tem se especializado, com a maior competência, em personagens históricos, como Tenório Cavalcanti, em “O Homem da Capa Preta”, Antônio Conselheiro, em “A Guerra de Canudos”, o Visconde de Mauá, em “Mauá, o Imperador e o Rei” e o ex-Capitão Carlos Lamarca.

Ainda que tarde, o Brasil precisa saber, precisa conhecer essa parte secreta da nossa História.

Zuzu Angel é também um grande estímulo para todos nós revermos no cinema o enorme talento de Patrícia Pillar, como atriz e como ser humano. É, sem dúvida, uma atriz à altura da personagem.

Zuleika, ou melhor, Zuzu Angel, mineira de Curvelo, cresceu como menina simples, costureira habilidosa, que se mudou na juventude para Belo Horizonte. De tão boa em seu ofício, tornou-se uma pioneira da moda brasileira no exterior, principalmente nos Estados Unidos.

Seu filho, Stuart Angel Jones, de pai norte-americano, foi preso em 14 de junho de 1971. Era acusado de militância no MR-8, grupo que havia seqüestrado três anos antes o embaixador norte-americano, em nosso País.

No mesmo dia 14 de junho de 1971, Stuart Angel teria sido morto sob tortura. Eram outros tempos, tristes anos, em que o Brasil estava fraturado, uma época de guerra fria e de violência.

Zuzu Angel soube por uma testemunha, também preso político, das circunstâncias da morte do filho.

A partir deste momento, iniciou uma luta heróica e solitária pelo resgate do corpo do filho e pela confirmação oficial de sua morte.

Percorreu o mundo, mobilizou clientes e amigos no exterior, atrizes famosas. Entregou cartas ao então Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger e ao Senador Ted Kennedy, porque o filho Stuart também tinha a nacionalidade norte-americana.

Usou desfiles de moda no Brasil e no exterior para denunciar a tortura e a morte do filho. Sua luta durou cinco anos. O corpo de Stuart nunca foi encontrado.

Uma semana antes de sua morte, em 1976, Zuzu Angel esteve na casa de Chico Buarque e deixou um documento em que afirmava que, se alguma coisa lhe acontecesse, não seria acidente.

E na madrugada de 14 de abril de 1976, seu automóvel foi fechado na Estrada da Gávea, no Rio de Janeiro.

“Quem é essa mulher, que só queria embalar seu filho, que mora na escuridão do mar”, diz o poema de Chico Buarque musicado por Miltoninho. É o que agora o Brasil deve saber e vai conhecer.

Muito obrigado.

***O verdadeiro  
arquivo ainda não  
foi aberto, mas pelo  
menos o grande  
público poderá saber  
o que aconteceu pelo  
cinema, pela arte.***

## LANÇAMENTO DO LIVRO REFORMA POLÍTICA NO BRASIL

*Sessão de 7/8/2006*

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores e Senhoras Deputadas, Senhora Kibou Duck, representante do PNUD no Brasil, Senhor Leonardo Avite, um dos organizadores do livro, professora Maria de Fátima Nastazia, professora da Universidade Federal de Minas Gerais, que colaborou muito também na organização do livro, cientistas políticos, consultores, autores, representantes de organismos internacionais, diretores da Câmara e do Senado, demais autoridades presentes e convidados, é com imensa honra que hoje participo desta cerimônia de lançamento da publicação *Reforma Política no Brasil*.

Sem dúvidas, estamos diante de uma oportuna e feliz iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais.

Em excelente hora, o livro vem enriquecer e ampliar o debate da reforma política no Brasil, matéria que já foi aprovada aqui no Senado Federal, há três anos, exatamente.

Aliás, esse projeto de reforma política que hoje se encontra na Câmara tem, verdadeiramente, todas as condições de se constituir na base de discussão das mudanças pretendidas.

Ao explorar a publicação do PNUD, o leitor verá um consistente conjunto de análises e propostas sobre pontos que merecem realmente a atenção de toda a sociedade.

Falo, por exemplo, do estudo sobre os impactos da reforma política na governabilidade, assunto dos mais ricos e oportunos.

Um sistema político eficiente é aquele que se mostre apto a oferecer, aos formuladores das políticas públicas do País, condições ótimas para o encaminhamento e a estruturação dos projetos de interesse da sociedade. Isso é governabilidade.

Outra discussão de realce trazida pelo trabalho é o da reforma da representação política, matéria que se relaciona diretamente ao papel do Legislativo e do parlamentar.

Sem uma representação essencialmente fundada no partido político, corremos o sério risco de que o processo decisório seja intermediado por instâncias cujos interesses estejam dissociados dos reais interesses da sociedade.

Aliás, parte do “desencanto” do cidadão comum com a política decorre justamente dessa sensação de que o mundo político é algo inteiramente estranho às suas questões.

Daí por que precisamos avançar na reforma política, prestigiando a figura do partido, fortalecendo a representação, para que seja inibido o avanço do personalismo.

Penso que, como conseqüência dessa reforma – e o primeiro grande passo da reforma política foi a implantação há 11 anos da cláusula de desempenho, da cláusula de barreira – teremos a diminuição do atual número de partidos políticos (em torno de 30), registrados no Superior Tribunal Eleitoral, o que proporcionaria ao sistema republicano uma maior estabilidade política e facilitaria acordos suprapartidários em torno de conteúdos programáticos, além de prováveis formações de ações partidárias.

A simples diminuição do número de partidos não é a questão fundamental, o importante é que eles não existam apenas para disputar espaço na administração pública, mas para desenvolver metas programadas, promover coalizão com o Governo em torno de políticas públicas consistentes, além de identificar suas posições programáticas e ideológicas.

Esses temas e muitos outros estarão à disposição dos leitores da publicação ora lançada.

Minha Cara Doutora Kim, representante do PNUD no Brasil, é bastante plausível a tese de que parte das recentes crises institucionais esteja relacionada a certas debilidades de nosso sistema político.

Essas debilidades, essas fissuras do edifício da política brasileira já foram exaustivamente analisadas por senadores, deputados federais, cientistas políticos e outros estudiosos do assunto. Não estamos, como se observa, tateando no escuro.

Como toda reforma implica, naturalmente, o deslocamento de poder, resistências sempre haverá. É um processo legítimo.

Nós tivemos de enfrentar resistências aqui no Senado quando fomos votar há 13 anos a nossa reforma política.

No entanto, as resistências e os debates devem, acima de tudo, concorrer para o avanço da matéria. Não podem se prestar à estagnação e à paralisia.

Por isso, tenho me empenhado junto às lideranças partidárias para construirmos uma convergência, acima das cores partidárias. Sem isso é praticamente impossível concluirmos a aprovação de uma reforma política para o Brasil que seja a melhor reforma.

Um fato relevante: mais importante do que esse empenho pessoal é, justamente, a percepção social de que a reforma política é inadiável.

O tema, felizmente, já não é monopólio dos políticos. A reforma política é hoje uma demanda dos empresários, dos sindicatos e das mais diversas instituições da sociedade organizada.

Sem a reforma política, não podemos assegurar padrões razoáveis de estabilidade ou de previsibilidade para as relações de poder.

Em outras palavras, sem a reforma política, as demais reformas – tributária, orçamentária, judiciária – tendem a definhar nos seus propósitos, porque carecerão dessa estabilidade a qual nos referimos.

***A reforma política é hoje uma demanda dos empresários, dos sindicatos e das mais diversas instituições da sociedade organizada.***



Nesse processo de avanço, o livro *Reforma Política no Brasil* tem um importante papel a cumprir. O volume é riquíssimo em informações sobre o sistema político brasileiro, organizadas em verbetes e artigos que aliam, harmoniosamente, o didatismo e a erudição.

Quero parabenizar, por fim, a equipe de organizadores da obra, os professores da Universidade Federal de Minas Gerais, pela excelência do trabalho.

Agradeço, uma vez mais, ao PNUD, pela excelente iniciativa de editar, especialmente no momento atual, uma obra dessa magnitude, assim como a todos os presentes que vieram prestigiar o evento.

No que depender do seu Presidente, o Senado Federal estimulará cada vez mais a parceria institucional com os organismos aqui presentes, na perspectiva de que isso é fundamental para aproximar o processo legislativo do dia-a-dia dos cidadãos.

Muito obrigado.

## MORTE DO EX-PRESIDENTE DO SENADO, MOACYR DALLA

*Sessão de 21/8/2006*

O Senador Moacyr Dalla exerceu o seu mandato entre 1979 e 1987, e marcou sua presença nesta Casa como defensor de seu Estado, o Espírito Santo, da cafeeicultura e dos produtores de açúcar e álcool.

Coube ao Senador Moacyr Dalla presidir o Congresso Nacional em duas sessões históricas, que marcaram a redemocratização do Brasil e o fim do regime militar.

A primeira delas foi a votação da Proposta de Emenda à Constituição que instituía as eleições diretas para presidente da República no Brasil, a Emenda Dante de Oliveira, em 1984.

Mesmo sendo então do PDS, o partido governista, Moacyr Dalla comportou-se com a isenção de magistrado. A derrota da Emenda Dante de Oliveira foi consequência da correlação de forças dentro do Congresso naquele momento.

A redemocratização do País viria depois, de forma inevitável, porque era a vontade majoritária do povo brasileiro, como vinham demonstrando as eleições parlamentares no País ao longo de vários anos antes.

E foi ainda Moacyr Dalla quem presidiu a não menos histórica sessão do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves Presidente da República, em 1985. Foi o último Colégio Eleitoral da História, porque a democracia no Brasil era irreversível.

Mas foi um momento decisivo e inesquecível, porque nunca o Congresso Nacional foi tão identificado com o desejo e com os anseios do povo brasileiro.

A vitória de Tancredo representou o encontro do Brasil consigo mesmo, com o seu povo e esse encontro se refletiu naquela votação histórica.

Na ocasião, Moacyr Dalla pronunciou as seguintes palavras, ao anunciar o resultado:

Acabamos de escrever a última linha de um capítulo da vida pública brasileira. Páginas importantes elas contêm, ricas de experiência e ensinamentos, de glória e de frustração.

O Senador Moacyr Dalla morreu no último dia 20, em seu estado natal, o Espírito Santo, aos 80 anos. Seu enterro, no dia de ontem, recebeu as merecidas honras do povo capixaba.

Fica aqui a nossa homenagem.

Muito obrigado.

***Nunca o Congresso Nacional foi tão identificado com o desejo e com os anseios do povo brasileiro.***

## 30 ANOS SEM JK

*Sessão de 22/8/2006*

Homenageamos, na sessão de hoje, a memória de um dos brasileiros mais queridos e admirados deste século, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek.

A morte de JK, 30 anos atrás, deixou órfão um país inteiro. Foi com ele que vivemos os anos dourados. Foi com ele que experimentamos um período de desenvolvimento sem precedentes.

Com JK, o Brasil entrou na era da modernidade, na era industrial. Ganhou 13 mil quilômetros de estrada, uma indústria automobilística e naval, ganhou uma nova Capital em pleno cerrado. Ganhou, acima de tudo, auto-estima e confiança no futuro.

***Homenagear JK é  
retomar o caminho  
do desenvolvimento  
e do crescimento  
econômico.***

O Brasil de JK foi o Brasil da bossa-nova e do cinema novo, da era de ouro do futebol, da efervescência cultural e intelectual. Foi o Brasil das grandes obras, dos 50 anos em apenas cinco.

Dinâmico, visionário, empreendedor, o Presidente seresteiro e bom de papo soube conduzir, como nenhum outro, um crescimento econômico anual de 8%, em média. Implantou um Plano de Metas ambicioso, com foco nas áreas de energia, de transportes, alimentação, educação e indústria de base.

O Brasil deu, naquela época, um salto invejável em direção ao futuro. E é esse caminho que precisamos continuar trilhando.

Homenagear Juscelino Kubitschek, 30 anos depois, não é apenas lembrar sua história, admirar a imponência de Brasília, a Capital que ele sonhou e construiu, nem apenas reconhecer sua enorme contribuição para o desenvolvimento do Brasil.

Homenagear JK é retomar o caminho do desenvolvimento e do crescimento econômico. É colocar esse País de novo rumo ao futuro e à modernidade. É esse nosso desejo, é essa a nossa esperança.

Muito obrigado.

## D. LUCIANO MENDES E ANISTIA

*Sessão de 28/8/2006*

No dia 28 de agosto de 1979, o País assistia, aliviado, a edição da Lei nº 6.643, que instituiu a anistia ampla, geral e irrestrita. Era o primeiro passo da caminhada em direção à redemocratização. Era o começo do fim de mais um triste capítulo de nossa história contemporânea: os anos de linha-dura que tanto marcaram minha geração e as de muitos outros.

Por isto tudo, nunca é demais comemorar a anistia no Brasil.

Em primeiro lugar, porque foi um marco histórico, o reencontro do Brasil consigo mesmo. Em segundo lugar, porque é por meio de suas memórias que uma Nação evita cometer os erros do passado.

Graças à maturidade do nosso País, esperamos nunca mais ter aqui regimes de exceção, interrupções da normalidade institucional. Os radicalismos de qualquer tipo são rejeitados em conjunto pela nossa sociedade. Temos a vocação da democracia!

Esta comemoração coincide com um momento triste: a perda de D. Luciano Mendes de Almeida, uma das principais vozes da redemocratização do País e da justiça social.

Durante os anos de autoritarismo, D. Luciano pôs todo o peso de sua autoridade moral a serviço da luta pela democracia, em favor da anistia, da pacificação do País.

A comemoração pelo aniversário da anistia em nosso País e a dor pela perda de Dom Luciano são momentos que exigem de todos nós uma profunda reflexão. Temos um Brasil redemocratizado, mas que precisa de aperfeiçoamentos, de correções de rumo, de ações firmes na busca da retomada do nosso caminho.

Estamos às vésperas de uma nova eleição e é a hora de repensar o futuro.

Não podemos mais conviver com os níveis alarmantes a que chegou a violência urbana; não podemos mais permitir que nossas instituições e que a população sejam acuadas por organizações criminosas.

A onda de terror que vivenciamos hoje não pode, no entanto, ser motivo para que direitos humanos fundamentais sejam violados. Não é mais uma questão de novas leis. Trata-se de aplicar com rigor a legislação que já existe, aperfeiçoar as instituições, reaparelhar o Estado para que cumpra suas funções constitucionais.

Senhoras e senhores, como Ministro da Justiça, criei a primeira Comissão de Anistia, que analisa a concessão de compensações aos perseguidos pelo regime autoritário.

Como senador, tive a honra de relatar, em 2002, o projeto que regulamentou o pagamento dos benefícios às vítimas do autoritarismo.

Há, na Comissão de Anistia, no Ministério da Justiça, mais de 50 mil pedidos de indenização em análise. Uma análise técnica, isenta e, por isso, demorada.

É preciso lembrar sempre que a transição democrática no Brasil foi a mais pacífica de todas.

Uma obra de maturidade política que envolveu toda a sociedade, e que trouxe novas esperanças. Foi uma festa democrática inesquecível.

Mas está na hora de corrigir os rumos, em busca da consolidação de todas as expectativas que a anistia e a democratização trouxeram, há mais de 20 anos.

Há muito a ser feito e uma eleição geral é um bom momento para refletir sobre os caminhos a serem tomados. O Brasil espera isso de todos nós.

Muito obrigado.

***Pôs todo o peso de sua autoridade moral a serviço da luta pela democracia, em favor da anistia, da pacificação do País.***

## DIA DO CORRETOR DE IMÓVEIS

*Sessão de 29/8/2006*

Parabenizo todos os corretores de imóveis pela passagem de seu dia.

Para o Senado Federal e, especialmente, para mim, é uma honra muito grande poder abrir as portas do Senado Federal para esses profissionais exatamente na data em que comemoram seu dia.

Gostaria, sinceramente, de estender meus cumprimentos ao querido amigo e membro destacado de nossa Mesa Diretora, Senador Paulo Octávio, requerente desta homenagem, que, sem dúvida, valoriza a profissão dos corretores de imóveis de todo o País.

O Congresso Nacional e, especialmente, o Senado Federal, buscam, sem dúvida, um diálogo constante com todas as categorias profissionais e não seria diferente com os corretores de imóveis.

Por isso, quando a matéria chegar ao Senado Federal, vamos analisar, de forma equilibrada, a proposta do Conselho Federal de Corretores de Imóveis para que os profissionais de nível superior, com formação em gestão imobiliária, obtenham o reconhecimento legal.

Os corretores de imóveis são os profissionais que se habilitam para tornar realidade um dos maiores sonhos dos brasileiros: a possibilidade de adquirir a casa própria.

Melhor preparação para essa função é uma necessidade diante de uma sociedade que exige cada vez mais dos prestadores de serviço e resultará em serviços de melhor qualidade para a comunidade.



Muito já fizemos, Senador Paulo Octávio, e outro tanto temos de fazer, para ampliar as possibilidades de os brasileiros adquirirem a moradia.

Cabe recordar que a chamada Medida Provisória do Bem, aprovada nesta Casa em 2005, depois de árdua negociação da qual todos nós participamos verdadeiramente, estimulou, sem dúvida, o crescimento do setor.

Em decorrência dela, houve o aumento da produção da construção civil e a diminuição do preço dos imóveis a serem adquiridos, com efeitos positivos na renda e no emprego.

Por fim, registro que cuidaremos para que seja rápida a tramitação do Projeto de Lei nº 167, de 2003, de autoria do nobre Senador Romeu Tuma, que concede a isenção de IPI sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis. A participação dos corretores de imóveis neste debate será, sem dúvida, fundamental e insubstituível. Aguardamos a colaboração dos senhores para aperfeiçoar, como queremos, a legislação do setor.

Parabéns, portanto, a todos os corretores de imóveis, verdadeiros profissionais de consultoria de um setor que dá grande impulso ao desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.

***Os corretores de imóveis são os profissionais que se habilitam para tornar realidade um dos maiores sonhos dos brasileiros: a possibilidade de adquirir a casa própria.***

## LEI GERAL DAS PEQUENAS E MICROEMPRESAS

*Sessão de 6/9/2006*

Aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, com a maior celeridade possível, como estamos fazendo hoje, é permitir que o Brasil dê um passo fundamental rumo ao crescimento econômico e ao futuro; é garantir a criação de milhões de empregos; é atacar de frente um dos problemas mais sérios de nosso País: a informalidade, alimentada pela burocracia e pela carga tributária elevada, que penaliza, de forma brutal, nossas pequenas e microempresas.

A Lei Geral é uma reivindicação antiga de um segmento chave de nossa economia. Um segmento que representa nada mais, nada menos, que 99% das empresas e gera cerca de 67% de nossos empregos formais, de acordo com o Sebrae.

A proposta que veio da Câmara unifica seis tributos federais com o ISS e ICMS. É o Supersimples, um alívio financeiro sem precedentes para empresas com faturamento de até 2,4 milhões de reais.

Para se ter uma idéia, o novo regime fiscal vai representar uma economia de 20 a 40% para as micro e pequenas empresas, pelos cálculos do Sebrae.

A expectativa do relator da matéria é de que mais de um milhão de microempresas possam ser formalizadas com a Lei Geral.

Além de um regime fiscal diferenciado para o setor, ampliado para 29 segmentos do ramo de serviços, a Lei também incorporou

uma série de medidas que vão facilitar a vida dos micro e pequenos empresários.

Merecem destaque o tratamento preferencial em licitações e a maior facilidade para a abertura e fechamento das empresas.

A criação da Pré-Empresa permitirá a formalização de atividades com faturamento de até 36 mil reais por ano. Com isso, milhões de brasileiros que hoje trabalham como autônomos vão ser beneficiados, recolhendo menos para a Previdência.

A criação do cadastro único eletrônico das microempresas é outro avanço inquestionável. Ele vai reduzir de 150 para 15 dias o tempo médio de abertura de uma firma.

Não podemos mais admitir que a burocracia continue sendo um entrave para a formalização de nossas empresas, que ela continue freando os investimentos e o crescimento econômico.

Este é um setor fundamental de nossa economia e, com esta medida que estamos aprovando hoje, estaremos dando um passo certo e firme na direção do desenvolvimento, da geração de empregos e renda e de criação de novos negócios no País.

Muito obrigado.

***Não podemos mais admitir que a burocracia continue sendo um entrave para a formalização de nossas empresas, que ela continue freando os investimentos e o crescimento econômico.***

## IV ENCONTRO ANUAL DA AJUFER

*Sessão de 9/9/2006*

Agradeço à Associação dos Juízes Federais da 1ª Região – AJUFER – o generoso convite que me foi formulado para participar desta Sessão Solene de encerramento do IV Encontro Anual da Associação.

Aproveito para cumprimentar a Ajufer, na pessoa da Excelentíssima Senhora Juíza Solange Salgado, pelo magnífico trabalho que vem desenvolvendo.

Um trabalho que se destaca, evidentemente, pela preocupação de valorizar aqueles que fazem a Justiça Federal, mas que busca, também, como demonstra o mote escolhido para este IV Encontro, identificar os “caminhos e desafios para uma nova Justiça”.

Sabemos todos que nenhum país é respeitado na comunidade internacional se não dispuser de um Poder Judiciário forte, efetivo e soberano; nenhum país é digno de se denominar livre, democrático, se não assegurar, a todos que se encontram em seu território, a isonomia e a presteza de tratamento nas instâncias judiciárias.

Na época em que estive à frente do Ministério da Justiça, pude colaborar, e isso muito me orgulha, com a Justiça do meu País.

Assim é que foram implantadas as varas especializadas em conflitos fundiários e os Juizados Especiais Federais.

Além disso, a mediação e a arbitragem ganharam estímulo para a tornarem-se instrumentos alternativos na solução de conflitos patrimoniais.

Ampliamos a Defensoria Pública da União e impulsionamos as defensorias estaduais, como forma de atender aos mais necessitados.

A competência da Justiça Federal para julgar crimes contra os direitos humanos foi outra conquista da sociedade brasileira, resultado dos trabalhos e estudos daquela época no Ministério da Justiça.

Meus caros magistrados, o Poder Judiciário tem promovido, com vigor, a qualificação cada vez maior dos juízes; tem investido, com plena noção de modernidade, na melhoria dos padrões tecnológicos; e tem procurado, acima de tudo, garantir maior acessibilidade dos cidadãos brasileiros à Justiça.

No que diz respeito à Justiça Federal, esse esforço começou bem cedo, ainda nos primórdios da República. Na verdade, foi anterior, até, à primeira Constituição Republicana, de 1891.

Com o Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, inspirado em Exposição de Motivos do grande estadista que foi Manuel Ferraz de Campos Salles, estabeleceu-se um saudável dualismo em nosso sistema Judiciário.

De um lado, a Justiça dos Estados, cuidando das dissensões locais; de outro, a Justiça Federal, atenta aos processos de interesse da União.

E é esse o entendimento consagrado em nossa Constituição, nos artigos 106 a 110.

Os números da movimentação processual nas seções judiciárias de nosso País atestam a magnitude da tarefa atribuída à Justiça Federal.

Somente no ano passado, os pouco menos de 1.500 juízes federais e juízes federais substitutos deram conta de milhões de processos.

Foram mais de 6 milhões e 800 mil processos em tramitação; mais de 2 milhões e 500 mil distribuídos; mais de 2 milhões julgados; e 270 mil remetidos aos Tribunais Federais.

Apenas a 1ª Região coube cerca de 25% de cada um desses totais. São números grandiosos, a exigir discernimento e capacidade de trabalho dignos de registro.

E, quanto maiores, quanto mais instigantes forem as exigências sobre os juízes federais, maior será a importância de entidades como a Ajufer.

Em menos de nove anos, são várias as conquistas que podem ser exibidas pela Associação dos Juízes Federais da 1ª Região.

Ainda recentemente, Senhora Presidente, tive a oportunidade de ler o corajoso posicionamento de Vossa Excelência sobre a questão do crime organizado.

Vossa Excelência faz uma incontestável defesa da manutenção, pelo Estado, do monopólio do uso da força.

Ao mesmo tempo, faz um chamamento ao Poder Legislativo para que atuemos, juntos, na aprovação de matérias relacionadas à segurança pública.

Por fim, manifesta legítima preocupação com a possibilidade de que os juízes, notadamente aqueles em exercício nas frágeis subseções judiciárias, se transformem em alvos prioritários da ação de grupos criminosos.

Comungo, Senhora Presidenta, das preocupações manifestadas por Vossa Excelência, e aproveito para destacar que, no Senado Federal, tenho atuado, firmemente, no sentido de tomar as providências que se fazem necessárias ao melhor andamento da Justiça em nosso País.

Com o apoio do Colégio Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública, apresentei proposta de emenda constitucional, visando à garantia de recursos para a segurança pública, tema que tanto tem atormentado as autoridades e os cidadãos brasileiros.

Além disso, aprovamos no Senado, em maio deste ano, em regime de urgência, nada mais nada menos que onze projetos de combate ao crime organizado.

Destaco, entre eles, a instituição do regime de segurança máxima para os presos mais perigosos, a obrigatoriedade da instalação de bloqueadores de celulares nos presídios e a criação de um programa de subsídios para financiamento de moradia para policiais, este último de minha autoria.

A chamada reforma infraconstitucional do Judiciário, que tem como principal objetivo a obtenção de uma Justiça mais célere para todos os brasileiros, também foi aprovada no Senado.

A aprovação da Lei nº 11.187/2005, versando sobre os agravos, da Lei nº 11.232/2005, sobre a execução civil, da Lei nº 11.276/2006, sobre a súmula impeditiva de recursos, e da Lei nº 11.277/2006, sobre

ações repetitivas mostra que o Senado não tem fugido às suas obrigações.

Essas matérias nasceram, em boa parte, na própria magistratura, com a qual o Senado vem aperfeiçoando o relacionamento institucional.

Até porque, devo enfatizar, estreitar o relacionamento com as instituições organizadas e os poderes tem sido uma de minhas obsessões.

Para isso criamos um órgão específico na Presidência da Casa, estimulando esse intercâmbio, de modo que o processo legislativo possa cada vez mais estar sintonizado com as reais necessidades do País e das instituições.

É mais um canal à disposição de Vossas Excelências para o aprimoramento das leis.

Senhoras e senhores, encerro minhas palavras inspirado no ilustre alagoano, Aureliano Cândido de Tavares Bastos, considerado um dos maiores pensadores políticos brasileiros, que já assinalava, em 1870: “...A mais sólida garantia do cidadão está em uma magistratura independente” e que “os juízes de ambas as instâncias, os provinciais e os nacionais, constituiriam a verdadeira muralha da liberdade”.

Muito obrigado.

***Tenho atuado,  
firmemente, no  
sentido de tomar  
as providências  
que se fazem  
necessárias ao  
melhor andamento  
da Justiça em nosso  
País.***

## COLAR DO MÉRITO MINISTRO VICTOR NUNES LEAL

Tribunal de Contas  
do Município do Rio de Janeiro  
*Em 6/11/2006*

Agradeço ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro a generosa lembrança do meu nome para receber o Colar do Mérito Ministro Victor Nunes Leal. É uma homenagem que orgulha e distingue a todos os agraciados.

O Tribunal é exemplo de instituição que compreendeu plenamente o sentido de sua competência, realizando o trabalho sério de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município do Rio de Janeiro.

Ao fazê-lo, com proficiência e profissionalismo, atua como fiscalizador dos interesses coletivos, zelando pelos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade que devem guiar a gestão dos recursos públicos.

Receber uma honraria que homenageia Victor Nunes Leal é uma razão adicional de engrandecimento.

Victor Nunes Leal ofereceu notável contribuição, no jornalismo, na vida acadêmica e na magistratura.

A sua trajetória profissional, com destaque para os cargos de Procurador do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi assinalada pela constante dignidade, honradez e dedicação à causa pública.



Victor Nunes Leal deixou-nos o exemplo pessoal de uma grandiosa lição de cidadania e um legado de estudos, na Ciência Política, que o credencia como um dos grandes intérpretes do Brasil.

Minhas senhoras e meus senhores, a proximidade da homenagem com as últimas eleições exige o justo reconhecimento do grau de maturidade política alcançada e da demonstração de pujança das nossas instituições.

No renovado compromisso do conjunto da sociedade com os valores essenciais da democracia, nossa gente foi às urnas, pacífica e tranqüilamente, manifestou livremente sua vontade e elegeu seus representantes.

O exercício universal de um dos pilares da democracia, o voto, reafirma o nosso compromisso com a cidadania.

O certo é que estamos construindo um Brasil mais moderno. Caminhamos na direção certa, em busca de um futuro mais justo, de plenitude democrática e de efetiva cidadania.

Para isso, é fundamental o papel dos Tribunais de Contas. A sua atuação é decisiva para o bom funcionamento das funções legislativas.

Estejam certos de que o Senado Federal tem consciência das responsabilidades que lhe cabem nesse cenário de transformação do País. Temos aprovado todas as matérias de interesse da sociedade brasileira.

No ano passado, o Senado realizou 225 sessões.

Foram apreciadas nada menos do que 2.867 proposições legislativas, o que dá a excelente média de quase 23 matérias por sessão deliberativa.

E só não aprovamos mais matérias devido ao trancamento, por medidas provisórias, de dois terços das sessões do Senado. De fato, poderíamos trabalhar ainda mais, não fosse a insistência do Executivo nas medidas provisórias.

Assim, o Senado aprovou uma PEC que exige o exame da urgência e da relevância, pelo Congresso, antes que a MP ingresse no mundo jurídico.

Matérias relevantes estão em debate na Câmara Alta e posso assegurar-lhes que, muito em breve, o Projeto de Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, por exemplo, será votado no Senado Federal.

Também a reforma política volta a contar com nossas atenções, especialmente os temas como o voto distrital misto e a fidelidade partidária deverão suscitar um amplo debate e a troca de idéias.

Senhoras e senhores, em 2005, pela primeira vez, desde 1988, foram aprovadas mais leis originárias do Congresso Nacional do que da iniciativa dos demais poderes. Essa é a maior prova de que o Congresso Nacional vem resgatando o seu papel legislativo.

O financiamento da educação básica, as regulamentações infra-constitucionais da reforma do Judiciário e as mudanças na tramitação do Orçamento, sem esquecer as reformas política e tributária, são algumas das matérias já pautadas.

Especificamente em relação aos Tribunais de Contas, estamos atentos à tramitação de expressivo número de proposições no Senado.

Elas contemplam temas como: a auto-executoriedade das decisões dos Tribunais de Contas, o contraditório e a ampla defesa na elaboração do parecer prévio sobre contas governamentais, a fixação de prazo para atender solicitações de inspeções, auditorias e informações e a competência subsidiária do TCU relativamente às Cortes de Contas estaduais e municipais.

Podem todos ter certeza de que o Senado tem cumprido e cumprirá, tenho certeza, com o seu papel na análise dessas matérias.

Agradecendo a todos, quero reiterar o orgulho com que recebemos, eu e os demais agraciados, o Colar do Mérito Ministro Victor Nunes Leal.

Ao finalizar as minhas palavras, expresso nosso compromisso de continuar a oferecer ao País o melhor de nossos esforços para que, coletiva e solidariamente, construamos o Brasil de nossos melhores sonhos.

Muito obrigado.

***Em 2005, pela primeira vez, desde 1988, foram aprovadas mais leis originárias do Congresso Nacional do que da iniciativa dos demais poderes. Essa é a maior prova de que o Congresso Nacional vem resgatando o seu papel legislativo.***

## VISITA DO PRESIDENTE ALAN GARCÍA

*Sessão de 9/11/2006*

Com grande honra, recebemos em nosso País, e nesta Casa, a visita de Vossa Excelência.

Mais do que amigos, nossos povos são povos irmãos. Brasil e Peru têm profundos vínculos históricos, sociais, humanos, econômicos. Mantemos hoje identidade de pontos de vista sobre as principais questões regionais e mundiais. E compartilhamos a mesma aspiração de progresso para os nossos povos.

Nossos destinos estão interligados.

Temos o mesmo projeto de uma grande e próspera Comunidade Sul-Americana de Nações, livres e soberanas, unidas pelo ideal do bem comum e dos valores democráticos.

E, para isso, foi fundamental a boa relação que, em meados dos anos 80, cultivavam os Presidentes José Sarney e Alan García, contemporâneos de um momento em que se reconstruía a democracia em nosso continente.

Esperamos que em breve a nossa Comunidade seja institucionalizada.

Para nós, é importante uma aliança preferencial com a América do Sul, como forma de impulsionar nosso crescimento e nos afirmarmos de maneira competitiva no mercado mundial.

Devemos sempre nos perguntar: o que podemos fazer para nos ajudar mutuamente?

Queremos todos nos desenvolver em conjunto, sem veleidades de hegemonia ou de liderança.

O Brasil aspira a ser parceiro de todos os Países sul-americanos e a trabalhar em harmonia para que o nosso continente possa crescer e prosperar.

Senhor Presidente, nosso maior patrimônio – do Brasil e do Peru – são os nossos povos.

Estas são as nossas principais riquezas: a miscigenação, a originalidade, a energia, a esperança no futuro.

Vossa Excelência acaba de ser eleito e empossado pela segunda vez, depois de ter sido um dos presidentes mais jovens da América Latina.

Agora, 20 anos depois, recebe mais uma demonstração de confiança dos seus concidadãos.

Sua mensagem e propostas, de uma transformação responsável da Nação, mereceram a confiança e o apoio dos peruanos.

Assim como o Brasil, o Peru tem igualmente o compromisso com o fortalecimento das instituições democráticas e com a integração sul-americana.

Nosso continente precisa ser protagonista, e não coadjuvante, nas grandes questões internacionais.

Também nós, brasileiros, vamos iniciar em janeiro uma nova etapa de esperanças e desafios. O maior deles é a retomada do desenvolvimento econômico com justiça social, com distribuição de renda, mas sem abandonar as metas de estabilidade.

Acredito ser este também o desafio de Vossa Excelência e de seu país.

Dos inúmeros projetos em comum, temos os importantes programas de inclusão social, como o Bolsa Família, no Brasil, e o Programa Nacional de Apoyo Directo a los Más Pobres, no Peru.

A visita de Vossa Excelência é extremamente importante. Precisamos ampliar ainda mais nossas relações políticas, sociais, econômicas e culturais.

***É importante uma aliança preferencial com a América do Sul, como forma de impulsionar nosso crescimento e nos afirmarmos de maneira competitiva no mercado mundial.***

A presença do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva na posse de Vossa Excelência, no dia 28 de julho, é uma prova da importância política que o Brasil confere à integração dos nossos países.

Não podemos deixar de registrar que, recém-eleito, Vossa Excelência honrou nosso País com a sua primeira viagem internacional.

Sua vinda ao Brasil demonstra, sem sombra de dúvidas, o desejo do novo Governo de dar continuidade à intensificação da cooperação bilateral, no contexto da aliança estratégica entre o Brasil e o Peru.

Devemos lembrar que o Peru participa com um contingente na Missão da ONU para Estabilização do Haiti, sob o comando brasileiro. E que tem apoiado a reivindicação brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil, da mesma forma, apoiou a participação do Peru como membro provisório do Conselho de Segurança da ONU em 2006-2007.

Assinamos, desde 2003, mais de 30 acordos bilaterais, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o seu país três vezes em 2005.

Nossos países vão, certamente, reforçar a aliança estratégica firmada em abril de 2003, com importantes projetos econômicos e comerciais.

Caminhamos rumo a uma integração cada vez maior, do ponto de vista físico, energético, produtivo, social, educacional, cultural e político, dentro de uma nova realidade continental.

No ano de 2005, o comércio bilateral atingiu o valor de US\$1,4 bilhão. Neste ano, poderá superar dois bilhões de dólares.

Os investimentos brasileiros no Peru apresentam também possibilidades favoráveis de crescimento.

Como presidente do Congresso Nacional do Brasil, gostaria de assinalar minha maior satisfação com a notícia de que o Congresso da República do Peru reativou a Liga Parlamentar Peru-Brasil.

Asseguro a Vossa Excelência que me empenharei para que seja criado em breve o Grupo Parlamentar Brasil-Peru.

Considero fundamental que nossos parlamentos aprofundem diálogo constante e profícuo.

Senhor Presidente, partilhamos também enorme responsabilidade na preservação da Amazônia.

Integramos a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Desde março deste ano, 2006, vigora o “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia”, assinado em agosto de 2003.

Trabalhando em estreita cooperação e coordenação, seremos mais eficientes no combate ao narcotráfico, ao tráfico de armas e ao crime em nossas fronteiras.

No dia 27 de setembro último, a Petrobras e empresas estatais peruanas firmaram, em Lima, um Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de Investimentos e Exploração, Produção, Transporte, Transformação e Distribuição de Hidrocarbonetos.

Teremos, assim, maior integração no setor energético, em nome do interesse comum dos nossos países.

Observamos, ainda, que o Brasil recebeu com grande entusiasmo sua proposta de uma associação na área de energia, da venda de gás e da expansão das atividades da Petrobras em território peruano.

Senhor Presidente, o Brasil tem em seu país um parceiro confiável e amigo certo de todas as horas.

Um dos nossos orgulhos, e grande esperança para nossos países, tem sido a construção da Rodovia Interoceânica, já iniciada, e que prossegue aceleradamente.

Em janeiro último, pudemos inaugurar a ponte sobre o rio Acre, que liga as cidades de Assis Brasil e Iñapari.

***A ligação Atlântico-Pacífico – um extraordinário desafio geográfico – concretiza um velho sonho, e uma aspiração histórica do nosso estado do Acre, da nossa região Norte.***

Uma vez concluída, a Rodovia Interoceânica ligará cidades acrianas aos portos do sul peruano.

Tudo isso se materializa com preocupação ambiental e respeito à natureza e à floresta.

O Governador do Acre, Jorge Viana, cuidou pessoalmente dos detalhes legais, burocráticos e ambientais dos trechos em obra, em conjunto com o Governo peruano e o Governo do Brasil.

A ligação Atlântico-Pacífico – um extraordinário desafio geográfico – concretiza um velho sonho, e uma aspiração histórica do nosso Estado do Acre, da nossa região Norte, conforme destacou em magnífico discurso, a 8 de setembro do ano passado, o Senador Tião Viana.

Senhor Presidente, no dia 14 de dezembro próximo, realizar-se-á a sessão inaugural do Parlamento do Mercosul, que antecederá a cúpula de chefes de Estado.

Nunca seria demais recordar que o Mercosul jamais nasceria não fosse a visão histórica do Presidente José Sarney, que aprofundou o processo de integração do Brasil com seus irmãos do Cone Sul.

Para o estabelecimento do Parlamento do Mercosul, muito contribuiu o ingente trabalho da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul do Congresso Nacional, presidida pelo incansável e competente senador Sérgio Zambiasi, cuja dedicação à causa da integração sul-americana merece o nosso maior aplauso e respeito.

Todos nós temos de agradecer aos senadores e deputados que trabalharam com imensa dedicação nessa Comissão Conjunta pela união parlamentar do Mercosul.

Seria de fundamental importância a participação da República do Peru, que todos queremos como integrante do Mercosul em caráter permanente, na nova Casa legislativa.

Muito obrigado, e felicidades, Senhor Presidente, no grande desafio que é governar o país irmão.

## MORTE DE RAMEZ TEBET

*Sessão de 20/11/2006*

Ontem, durante o sepultamento do Senador Ramez Tebet, conversando com a imprensa, tive a oportunidade de dizer que “morrem cedo aqueles que os deuses querem bem”.

A citação obviamente não é minha, mas do maior gênio da Língua Portuguesa, o poeta Fernando Pessoa, ao lamentar a morte de seu melhor amigo, de sua alma-irmã, o também poeta Sá Carneiro, que tão precocemente deixou o convívio de seus amigos. Somente os poetas, Senador Antonio Carlos Magalhães, os grandes poetas têm este talento, a capacidade de expressar, com eloquência e precisão, nossos mais profundos e sinceros sentimentos.

Nestes momentos de dor e perda, eles e Deus são nossos melhores conselheiros, porque também nos lembram que, para além da perda, resta aos que aqui ficam os ensinamentos, o legado daqueles que se foram tão cedo. E por falar naqueles que se foram tão cedo, quero lembrar o nosso querido e inesquecível Luís Eduardo Magalhães.

Sei que há aqueles que duvidam que a aridez e a tensão permanente da atividade política permitam cultivar amizades sólidas, duradouras e fraternas. Por isso, dou aqui o meu testemunho pessoal, Senador Cristovam Buarque. As perdas são muitas e para muitos. No caso de Ramez Tebet, a maior e incomparável é da família, Dona Fairte e seus quatro amados filhos: Rodrigo, Ramez, Eduarda e Simone, que é Prefeita da cidade de Três Lagoas. Perde o Estado do Mato Grosso do Sul, perde o País, perde a sociedade brasileira. E eu, sem dúvida alguma, perco um amigo e irmão.



Mato Grosso do Sul perde um brilhante advogado, um grande promotor, um político dedicado que honrou sua terra natal e todos os cargos por que passou: desde o de Prefeito da sua querida Três Lagoas, passando pela Secretaria de Justiça, pela Sudeco, o Governo do Estado, o Senado Federal, o Ministério da Integração Nacional e a Presidência do Senado, onde deixou muitos e inestimáveis legados.

Quantos conselhos tenho memorizado, quantas lições aprendi com esse homem memorável! Mais do que a quantidade, a qualidade de seus ensinamentos me fizeram admirá-lo para sempre.

Ele e sua singular indignação – Ramez tinha esse dom. Sua indignação contra a injustiça era única, seu protesto era juvenil, por isso, contagiante. Diante das adversidades que enfrentamos juntos, e não foram poucas, via os olhos do Ramez brilharem quando uma solução lhe ocorria.

Os olhos brilhavam, ele erguia um dos dedos, e sugeria, com voz inconfundível e serena: “Renan, eu tenho uma solução”. Era um homem presente, sempre em busca de soluções, um incentivador da concórdia, muito embora não se negasse a entrar em justa disputa, se a circunstância assim o exigia.

Com Ramez, um homem de gestos sóbrios e maneiras comedidas, vi e aprendi que uma disputa não se ganha elevando-se o tom, mais ou menos como o som de um berrante que ecoa longe, cala fundo, sem agressividade. A vitória é consequência única da força dos argumentos e do lado em que se está na disputa.

E bons argumentos e boas causas para defender Ramez Tebet tinha de sobra.

Ensinou-me que é melhor perder do lado certo a ganhar do lado errado, Senador Demóstenes Torres. Mato Grosso pode se orgulhar desse homem, o Senado pode se orgulhar desse homem. O partido perde um homem de fibra, determinado, um trabalhador incansável,

***Sei que há aqueles que duvidam que a aridez e a tensão permanente da atividade política permitam cultivar amizades sólidas, duradouras e fraternas.***

justo e equilibrado. Um equilíbrio que ele semeou no convívio com as leis e em sua busca eterna por justiça. Um homem que nunca – e minha convivência com ele me permite dizer – recusou um desafio, nunca hesitou diante de uma missão, mesmo que fosse a missão mais espinhosa.

A grandeza da alma e o desprendimento de Ramez Tebet conferiram-lhe um temperamento muito admirado por todos. Até hoje, eu me recordo do desafio para o qual fui chamado. E é importante registrar que ele foi sempre convocado para missões do partido. Até hoje, eu me recordo, Senador Antonio Carlos Magalhães, do espanto dele quando foi convocado para presidir o Senado Federal em um momento tão tempestuoso da vida nacional. Ele estava há três meses no Ministério da Integração Nacional. Seu espanto não era derivado da crise, não era derivado do temor. Seu assombro vinha da sua alma, que era muito simples e sem vaidades, que era imune à cobiça. Por isso, ele era um homem das vilas, dos povoados, do pantanal, e não um admirador de palácios. O PMDB pode se orgulhar desse homem.

***Ensinou-me que é  
melhor perder do  
lado certo a ganhar  
do lado errado.***

Perco um amigo, um irmão, um parceiro leal, brilhante, solidário, acima de tudo, um incomparável patriota, que tanto se preocupou com a defesa do Estado brasileiro, um político cuja sensibilidade social é admirada por seus pares e por seus conterrâneos. Poucos lhe superaram em fibra, coragem e pujança, mas se há uma única e coletiva lição na atividade política, esta é, sem dúvida, a transitoriedade das coisas.

Todos sabemos disso, mas a atividade política nos introjeta esse conceito quase que diariamente. As coisas são fugazes, e tudo passa tão rápido. A eternidade em nós está na crença em Deus, na alma e nos amigos que semeamos por onde passamos. E é isso que Ramez Tebet fez sobejamente. Ele manteve muitos amigos, e deixa órfãos os muitos amigos. Agora, sua ausência soará estranha entre todos os que ficam; uma ausência triste, que vai se eternizar no juízo, cristalizar na alma. Nesses momentos, é sempre muito difícil para quem

fica, mas Deus, em sua sabedoria, o manterá ao Seu lado e cuidará bem do nosso irmão que de lá continuará, sem dúvida, zelando por todos nós.

Eu me orgulho de ter sido um amigo muito próximo do Senador Ramez Tebet. Há três dias – há pouco os Senadores José Agripino e Arthur Virgílio também tiveram a oportunidade de dizer – falamos com Ramez Tebet ao telefone. Durante uma parte da conversa, ele me pediu para promover um encontro entre ele, que queria vir pessoalmente, o Presidente da República, o Governador eleito do seu Estado, André Puccinelli, e sua filha Simone, Prefeita de Três Lagoas.

Quando contei, emocionado, ao Presidente que Ramez Tebet queria vir aqui para conversar com ele, Sua Excelência me disse que ligou para a família de Ramez, pois fazia questão de ir a Três Lagoas.

E marcou exatamente para esta segunda-feira a fim de que pudéssemos ir pessoalmente visitá-lo. Pediu-me que convidasse todos os senadores, independentemente de partido, que quisessem visitar Ramez Tebet, porque ele fazia questão de ir pessoalmente a Três Lagoas visitá-lo.

Não houve essa segunda-feira com Ramez. O infortúnio aconteceu antes, no sábado. Mas nós fomos ao seu sepultamento.

Eu tive a preocupação de representar indistintamente todos os senadores, e o sepultamento do Ramez, como a sua vida toda, serviu para que se encontrassem pessoas que há muito não se encontravam; serviu para que conversassem pessoas que há muito não conversavam. Isso é também uma lição, é um legado que o Ramez deixa para o Brasil. Como disse o nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães, há uma unanimidade nesta Casa no que diz respeito a Ramez Tebet, pelo homem público correto que ele representou e que representará para sempre. Como disse aqui o Senador Marco Maciel, lembrando Joaquim Nabuco, os grandes homens públicos são telúricos. Assim era Ramez Tebet. Por isso orgulhou a todos nós, seus contemporâneos, e orgulhará para sempre este Senado Federal.

Como lembrou aqui também o Senador Arthur Virgílio, a cada dia o Senador Ramez Tebet mais nos surpreendia pela bravura e valentia com que enfrentou a própria doença, o câncer. E seus amigos

que trabalharam com ele o sabem. Vejo ali o Eustáquio, em nome de quem saúdo a todos. Quantas vezes o Senador Ramez Tebet saiu do hospital e veio diretamente para este Senado, para, da tribuna, defender o que acreditava! Idéias que ficarão para o Brasil.

O Senador Ramez, disse o Senador Paulo Paim há pouco, sintetiza esta Casa e todos nós. Era um republicano; um abolicionista. Era uma das melhores referências que nós tínhamos no Senado Federal. Quero aqui subscrever todas as palavras – que foram ditas a respeito do Senador Ramez Tebet – dos Senadores Alvaro Dias, Maguito Vilela, Romero Jucá, Heráclito Fortes, José Agripino, Magno Malta, Paulo Octávio e Roberto Saturnino.

O Senador Ramez era um guerreiro. Salve o guerreiro que o Senador Ramez simbolizava! O seu legado, como já disse, e seus ensinamentos ficarão para sempre. Essa é a verdadeira homenagem que deve ser prestada por este Senado Federal.

Muito obrigado.

***Se há uma única  
e coletiva lição na  
atividade política,  
esta é, sem dúvida,  
a transitoriedade  
das coisas.***

## TV SENADO EM SALVADOR

*Sessão de 22/11/2006*

Gostaria de expressar minha satisfação pessoal com a inauguração da TV Senado em sinal aberto para a população de Salvador e arredores.

Trata-se de um marco significativo na história do Senado Federal. Devemos ressaltar que a história recente do Senado foi marcada pelo pioneirismo e ousadia desbravadora de algumas decisões adotadas pela Casa.

Passo a passo, biênio após biênio, a verdade é que o Senado, desde que se estabeleceu em Brasília, nunca deixou de incorporar, em sua estrutura, meios e instrumentos capazes de ampliar sua interação com a sociedade.

A primeira providência significativa neste sentido, adotada pelo então Presidente Auro de Moura Andrade, em 14 de agosto de 1963, foi a criação da gráfica do Senado.

O segundo marco na trajetória do Senado rumo à modernidade foi a criação do Prodasen, nos idos de 1972, quando exercia a presidência o Senador Petrônio Portella.

Os conhecimentos absorvidos e praticados pelo Prodasen não só permitiram ao Senado atualizar-se em seus procedimentos internos, dinamizando sua estrutura burocrática, como abriram inesgotáveis perspectivas no que se refere ao arquivamento e manuseio do imenso e crescente acervo constituído pelos conteúdos produzidos em nossas sessões plenárias e reuniões de comissões.

Mas foi nos meados da década de 90 que o Senado iniciou uma rápida, ampla e profunda ampliação em sua capacidade de se comunicar com a opinião pública brasileira.

Foi então que, sob inspiração do inesquecível Senador Humberto Lucena, a administração da Casa decidiu integrar ao seu quadro funcional, por meio de concurso público, um grupo de jornalistas profissionais encarregados de resumir e divulgar, diariamente, os discursos e as votações ocorridas no plenário.

A decisão de Lucena revelou-se oportuna. Mas foi o descortino do Presidente José Sarney, com sua sensibilidade política, que proporcionou, precisamente no ano de 1995, quando Sua Excelência exercia o primeiro mandato como presidente do Senado, a criação da TV Senado.

O Presidente Sarney, com sua reconhecida visão de estadista, percebeu que a transparência deveria ser a tônica do Parlamento moderno, ajustando-o à informação em tempo real.

Ou seja, nos tempos atuais, não basta mais o voto, uma eleição de quatro em quatro anos, ou de oito em oito

anos. O cidadão precisa conhecer, acompanhar de perto o que se passa no Parlamento, o que se pratica em nome da política, para continuar legitimando a instituição.

Nos dois biênios seguintes, a Mesa Diretora do Senado, então presidida pelo insigne Senador Antonio Carlos Magalhães – como também aqui já foi justamente referido – deu formidável impulso não só à TV Senado, como a toda a estrutura de comunicação da Casa, àquela altura integrada também pela Rádio Senado, pela Agência de Notícias do Senado, pelo *Jornal do Senado* e pelo 0800 – Alô Senado, o serviço gratuito de atendimento telefônico ao público.

O caminho aberto e consolidado durante o exercício da presidência do Senado pelos Senadores Jose Sarney e ACM logo se revelou acertadíssimo, pois permitiu ao cidadão acompanhar passo a passo as atividades desta Casa pela TV Senado, através das antenas parabólicas e tevês por assinatura, que é o modelo em vigor até o momento.

***O cidadão precisa conhecer, acompanhar de perto o que se passa no Parlamento, o que se pratica em nome da política, para continuar legitimando a instituição.***

Esse acompanhamento da sociedade contribuiu, de forma significativa, para o aperfeiçoamento do trabalho legislativo, influenciando até mesmo na elevação do quórum em todas as sessões.

Prezadas senadoras e prezados senadores, decorridos mais de dez anos, temos motivos para comemorar esse novo patamar alcançado pela TV Senado.

A dimensão do salto que estamos iniciando com a transmissão da TV Senado em sinal aberto para a capital do Estado da Bahia, com os seus já planejados desdobramentos, me autoriza a afirmar que estamos iniciando, no dia de hoje, uma segunda revolução interativa, dado o impressionante incremento na amplitude do raio de alcance da nossa emissora.

Começamos por Salvador uma marcha irrefreável para abrir o sinal da TV Senado, nos próximos dois anos, em todas as capitais dos estados. Isso irá permitir que milhões de brasileiros que só têm acesso à televisão aberta e não podem pagar tevês por assinatura, nem adquirir antenas parabólicas – caso da grande maioria do povo, diga-se de passagem – possam, também, acompanhar, ao vivo, as atividades do Senado.

Esta Mesa Diretora determinou, do mesmo modo, a instalação de retransmissores da TV Senado em Manaus, Recife, João Pessoa e Fortaleza, as próximas cidades que poderão também acompanhar o trabalho do Senado em sinal aberto nos próximos meses.

Ainda no primeiro semestre de 2007, pretendemos levar também a TV Senado em sinal aberto para as cidades do Rio de Janeiro, Goiânia, Belém, Natal e Maceió.

No segundo semestre, cobriremos, ainda, Campo Grande, Cuiabá e Boa Vista, cidades para as quais também já temos canais consignados pelo Ministério das Comunicações.

Nas demais capitais, por enquanto, infelizmente, ainda não existe no espectro analógico espaço disponível para instalação de novos canais.

No entanto, tenho também a grata satisfação de anunciar que o Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, nosso colega Senador Hélio Costa, informou-nos, recentemente, que está em curso proposta de destinar canais digitais, alcançando todo o território

rio nacional, a emissoras pertencentes à União – a TV Senado, TV Câmara, TV Justiça, além dos canais reservados à Radiobrás.

Absorver rapidamente esta nova tecnologia é prioridade estratégica nacional, não apenas em função dos imensos benefícios que certamente dela advirão, como pelo emprego da multiprogramação – que significa o desdobramento da TV Senado em vários canais transmitidos simultaneamente – e pela maior interatividade com o telespectador, possibilitada pelo uso dessa nova tecnologia, que também abre novos horizontes para o ensino a distância.

O Senado não poderia ficar alheio ao processo de implantação da tecnologia da TV digital.

Muito pelo contrário, recomendamos ao Diretor-Geral da Casa, Dr. Agaciél da Silva Maia, com o assentimento do Senador Efraim Morais, nosso Primeiro Secretário, e de todos os demais integrantes da Mesa, que envide todos os esforços necessários ao cumprimento desses objetivos.

Com essa intenção, estamos agendando uma reunião com a Excelentíssima Senhora Presidenta do STF, Ministra Ellen Gracie, e o meu prezado amigo Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, para propor uma parceria e estabelecermos, com a ajuda do Unilegis, cursos qualificados que permitam aos profissionais especializados das respectivas Casas dominar os conhecimentos necessários à adaptação das três emissoras ao sistema digital.

À semelhança da constituição da TV Brasil Internacional, idéia sugerida pelo Presidente Sarney e acatada prontamente pelos representantes dos demais poderes da República, pretendemos aliar forças com a Câmara, o Supremo e a Radiobrás, compartilhar custos, divi-

***Estamos iniciando, no dia de hoje, uma segunda revolução interativa, dado o impressionante incremento na amplitude do raio de alcance da nossa emissora. Começamos por Salvador uma marcha irrefreável para abrir o sinal da TV Senado, nos próximos dois anos, em todas as capitais dos estados.***



dir e racionalizar as operações, a instalação e a manutenção dos novos equipamentos – o que permitirá a rápida expansão de nossas redes por todas as regiões do País.

Senhoras e Senhores Senadores, a clarividência e a vontade política dos fundadores da TV Senado poderiam não ter surtido efeito esperado não fosse colaboração decisiva de muitos atores.

Já citei os Senadores José Sarney e Antonio Carlos Magalhães, fundamentais nesta história. Também já agradei de público o empenho e a sensibilidade do Ministro Hélio Costa ao atender a essa aspiração unânime do Senado de transformar gradualmente a TV Senado em TV aberta.

Devo, entretanto, por dever de justiça, assinalar a participação da equipe de funcionários da Casa que, desde o princípio dessa trajetória, tem protagonizado essa brilhante história de sucesso, que é a TV Senado.

Quero lembrar, neste momento especial, os nomes dos jornalistas Fernando César Mesquita e Marilena Chiarelli, responsáveis principais pelo começo dessa nossa trajetória, e que iniciaram o processo de consolidação da TV Senado.

Devo, também, de forma muito especial, dirigir-me à atual direção da SECS pelo sucesso da operação de expansão da TV em sinal aberto.

Bem sei que, não fosse a dedicação da direção da Secretaria de Comunicação Social, especialmente de Armando Rollemberg, Helival Rios e James Gama, não estaríamos festejando este momento.

Por meio deles, quero cumprimentar os profissionais da TV Senado – jornalistas, técnicos, administrativos e profissionais terceirizados – pelo “conjunto da obra”, pela qualidade do trabalho que vêm realizando, trabalho este – é bom que se frise – que desde o início ganhou o respeito e a admiração não só dos jornalistas de fora que cobrem a Casa, como dos senadores e de todo o Brasil.

Muito obrigado.

***Bem sei que, não fosse a dedicação da direção da Secretaria de Comunicação Social, especialmente de Armando Rollemberg, Helival Rios e James Gama, não estaríamos festejando este momento.***

## POSSE DA DIRETORIA DA CNI

*CNI, 28/11/2006*

Muito me honra poder dirigir-lhes algumas palavras nesta solenidade de posse da nova diretoria da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

Fico, ainda, mais honrado com a certeza de que tão importante instituição da sociedade brasileira será conduzida, nos próximos quatro anos, por uma diretoria capitaneada pelas pessoas de Armando Monteiro Neto e de Paulo Skaf, homens de extensa biografia e de muitos serviços prestados ao Brasil.

A recondução de Armando Monteiro à Presidência da CNI, referendada pelo apoio unânime dos presidentes das Federações de Indústrias, é um reconhecimento a sua brilhante gestão à frente do órgão nos últimos quatro anos.

Nesse período, a CNI reforçou sua posição de principal interlocutor da classe industrial junto ao Governo e ao Parlamento, assumindo papel de destaque no debate e na condução das grandes questões nacionais.

O fortalecimento do papel institucional da CNI se lastreou numa maior organização interna dos representantes da indústria.

O relacionamento institucional tem sido também, Presidente Armando Monteiro, uma de minhas bandeiras.

Fiz questão de estruturar, na Presidência do Senado, uma área técnica específica para aproximar cada vez mais o processo legislativo das reais necessidades da sociedade organizada.

Senhoras e senhores, estreitaram-se as relações entre a CNI e as federações e sindicatos, e as associações nacionais setoriais de re-

apresentação da indústria no âmbito civil foram trazidas ao diálogo sistematizado.

Desse processo, nasceu o Fórum Nacional da Indústria, responsável pela elaboração de um documento basilar para a construção de políticas de desenvolvimento e sustentabilidade: o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.

O Mapa é uma síntese da gestão de Armando Monteiro Neto à frente da CNI, pois consolida não só a agenda corporativa da indústria para os próximos anos, mas, principalmente, reflete uma visão do País, apontando os problemas e detalhando soluções para alcançar o crescimento econômico sustentado.

Nas palavras do próprio Armando Monteiro, “não há desenvolvimento da indústria sem desenvolvimento sustentável do Brasil”.

Senhoras e senhores, sabemos todos o quanto a indústria é importante para este País!

O setor é responsável por cerca de 40% do PIB nacional e emprega, com carteira assinada, oito milhões de brasileiros e brasileiras.

Além de gerar empregos e renda, a indústria capacita profissionais por intermédio do Sistema CNI.

A formação de capital humano, que demonstra a responsabilidade social do setor industrial, vem sendo desenvolvida, entre outras entidades, pelo Senai, pelo Sesi e pelo Instituto Evaldo Lodi.

E esse investimento nas pessoas só ocorre quando a indústria acredita na responsabilidade social como fator indissociável do crescimento econômico.

Crescer, crescer e crescer. Esse tem de ser o lema do Brasil nos próximos anos. Taxas de 2% ou 3% ao ano são incompatíveis com as nossas necessidades e, principalmente, com a disposição de trabalho da indústria.

Nosso povo precisa de emprego, e de emprego formal, pois só este gera renda e garante a proteção da Seguridade Social.

***Crescer, crescer e crescer. Esse tem de ser o lema do Brasil nos próximos anos.***

A informalidade representa o que há de pior para os interesses nacionais.

Portanto, todas as mudanças legislativas necessárias para a regularização das relações sociais, inclusive de trabalho, e o fortalecimento da cidadania contarão com o meu irrestrito apoio.

Estou convencido do papel proeminente da indústria para o crescimento do Brasil nos próximos anos.

Ao mesmo tempo, tenho consciência de que a ampliação da produção industrial não depende somente da boa vontade dos empresários.

Depende, fundamentalmente, do aperfeiçoamento e da modernização do arcabouço legal brasileiro, que precisa contribuir para a ampliação da atividade produtiva, em vez de ser obstáculo no caminho da prosperidade.

O Senado Federal tem feito sua parte, aprovando uma série de matérias que contribuem para o desenvolvimento do Brasil.

***Nunca fomos uma Casa revisora, mas, sobretudo, somos e continuaremos a ser uma Casa propositiva e de equilíbrio.***

Tanto é assim, que, no ano passado, pela primeira vez, desde a Constituição de 1988, foram promulgadas mais leis de iniciativa parlamentar do que do Poder Executivo.

Isso é uma reafirmação da capacidade legislativa do Senado Federal. Nunca fomos uma Casa revisora, mas, sobretudo, somos e continuaremos a ser uma Casa propositiva e de equilíbrio.

Nesta legislatura, foram aprovadas matérias de suma importância para o setor produtivo nacional, entre as quais merecem destaque a MP do Bem e o Projeto de Lei das Parcerias Público-Privadas.

Este ano, mesmo com as intercorrências do calendário eleitoral, aprovamos a MP do Refis e o marco regulatório do saneamento.

Além disso, aprovamos no Senado uma das normas mais importantes dos últimos tempos, que verdadeiramente impulsionará os pequenos e médios empreendedores: a Lei Geral da Microempresa.

Após os impasses do gás boliviano, cresceu muito a importância desse marco regulatório, uma vez que várias indústrias brasileiras adotam o gás natural na sua matriz energética.

Esse projeto já está na última comissão do Senado, de Infra-Estrutura, e, deverá, em breve, seguir para a Câmara.

Estarei empenhado para que as votações do Senado, no biênio que se avizinha, estejam pautadas por dois núcleos centrais: o primeiro é o da segurança jurídica para o ambiente econômico e social e o segundo será o da superação dos gargalos institucionais que impedem o crescimento.

Nosso desempenho legislativo, meus amigos da indústria, foi acompanhado, faço questão de dizer, com economias significativas no Orçamento do Senado Federal.

Graças ao apoio político da Mesa e dos senadores, economizamos 25 milhões de reais em 2005 e deveremos economizar 50 milhões em 2006.

No ano passado, o Senado da República, pela primeira vez, teve, digamos assim, o privilégio de não fazer uso de suplementações orçamentárias.

Presidente Armando, o Parlamento é o reflexo da sociedade brasileira, pois sua composição nasce da vontade democrática das urnas.

Assim, sempre foi, e nunca deixará de ser, permeável às reivindicações e às necessidades da sociedade e de suas organizações.

A gestão de Armando Monteiro Neto à frente da diretoria da CNI inaugurou um novo capítulo no relacionamento entre a classe industrial e o Congresso brasileiro.

Um relacionamento marcado pelo diálogo de altíssimo nível e pela defesa sempre intransigente dos mais elevados interesses nacionais.

Nos próximos quatro anos, tenho absoluta certeza de que o diálogo não permanecerá como está.

Pelo contrário, será ainda mais profícuo! Podem estar certos de que o Senado Federal e o Congresso sempre saberão ouvir as demandas da CNI, um setor de cuja pujança depende, em grande parte, o bem-estar de toda a sociedade brasileira.

À nova diretoria da CNI, minhas homenagens sinceras pela eleição e meus votos de sucesso!

Muito obrigado.

## SEMINÁRIO DO TCU

*TCU, 28/11/2006*

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Ministro Guilherme Palmeira, Presidente do Tribunal de Contas da União, o gentil convite e a oportunidade de me manifestar neste seminário “Desenvolvimento de Infra-Estrutura de Transportes no Brasil – Perspectivas e Desafios”.

Trata-se, na verdade, de um dos temas mais importantes e urgentes da agenda nacional.

E o TCU verdadeiramente tem se ocupado dessas matérias importantes. Além de fiscalizadora e julgadora, esta Corte de Contas se consolidou como instituição inspiradora do aperfeiçoamento das práticas do Estado.

E o Presidente Guilherme Palmeira é, ao lado dos ministros e servidores dessa Casa, responsável por essa consolidação.

Senhoras e senhores, além dos profundos impactos diretos e imediatos que tem o setor de transporte no desempenho de nossa economia, existem os efeitos indiretos, as externalidades ou potencialidades.

Foi a partir desse entendimento que o Senado Federal patrocinou, em junho de 2005, por ocasião do 1º Fórum Senado Debate Brasil, a discussão do tema “Transporte: entraves e perspectivas”, com a participação de várias entidades que aqui, hoje, se fazem representar.

Hoje, como naquela ocasião, permanece a necessidade de ações planejadas nesse setor. Ações planejadas mas, sobretudo, pragmáticas.

Não será novidade, para nenhum dos aqui presentes, o diagnóstico da excessiva redução dos recursos disponíveis para investimento.

De fato, no âmbito da infra-estrutura de transportes, a insuficiência de investimentos, por longo período, vem deixando um passivo de deficiências que exige esse pragmatismo.

Penso também que não podemos nos ocupar somente da contenção de danos. O foco nos efeitos, em lugar das causas, não é recomendável.

As soluções paliativas devem, certamente, ceder lugar às de caráter mais estrutural e perene, mesmo aquelas soluções que sejam objeto de indiscutível clamor da sociedade, como é o caso do recente programa emergencial de recuperação das rodovias.

Aliás, o TCU exerce destacado papel também na fiscalização desses programas e no encaminhamento de recomendações pertinentes à sua economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Por esse motivo, e como primeira prioridade, há de construir os caminhos que permitam maximizar a captação, a destinação, o desembaraço e a eficiência dos recursos destinados ao transporte.

Isso vale tanto para os recursos de origem pública quanto de origem privada.

Urge, senhoras e senhores, resolver, em caráter definitivo, as formas de retomar o investimento público no setor.

Todos sabemos que recursos existem e que o seu emprego poderia ser melhorado.

Por exemplo, implementar um ritmo mais efetivo de aproveitamento da CIDE, na linha de sua destinação legal.

Outra medida que se impõe é a dinamização do Programa de Concessões Rodoviárias e dos instrumentos previstos na Lei das PPPs.

Sabidamente, a disponibilidade do capital para investimentos nas PPPs tenderá, sempre, a crescer quanto mais se confirmarem as perspectivas macroeconômicas.

Por ocasião da votação das PPPs, eu dizia que, tão importante quanto a constituição de um fundo financeiro garantidor dos projetos, seria a estabilidade jurídica dos contratos.

Talvez garantias institucionais sejam mais eficazes do que garantias financeiras, porque geram clareza e previsibilidade.

Por isso, apresentei uma proposta de emenda à Constituição que veda a edição de medidas provisórias em matéria contratual.

A garantia de que os contratos não serão agredidos por legislações abruptas certamente seria um passo importante no nosso ambiente de investimentos.

Presidente Guilherme Palmeira, o bom desempenho de algumas iniciativas estaduais serve de exemplo e traz perspectivas otimistas para o futuro das parcerias.

Distanciados no tempo, mas igualmente inspiradores, são as reformas do setor portuário, na década de 90, com reflexos na redução de tarifas, no aumento do volume de carga e na produtividade.

Vale lembrar, ainda, a recente expansão e modernização do sistema ferroviário.

Criatividade e resolutividade serão palavras-chave, se a meta for a correção dos desequilíbrios apresentados pela nossa matriz de transporte.

Profundamente baseada nas rodovias e com problemas de ineficiência e de custos altos, no sistema de movimentação de cargas, o País não consegue fazer valer o potencial estratégico da sua diversidade natural e social.

Do ponto de vista operativo, são grandes os ajustes e avanços demandados no âmbito do transporte intermodal e da integração logística.

Isso inclui as hidrovias, cruciais para reduzir as tarifas médias gerais do sistema e, em especial, para conectar, em melhores condições, as fronteiras do desenvolvimento nacional, no Norte e no Centro-Oeste.

Ainda restam, para uma breve seleção de prioridades, citar as questões de segurança e de velocidade do fluxo de transporte, no perímetro das grandes cidades.

***No âmbito da infra-estrutura de transportes, a insuficiência de investimentos, por longo período, vem deixando um passivo de deficiências.***



Os anéis rodoviários e ferroviários exigem elevado grau de articulação das várias instâncias federativas – União, Estados e, principalmente, Municípios.

Construir consensos e caminhos, na perspectiva de uma agenda de avanços. Esse é – e sempre foi – o caminho bem-sucedido para as lideranças comprometidas com as necessidades e interesses de seus representados.

Senhoras e senhores, o Senado está fazendo a sua parte e, no que depender do seu Presidente, avançaremos cada vez mais na definição de marcos regulatórios importantes para o País.

O do saneamento já foi aprovado.  
O do gás natural está avançando.

Com equilíbrio, estamos conseguindo cumprir as nossas metas.

Aliás, gostaria de enfatizar que no ano passado, graças ao apoio da Mesa do Senado e dos senadores, não fizemos uso de créditos orçamentários suplementares.

Fizemos uma economia em 2005 da ordem de R\$25 milhões. Em 2006, ela será de R\$50 milhões.

Essa racionalidade nos gastos não nos afastou, como disse antes, de nossos objetivos estratégicos.

Ao contrário, foi em 2005 que tivemos um maior número de matérias aprovadas de autoria de parlamentares, indicando um resgate de nossa missão legislativa.

Isso não ocorria desde a Constituição de 1988.

Afora isso, a Casa tem mantido abertas as suas portas e nós senadores estamos dispostos ao debate e ao desembaraço legislativo de todos os assuntos ligados ao setor.

Reafirmo que quaisquer outros temas referentes à retomada do desenvolvimento nacional terão igual tratamento.

É o que ocorreu com o ajuste da legislação da micro e da pequena empresa, a desoneração tributária seletiva, consubstanciada na MP

***Apresentei uma proposta de emenda à constituição que veda a edição de medidas provisórias em matéria contratual.***

do Bem, e a taxação incidente sobre os bens de produção, para citar apenas alguns exemplos.

Desejo que todos levem consigo o melhor proveito das discussões havidas neste seminário, para si próprios e para as organizações que representam.

Tenho certeza de que as pautas aqui formuladas para o setor de transportes terão condições ideais de realização na nova legislatura que se aproxima.

Finalizando as minhas palavras, renovo os agradecimentos pela oportunidade e parabenizo o Tribunal de Contas da União, uma Casa de excelência técnica e jurídica, pela felicidade e oportunidade da iniciativa.

Muito obrigado.

## O STF E AS CPIS

*STF, 13/12/2006*

É com grande satisfação que compareço ao lançamento da obra *O Supremo Tribunal Federal e as Comissões Parlamentares de Inquérito*.

Evidentemente, as perspectivas do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal não são as mesmas sobre o tema.

Diria, para não causar mal-entendidos, que não são conflituosas, mas complementares, dentro do espírito máximo da democracia, mais conhecido como pesos e contrapesos.

Creio que essa idéia merece ser desenvolvida. O Congresso Nacional, para utilizar uma imagem bastante comum, é uma caixa de ressonância da sociedade.

É lá que a sociedade bate à porta em busca de regulações para a forma como ela se organiza e, também, onde clama pela fiscalização dos atos da administração pública federal e dos entes que recebem recursos públicos.

Dentro dessa competência de fiscalizar, as CPIs constituem-se em um dos mais importantes instrumentos à disposição do Congresso Nacional.

É evidente que, dada a sua natureza de freqüentemente desvelar o que há de errado nas instituições públicas, as CPIs adquirem um relevo, uma dimensão, uma complexidade que suscitam controvérsias não apenas entre os parlamentares, mas, também, entre os investigadores, a imprensa e o restante da sociedade.

Qualquer CPI, independentemente de seu objeto de investigação, busca, mais do que tudo, a verdade, para que sejam corrigidas as distorções verificadas.

O que isso significa? Nada mais, nada menos do que responder aos anseios para que o governo do povo seja, efetivamente, para o povo.

Quando nós, congressistas, terminamos uma CPI, podemos afirmar, como o apóstolo Paulo: “Combati o bom combate e guardei a fé”.

Aliás, o Senado Federal, mesmo com o funcionamento de todas as CPIs instaladas, com as dificuldades políticas que enfrentamos, mesmo assim, conseguimos, em 2005, aprovar mais leis de iniciativa dos parlamentares.

Esse fenômeno legislativo, Ministra Ellen, não ocorria desde a edição da Constituição de 1988.

Destaco, dentre as matérias relevantes, a aprovação da Súmula Vinculante, que trará maior estabilidade jurídica e celeridade processual.

Faço questão também de enfatizar o excelente relacionamento institucional que o Senado tem mantido com os Poderes, e, especialmente, com o Judiciário.

Tive a honra de assinar, como autor, várias proposições legislativas nascidas aqui no Judiciário, como os projetos da minirreforma eleitoral e aqueles da reforma infraconstitucional do Judiciário, além da PEC dos Precatórios.

Essa concertação entre os poderes, farei questão de preservar e aperfeiçoar.

Senhora Presidente, dentro de uma CPI, cabe ao Supremo Tribunal Federal uma tarefa complementar àquela levada a cabo pelo Congresso Nacional: assegurar que os direitos e as garantias individuais sejam respeitados, bem como que haja parâmetros claros da atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito.

No que depender do Presidente do Senado e do Congresso, o Parlamento e o Supremo Tribunal Federal continuarão a trabalhar de maneira que as CPIs cumpram o seu dever de ser um meio eficiente

de aprimoramento das instituições, e, ao mesmo tempo, que respeitem as instituições republicanas.

Senhoras e enhores, conduzir uma CPI requer sobriedade, equilíbrio e transparência, especialmente quando vivemos o tempo todo sob o holofote da mídia.

Felizmente, creio que o Brasil tem a felicidade de ter em seu comando uma geração criada sob o princípio da crença inabalável da democracia como valor fundamental.

Como mais destacados expoentes dessa nova geração, gostaria de mencionar, por primeiro, a Presidente do STF, Ministra Ellen Gracie, com ampla experiência jurídica, seja como professora, procuradora, juíza e agora ministra da mais alta corte do País.

Em segundo lugar, como a voz da sociedade civil e da classe dos advogados, temos o Presidente da OAB, o Doutor Roberto Busato, o mais jovem advogado a ocupar o cargo.

Em terceiro, porém não menos importante, o meu amigo, Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, profundo conhecedor do Regimento de sua Casa parlamentar, além de ser homem de paciência, prudência e grande sabedoria.

Senhores ministros, amigos do Poder Judiciário, confio, humildemente, continuar à altura dessa geração de mulheres e homens, no cumprimento maior de zelar pelo bem público e de garantir que as CPI sejam um instrumento para transformar o Brasil em um país melhor, mais justo para nossos filhos e netos.

Afinal, a democracia exige, sobretudo, transparência.

Muito obrigado.

***Conduzir uma CPI  
requer sobriedade,  
equilíbrio e  
transparência,  
especialmente  
quando vivemos o  
tempo todo sob o  
holofote da mídia.***

## POSSE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Sessão de 1º/1/2007*

Creio expressar o sentimento de toda a sociedade ao afirmar a satisfação de celebrar mais um marco da democracia brasileira. É um momento de orgulho para nossa jovem, mas vigorosa democracia, que, a cada dia, está mais robusta, mais madura. E esta é uma virtude da democracia: ela vai se incorporando tão confortavelmente ao nosso cotidiano que, quando paramos para observar, parece que sempre vivemos na plenitude democrática e todos sabemos que nem sempre respiramos normalidade.

O outro mérito é que o modelo não se pretende acabado. Como ela nunca está completa, é necessário refazê-la diariamente. É uma obra aberta e coletiva que tem início, mas não tem termo. Como é humildemente imperfeita, a democracia precisa sempre ser refeita e aí reside o seu maior valor: a permeabilidade permanente aos aperfeiçoamentos institucionais. Nunca é demasiado lembrar o ensinamento: “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”. Os problemas existem de fato, mas a democracia segue sendo o melhor sistema de governo.

O processo eleitoral de 2006 – mais que a celebração democrática – deve ser compreendido além do cômodo antagonismo entre os que disputaram a eleição. Ele se insere em um processo histórico-social e precisa ser ponderado sob a perspectiva das mensagens emanadas da sociedade. Chegou o momento de interpretar estes anseios e interagir com eles.

É uma decisão crucial, especialmente agora, quando transpomos o calor eleitoral e ingressamos na administração, cujos atos e decisões têm conseqüências sobre a vida de todos nós.

A sociedade amadurecida está atenta. Ela nos ouve, mas no silêncio do voto está exigindo ser ouvida com maior freqüência e ser atendida. Ela clama por melhorias no dia-a-dia e o último pleito demonstrou que a percepção de conforto econômico – garantido por Vossa Excelência – foi decisiva no resultado.

A sociedade recusou a hegemonia nas mãos de um segmento. Entre Presidência da República, Senado Federal, Câmara dos Deputado, governos estaduais e assembleias o poder foi repartido. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com aguda e rara sensibilidade adquirida em sua trajetória única, soube diagnosticar e compreender os desejos da sociedade e, verificada a opção pela continuidade do seu Governo, convocou o Brasil para uma conciliação.

***A sociedade amadurecida está atenta. Ela nos ouve, mas no silêncio do voto, está exigindo ser ouvida com maior freqüência e ser atendida.***

Reformas estruturais, Vossa Excelência tem razão, pertencem ao futuro do País, não a governos. A pregação instando todos a colaborar não deve ser recebida com reservas. Busca-se uma conjugação de vontades com propósitos determinados como meio seguro de superarmos as apreensões nacionais. Hoje fica claro que esta convocação deve contar, principalmente, com a oposição, vital em qualquer democracia e que reúne valorosos quadros na busca do bem coletivo. O espaço da oposição é sagrado, sua voz crítica imprescindível.

Tudo em política é questão de espaço, possibilidade e ousadia. Se houver ambiente para um amplo diálogo que permita fazermos as reformas, reduzir impostos, distribuir mais renda, gerar mais investimentos, mais empregos e crescer ainda mais em bases sustentáveis, todo esforço, Senhor Presidente, será pouco para concretizá-lo. Precisamos de racionalidade para maximizar os dividendos econômicos

que o cenário externo ainda sugere. Os ciclos históricos exigem espectadores atentos.

Ou o Brasil avança ou é marginalizado na história moderna. Não precisamos de frases sonoras e sugestivas. Diante de um mundo irremediavelmente globalizado, o nosso choque é do óbvio, da execução do óbvio. É uma caminhada que exige trabalho, união e patriotismo. Ela nos dará segurança para gerar os empregos pretendidos e crescermos acima de percentuais de outrora. Brasileiros não torcem contra o Brasil e, portanto, não querem assistir à repetição de erros pretéritos.

Nem se diga que o Brasil não é assistido pela vocação do desenvolvimento. Historicamente, recorde-se que no século anterior foi ele o país que mais cresceu economicamente no mundo, superado apenas pelo Japão.

É imperativo que, na busca do bem comum, ousemos. Fiscalizar, legislar e apontar caminhos sólidos para o desenvolvimento são atribuições do Poder Legislativo. Enquanto as potências avançam celeremente em todos os campos, ainda lutamos por direitos básicos. Consagradas as conquistas mais elementares da democracia – as liberdades e o Estado de direito –, devemos somar esforços para avançar ainda mais rumo à justiça social e à igualdade de oportunidades, sem os quais nenhuma democracia estará completa, nenhum democrata estará satisfeito.

Democracia não é só direito ao voto, ao ir e vir. Democracia, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo – que é um dos mais atentos observadores da cena nacional – democracia, como os senhores bem o sabem, é mobilidade social, igualdade de oportunidades e justiça social.

As projeções do cenário mundial são confortáveis. Ainda sinalizam para um crescimento sustentável para os países emergentes. Muitos dos resultados obtidos até aqui são reflexos das reformas iniciadas na década de 90. Devemos prosseguir com elas ou seremos um

***Precisamos de racionalidade para maximizar os dividendos econômicos que o cenário externo ainda sugere. Os ciclos históricos exigem espectadores atentos.***



elo perdido no continente. Temos potencial e vamos, com a ajuda de todos, dar os passos do tamanho dos passos de outras nações.

O papel do Parlamento é acelerar as reformas, que não devem ser procrastinadas ou vítimas de contaminações eleitorais que se avizinham. Para cumprir seu destino histórico, o País pede a seqüência das reformas. Entre elas, a modernização do sistema político, a simplificação dos tributos e a discussão das novas formas de cooperação entre a União e os demais entes da Federação.

Sei que a exortação pela palavra tem perdido a força, mas devemos ressuscitar este valor, senão começaremos a perder o contato com a sociedade. Os riscos são conhecidos: a descrença na capacidade saneadora e organizadora das instituições. Desejo que os anseios do povo brasileiro encontrem ressonância dos três poderes, que, mais do que nunca, precisam ser independentes, autônomos e harmônicos – e que possamos colaborar na construção de um futuro próspero, justo e igualitário para o Brasil. E neste projeto, estou convencido de que a oposição, que é parte essencial do Poder Legislativo, tem como contribuir dada a responsabilidade e maturidade com as quais vem atuando.

***Não será por nossa omissão, inércia, ou inação que o Governo de Vossa Excelência dará ao Brasil as medidas que o povo reclama, a opinião pública reivindica e a Nação pede, da forma como decidiu o povo.***

Creio exprimir o sentimento predominante ao dizer que não será por nossa omissão, inércia ou inação que o Governo de Vossa Excelência dará ao Brasil as medidas que o povo reclama, a opinião pública reivindica e a Nação pede, da forma como decidiu o povo.

Aqui, os interesses do País estarão, como sempre estiveram, acima de eventuais divergências ideológicas, doutrinárias ou partidárias.

Para encerrar, cito Padre Antônio Vieira e desejo bons anos a Vossa Excelência, Presidente Lula. Bons anos. Não apenas este que hoje se inicia, mas todos os anos de seu mandato.

Agradeço a presença de todos. Bom ano-novo e felicidades ao povo brasileiro. Declaro encerrada a sessão.

Muito obrigado.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

*Maceió, 4/1/2007*

Estou muito satisfeito de comparecer a esta solenidade festiva que consagra a recondução do Dr. Coaracy Fonseca à Chefia do Ministério Público de Alagoas.

Tenho sincera admiração pela trajetória profissional de Vossa Excelência.

Aprovado em concurso público, passou pelas Comarcas de Major Isidoro, Limoeiro de Anadia, Palmeira dos Índios, Arapiraca e Maceió.

Ainda jovem, com apenas 10 anos de carreira, foi escolhido pelo Governador de Alagoas, em lista tríplice, para dirigir esta acreditada instituição no período de 2005-2006.

E o fez com muita sabedoria, na exata dimensão das responsabilidades do cargo que ocupa.

Na sua primeira gestão – entre outras conquistas – foi criado o Fundo de Modernização do Ministério Público, houve a instalação da rede de computadores da Procuradoria-Geral de Justiça e a importante criação do Grupo de Combate ao Crime Organizado.

Tenho o mais profundo respeito pelo Ministério Público.

Tenho identidade ideológica com a instituição.

Ao longo de minha vida pública mantive sintonia em relação aos mesmos valores éticos e sociais, a exemplo da defesa do meio ambiente, dos direitos dos infantes e adolescentes, do consumidor, dos idosos, dos portadores de necessidades especiais e da proteção do patrimônio público.

O Ministério Público certamente honrou as garantias outorgadas pela Constituição Federal de 1988, desempenhando seu papel com reconhecida competência e eficácia.

No Parlamento, como deputado constituinte, colaborei para que fosse assegurada autonomia funcional e administrativa ao Ministério Público, permitindo o livre exercício da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A experiência provou que foi uma medida acertada.

No Ministério da Justiça tive irrestrito apoio da instituição na luta pelo direito do consumidor e no combate sem fronteiras ao crime organizado, entre outras questões igualmente importantes.

De minha parte, e não poderia ser diferente, dei todo apoio solicitado pelo Ministério Público de Alagoas para elucidar delitos importantes e desativar perigosas organizações criminosas, a exemplo da chamada gangue fardada.

Na Presidência do Senado Federal tenho estreitado relações com o Poder Judiciário e com o Ministério Público, promovendo o diálogo e o bom entendimento nas questões institucionais.

Assim, o Senado pode estabelecer uma parceria com o Judiciário, tratando da reforma infraconstitucional do Judiciário e a PEC dos Precatórios.

O Ministério Público de Alagoas tem em seus quadros os mais qualificados profissionais, vários deles com mestrado e doutorado, além de renomados professores. Todos atuantes e comprometidos com a preservação da cidadania e dos direitos sociais.

***Ao longo de minha vida pública mantive sintonia em relação aos mesmos valores éticos e sociais, a exemplo da defesa do meio ambiente, dos direitos dos infantes e adolescentes, do consumidor, dos idosos, dos portadores de necessidades especiais e da proteção do patrimônio público.***

No Conselho Nacional do Ministério Público, Alagoas está bem representada na pessoa honrada do Dr. Luciano Chagas, Procurador-Geral de Justiça substituto, meu particular amigo.

Tenho grata satisfação de participar desta solenidade.

Sinto-me confortável neste ambiente.

Tive o privilégio de ser contemporâneo e de ter estudado com vários promotores e procuradores aqui presentes. Sou agradecido à recepção fraterna e ao tratamento cortês de Vossas Excelências, dádivas tão especiais que nem sei se poderei retribuir, mas procurarei honrar trabalhando diuturnamente pelo bem-estar de nossa gente.

Felicito, também nesta oportunidade, o Corregedor-Geral do Ministério Público, Lean Araújo, e os novos titulares do Conselho Superior do Ministério Público, os doutores Dilmar Camerino, Geraldo Magela, Carlos Torres, Walber Valente, Artran Monte, Eduardo Malheiros, Sérgio Jucá, Antiógenes Lira, Arnaldo Chagas e Luís Carnaúba.

Agradeço o privilégio de participar da solenidade, desejo sucesso aos empossados e reitero o compromisso de que o Congresso Nacional será um atento parceiro da Procuradoria-Geral de Justiça de Alagoas nos seus desafios e na luta por uma sociedade mais justa e menos desigual.

Boa sorte. Que tenhamos todos um ano de grandes realizações. Muito obrigado.

## APRESENTANDO A CANDIDATURA

*Sessão de 1º/2/2007*

Prezados Senadores, Senhoras Senadoras, meus novos companheiros no Senado Federal, meus diletos amigos da Mesa Diretora que merecem todo reconhecimento e elogio, meus companheiros de partido, senhores líderes, servidores do Senado Federal, jornalistas, assessores parlamentares e representantes do Executivo, Judiciário, Ministério Público e sociedade civil, demais autoridades civis, militares e religiosas; meu estimado amigo José Agripino Maia – motivo de merecidas honras para o povo do Rio Grande de Norte e cuja convivência diária, para mim, é razão de sincero orgulho. Sua educação e fidalguia se equilibram harmonicamente com um perfil combativo e aguerrido – quando necessário. Independentemente de qualquer variável política, de qualquer disputa como a de hoje, pretendo ter o privilégio de conservá-lo na condição de amigo, uma das boas coisas que herdamos na vida pública, tão árida e tantas vezes inumana como todos os senhores bem o sabem. Entendo expressar o sentimento geral desta Casa quanto a isso.

Prezados Senadores, Senhoras Senadoras, este, não custa repetir, foi um poder amortecido no passado e que hoje, no cenário nacional está, gradativamente, reconquistando seu espaço político, suas prerrogativas e responsabilidades institucionais dentro da jovem e robusta democracia brasileira.

Diante de posturas recorrentes que, pela repetição, tendem a empalidecer nossa competência legislativa, impõe-se, agora, um fortalecimento do Senado Federal, que pode ser sintetizado no dever de fiscali-

zar, zelar, vigiar e cultivar nossas atribuições e prerrogativas. Já fizemos nossa parte votando restrição às MPs e mudanças no Orçamento.

A crise recente exigiu respostas e continuará impondo novas posturas para além da apuração e responsabilizações. Ela nos cobrará para sempre a excelência infalível na fiscalização, aprimoramentos legais permanentes e ouvidos em estreita sintonia com a sociedade. Nunca é demasiado lembrar que não há democracia sem Congresso forte, autônomo e independente. E independência não é discurso, é prática. Mesmo sendo um adepto do diálogo – essencial para o Brasil e não para governos – é inimaginável submeter esta Casa a um papel de coadjuvante das decisões nacionais. Nosso patrão, todos têm consciência, é a sociedade e não governos.

Nunca permiti e não permitirei que a cordialidade levasse alguns ao equívoco de confundir governabilidade com submissão ou de interpretar civilidade como subordinação ou boa vontade como obediência. Nossos patrões são os brasileiros. Por isso venho me pautando pelos estritos deveres inerentes ao cargo: equilíbrio, isenção, defesa da instituição e de sua modernização e aperfeiçoamento.

O Senado é a Casa da Federação, conceito fundamental para o Brasil que pressupõe harmonia, igualdade e equanimidade. Aqui todos os estados são iguais, aqui todos os senadores têm a mesma importância.

Não existem, aqui no Senado Federal, as confrarias de elite daqueles que mandam e o gueto daqueles que simplesmente seguem. Dizia recentemente por ocasião da posse de quatro novos senadores, agora reitero: não existem senadores de segunda fileira. São todos iguais em competências, atribuições, talentos, capacidade de trabalho e prerrogativas. Lembrava outro dia que o efetivo na vida é o afeto. E, assim, aqueles que me conhecem sabem bem, seguirá sendo.

Quando um de nós, oposição ou governo, direita ou esquerda, banqueiro ou bancário, quando um de nós é vítima de violência em suas competências, em seus direitos como senador da República, pela exorbitância de terceiros, não se enganem: a instituição perde e decai

***Nunca é demasiado lembrar que não há democracia sem Congresso forte, autônomo e independente. E independência não é discurso, é prática.***

a cada vez que isso ocorre. Quando aqui invade uma mão, tenham certeza, outras mãos não hesitarão. Vamos fechar esta fresta antes que seja tarde, antes que a repetição transforme o erro em vício e antes que o vício se converta em regra.

Governos governam, Legislativos legislam, Judiciários julgam. Para inibir a tentação de grilar funções alheias, a Constituição Federal foi sábia em vários dispositivos a fim de preservar as competências legislativas da coibiça de outras forças. Esta é a inspiração dos três poderes: a mútua fiscalização.

O Senado, de forma firme e tempestiva, já colocou um freio necessário nas medidas provisórias, que, de temporárias, só mantêm a nomenclatura. Elas estão drenando nossas energias e provocando um absenteísmo legislativo inaceitável.

Criadas para conferir agilidade diante de situações imprevistas que demandem respostas rápidas do Estado, as medidas provisórias chegaram a trancar 71% das sessões entre 2004 e 2006. A mudança que já aprovamos aqui, por iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, votada sob meu comando no Senado Federal, cria um filtro severo e prévio para deliberar sobre as premissas de urgência e relevância. A mudança já andou metade do caminho, faltando apenas a votação na Câmara dos Deputados.

No fortalecimento do Poder Legislativo que precisamos empreender coletivamente, no dia-a-dia, pedra por pedra, já demos também o primeiro passo para mudar a execução da peça orçamentária.

Se outrora ela levava o desdenhoso bordão de peça de ficção, hoje basta acompanhar sua execução. A essência, inclusive uma das origens do Parlamento, é a discussão orçamentária e deveremos caminhar para o orçamento impositivo, mantendo o equilíbrio fiscal e como consequência um criterioso planejamento. Não há melhor sinalização para os demais agentes econômicos do que a previsibilidade exata da peça orçamentária. Hoje vivemos espremidos entre o federalismo fiscal e a ilusão orçamentária.

Neste fortalecimento cabe, obrigatoriamente, a nós a conclusão da reforma política, não a emergencial, mas a reforma profunda também já aprovada pelo Senado com fidelidade, listas e outras inovações. Não é justo que a maioria purgue por uma minoria. A instituição não pode

mais responder pela fadiga da legislação política e eleitoral. No Brasil, o que morreu não foi a ética, o que apodreceu foi nosso sistema político.

O Senado, em nenhum momento, Senhores Senadores, deu as costas à sociedade e vem respondendo pontualmente às apreensões sociais e, reitero, não se furtará quantas vezes for instado.

Eliminamos privilégios questionados pela população reduzindo o recesso e abolindo os indefensáveis pagamentos extras em convocações extraordinárias. Uma economia anual – repito: economia anual – aos cofres públicos de cerca de R\$100 milhões de reais, numa clara demonstração de sensibilidade e da permeabilidade do Congresso Nacional às legítimas demandas sociais. Este continuará sendo nosso objetivo. Este mérito é de todo o Plenário. Austeridade não é discurso, é prática. Não é proposta, não é discurso de campanha, precisa ser demonstrada.

No último biênio, a Mesa Diretora, a qual gostaria de parabenizar pelo trabalho profícuo, responsável e austero, foi responsável por um corte de aproximadamente R\$70 milhões no custeio do Senado Federal, dispensando, pela primeira vez, os tradicionais aportes suplementares aos cofres do Tesouro. Dentro do princípio da austeridade, conseguimos ampliar nossos espaços de interação com a sociedade. Além dos veículos tradicionais, a TV Senado multiplicou significativamente seu espectro de audiência depois das emissoras abertas de Salvador, Brasília, Recife, João Pessoa e Manaus. Em breve teremos outras, sendo as próximas Fortaleza, Goiânia e Rio de Janeiro. No próximo biênio, se assim os senhores desejarem, estaremos abrindo este fantástico caminho de informação em todas as 27 capitais do País e para todo o Brasil através da TV digital. Transparência não é discurso, é prática. Precisa ser mostrada.

Foram os veículos do Senado Federal, diante da óbvia limitação de tempo e espaço das mídias privadas, que puderam detalhar ao País notícias

***Quando um de nós é vítima de violência em suas competências, em seus direitos como senador da República, pela exorbitância de terceiros, não se enganem: a instituição perde e decai a cada vez que isso ocorre. Quando aqui invade uma mão, tenham certeza, outras mãos não hesitarão.***



sobre o Pacote de Segurança Pública aprovado na Subcomissão comandada pelo Senador Tasso Jereissati; sobre o estreitamento do Senado com os municípios brasileiros, incluindo um espaço na grade TV Senado, uma subcomissão permanente e o refinanciamento de suas dívidas no INSS; sobre os 50 tratados internacionais aqui aprovados; sobre as ações de valorização da pessoa deficiente; sobre a reforma do Judiciário, constitucional e infraconstitucional; o Supersimples; a Lei Geral das Micro e Pequenas empresas; os vários projetos de desoneração; de refinanciamento de dívidas agrícolas de pessoas físicas e jurídicas; projetos de estímulo ao esporte e cultura; a aprovação do Fundeb; a correção da tabela do Imposto de Renda; o marco regulatório do gás, do saneamento, dos agentes de saúde, do ato médico; o fim do monopólio de resseguros, sobre a licença-maternidade na adoção de crianças e o projeto sobre punições da violência familiar contra a mulher, que contou com a decisiva participação de nossa bancada feminina, que ampliou-se com mais quatro novas senadoras e hoje já representa quase 15% do Senado Federal, a maior representação feminina da história. Para mim é uma honra fazer parte deste marco histórico.

***De minha parte,  
reitero meus  
compromissos:  
independência,  
democracia,  
austeridade,  
transparência,  
decisões coletivas e  
sintonia fina com os  
anseios sociais.***

Paralelamente à atividade legislativa, no último biênio também abrimos Comissões Parlamentares de Inquérito sem atropelos, sem indagar a ninguém se elas seriam ou não desconfortáveis.

Elas cumpriram suas obrigações sem se submeter a nenhum tipo de ingerência – interna ou externa. Fizemos tudo respeitando a vontade social, as prerrogativas da minoria, nos curvando à vontade da maioria e sem prejudicar a rotina legislativa, onde votamos leis importantes para o País. Não estacionamos na crise.

Neste processo esfarelou-se mais um mito: o de que as investigações paralisam as votações, retiram produtividade do Senado Federal. Produtividade não é discurso, é prática. Precisa ser demonstrada.

Com MP e investigação votamos – e muito –, invertemos, pela atenção dos Senhores Senadores, a equação e tivemos, pela primeira vez

desde a Assembléia Nacional Constituinte, a maioria na aprovação de projetos de parlamentares contra as iniciativas do Executivo. Em alguns anos, chegamos a ter 80% de aprovação de propostas do Executivo contra as proposições do Legislativo.

Investigar, eliminar regalias e apontar leis mais justas são competências que não se esgotam, tal a velocidade da transformação no mundo moderno.

Ao Senado Federal também compete privativamente avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes e o desempenho das administrações tributárias da União, Estados e Municípios. Depois de aprovarmos a criação da Super-receita – e, diante do modelo tributário vigente –, quero assumir o compromisso de criar a subcomissão para este fim e, tenho certeza, que ele servirá de dínamo para acelerar a reforma tributária, já aprovada no Senado.

Se lutamos por cada uma de nossas prerrogativas, vamos lutar ainda mais para preservá-las, trabalhar ainda mais para exercê-las.

Sabemos respeitar a autonomia, independência e a vontade dos povos, a constituição de irmãos e vizinhos do continente, mas sob nenhum argumento, ideológico, político, doutrinário ou de qualquer natureza, deveremos transigir na defesa de nosso patrimônio, de nossos ativos. Quero garantir que o Senado irá trabalhar no sentido de fortalecer a democracia na América Latina.

Gostaria de finalizar agradecendo a atenção e o apoio dos Senhores Senadores e Senadoras nestes últimos dois anos. Nada do que acabamos de recapitular e de sugerir seria ou será possível sem o empenho, o patriotismo e a colaboração de todos os senadores. Espero continuar contando com esta confiança do Senado Federal e tenho certeza de que esta Casa sempre estará atenta aos reclamos da sociedade. De minha parte, reitero meus compromissos: independência, democracia, austeridade, transparência, decisões coletivas e sintonia fina com os anseios sociais.

Muito obrigado.

***No próximo biênio, se assim os senhores desejarem, estaremos abrindo este fantástico caminho de informação em todas as 27 capitais do País e para todo o Brasil através da TV digital. Transparência não é discurso, é prática. Precisa ser mostrada.***

## PRONUNCIAMENTO DE POSSE

*Sessão de 1º/2/2007*

Gostaria, inicialmente, de agradecer aos Senhores Senadores e às Senhoras Senadoras pela renovação da confiança para conduzir o Senado Federal por outro biênio, consideração que, naturalmente, só me honra. Tentarei, com muito trabalho, corresponder a esta expectativa.

Gostaria, também, de expressar minha gratidão ao meu partido, o PMDB, que me conferiu este crédito, indicando-me para presidir uma das mais democráticas, pluralistas e transparentes instituições da República.

Quero, com a espontaneidade da alma, dirigir algumas palavras ao meu amigo, o Senador José Agripino Maia. Palavras que não podem ter outro tom – e nisso penso expressar o sentimento da totalidade deste Plenário – que não de louvor e exaltação de suas muitas e reconhecidas virtudes. Sua lucidez, testemunhada por todos, não lhe permite confundir suas convicções políticas e doutrinárias com os interesses supremos da Nação.

As disputas democráticas, como as de hoje, só engrandecem a instituição, robustecem nossa democracia e elevam os nomes daqueles que nela estiveram.

Quero, agora, Senhoras e Senhores Senadores, renovar meus compromissos pela autonomia e independência do Senado Federal, por sua modernização, transparência e, principalmente, pela democratização das decisões desta direção, como sempre fizemos.

As deliberações, discussões e idéias inerentes a atividades dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras serão tomadas nova-

mente de forma coletiva e nunca serão, como nunca foram, verticalizadas de cima para baixo.

Aqui se busca a concórdia, de maneira incessante e equilibrada. Ela continuará sendo seguida, e isso não significará, Senhores Senadores, como nunca significou, a neutralidade ou a subestimação de nenhuma posição política, partidária ou ideológica.

Entendimento não é e não será a supressão da vontade de quem pode menos em detrimento da força de quem pode mais. Aqui todos podem mais, por serem todos iguais. O diálogo interno e com a sociedade é a essência e a razão da existência deste Parlamento.

Penso que, nos próximos anos, como senadores da República, teremos de aprofundar uma inserção mais decisiva, mais formuladora nas grandes questões de repercussão para o País.

Já fizemos, disse há pouco e repito, nossa parte no que tange à Reforma Tributária, à Reforma Política, à Reforma do Orçamento e aos novos critérios necessários para a edição de medidas provisórias.

Mas outros temas de considerável magnitude ainda desafiam, Senhoras e Senhores Senadores, o crescimento do País, e sobre eles também temos responsabilidades. Refiro-me, além de às metas e propostas para atingirmos uma democracia, ao exame das parcerias público-privadas, ao encontro de uma sistemática que torne mais efetiva a análise dos vetos

presidenciais, à busca de soluções para gerar segurança jurídica aos contratos, a luta contra a burocracia e o desperdício – que são permanentes –, e os indispensáveis aprimoramentos ao programa sugerido pelo Executivo, recentemente, a este Parlamento.

Quero encerrar essas poucas palavras agradecendo, novamente, esta confiança em mim depositada, agradecendo aos companheiros da Mesa Diretora, aos líderes partidários, sem exceção – absoluta-

***Entendimento  
não é e não será  
a supressão da  
vontade de quem  
pode menos em  
detrimento da força  
de quem pode mais.  
Aqui todos podem  
mais, por serem  
todos iguais.***

mente sem exceção –, aos senadores que chegam, aos senadores que vão, aos servidores, aos convidados, aos jornalistas que aqui trabalham, aos assessores parlamentares e a toda a sociedade brasileira, para a qual asseguro que o Parlamento reinicia, amanhã, suas atividades, com ânimo renovado, na certeza de que Deus nos ajudará na busca dos melhores caminhos para um crescimento sustentado, distribuição de renda, diminuição de impostos, aumento do número de emprego, melhorias na qualidade da educação – que tem de ser universal –, saúde, segurança pública, redução da pobreza, igualdade de oportunidades e diminuição das tão dramáticas e terríveis disparidades regionais.

Minha gratidão ao Senado e a reiteração da minha inabalável vontade e da minha inabalável convicção para o fortalecimento e para a independência deste poder.

Muito obrigado.

## ABERTURA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS

*Sessão de 2/2/2007*

É com grande satisfação que damos início hoje a 53ª legislatura do Congresso Nacional eleito pela vontade soberana do povo brasileiro no pleito de 2006 para o próximo quadriênio. Mais do que uma cerimônia protocolar de abertura dos trabalhos, esta sessão possui o diferencial de ser inaugurada já com os desafios colocados de debater uma agenda nacional que sinaliza para o crescimento da Nação que acaba se ser apresentada pelo Executivo ao País.

O Programa de Aceleração Econômica, que agrega medidas provisórias, projetos de lei, projetos de lei complementar, todos como a própria mensagem diz, são naturalmente suscetíveis a aprimoramentos, correções, reparos e ajustes que o Congresso Nacional entender convenientes e necessários. O Governo anunciou o PAC como um primeiro passo. Além deste debate, caberá também ao Congresso Nacional eleito dinamizar as reformas estruturantes, especialmente as inadiáveis Reformas Política, a Tributária, a Trabalhista e a Sindical, urgentes e inadiáveis. Não será por inércia do Congresso que a discussão ficará paralisada.

Não creio que haja diagnóstico divergente quanto à necessidade uma agenda de desenvolvimento sustentado. Ela é imprescindível para o País e pode ser naturalmente compatibilizada com as reformas que se encontram sob discussão no Congresso Nacional. O que iremos discutir aqui nos próximos meses são as propostas do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, da sociedade e tenho certeza, com ricas contribuições destas duas Casas. Ao Congresso também compete apontar soluções para um crescimento sustentável, igualitário e justo.

Esta é uma Casa cuja razão de existir é funcionar como caixa de ressonância nacional, por isso, todos os entes envolvidos, todos os agentes econômicos, a sociedade, o próprio Executivo e o Judiciário terão aqui o espaço para defender suas convicções.

Ouviremos, com certeza, a posição dos governadores sobre a perspectiva da renúncia fiscal causar mais estragos a quem não pode mais contribuir; ouviremos os representantes dos trabalhadores e ouviremos as sugestões da iniciativa privada.

Deveremos, enfim, ouvir todos os agentes envolvidos, ouvi-los com atenção e colaborar para identificar os pontos que representam as maiores ansiedades sociais.

A prosperidade deste programa depende de sua implementação, da aprovação da sociedade, especialmente do setor produtivo, de medidas complementares e da crença de que ele representará ganhos para a sociedade e o crescimento almejado.

Eu, particularmente, incorporo o otimismo demonstrado pelo Governo e torço muito para que ele se encontre com as projeções da iniciativa privada, do mercado financeiro e da sociedade.

O Congresso Nacional, com o debate público, a qualidade de seus quadros, saberá encontrar uma via serena para o crescimento, saberá colaborar no intuito de soltar o freio e colocar o Brasil no trilho do crescimento certo e seguro.

O Congresso é formado por homens públicos que têm exata consciência sobre seus deveres e responsabilidades com o País e eles saberão dar sua melhor contribuição na busca do bem-estar coletivo. Estou certo que nossa conduta estará pautada, como sempre foi, pela perseguição do bem comum, pelo patriotismo, na busca de igualar as oportunidades, distribuir renda e minimizar a pobreza.

As projeções do cenário mundial são confortáveis. Mesmo com desaceleração nos Estados Unidos, elas ainda sinalizam para um crescimento médio e sustentável acima de 6% para os países emergentes, inclusive nações da América Latina cujas carências notórias não permitiram taxas semelhantes nos últimos 15 anos. Temos potencial e responsabilidade para dar os passos do tamanho dos demais países emergentes.

Já fizemos grande parte do nosso dever de casa e, por isso, é lícito manter a confiança para ano de 2007.

A inflação está domada e deve ficar 0,5% abaixo da meta de 4,5%; as reservas internacionais podem ultrapassar os 100 bilhões de dólares, diminuindo ainda mais nossa vulnerabilidade a choques externos; devemos contar com o quinto ano consecutivo de superávit em transações correntes; o saldo da balança comercial deverá estar muito próximo dos 45 bilhões de dólares dos dois últimos anos; a massa salarial, o poder de compra, inclusive com o ganho real do mínimo, vem aumentando e tem dado contribuições consistentes no crescimento; os programas de transferência de renda ajudam na mobilidade social.

O aumento do crédito, inclusive o consignado, com manutenção dos níveis de inadimplência é outro dado significativo da economia; o financiamento de automóveis, o incremento de créditos imobiliários que será impulsionado por linhas específicas para a classe média também colaboram e as

projeções sugerem um bom ano para o setor agrícola, que no Brasil precisa ser reorganizado por causa dos sobressaltos do câmbio. Acostumada a um vaivém na economia, onde um ano era bom e outro ruim, a sociedade ignorava a sensação de estabilidade e por isso a população brasileira é, hoje, a mais otimista do continente quanto aos rumos da economia.

Se houver uma conjugação de esforços, avançaremos mais. A tranquilidade política, não me refiro à unanimidade, é um importante dado para soltar o engate dos juros, da reforma tributária e do câmbio valorizado, regulamentar as PPPs com concessões ao setor privado, investir decisivamente em infra-estrutura e retomar as grandes obras. Este é o norte que deveremos adotar. O papel do Congresso é pisar fundo nas reformas estruturais que estão inibindo os investimentos internos e externos. As reformas devem ter o dinamismo do tamanho da vontade do eleitor e, em nenhuma hipótese, devem ser adiadas ou procrastinadas e lá adiante serem vítimas de contaminações eleitorais.

Muito obrigado.

***O Congresso é formado por homens públicos que têm exata consciência sobre seus deveres e responsabilidades com o País e eles saberão dar sua melhor contribuição na busca do bem-estar coletivo.***



## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

*Sessão de 7/3/2007*

Homenageamos, neste mês de março, mulheres de todas as raças, religiões, classes sociais. Mães, companheiras, profissionais, donas-de-casa, ativistas políticas, batalhadoras incansáveis em prol de um mundo mais justo e menos violento.

A força, a capacidade de trabalho, o equilíbrio e a intuição da mulher – que tem de se desdobrar cada vez mais entre os cuidados com os filhos, a casa e a vida profissional –, são não apenas o esteio da família, mas a base que nos permite construir nossas maiores conquistas no universo do trabalho e na área social. As mulheres são hoje 51% da população e do eleitorado. Chefiam uma em cada quatro famílias, responde por 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal.

Quando falamos sobre os direitos das mulheres, os avanços, conquistados com muita luta ao longo das últimas décadas, são inquestionáveis. Lembro aqui o papel fundamental exercido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que fez toda questão de estimular quando Ministro da Justiça.

Infelizmente, também é inquestionável o preconceito que ainda insiste em caracterizar a mulher como objeto sexual ou em depreciá-la no mercado profissional.

É inadmissível que, em pleno século XXI, as mulheres continuem ganhando menos que os homens ao exercerem as mesmas funções. Isso, embora possuam um nível de escolarização maior que os dos homens.

Pior ainda. É inadmissível que os números da violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica, continuem manchando a dignidade nacional.

Basta dizer que, a cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil. Ou que uma em cada três ou quatro meninas é abusada sexualmente antes dos 18 anos.

Senhoras e senhores,

Bertha Lutz, a patrona do diploma que hoje agraciará mais cinco mulheres, é a nossa referência, uma das maiores ativistas em prol dos direitos das mulheres.

O direito de votar e de ser votada é um deles.

Em 1997, aprovamos a Lei nº 9.504, que estabeleceu cotas de participação feminina para os concursos eleitorais.

No entanto, as mulheres encontram-se sub-representadas nos cargos públicos.

Um estudo recente da União Interparlamentar demonstrou que a presença feminina na Câmara dos Deputados brasileira é a quarta mais baixa da América Latina e equivale, percentualmente, à metade da média mundial.

Nos 189 países pesquisados, a média ficou em 17,1% de mulheres, o que já é baixíssimo. Ficamos com a 103ª colocação. Superamos apenas o Haiti, a Guatemala e a Colômbia, na América Latina.

São dados que demonstram o quanto ainda há que se melhorar.

No Senado Federal, apenas em 1979 tivemos uma cadeira ocupada por uma mulher.

Em 1991, a participação feminina dobrou. Foram eleitas, pelo voto direto, duas senadoras.

Na legislatura passada, eram nove as senadoras e, na atual, são dez.

É uma evolução lenta demais, pois estou convicto de que toda a Nação ganharia com o incremento das mulheres no Congresso Nacional.

Na legislatura anterior, as nossas senadoras mostraram-se marcadamente combativas e até mesmo obstinadas na realização dos ideais que aqui as trouxeram.

Sem entrar em minúcias estatísticas, basta mencionar que essas senadoras produziram 10.602 proposições legislativas.

E esse número não inclui os pronunciamentos, tanto no Plenário quanto nas comissões.

Devido à importância do tema, o Senado criou, em 2001, o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, marco no incentivo e reconhecimento do ativismo de brasileiras empenhadas em reduzir as desigualdades de gênero.

Em 2004, instituímos a Comissão do Ano Nacional da Mulher, que mobilizou o Congresso e desenvolveu profícuos trabalhos de conscientização, resultando em deliberações legislativas e sociais importantes para o País.

Ainda em 2004, aprovamos a Lei nº 10.886, que fez relevantes alterações no Código Penal, introduzindo tipificação especial para a violência doméstica e tirando da impunidade esse tipo covarde de agressão.

A Comissão do Ano da Mulher Latino-Americano e Caribenha, em 2005, desenvolveu diversas atividades de conscientização das questões de gênero e contexto territorial.

Em 2006, o Senado participou ativamente da 16ª edição da Campanha 16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres.

Entre outras ações da Casa, a TV Senado produziu uma série de cinco programas sobre a Campanha e os temas que envolvem a violência contra as mulheres.

A Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340, de 2006, marca um inequívoco avanço no tocante à proteção às vítimas da violência doméstica.

Como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, reitero o meu compromisso com toda ação que promova e contribua para a igualdade de oportunidades e de direitos e deveres entre os homens e mulheres de nosso Brasil.

Por isso, já determinei que os cinco projetos indicados pela bancada feminina do Congresso Nacional, que ora tramitam no Senado

***Reitero o meu compromisso com toda ação que promova e contribua para a igualdade de oportunidades e de direitos e deveres entre os homens e mulheres de nosso Brasil.***

Federal sejam prontamente apreciados, tendo, inclusive preferência para a inclusão na Ordem do Dia.

Parabenizo, ainda, o Conselho de Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, na pessoa da sua Presidenta, a Senadora Serys Slhessarenko.

Quero destacar a homenagem a Maria Ivone, mulher alagoana, mulher brasileira, incansável defensora dos direitos humanos e das liberdades democráticas, com quem tive a honra de partilhar de momentos intensos na luta pela redemocratização do País, desde o movimento estudantil.

A entrega do Prêmio a Maria Ivone será feita por outra grande mulher brasileira, a sempre Senadora e amiga Heloísa Helena.

Meu carinho especial e o meu sincero respeito às Senhoras Beatriz Moreira Costa, Joana Farina, Moema Viezer e Sueli dos Santos, também homenageadas aqui pelas valiosas iniciativas e contribuições nas mais expressivas áreas.

Em mais esta edição da já consagrada e tradicional entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, cada brasileira aqui agraciada representa as homenagens prestadas pelo Senado Federal a todas as cidadãs brasileiras.

Muito obrigado!

## LANÇAMENTO DO LIVRO DE PEDRO SIMON

*Em 12/3/2007*

Para mim, como Presidente do Senado, é motivo de sincera alegria poder participar do lançamento desta obra de fôlego de autoria do nobre Senador Pedro Simon. É mais uma contribuição do Senador Simon dentre outras lançadas recentemente.

O Brasil, o Senado e o PMDB podem sentir orgulho deste brilhante filho de Caxias do Sul. Um homem público, singular, cuja competência, seriedade e assiduidade são características aplaudidas por todos nós.

A obra é densa e representa uma leitura obrigatória para historiadores, cientistas políticos, jornalistas e políticos. Tenho convicção de que o Senador Simon, com seu temperamento responsável e diligente padeceu para selecionar seus melhores pronunciamentos nestes 24 anos de atividade no Senado Federal. Simon é tribuno respeitado pela verve aguda, que agrada os aliados e amedronta os adversários. Simon é o senador da palavra, que faz da palavra seu principal instrumento de ação, é um parlamentar típico e não por outra razão manifestou-se 1.148 vezes na tribuna do Senado desde 1979, quando aqui chegou pela primeira vez.

E aqui nesta publicação encontramos o melhor de Simon em 106 manifestações. Seja sobre projetos legislativos, sobre conjuntura nacional ou outros temas. Sei que edição não foi tarefa fácil.

E o subtítulo de sua obra é muito feliz e oportuno ao focar a linha mestra de conduta de Simon no Senado Federal. Toda sua ação parlamentar, sua atividade política possui uma convergência: as lutas incessantes pela dignidade humana. Sua alma franciscana não contemporiza com a injustiça e indignidade.

Sua obsessão pela dignidade esteve presente no regime militar, nas lutas estudantis, na anistia, nas diretas, nas greves do ABC paulista, na luta por melhores salários, no governo do Rio Grande do Sul, no Ministério da Agricultura, nas lutas pelo parlamentarismo, nos embates internos do PMDB, enfim, em todos os campos de atuação.

Quem não se lembra dos sólidos pronunciamentos do Senador Simon em defesa da ética, da instituição e da dignidade humana? Quem não se recorda de sua eloquência cortante acompanhada pelo gestual tão peculiar?

Simon, para mim, repito, esta solenidade é um motivo de duplo orgulho. Como presidente da Casa é com satisfação que podemos tornar a obra pública e gratuita, ao alcance de todos. Segundo, porque somos do mesmo partido e a companhia de Vossa Excelência é extremamente salutar, com a qual eu, cada dia, aprendo mais.

Muito obrigado.

***Toda sua ação parlamentar, sua atividade política possui uma convergência: as lutas incessantes pela dignidade humana. Sua alma franciscana não contemporiza com a injustiça e indignidade.***

## REPÚDIO À VIOLÊNCIA EM ALAGOAS

*Sessão de 14/3/2007*

A criminalidade chegou ao ápice em todo o País!

Atingiu níveis insuportáveis, em todas as esferas, que deixam famílias de cidadãos impotentes diante da violência e atingem até mesmo integrantes dos Poderes constituídos.

Como Presidente do Senado Federal, como senador por Alagoas e, antes de tudo, como brasileiro, faço questão de manifestar meu mais completo e profundo repúdio à onda de crimes que assola não apenas o meu estado, como todas as regiões do País.

Não podemos mais admitir que a população, de Norte a Sul, viva refém do medo, da angústia, do terror.

A luta contra o crime organizado exige o esforço de todos. Governos estaduais e Governo Federal têm de trabalhar juntos no combate à violência. O Estado não pode, de modo algum, se furtar a agir com mão forte para enfrentar os agentes do crime.

A violência chegou a um ponto absurdo com o seqüestro, nesse último domingo, do Presidente da Associação dos Magistrados de Alagoas, o juiz Paulo Zacarias da Silva.

Paulo Zacarias é um amigo querido, de muitos anos, um juiz honrado, dedicado, um exemplo de vida para os alagoanos. Estudamos juntos. Conheço de perto seu trabalho, sua atuação sempre firme e séria no Judiciário de Alagoas. Quando a criminalidade chega a ameaçar representantes da magistratura, é porque a violência superou todos os limites, desafia o próprio Estado de direito.

Repito aqui as palavras do Ministro Ayres Brito, do Supremo Tribunal Federal, que estava nesta segunda-feira em Maceió: “O Poder Judiciário é o reduto da cidadania. Quando a magistratura se sente insegura, é sinal de que as coisas vão muito mal”.

Vale ressaltar que, menos de 24 horas depois do seqüestro do Juiz Paulo Zacarias, presidente da Associação dos Magistrados de Alagoas, outro parente de magistrado foi seqüestrado em meu estado. O Senhor Luciano Paulo Leite, genro do presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, conseguiu, felizmente, ser libertado ontem à noite pela polícia. Há alguns dias, a irmã de um juiz, Dr. Braga Neto, também foi seqüestrada.

***A luta contra o crime organizado exige o esforço de todos.***

Nas últimas horas, fiz questão de entrar em contato com o Governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, e com os Ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos e das Relações Institucionais, Tarso Genro. Vou fazer o mesmo com o Presidente da República.

Gostaria, aqui, de comunicar a todos a decisão do Ministério da Justiça, em conjunto com o Governo de Alagoas, de enviar uma operação integrada ao Estado.

Será uma força conjunta, entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias estaduais, o Ministério Público e o Judiciário, que vão trabalhar unidos para combater a escalada crescente da criminalidade em Alagoas.

Apenas um esforço coordenado, em todas as esferas de Poder – Legislativo, Judiciário e Executivo –, pode dar resultados imediatos no combate à criminalidade e dar as respostas que a sociedade precisa ter.

Senhoras e senhores,

Para quem sente de perto o peso da violência, a impotência diante da barbárie crescente dos criminosos, os discursos de indignação e de solidariedade podem até trazer certo alento. Mas sabemos bem que, na verdade, são ainda muito pouco.

Dona Maria da Conceição, esposa do Juiz Paulo Zacarias, os filhos Paula Regina, Paulo Victor, Samuel e Pedro Henrique e toda



sua família, assim como os pais do pequeno João Hélio, a mãe da menina Alana, e tantos outros que perderam parentes e amigos para a violência querem respostas. Querem decisões, querem ação!

Precisamos de uma legislação mais dura para combater o crime organizado?

Precisamos, é verdade.

Precisamos de um Judiciário mais ágil, de um sistema penitenciário mais eficaz, precisamos de mais oportunidades de trabalho e de educação para jovens carentes?

É verdade, precisamos de tudo isso, e de muito mais, para combater e, acima de tudo, para prevenir a escalada da violência.

Mas não podemos deixar a solução para mais adiante. Não podemos esperar que, um dia, tenhamos um cenário de menor exclusão social para que a violência seja reduzida.

Estamos tratando aqui de vidas humanas, do futuro de nossas gerações, do bem-estar de nossas famílias, de sobrevivência, enfim.

Temos de atacar o problema da violência com mão firme, hoje, agora. O Congresso tem de dar, sim, uma resposta urgente no que diz respeito à atualização da nossa legislação penal. E já vem caminhando neste sentido, todos sabemos.

Lembramos, aqui, a aprovação, dentre outras matérias, do endurecimento das penas para crimes hediondos e da decisão de considerar como falta grave o uso de telefone celular pelos presos.

Mas não se faz segurança pública sem recursos, sem meios. Treinar melhor a polícia, comprar viaturas, armas, investir em inteligência, em estratégia, construir e reformar presídios, reeducar menores infratores, dar um salário digno a agentes penitenciários e policiais, tudo isso custa dinheiro. Muito dinheiro.

O Governo já se comprometeu a não contingenciar as verbas para segurança pública. É um passo importante. Mas temos de garantir um maior volume de recursos para o setor. Esse deve ser o nosso compromisso – e é bom lembrar que já temos proposta de emenda constitucional na Casa, nesse sentido.

O Brasil não merece viver mergulhado em notícias policiais a cada minuto. Não merecemos – e não podemos – continuar sofrendo com a morte e o seqüestro de tanta gente inocente.

À família do Juiz Paulo Zacarias, mais uma vez, o meu carinho, a minha solidariedade, assim como a todo o povo de Alagoas. Vamos continuar apoiando o esforço do Governo Federal e do Governo estadual no combate à criminalidade.

E vamos nos empenhar, ao máximo, para mudar, de vez, o cenário de impunidade que vêm alimentando a violência em todo o Brasil e, particularmente, em nosso estado.

Muito obrigado.

***O Estado não pode, de modo algum, se furtar a agir com mão forte para enfrentar os agentes do crime.***

## 25 ANOS DO PROGRAMA ANTÁRTICO

*Sessão de 13/3/2007*

Este mês de março assinalou o início do Ano Polar Internacional.

Para orgulho de todos nós, o Brasil nele se fará presente nesse fórum mundial, em que cientistas do mundo todo apresentam e debatem pesquisas de ponta sobre os pólos Sul e Norte.

Dos mais de mil e cem projetos enviados ao comitê científico do Ano Polar Internacional, a América Latina participa em cinquenta deles, com destaque para a atuação brasileira.

De fato, o Brasil sediará a Décima Oitava Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos.

Além disso, a Estação Antártica Comandante Ferraz está sendo revitalizada, de modo a oferecer melhores condições de investigação científica para brasileiros e estrangeiros no local.

No exato momento em que se inicia a quarta edição do Ano Polar Internacional, evento que se repete apenas de 50 em 50 anos, celebramos os vinte e cinco anos do Programa Antártico Brasileiro, o PROANTAR.

O Proantar é resposta cabal e definitiva na afirmação de nossa capacidade.

Ele se junta a outros setores de excelência de que o País dispõe e se apresenta à comunidade científica internacional como parceiro confiável, competente e plenamente capaz de realizar trabalho de peso, a merecer pronto reconhecimento.

Conquista de toda a Nação, o programa promove e realiza pesquisas científicas e tecnológicas diversificadas, necessárias e extremamente úteis para nosso País naquela distante região.

Enfatizo, ainda, Senhoras e Senhores Senadores, outro aspecto presente no Proantar e que, por certo, foi e é decisivo para o êxito de sua trajetória.

Refiro-me ao fato de que, ao longo destes vinte e cinco anos, o Programa logrou envolver distintos ministérios, universidades e um número expressivo de empresas públicas e privadas.

É o Brasil dando provas de maturidade acadêmico-intelectual, de profissionalismo e de perfeita compreensão acerca das funções do Estado.

Por meio do Proantar, o Brasil inscreve-se no seletivo grupo de 29 países detentores de bases na Antártica. Membro consultivo do Tratado Antártico, nosso País assume responsabilidades na formulação e na execução de pesquisas científicas numa região singular do planeta.

Por tudo isso, o Poder Legislativo não poderia omitir-se em face de trabalho tão essencial.

Como tradicionalmente o faz, o Congresso Nacional assume seu papel e se oferece para, no campo de sua atuação e no exercício de suas atribuições, contribuir para o crescente fortalecimento de um Programa em tudo e por tudo estratégico.

Ao Comandante da nossa Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, quero dedicar meus cumprimentos mais sinceros.

Expresso, assim, a minha admiração a todos os brasileiros que representam nosso País no mais distante e inóspito dos continentes.

Parabéns a todos os que deram sua parcela de contribuição na construção da história do Proantar.

Uma história de sacrifício, de dedicação, de desprendimento e de ousadia.

Acima de tudo, uma história feita por quem ama sua Pátria e compreende o significado de estar em um mundo que precisa ser mais estudado, preservado e iluminado pelo espírito de cooperação e de fraternidade entre os povos.

Muito obrigado.

***É o Brasil dando provas de maturidade acadêmico-intelectual, de profissionalismo e de perfeita compreensão acerca das funções do Estado.***

## DISCUTIR O PAC

*Sessão de 13/3/2007*

Excelentíssimas Senhoras Senadoras e Excelentíssimos Senhores Senadores,

É com grande satisfação que informo o Plenário da presença da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e dos Ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

O Senado Federal, no que depender do seu Presidente, sempre estará de portas abertas para discutir as ações necessárias para promover a aceleração do crescimento nacional.

Nossa pauta está absolutamente em dia. Já votamos todas as matérias de interesse do País.

E temos avançado bem numa pauta suprapartidária. Como exemplo, cito a PEC do Senador Tasso Jereissati, que aprovamos na semana passada, definindo os princípios da atividade regulatória.

Estaremos reunidos, nos próximos dias, com todos os presidentes de comissões do Senado para definirmos uma pauta de votações, uma pauta que esteja verdadeiramente alinhada com os reais interesses da sociedade organizada.

É a pauta que o Senado apresentará ao Brasil, resultado do talento de todos os senadores aqui presentes, independentemente da cor partidária.

Estamos instalando, sob a liderança do Senador Aloísio Mercadante, a Comissão de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Essa comissão acompanhará a administração tributária da União, dos Estados e Municípios, indicando e propondo soluções para todos os gargalos tributários que ainda oneram a produção.

Será um dos mais importantes fóruns da Federação.

Essa presença, numa audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicas, presidida pelo Senador Aloizio Mercadante e de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo Senador Marconi Perillo, evidencia a seriedade com que o tema vem sendo tratado pelo Senado.

Parabenizo os dois senadores pela iniciativa conjunta e todos os demais, na pessoa das respectivas lideranças, por demonstrarem que a Casa sabe dialogar com todas as cores partidárias e regionais, quando o assunto é o desenvolvimento do País.

Nesse diálogo entre Poderes, quem ganha é o Brasil.

Muito obrigado.

***É a pauta que o Senado apresentará ao Brasil, resultado do talento de todos os senadores aqui presentes, independentemente da cor partidária.***

## INSTALAÇÃO DE CANAIS ABERTOS DA TV SENADO

*Em 14/3/2007*

É com o maior orgulho que anuncio a instalação dos novos canais abertos da TV Senado, na frequência UHF – o Canal 40, em João Pessoa; o Canal 55, no Recife; e o Canal 57, em Manaus. Eles vêm se somar ao Canal 53, em Salvador, inaugurado no ano passado, e ao Canal 51, de Brasília.

A consolidação do projeto de expansão da emissora e da Rede Senado de Televisão em sinal aberto é uma vitória da democracia brasileira.

Ao longo dos últimos onze anos, a TV tem sido motivo de orgulho não apenas para nós, parlamentares e funcionários, como para todos os brasileiros, que podem acompanhar, em tempo real, tudo o que acontece no Senado. De forma imparcial, isenta, sem qualquer corte ou censura.

Com documentários, programas especiais, telejornais e transmissões ao vivo das sessões plenárias, das comissões técnicas permanentes e do trabalho de investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito, a TV Senado é hoje muito mais que um meio de informação.

Ela é um instrumento de cidadania, um instrumento de controle democrático do Legislativo por parte da população, que pode acompanhar, passo a passo, a atuação dos parlamentares que ajudaram a eleger com o seu voto.

Hoje, a TV Senado já alcança, potencialmente, um público de mais de 50 milhões de brasileiros com acesso à televisão a cabo, internet ou antena parabólica.

Com a Rede Senado de Televisão, ampliada em canal aberto para Brasília, Salvador, João Pessoa, Recife e Manaus, as informações legislativas começam a chegar às camadas de menor poder aquisitivo da população, que não podem pagar tevês por assinatura, nem adquirir antenas parabólicas.

Em breve, a TV Senado alcançará, em sinal aberto, outras nove capitais – Fortaleza, Rio de Janeiro, Goiânia, Belém, Boa Vista, Cuiabá, Maceió, Natal e Campo Grande –, além da cidade do Gama, aqui no Distrito Federal. Nosso público-alvo deve atingir 90 milhões de brasileiros.

Senhoras e senhores,

A TV Senado foi inaugurada em fevereiro de 1996 pelo então presidente do Congresso Nacional, meu caro colega Senador José Sarney, em uma decisão ousada. Tão ousada que o *slogan* sugerido na época para a TV era: “Fiscalize o Senado”.

O sucesso da emissora incentivou diversos outros órgãos públicos a criarem seus próprios canais de televisão; foi depois da TV Senado que surgiram a TV Câmara e a TV Justiça.

A TV Senado também foi pioneira na transmissão ao vivo dos trabalhos legislativos. Antes de completar um ano, já transmitia durante 12 horas seguidas. Hoje, a programação é ininterrupta, dia e noite.

Em 2005, multiplicou por dez sua audiência e se consolidou como uma das maiores emissoras de televisão do País. Tornou-se, também, uma das principais fontes de referência dos jornalistas que fazem a cobertura política.

Convém lembrar que o trabalho da TV Senado não se esgota na cobertura diária das atividades legislativas.

Assuntos como cultura, saúde, educação e História do Brasil também fazem parte da programação da emissora, que tem entre seus objetivos o incentivo à cidadania e o resgate de nossa memória política e cultural.

***Hoje, a TV Senado já alcança, potencialmente, um público de mais de 50 milhões de brasileiros com acesso à televisão a cabo, internet ou antena parabólica.***



Merece destaque, ainda, o fato de 95% da programação da TV Senado ser produzida pela própria emissora, com recursos e pessoal próprios.

Mas o grande mérito, mesmo, da TV é a garantia da plena transparência do Senado Federal.

Através dos telejornais ou das transmissões ao vivo, nada mais escapa do olhar e do julgamento do cidadão comum. O resultado é que os senadores, mais que nunca, têm zelado pela própria imagem e por seu compromisso para com seus eleitores.

Senhoras e senhores, além do processo de expansão, que democratiza o acesso à informação legislativa, a TV Senado comemora, ainda, avanços tecnológicos da maior importância.

Novos retransmissores analógicos já contemplam a possibilidade de adaptação para o sistema digital que vem sendo implantado no País. A abertura das retransmissoras UHF nas capitais garante um canal digital em cada uma dessas praças.

Absorver rapidamente essa nova tecnologia é prioridade, quer pelo emprego da multiprogramação – que significa o desdobramento da TV Senado em vários canais transmitidos simultaneamente – quer pela maior interatividade com o telespectador, o que também abre novos horizontes para o ensino a distância.

Motivos de sobra, portanto, para nos orgulharmos ainda mais do trabalho da TV Senado.

Um trabalho que se deve, especialmente, à dedicação e à competência dos responsáveis pela Secretaria de Comunicação da Casa, da direção da TV Senado e de toda sua equipe de jornalistas, técnicos e produtores.

A todos, os meus parabéns.

Muito obrigado.

***Em breve, a TV Senado alcançará, em sinal aberto, outras nove capitais – Fortaleza, Rio de Janeiro, Goiânia, Belém, Boa Vista, Cuiabá, Maceió, Natal e Campo Grande –, além da cidade do Gama, aqui no Distrito Federal. Nosso público-alvo deve atingir 90 milhões de brasileiros.***

## INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO DO PARLAMENTAR

*Em 14/3/2007*

Dentre as coisas que venho perseguindo, em conjunto com a atual Mesa, é verdadeiramente aperfeiçoar ainda mais o relacionamento institucional do Senado com os diversos segmentos da sociedade, como forma de aproximar as leis das reais necessidades do País.

Concretamente, Senador Efraim, criamos, em 2005, um dos espaços institucionais e políticos mais importantes da Federação: a subcomissão de assuntos municipais, que integra a importante Comissão de Assuntos Econômicos.

Com isso, o município passou a ter mais um canal no Senado da República, para fazer valer a sua voz e as suas propostas, valorizando os prefeitos, vereadores e as instituições que representam a municipalidade.

Instalaremos também, nos próximos dias, a Comissão de Avaliação do Sistema Tributário, que consolidará a missão do Senado como Casa Federativa, por excelência, para que possamos superar os gargalos da tributação, que oneram as empresas e as pessoas.

Isso demonstra que estamos, sem dúvidas, fazendo a nossa parte, para que esta Casa seja uma caixa de ressonância dos legítimos interesses das instituições.

Ciente da importância de tornar o Senado cada vez mais permeável a esses anseios, organizei, na presidência do Senado, um núcleo específico para avançar nas relações institucionais, em favor de leis

ainda mais sintonizadas com os diversos cenários políticos, econômicos e sociais.

O espaço parlamentar que ora se inaugura aqui no Interlegis faz parte desse projeto de integração, e que o Primeiro-Secretário, Senador Efraim de Moraes, é um dos maiores entusiastas e defensores.

O Interlegis tem como objetivos fundamentais integrar e contribuir para aprimorar os trabalhos legislativos nos três níveis da Federação.

Seu trabalho tem um impacto direto na qualidade da atividade legislativa, a qual, por sua vez, é a manifestação mais elevada e nobre da soberania popular. A contribuição do Interlegis, portanto, é inestimável.

O Senado, como todos sabem, é a Casa da Federação. Como tal é, por assim dizer, a casa de todos os legislativos, estaduais e municipais.

O Interlegis, sob a orientação do Senador Efraim, ajuda, de forma competente, a dar um caráter concreto a essa vocação institucional do nosso Senado.

A inauguração deste Espaço do Parlamentar só confirma a posição do Interlegis como referência incontornável para os legisladores em todo o País.

Há muito, o Interlegis tem levado o Senado às Câmaras Municipais e às Assembleias Legislativas de todo o Brasil.

Estamos agora, com essa inauguração, fazendo também o caminho inverso. Dessa vez, é o Senado que cria um espaço para que os meus amigos vereadores e deputados estaduais desse imenso País tenham uma Casa em Brasília, quando em missões parlamentares nesta Capital.

Façam desse espaço, uma extensão de suas salas e gabinetes de trabalho.

***Seu trabalho tem um impacto direto na qualidade da atividade legislativa, a qual, por sua vez, é a manifestação mais elevada e nobre da soberania popular. A contribuição do Interlegis, portanto, é inestimável.***

No nome do nosso querido amigo João Albuquerque, Superintendente da União dos Vereadores de Alagoas, saúdo todos os legisladores municipais e estaduais do Brasil, desejo as boas-vindas a este espaço totalmente dedicado a eles. Mais do que nunca, esta Casa é a casa dos senhores e das senhoras.

Senador Efraim Moraes, parabenizo a Vossa Excelência, que é o Primeiro-Secretário do Senado e Diretor Nacional do Programa Interlegis, por mais essa iniciativa e pela condução competente e segura que vem imprimindo ao Interlegis e à Casa como um todo.

Por seu intermédio, congratulo-me com todas e todos que fazem do Interlegis um motivo de orgulho para o Senado e para o Brasil.

Muito obrigado.

## DIA DO BIBLIOTECÁRIO

*Sessão de 20/3/2007*

Minhas senhoras e meus senhores, vivemos a era do conhecimento. A cada dia que passa, precisamos de mais informações para fazer face às crescentes demandas profissionais, educacionais, sociais e culturais.

Lidar com esse processo é tarefa das mais complexas, para a qual contamos com a ajuda de um profissional indispensável: o bibliotecário.

Além de administrar a biblioteca, esse profissional trabalha como um elo entre o conhecimento e seu usuário.

O bibliotecário filtra o imenso conjunto de informações disponíveis, para atender a exata demanda dos estudantes, dos pesquisadores e dos estudiosos e, até mesmo, dos simples curiosos em determinado assunto.

Essa atividade de selecionar as informações pertinentes e fazê-las chegar a quem precisa permite ao bibliotecário agregar valor aos demais processos, como é o caso do processo legislativo.

Posso afirmar, com absoluta tranqüilidade, que, aqui, no Senado Federal, contamos com uma equipe preparada e competente de bibliotecárias.

A constante disposição e presteza em atender os senadores e dos órgãos técnicos da Casa enriquece sobremaneira os trabalhos da Casa.

Nesta ocasião, gostaria de, por intermédio da Senhora Simone Bastos Vieira, Diretora da Biblioteca Luiz Viana Filho, cumprimentar todas as bibliotecárias do Senado Federal pelo transcurso do seu Dia.

Minhas senhoras e meus senhores, estejam certos de que seu trabalho, sempre desempenhado com competência e brilhantismo, é devidamente reconhecido por todos os senadores e funcionários desta Casa.

A Biblioteca Luiz Viana Filho, que comemorou os seus 180 anos, no ano passado, é tida como uma das melhores bibliotecas do Brasil.

Tamanho reconhecimento decorre da dedicação ímpar e da constante busca pela atualização e pelo aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade.

O constante crescimento do acervo e do público, situações naturais em bibliotecas tão atuantes quanto a nossa, exige o ingresso no mundo da tecnologia, a exemplo da implantação do projeto da Biblioteca Digital.

O projeto tem a virtude de situar o Senado ao longo de toda a extensão da sociedade informacional, uma vez que integrará o conhecimento digital e em papel, facilitando o acesso do usuário aos conteúdos mantidos pela Biblioteca.

Destaca-se o convênio que o Senado Federal está firmando com o Superior Tribunal de Justiça e com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

O convênio permitirá a integração de documentos dos órgãos do Legislativo e do Judiciário.

Desse modo, o cidadão terá acesso global às informações de seu interesse, por intermédio da Biblioteca Digital do Senado.

O compartilhamento e a integração de informações entre os Poderes é um fato extremamente relevante, pois obriga ao diálogo entre os órgãos da administração pública.

Esse diálogo, por sua vez, aumenta a transparência dos atos e das realizações do Poder Público, beneficiando, verdadeiramente, o cidadão brasileiro.

***O constante crescimento do acervo e do público, situações naturais em bibliotecas tão atuantes quanto a nossa, exige o ingresso no mundo da tecnologia, a exemplo da implantação do projeto da Biblioteca Digital.***

Para garantir o acesso de todos à informação, a Biblioteca Digital trabalha com o conceito de acessibilidade, assegurando à pessoa com deficiência a possibilidade de consultar o acervo digital por meio da internet.

A nossa biblioteca oferece a “Sala de Acessibilidade”, apropriada para aqueles que não dispõem de equipamentos próprios de informática. Além disso, a sala está perfeitamente adaptada para utilização por parte da pessoa com deficiência.

Este é o lema do projeto da Biblioteca Digital: “Informação para Todos”.

Mais ainda, essa é a missão da Biblioteca Luiz Viana Filho e dos profissionais que nela trabalham. Aos 181 anos de existência, nossa Biblioteca dá mais um grande passo rumo à modernidade.

Parabéns a todos vocês que fazem desta Biblioteca um modelo para todo o Brasil. Contem, sempre, com meu irrestrito apoio!

Muito obrigado.

## SÍNDROME DE DOWN

*Sessão de 20/3/2007*

Hoje é um dia especial. Um dia para homenagear, para olhar e para lutar por pessoas muito especiais.

Especiais como a Ivy, a filhinha que o Romário homenageou de forma tão bonita, tão emocionante, no jogo em que ele se despediu da Seleção brasileira, na Guatemala.

Especiais como a Paula, que esbanjou talento dançando tango na novela *América*. Ou como a pequena Joana, que encantou o Brasil inteiro vivendo a Clarinha, de *Páginas da Vida*.

Com sua simpatia, com sua alegria, Joana, Paula, Ivy e outros 300 mil brasileiros que nasceram com um cromossomo a mais nos ensinam, cada dia, a conviver com nossas diferenças e a lutar contra o preconceito.

Preconceito que não podemos mais admitir – seja ele de raça, de gênero, de origem social ou de ordem física, seja ele qual for.

Hoje, Dia Mundial da Síndrome de Down, temos ainda muito a denunciar, a esclarecer. Ainda precisamos brigar por maior inclusão no mercado de trabalho, na mídia, nos espaços públicos. Temos que lutar por um atendimento especializado no sistema de saúde, pelo direito ao ensino regular, com professores capacitados para acolher nossas crianças e nossos jovens com Down.

Temos que lutar, principalmente, contra todo tipo de discriminação e contra a falta de informação no dia-a-dia.

Mas neste Dia Mundial da Síndrome de Down também temos muito o que comemorar. Estamos, hoje, muito mais conscientes, muito mais atentos para a convivência com as diferenças.



Em todo o mundo, e também aqui no Brasil, há pessoas com síndrome de Down estudando, trabalhando, casando e até chegando à universidade.

A pessoa com Down é diferente, sim. Tem algumas limitações que muitos de nós não temos, é verdade. Mas a pessoa com Down é igual a todos nós, com seus desejos, inseguranças, com suas angústias e alegrias, com seus direitos e deveres.

E é como cidadão pleno que a pessoa com síndrome de Down precisa ser homenageada, no dia de hoje. É como cidadão pleno que ela precisa ter seus direitos garantidos em nossa sociedade.

Todos – Governo, Parlamento, Justiça, empresários, mães e pais de família, professores, formadores de opinião –, todos temos responsabilidade na transformação desse cenário de preconceito e discriminação.

Mas a mídia, em especial a televisão, tem um papel ainda maior, ainda mais amplo no trabalho de conscientização da sociedade.

Aproveito a oportunidade para prestar uma justa homenagem à TV Globo, na pessoa do autor Manoel Carlos e do diretor da Central Globo de Comunicação, Luís Erlanger.

Com a Clarinha, de *Páginas da Vida*, com o Jatobá, de *América*, e tantos outros personagens que nos ajudaram a entender e sentir de perto o dia-a-dia e as dificuldades de pessoas especiais, a TV Globo vem dando lições preciosas de cidadania.

Tenho também de homenagear gente corajosa, de fibra, como o jogador Romário, que, com sua filhinha Ivy, entrou na briga por um mundo mais justo, mais humano, mais igual.

Aliás, acho que esse foi o gol mais bonito de Romário: o gol contra o preconceito, a hipocrisia.

Não posso deixar de destacar, ainda, a determinação e a seriedade de pessoas como Helena Werneck, a mãe da nossa Paulinha, que

***Derrubar as barreiras do preconceito e construir um Brasil mais igual, com todas as suas diferenças, é mais do que um desafio. É um compromisso.***

é coordenadora-geral da Ong Meta Social, uma das entidades mais ativas na defesa das pessoas com deficiência.

Como presidente do Senado Federal, garanto que nós, parlamentares, entramos de corpo e alma nessa briga.

Depois de dar ao País a Lei do Cão Guia e a Lei da Língua Brasileira de Sinais, entre tantas outras da maior importância, o Senado aprovou, no ano passado, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O projeto do meu caro colega Paulo Paim traz avanços inquestionáveis. Entre outros pontos, torna compulsória a matrícula e a inclusão escolar e prevê planos e programas governamentais específicos para o atendimento de pessoas com deficiência.

Precisamos costurar um acordo amplo, entre todos os partidos, para a aprovação definitiva deste Estatuto.

Outro desafio é cobrar a efetiva aplicação da Lei de Cotas e uma campanha ampla em prol da inclusão escolar.

É bom lembrar que o Brasil vai assinar, no próximo dia 30, a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

É mais uma oportunidade para reafirmar nossa posição a favor da inclusão social e contra todo tipo de discriminação.

Encerro essas palavras lembrando o trabalho cuidadoso da Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência no Senado e me congratulando por todas as iniciativas que têm tornado essa Casa, cada dia mais, modelo de acessibilidade e inclusão social.

Derrubar as barreiras do preconceito e construir um Brasil mais igual, com todas as suas diferenças, é mais do que um desafio. É um compromisso.

Muito obrigado.

## CAMPANHA “APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS”

*21/3/2007*

Hoje, Dia Internacional da Síndrome de Down, reafirmo meu total apoio às políticas que legitimam a dignidade, o respeito e a fraternidade entre as pessoas.

No ano em que celebramos a diversidade, o mundo lembra das pessoas com três cromossomos no par de número 21. No Brasil, várias capitais e cidades brasileiras participam dessa homenagem.

Acredito no fortalecimento do ideal de cidadania plena. As ações pretéritas e os fatos demonstram o compromisso inequívoco de todo o Senado Federal com tais políticas.

De fato, o Senado abraça a causa dos milhões de brasileiros com necessidades especiais.

É nessa perspectiva que se inscreve a campanha “Aprendendo com as diferenças”, que ora se inicia.

A abertura da campanha, em audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais, é marcada por relevante decisão política do Senado.

O requerimento do Senador Flávio Arns lembrou a todos nós da necessidade de que o tema da Síndrome de Down seja incorporado à agenda dos grandes temas nacionais.

Orgulha-me poder afirmar que, desde 2005, o Senado da República vem agindo concretamente no sentido de ampliar mecanismos e possibilidades de inclusão.

O nosso compromisso com a inclusão responde a um imperativo moral que influencia outras instâncias do Legislativo e das instituições, públicas e privadas.

Ressalto que não estamos sós nessas iniciativas.

O Instituto Meta Social tem sido um dos nossos parceiros nessas iniciativas. Em nome da Coordenadora-Geral do Instituto, Helena Werneck, cumprimento todos os colaboradores nessa verdadeira empreitada pela inclusão.

A montagem de uma exposição fotográfica como esta só foi possível devido àquilo que a sensibilidade artística de Renata Podolsky tornou realidade.

Apoiamos iniciativas pioneiras, como o lançamento da primeira boneca que se identifica fisicamente com as crianças portadoras da Síndrome de Down. Essas ações em prol da cidadania plena representam decisões que tomamos com alegria e disposição.

O nosso compromisso transparece, ainda, nos serviços contratados de tradução para a Língua Brasileira de Sinais, nas solenidades e programas da TV Senado.

Faço questão de registrar que, aqui mesmo no Senado, por minha determinação, já está funcionando um núcleo específico de fono-audiologia, área tão conhecida das pessoas com Síndrome de Down, e que contribui com técnicas para superar dificuldades de deglutição, de respiração e problemas cognitivos.

Os triciclos elétricos, a adaptação das instalações físicas e a criação de serviço especial de acompanhamento de pessoas com deficiência foram ações concretas.

Tenho orgulho do que já foi realizado e desejo que o tema da deficiência ganhe crescente visibilidade e seja objeto de reflexão coletiva.

***O Senado Federal é verdadeiramente modelo de Instituição Pública inclusiva para a pessoa com deficiência.***

***O Brasil pode ter a mais absoluta certeza de que, no que depender do seu Presidente, o Senado não se afastará desse compromisso.***

Temos vários desafios pela frente.

O primeiro deles é ir além daquilo que determina a lei, especialmente na modalidade digital.

O Senado estará oferecendo tradução em Libras, preferencialmente, ou legendas especiais, para a totalidade da programação da sua TV.

A alfabetização na Língua Portuguesa é mais custosa para os cidadãos surdos. Assim, a interpretação em Libras, reconhecida por Lei Federal como língua nativa das pessoas surdas, parece ser uma solução interessante para esses cidadãos.

Com a recente aquisição de modernos equipamentos para impressão, o Senado deu um grande passo para ampliar a sua produção em Braille, a edição semanal do *Jornal do Senado*.

Contrataremos revisores cegos, expandindo esse mercado de trabalho. O setor terá instalações adequadas, com isolamento acústico e demais infra-estruturas pertinentes.

As unidades administrativas da Casa integram-se aos processos de inclusão, mediante a gestão operacional de produtos como a Audioteca e com os trabalhos de infra-estrutura predial.

A presença de cidadãos com deficiência no Senado é crescente e bem-vinda. Eles sabem que estamos nos adequando para recebê-los.

O relacionamento institucional, conceito que já implantamos na Presidência da Casa, deverá, doravante, caminhar ao lado de outro conceito muito significativo: o conceito de responsabilidade social, que a cada dia se difunde mais por todas as áreas do Senado.

Nada disso seria possível sem o apoio do Senador Efraim de Moraes, nosso Primeiro-Secretário, e um dos líderes dos avanços institucionais dessa Casa.

A participação dos presidentes de Comissão e dos líderes partidários tem sido também indispensável para que as ações legislativas de inclusão se materializem, se concretizem na vida das pessoas.

***Estaremos sempre atentos para que a sociedade brasileira se insurja contra toda e qualquer forma de exclusão.***

Prosseguiremos com o projeto Senado em Resumo, de gravação em voz das notícias, no formato MP3, para a divulgação em CD ou pelo sítio do Senado.

O nosso plano continua, com a adaptação do Plenário, a instalação do elevador para a galeria, a sinalização mínima interna e externa do Senado Federal e a melhoria do acesso externo.

Esse, com certeza, é o caminho pelo qual abriremos as portas da verdadeira inclusão, e se nos orgulhamos do que já foi feito, a certeza do que ainda há por fazer nos obriga a seguir em frente.

O Senado Federal é verdadeiramente modelo de Instituição Pública inclusiva para a pessoa com deficiência.

O Brasil pode ter a mais absoluta certeza de que, no que depender do seu Presidente, o Senado não se afastará desse compromisso.

Estaremos sempre atentos para que a sociedade brasileira se insurja contra toda e qualquer forma de exclusão.

É assim que o Senado busca fazer sua parte no esforço de construção de uma sociedade mais justa, plural, fraterna e democrática.

Muito obrigado.

## DIA INTERNACIONAL DE LUTA: DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

*Sessão de 21/3/2007*

Senhoras e Senhores Senadores, hoje, 21 de março, é a data instituída pela ONU como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Foi em 21 de março de 1960 que a polícia do remige do *apartheid* sul-africano abriu fogo sobre uma manifestação pacífica que protestava contra as leis de discriminação racial.

Dezenas de manifestantes foram mortos e muitos mais ficaram feridos.

Hoje, o Brasil e o mundo entendem que a discriminação, por cor, gênero ou qualquer outra motivação, é um verdadeiro retrocesso.

Se regimes discriminatórios já não mais recebem apoio nem são tolerados, a discriminação quotidiana, infelizmente, continua uma prática.

Em pequenos gestos, na educação e no mercado de trabalho, ainda encontramos resquícios de uma cultura que classifica as pessoas pela cor de pele: desde insultos nas escolas até as decisões de contratação ou demissão no local de trabalho! Desde a ênfase dos crimes divulgados pelos meios de comunicação até as desigualdades na prestação de serviços públicos!

Infelizmente, tudo isso são evidências de que o tratamento injusto de grupos étnicos ou raciais ainda persiste. Isso, é absolutamente intolerável.

O Senado já fez a sua parte. Aprovamos, em novembro de 2005, o Estatuto da Igualdade Racial, instrumento legislativo poderoso que traz mecanismos importantes para a inclusão social das minorias étnicas.

Esse Estatuto é resultado do trabalho combativo e sempre equilibrado do Senador Paulo Paim, que transforma a cada dia o seu mandato num canal em favor de uma cidadania plena e sem segregações.

Caros senadores e senadoras, Alagoas, quiseram o destino e a história, abrigou um dos mais importantes focos de resistência organizada de um povo, de uma sociedade: o Quilombo dos Palmares.

Nós, alagoanos, portanto, aprendemos desde cedo a respeitar e a admirar essa capacidade de superação do povo negro, na figura do Zumbi dos Palmares.

Zumbi foi um mártir, que, já aos 20 anos, revelou-se um estrategista político-militar corajoso, visionário e símbolo de resistência.

Sua luta é a luta de muitos brasileiros, brancos, mestiços, negros, que, no desejo do exercício pleno da cidadania, ainda precisam enfrentar obstáculos, burocracias e preconceitos, alguns deles patrocinados pelo próprio Estado.

Mas nessa luta os números são animadores.

Segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, a população declaradamente negra representa 49% do total de residentes no Brasil, um contingente mais do que representativo e que merece, portanto, políticas públicas específicas de reparação.

Apesar da participação dos negros no ensino superior ter aumentado de 18 para 30% na última década, o mercado de trabalho ainda não trata com igualdade brancos e negros.

***Sua luta é a  
luta de muitos  
brasileiros, brancos,  
mestiços, negros,  
que, no desejo do  
exercício pleno da  
cidadania, ainda  
precisam enfrentar  
obstáculos,  
burocracias e  
preconceitos, alguns  
deles patrocinados  
pelo próprio Estado.***



Nesse mesmo período, o desemprego atingiu mais intensamente a população afro-descendente, além do trabalho infantil ser mais freqüente nesse grupo do que em outras etnias.

Creio que o Senado e o Congresso, na discussão das peças orçamentárias, podem propor novas ações e alocar recursos compatíveis com as necessidades de superação desses entraves sociais.

Senador Paulo Paim, meu caro Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Vossa Excelência tem à sua inteira disposição todos os instrumentos do Senado que se fizerem necessários ao funcionamento pleno da Comissão que preside.

Hoje mesmo já determinei que os veículos de comunicação da Casa ampliem a divulgação da audiência da próxima quinta-feira, com a Ministra Matilde Ribeiro, exatamente para debater questões relativas ao racismo e à violência ligada ao preconceito racial.

O Senado Federal, no que depender de seu Presidente, continuará participando ativamente da luta contra a segregação, com a mesma vontade, com a mesma determinação dos homens e mulheres do Quilombo dos Palmares.

Muito obrigado.

## RECORDANDO DARCY RIBEIRO

*Sessão Especial, 21/3/2007*

A poucas pessoas é concedido o privilégio de, ainda em vida, se transformar em mitos. Darcy Ribeiro, inegavelmente, foi dessas figuras. Com uma diferença: Darcy Ribeiro não foi apenas um mito; foi vários mitos.

Cada um, por certo, suficientemente forte para impor à sociedade brasileira a obrigatoriedade do reconhecimento e da admiração. Mas, fortes ainda mais se tomados em conjunto, somando-se uns aos outros para forjar o perfil de um homem formidável.

Darcy Ribeiro, senhoras e senhores, foi o mítico antropólogo que dedicou muitos anos à convivência com os índios, buscando compreender sua cultura, ouvir suas aspirações, interpretar o que lhes passava na alma.

Com tal desígnio, esteve no Brasil Central, na Amazônia, no Pantanal. E, fruto dessas andanças, escreveu uma obra em defesa da causa indígena que se tornou referência em todo o mundo.

Darcy Ribeiro foi o empreendedor que fez nascer a Universidade de Brasília. Uma instituição, em suas próprias palavras, “que nos daria a oportunidade extraordinária de rever a estrutura obsoleta da educação superior no Brasil, criando uma universidade capaz de dominar todo o saber humano e de colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional”.

Darcy Ribeiro, em sua face mais reconhecida, foi o educador que tentou, de todas as maneiras, fazer com que nosso País desse prioridade absoluta à educação básica. Na década de 80, por exemplo,

ao criar os CIEPs, escolas de turno completo para crianças e adolescentes. Ou na década de 90, ao formular a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a tão apropriadamente denominada Lei Darcy Ribeiro.

Darcy Ribeiro, senhoras e senhores, foi o intelectual que nos lembrou, que discutir com seriedade os problemas e as soluções para nosso País não implica, necessariamente, assumir uma postura sisuda ou mal-humorada.

Mais que tudo, porém, Darcy Ribeiro foi o sonhador que não deixou de desejar, nunca, um mundo melhor e mais justo; que não deixou de sonhar, principalmente, com um Brasil melhor e mais justo.

O sonhador que, em busca de seus ideais, transfigurou-se também em político, em romancista, que não se furtou a nenhum papel por meio do qual pudesse colocar sua vasta erudição a serviço da humanidade.

Um único fato, talvez, possa simbolizar a grandeza desse mito. Em sua edição de 18 de fevereiro de 1997, o *Correio Braziliense* dedicou a primeira página, inteira, ao grande brasileiro, que morrera no dia anterior.

A quantos de nossos cidadãos, senhoras e senhores, foi concedida tal homenagem? Quantos brasileiros já ocuparam a primeira página, inteira, de um jornal de grande respeitabilidade?

A explicação, por certo, está na força do mito. Tão intensa que, nesses últimos dez anos, muito do que temos feito em prol da educação, no Brasil e, especialmente, aqui no Senado Federal, podemos creditar ao legado de Darcy Ribeiro.

Darcy, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, foi um dos nossos. Aqui esteve entre 1991 e 1997, impregnando esta Casa com as cores vivas de seu idealismo. Durante alguns desses anos – infelizmente, poucos –, fui testemunha próxima de sua atuação.

***O sonhador que, em busca de seus ideais, transfigurou-se também em político, que não se furtou a nenhum papel por meio do qual pudesse colocar sua vasta erudição a serviço da humanidade.***

Impressionavam-me, sobretudo, a lucidez e determinação com que lutava por uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Por isso, sempre que aprovamos alguma matéria referente à educação, é sua figura que me vem à lembrança. Foi em Darcy que pensei, por exemplo, no final do ano passado, quando aprovamos o texto da Emenda Constitucional nº 53, que criou, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, o Fundeb.

Queira Deus, senhoras e senhores, que um dia o Brasil possa condenar definitivamente ao passado aquela “situação calamitosa” de que sempre nos falou Darcy Ribeiro.

Aquela situação, em suas palavras, “de uma Educação Primária que produz mais analfabetos que alfabetizados; de uma Escola Média que não prepara ninguém para prosseguir os estudos na universidade, nem para o trabalho especializado; e de uma Escola Superior igualmente ruim em que, na maior parte dos casos, o professor faz de conta que ensina e o aluno faz de conta que aprende”.

Transformar essa realidade, sempre inspirados por Darcy, é nosso desafio permanente.

Ao finalizar essas palavras, não posso deixar de homenagear, também, o Senador Cristovam Buarque, cuja defesa inabalável da educação já vai se tornando igualmente mítica e que foi o responsável por essa mais que justa homenagem a Darcy Ribeiro.

Muito obrigado.

## INDÚSTRIA BRASILEIRA: ORGULHO NACIONAL

*Sessão de 27/3/2007*

A indústria nacional constitui um motivo de grande orgulho para todos nós, brasileiros!

Ela é o resultado de um esforço colossal que temos empreendido, particularmente a partir da década de 1930 – com o forte incentivo concedido por Getúlio Vargas às indústrias de base –, esforço esse que seguiu com Juscelino Kubitschek e a implantação da indústria automobilística.

Nosso parque industrial responde por aproximadamente 25% do PIB, gera milhares de empregos diretos e outros tantos indiretos e constitui o principal responsável pela produção e pela difusão do avanço tecnológico, cujo impacto se faz sentir em todos os setores da economia.

Apesar da crescente importância do setor de serviços, é absolutamente falsa a idéia de que a indústria esteja perdendo sua importância, pois parcela significativa dos serviços hoje existentes na economia resulta de um setor industrial expressivo.

Portanto, para o êxito de qualquer projeto de desenvolvimento nacional, é imprescindível uma indústria forte e dinâmica!

Neste momento em que o Brasil precisa tanto crescer, sinto-me profundamente grato por estar hoje aqui, participando desta solenidade, em que a Confederação Nacional da Indústria – CNI realiza o lançamento da 12ª edição da Agenda Legislativa da Indústria 2007, que contém a análise de 349 proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional, doze das quais integram o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Esta é uma oportunidade ímpar, na qual a indústria, de modo transparente, se aproxima do Poder Legislativo e apresenta à Nação, o seu entendimento sobre temas e proposições legislativas relevantes para o segmento industrial de nosso País.

Com essa iniciativa, a CNI contribui com o Senado e o Congresso Nacional, de maneira relevante, para que possamos implementar políticas públicas que, efetivamente, propiciem o crescimento sustentado da economia.

Por isso, quero aqui cumprimentar o Deputado Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, pela profícua e moderna gestão que vem realizando à frente desta que é uma das mais significativas entidades do nosso País.

***Portanto, para o  
êxito de qualquer  
projeto de  
desenvolvimento  
nacional, é  
imprescindível uma  
indústria forte e  
dinâmica!***

Como bem disse Vossa Excelência durante seu discurso de posse, em 28 de novembro do ano passado – solenidade à qual tive a satisfação de poder comparecer – “Este é o momento para encurtar a distância entre o Brasil que somos e o Brasil que sonhamos”.

É justamente nesse sentido que estamos atuando no Senado!

No ano de 2006, o Plenário do Senado examinou 986 matérias; 955 foram aprovadas, muitas das quais com imensa repercussão para a vida nacional.

É o caso, por exemplo, da minirreforma eleitoral, da correção da tabela do Imposto de Renda, da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e o Marco do Saneamento.

Aliás, senhoras e senhores, faço questão de mencionar que tanto a Lei do Saneamento quanto a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas foram aprovadas pela unanimidade dos senadores presentes à Sessão, o que reflete o modo sério e amadurecido com o qual o Senado da República tem enfrentado as grandes questões nacionais.

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas implicará redução importante do custo tributário, acelerando a abertura de novas empresas e gerando de 2 a 3 milhões de novos empregos.

A definição de uma marco regulatório para o setor de Saneamento revitalizará os investimentos no setor que, desde 2003, não ultrapassam 0,19% do PIB.

É fundamental lembrar que 82 milhões de brasileiros ainda não dispõem de um serviço de esgoto, 43 milhões vivem sem água potável e 14 milhões sem coleta de lixo. Para reverter esse quadro, estima-se que sejam necessários entre 180 e 200 bilhões de reais ao longo dos próximos 20 anos!

Essas duas importantes matérias constavam da Agenda da Indústria para 2006, e graças ao esforço que realizamos, conseguimos aprová-las, apesar do ano eleitoral e da turbulência política pela qual passamos.

Para 2007, assumi pessoalmente o compromisso, como Presidente do Senado, de agilizar a aprovação das reformas estruturantes, urgentes e inadiáveis, principalmente a reforma política, a Reforma Tributária, a Reforma Trabalhista e a Reforma Sindical.

Volto a repetir o que disse na abertura dos trabalhos legislativos deste ano: “Não será por inércia do Congresso Nacional que a discussão ficará paralisada”.

Também daremos prioridade à análise do PAC, com os eventuais aperfeiçoamentos que se fizerem necessários, por entender que o Programa de Aceleração do Crescimento representa um esforço sério do Governo em prol do desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro.

De igual modo, deverá receber especial atenção a PEC nº 45, que apresentei em 2004, vedando a edição de medida provisória em matéria de contratos.

Considero de suma importância que assim seja feito, para que haja mais segurança dos contratos e os investidores não sejam pegos de surpresa, por condutas imprevisíveis dos agentes públicos.

Cumprе destacar ainda que, neste mês de março, o Senado resolveu instituir três subcomissões temporárias para discutir três assuntos da mais alta relevância para o setor produtivo: a Reforma Tri-

butária, a Reforma da Previdência e os Marcos Regulatórios. Todos, temas fundamentais para o desenvolvimento do Brasil!

Além disso, ainda este ano, instalaremos o Conselho de Estudos Políticos, que deverá realizar estudos e propostas relativos a políticas e diretrizes de interesse do País e do Senado Federal.

Ao encerrar, senhoras e senhores, mais uma vez cumprimento o Deputado Armando Monteiro Neto, presidente da CNI, pela edição da Agenda da Indústria 2007, e reafirmo meu compromisso inafastável, à frente do Congresso Nacional, de apontar soluções para um crescimento sustentável, igualitário e justo.

Muito obrigado.

***Volto a repetir o que disse na abertura dos trabalhos legislativos deste ano: “Não será por inércia do Congresso Nacional que a discussão ficará paralisada”.***



## 85 ANOS DO PCDoB

*Sessão de 28/3/2007*

Primeiramente, gostaria de mencionar a minha satisfação de, como Presidente do Senado Federal, estar participando deste ato político, comemorativo dos 85 anos da fundação do Partido Comunista do Brasil.

Pessoalmente, é com um carinho todo particular que tomo parte desse ato.

Embora tenha construído toda minha trajetória política no PMDB, sigla da qual tenho o maior orgulho, sempre nutri bastante simpatia pelo PCdoB, do qual recebi influência na minha formação ética e política, ainda nos tempos de dirigente estudantil, em Alagoas.

Minhas senhoras e meus senhores:

Falar da história do Brasil no século XX sem falar da história do PCdoB constitui tarefa árdua, diria, mesmo, inalcançável.

Em todos os eventos de relevo daquele período, lá estava o PCdoB, cerrando suas fileiras em prol da justiça social.

As origens do partido remontam à década de 1920, e se inserem num contexto de profunda efervescência política e cultural, à época da Revolução Socialista na Rússia.

Coube a Getúlio Vargas, com a Revolução de 1930, positivar esses direitos, concedidos muito mais pelas pressões exercidas pelas forças progressistas do que pela vontade das elites.

O PCdoB seguiu atuando em diversos movimentos sociais e políticos. Contudo, em 1937, com a decretação do Estado Novo, o partido foi posto na ilegalidade.

Sendo duramente perseguido, o partido só retornou à cena política com a redemocratização, em 1945. Nessa ocasião, recebeu 10% dos votos dos eleitores inscritos.

Em 1950, participou da vitoriosa campanha “O Petróleo é nosso”, cujos resultados ainda hoje se fazem sentir, com a pujança econômica da Petrobras.

Em 1964, novamente mergulhamos numa nova ditadura – e o PCdoB, mais uma vez, foi colocado na ilegalidade.

Vinte anos depois, em 1984, ainda na clandestinidade, participou ativamente da campanha das “Diretas Já”, apoiando a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República.

Em 1985, finalmente, retorna à legalidade, e nas eleições que se seguiram, elegeu cinco deputados para a Assembléia Nacional Constituinte.

Em todos esses eventos, de inegável significado para a Nação, lá estava o PCdoB, firme, marchando em defesa dos seus ideais!

Nada disso teria sido possível sem a coragem, a tenacidade e o inquebrantável espírito público de figuras como Astrogildo Pereira, Hermogênio Silva, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Elza Monnerat e o inesquecível João Amazonas, falecido em 2002, cuja vida se confunde com a própria história do PCdoB!

Hoje, o Partido Comunista do Brasil é um instrumento fundamental para a manutenção da governabilidade do País e para a sustentação do Governo do Presidente Lula.

Os seus quadros brindam a cena política nacional com nomes de relevo, como os do ex-Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado e querido amigo Aldo Rebelo e o ex-Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz.

O Senador Inácio Arruda, eleito pelo povo cearense, com quase dois milhões de votos, é o primeiro Senador comunista, desde Luís Carlos Prestes, em 1946.

Em poucos meses de mandato, o Senador Inácio Arruda já demonstrou sua competência parlamentar e liderança, em temas de grande interesse para o País, sobretudo no campo do desenvolvimento das regiões menos favorecidas.

O Partido conta, também, com lideranças emergentes em todo o País.

A Deputada Federal Manuela D'Ávila, a mulher mais votada para a Câmara dos Deputados na última eleição, e o atual Ministro dos Esportes, Orlando Silva são claros exemplos dessa diversidade regional.

No momento em que vivenciamos a fragilização das estruturas partidárias, onde parece não haver distinção entre as diversas legendas, e em que discutimos a realização de uma profunda reforma política, devemos refletir sobre o exemplo de coerência ideológica que o PCdoB nos lega.

Talvez seja essa a maior contribuição da sigla para os nossos dias.

Mas, além dessa contribuição, existe uma outra de igual significado.

Ao longo de toda sua história política, o PCdoB sempre se mostrou preocupado em formar quadros, líderes e militantes.

Com essa finalidade, mantém o Instituto Maurício Graboá e a Escola Nacional do Partido, além de editar os chamados *Cadernos de Formação*.

É certo, minhas senhoras e meus senhores, que os partidos devem ter mais força do que cada um de seus representantes.

Devem representar, verdadeiramente, os interesses de uma parcela significativa da população e colocar o bem-estar coletivo acima de interesses imediatos de poder.

E é esse o exemplo do PCdoB, ao longo de toda a sua trajetória política.

Celebrar os 85 anos de fundação do o Partido Comunista do Brasil é celebrar a democracia brasileira.

Por isso, nesta oportunidade, saúdo a todos os integrantes do Partido Comunista do Brasil, na pessoa de seu Presidente Nacional, Renato Rabelo, pelas lutas e pelas conquistas da legenda em prol de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

***Celebrar os 85 anos  
de fundação do  
Partido Comunista  
do Brasil é celebrar  
a democracia  
brasileira.***

## CONVÊNIO ILB E INTERLEGIS

*Em 28/03/2007*

Um serviço público eficiente e de qualidade só é viável com um corpo de servidores públicos bem treinado e valorizado.

Por acreditar nessa máxima, o Senado Federal, por intermédio de seu Sistema de Educação Legislativa, tem investido em parcerias educacionais com diversos órgãos da Administração Pública brasileira, especialmente os pertencentes ao Poder Legislativo.

É nesse espírito de intercâmbio e cooperação que assinamos, no dia de hoje, protocolos de intenções com a Câmara Municipal do Natal e com a União Nacional de Educação e Cultura (UNEC), a primeira faculdade privada com o ensino a distância aprovado no Nordeste.

Com as parcerias que ora firmamos, tanto os servidores desta Casa Legislativa, quanto os alunos da UNEC terão a oportunidade de participar de eventos de formação, presenciais ou a distância, tais como cursos, seminários e teleconferências, todos eles com conteúdo programático específico, direcionado a atender suas necessidades de qualificação profissional.

O Sistema de Educação Legislativa do Senado Federal, composto pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, pela Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS e pelo Interlegis, já opera em parceria com importantes órgãos públicos, entre os quais a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União, o Supremo Tribunal Federal e a Presidência da República.

A partir de agora, a Câmara Municipal do Natal e a UNEC vêm somar-se a esses órgãos e às 24 Assembleias Legislativas e cinco Câmaras de Vereadores que já firmaram essa magnífica parceria.

A integração e a interação entre os Legislativos, em suas diversas instâncias, são de fundamental importância, pois proporcionam, além da capacitação e treinamento de seus servidores, a prestação de um serviço de melhor qualidade à sociedade brasileira.

Todo esse processo é baseado na premissa de que a transparência deve ser a característica fundamental do Poder Legislativo.

Jamais podemos esquecer que o instituto da representação é uma via de mão dupla: os Parlamentos precisam alcançar a sociedade, e a sociedade tem de estar presente nos Parlamentos.

O Senado Federal tem feito sua parte, buscando atingir o cidadão no local onde, em última instância, todos nós habitamos: o município.

Sempre nesse espírito, promovemos diversas iniciativas em prol das cidades e de suas Câmaras de Vereadores.

Criamos, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos – uma das mais importantes do Senado –, a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Criamos, também, a Secretaria de Relações Institucionais, com o objetivo de estreitar relações e construir pontes com a sociedade e com os municípios.

Inauguramos, recentemente, a Sala do Legislador e criamos o programa Minuto do Município, veiculado pela TV Senado para todo o Brasil.

Todas essas iniciativas vieram somar-se ao Sistema de Educação Legislativa nesse esforço que o Senado Federal vem realizando para aproximar a Casa do cidadão brasileiro, tendo sempre como

***Jamais podemos esquecer de que o instituto da representação é uma via de mão dupla: os Parlamentos precisam alcançar a sociedade, e a sociedade tem de estar presente nos Parlamentos.***

norte a transparência e a sensibilidade para com as demandas do cidadão.

O sucesso que vem sendo obtido pelo Sistema de Educação Legislativa, já reconhecido em todo o território nacional, deve-se, em grande parte, ao trabalho competente e incansável do Senador Efraim Morais à frente da Primeira-Secretaria do Senado Federal.

Responsável pela gestão do Sistema, o Senador Efraim é um dos grandes incentivadores de todas as ações que visem à integração entre os órgãos da administração pública.

Gostaria de enaltecer também o profissionalismo da Doutora Denise Zogbi, nossa querida e competente Diretora do ILB, que vem imprimindo dinamismo a todas essas atividades.

Estou certo de que a parceria com a Câmara Municipal do Natal trará excelentes frutos, pois esse é o destino de toda e qualquer iniciativa que tenha como finalidade a prestação de um serviço público de qualidade ao cidadão brasileiro!

Muito obrigado.

## IANUGURAÇÃO DA TV SENADO EM JOÃO PESSOA

2/4/2007

É uma alegria, para mim, estar aqui hoje para inaugurar o Canal 40 de João Pessoa, um dos mais novos canais abertos da TV Senado em frequência UHF.

Essa cidade maravilhosa, abençoada pelo sol, pelo verde e pelo mar, tem agora, assim como outras quatro capitais brasileiras, o privilégio de acompanhar passo a passo, em tempo real, o desempenho dos seus senadores, debates e votações da maior importância para o País.

São mais oitocentos mil brasileiros, em João Pessoa e nos municípios vizinhos, que poderão ter acesso aos documentários, programas especiais, telejornais e transmissões ao vivo das sessões plenárias e das comissões do Senado – comissões técnicas permanentes e Comissões Parlamentares de Inquérito.

E o povo de João Pessoa vai se somar a outros 50 milhões de brasileiros que já alcançam a TV Senado através da televisão a cabo, internet ou antena parabólica.

Um público que pode pular para 90 milhões com a consolidação do projeto de expansão da emissora e da Rede Senado de Televisão em sinal aberto.

Além de João Pessoa, a TV Senado já tem canais abertos em Manaus, Recife, Salvador e Brasília.

Melhor ainda: tenho o prazer de anunciar que, até o próximo ano, a TV Senado contará com canais em sinal aberto em todas, absolutamente todas, as capitais brasileiras.

E essa não é uma vitória do Senado, mas uma vitória da democracia brasileira.

Ao longo dos últimos onze anos, a TV tem sido motivo de orgulho para todos nós, com a cobertura imparcial, isenta, da atuação dos nossos senadores.

Muito mais que um meio de informação, a TV Senado é hoje um instrumento de cidadania, um instrumento de controle democrático do Legislativo por parte dos eleitores.

Por isso mesmo, a importância de que sua programação alcance os que não têm como pagar tevês por assinatura, nem adquirir antenas parabólicas.

Senhoras e senhores, o sucesso da TV Senado, inaugurada em 1996 pelo então Presidente do Congresso Nacional, meu caro colega Senador José Sarney, incentivou diversos outros órgãos públicos a criarem seus próprios canais de televisão.

A TV também foi pioneira na transmissão ao vivo dos trabalhos legislativos e, em 2005, consolidou-se como uma das maiores emisoras de televisão do País.

Convém lembrar que assuntos como cultura, saúde, educação e História do Brasil também fazem parte da programação da emissora, que tem entre seus objetivos o resgate de nossa memória política e cultural e o incentivo à cidadania.

Não é por menos que a TV acaba de receber um prêmio do Ministério do Meio Ambiente pelo programa “O Desafio da Água”, do repórter Gustavo Portal e equipe, para citar apenas um dos muitos prêmios que a TV vem conquistando ao longo dos últimos anos.

Mas o maior mérito da TV é a garantia da plena transparência do Senado Federal. Através dos telejornais ou das transmissões ao vivo, nada mais escapa do olhar e do julgamento do cidadão comum.

***Muito mais que um meio de informação, a TV Senado é hoje um instrumento de cidadania, um instrumento de controle democrático do Legislativo por parte dos eleitores.***



Além do processo de expansão da TV, que democratiza o acesso à informação legislativa, comemoramos também os avanços tecnológicos que já começam a tornar realidade a adaptação da emissora ao novo sistema digital.

Encerro minhas palavras cumprimentando a todos os que tornaram e que tornam possível esse trabalho.

À Secretaria de Comunicação do Senado, à direção da TV e a toda a equipe de jornalistas, técnicos e produtores da emissora meus parabéns, pela dedicação e competência.

Deixo aqui meus parabéns, também, à cidade e ao povo de João Pessoa, que, com o novo canal da TV Senado, vai poder acompanhar de perto a atuação dos representantes da Paraíba em defesa dos interesses do estado e do País.

Muito obrigado.

***Mas o maior mérito da TV é a garantia da plena transparência do Senado Federal. Através dos telejornais ou das transmissões ao vivo, nada mais escapa do olhar e do julgamento do cidadão comum.***

## POSSE DAS DIRETORIAS DA FEBRABAN E DA CNF

*São Paulo, 9/4/2007*

Quero, inicialmente, agradecer à Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, e à Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF, o generoso convite para participar desta solenidade.

É com muita honra e com grande satisfação que aqui venho.

Quero, também, cumprimentar as diretorias que se afastam, nas pessoas de Márcio Cypriano e Gabriel Ferreira, pelo belíssimo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos.

Ao mesmo tempo, na pessoa de Fábio Colletti Barbosa, que acumulará as duas presidências, cumprimento os dirigentes que hoje tomam posse, desejando-lhes pleno sucesso na sua gestão.

Somos todos orgulhosos, senhoras e senhores, da pujança de nossos sistemas financeiro e bancário.

E não apenas pelo papel relevante que eles desempenham na República, suprimindo demandas dos diferentes níveis de governo, das empresas e dos cidadãos.

Não apenas pela solidez que têm exibido.

Não apenas pelo fato de que nossas instituições bancárias, adequadamente capitalizadas, estão sabendo aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo mercado.

Na verdade, ao lado de tudo isso, o que tem impressionado os brasileiros é o notável padrão tecnológico que nossas instituições bancárias estão exibindo.

Um padrão tecnológico que o cidadão sente no dia-a-dia, ao pagar suas contas, ao sacar ou transferir dinheiro, ao receber pagamentos.

Para quaisquer movimentações bancárias, os quase cem milhões de correntistas e os setenta milhões de aplicadores em poupança têm a sua disposição um dos mais sofisticados e eficientes sistemas de pagamento eletrônico do mundo.

De modo que essa, senhoras e senhores, é uma das grandes contribuições que nossas instituições bancárias estão dando ao País.

Hoje em dia, como sabemos, tecnologia é tudo.

Os países se dividem entre os que apostam no desenvolvimento tecnológico, e por isso prosperam, e os demais.

Ora, os bancos brasileiros nos mostram que somos, sim, um povo criativo e competente, e que podemos ter uma posição de destaque entre as nações.

Senhores Presidentes, senhoras e senhores, no Senado Federal, temos procurado participar, ativamente, desse processo de inserção do Brasil num cenário mais favorável.

Entre as múltiplas competências que a Constituição de 1988 atribuiu àquela Casa, são várias as que dizem respeito ao sistema financeiro.

Ao Senado compete, por exemplo, aprovar previamente a escolha do presidente e dos diretores do Banco Central.

Compete-lhe, também, autorizar operações externas de natureza financeira e dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dos entes federativos.

São funções, senhoras e senhores, que o Senado tem procurado desempenhar com zelo e eficácia. Mas não só isso!

Nossa Casa tem buscado, também, aprimorar a legislação, com o objetivo de permitir ao sistema financeiro nacional atuar, cada vez mais, com a desenvoltura e os níveis de qualidade exigidos pela sociedade.

Entre as diversas iniciativas nesse sentido, posso citar, por exemplo, a Resolução nº 33, de 2006.

Ela autoriza os estados, o Distrito Federal e os municípios a ceder a instituições financeiras sua dívida ativa consolidada, para cobrança por endosso-mandato.

Posso citar, também, a importantíssima discussão que tem sido travada, no âmbito do Senado Federal, sobre a autonomia do Banco Central.

Muitos projetos têm tramitado, desde os que simplesmente estabelecem a autonomia operacional do Banco Central, até os que preconizam plebiscito para que a população decida sobre a proposta.

Qualquer que seja a opção escolhida, no entanto, tenho certeza de que será a que melhor atende aos anseios da Nação.

Gostaria de citar, ainda, o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2006 – Complementar, de minha autoria.

Ele regulamenta o artigo 192 da Constituição Federal para disciplinar as operações de câmbio e a movimentação de capital estrangeiro no País.

Décadas de inflação crônica, sabem as senhoras e os senhores, levaram o Brasil a uma espécie de obsessão com as questões macroeconômicas.

À medida, porém, que os fundamentos da economia vão-se fortalecendo, num processo lento, mas irreversível, a Nação tem despertado para outras limitações importantes de sua estrutura econômica.

Em conseqüência, as chamadas reformas microeconômicas passaram a ganhar espaço na Agenda Nacional.

Por meio de um conjunto de propostas sob esse rótulo comum, procura-se aumentar a eficiência dos negócios, reduzir os custos de transação, eliminar a burocracia desnecessária.

Em outras palavras: objetiva-se criar um ambiente que acolha e incentive o empreendedorismo, a inovação e a geração de riqueza e trabalho.

É com essa finalidade que submeti à apreciação de meus Pares o Projeto de Lei Complementar nº 32, que visa eliminar duas instituições anacrônicas, que remontam à década de 30 do século passado.

***Por meio de um conjunto de propostas sob esse rótulo comum, procura-se aumentar a eficiência dos negócios, reduzir os custos de transação, eliminar a burocracia desnecessária.***

Uma é a chamada “cobertura cambial” nas operações de exportação. A outra, é a vedação à compensação cambial.

Senhoras e senhores,

O Senado Federal tem mantido-se à altura das suas responsabilidades.

Temos atuado, firmemente, no sentido de dar respostas rápidas e eficazes às reivindicações de todos os setores da sociedade, com grande destaque, para os setores financeiro e bancário.

Estreitar o relacionamento com as demais instâncias do Poder Público e com os vários setores da sociedade organizada tem sido uma de minhas obsessões.

Foi com esse espírito que criei, por exemplo, a Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais do Senado Federal.

O trabalho dessa Secretaria, sem dúvida alguma, tem feito com que o processo legislativo aproxime-se cada vez mais das reais necessidades de nossas instituições e, por conseguinte, da população brasileira. E essa, enfim, é nossa obrigação.

Mais uma vez, agradeço à Febraban e à CNF a oportunidade que me foi concedida e desejo, ao Doutor Fábio Colletti Barbosa e aos seus companheiros nas duas diretorias, a mais profícua gestão.

Muito obrigado!

## MARCHA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

*Sessão de 10/4/2007*

A Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios está na sua décima edição.

Cada vez mais, a Marcha revela a enorme capacidade de mobilização dos municípios, ao trazer para Brasília os problemas que os afligem e cobrar do Poder Federal as devidas soluções.

Tamanha capacidade de mobilização deve-se, sem sombra de dúvida, à competente atuação da Diretoria da Confederação Nacional de Municípios – CNM, capitaneada pelo amigo Paulo Ziulkoski, a quem gostaria de cumprimentar em nome de todos os munícipes.

Estou certo de que o crescimento do movimento municipalista brasileiro está diretamente vinculado ao belíssimo trabalho desenvolvido pela Confederação.

Costuma-se dizer que o Senado Federal é a Casa dos estados.

Na verdade, o Senado Federal é a Casa da Federação, e não se pode falar em Federação sem falar dos municípios! O Brasil é o único país do mundo em que os municípios são entes federados.

E é por isso que, em 2005, logo que assumi a Presidência da Casa, foi criada a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Estrategicamente situada na Comissão de Assuntos Econômicos, essa Subcomissão constituiu-se no foro especializado para o encaminhamento das soluções de interesse local.

Além da Subcomissão de Assuntos Municipais, o Interlegis vem atuando de maneira efetiva para ligar os legislativos locais à grande rede dos legislativos estaduais e federal. Pelo Interlegis, o Senado já

distribuiu computadores e impressoras para mais de 3 mil Câmaras de Vereadores.

Não se pode negar o crescimento do papel dos municípios trazido pela Constituição de 1988.

Inegável, também, é a injusta distribuição dos recursos públicos frente ao aumento das obrigações municipais.

Essa dura realidade trouxe para muitas cidades a total falência das contas públicas.

E diante dessas dificuldades financeiras, não podemos deixar de enfrentar o problema dos precatórios.

Hoje, os municípios não conseguem pagar essas dívidas com precatórios, restando apenas a solução da intervenção do Judiciário, solução esta que não atende nem ao credor e nem ao devedor.

Apresentei uma proposta de alteração constitucional, vinda do próprio Judiciário, que cria um sistema de leilão, abrindo a possibilidade de o município oferecer um deságio ao credor.

Peço, sinceramente, que esse debate se fortaleça! E para isso, é fundamental a participação dos municípios, a participação dos senhores.

O Senado Federal tem absoluta consciência da difícil situação enfrentada pela maioria das cidades deste País. Esta Casa nunca abandonou os municípios, e nunca os abandonará!

Estejam certos de que o Senado e o seu Presidente têm um compromisso inabalável com as reivindicações que vocês trazem a Brasília nesta décima Marcha.

É preciso promover uma reforma tributária que verdadeiramente assegure aos municípios receitas compatíveis com suas inúmeras obrigações.

E a reforma tributária que já foi aprovada no Senado precisa ser implementada. Ela tem começo, meio e fim, desaguando na aprovação do imposto sobre valor agregado e eliminando a cumulatividade.

***Inegável, também,  
é a injusta  
distribuição dos  
recursos públicos  
frente ao aumento  
das obrigações  
municipais.***

Para que a sociedade possa avançar no controle da administração dos tributos, estamos instituindo no Senado a Comissão de Avaliação do Sistema Tributário.

A presença municipalista nessa nova comissão será fundamental, inclusive, para que possamos implementar regras mais justas de redistribuição do “bolo” tributário, fortalecendo as cidades.

Ela cumprirá atribuição constitucional do Senado e servirá como fórum de debates e celeiro de propostas para o necessário aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional.

Minhas senhoras e meus senhores,

Estou certo de que somente a reforma política tem a capacidade de assegurar a verdadeira governabilidade nas três esferas de Poder.

Asseguro a todos que o Senado está de portas abertas aos pontos de vista dos municípios. Com toda certeza, o que tiver de ser debatido será debatido. E o que tiver de ser aperfeiçoado também o será!

***Essa dura realidade trouxe para muitas cidades a total falência das contas públicas.***

Para fortalecer o diálogo da Casa com a sociedade, criamos, também, uma área específica de Relações Institucionais, projeto inédito no Legislativo brasileiro e mais um canal de comunicação privilegiado para as demandas municipalistas.

Tenho convicção no sucesso dessa décima Marcha a Brasília, cujas demandas encontrarão eco no Senado!

Aliás, gostaria de afirmar que a formação de um pacto pela saúde, como propõe a Marcha, tem, desde já, como aliado e colaborador político o Presidente do Senado e do Congresso Nacional.

Governar implica também dividir, implica compartilhar o poder, sob pena de a concentração excessiva transformar-se em caminhada solitária e, portanto, sem consistência.

E essa Marcha nos avisa sobre a urgente necessidade, de o poder político, o poder financeiro, hoje concentrado na área federal, ser compartilhado, ser dividido com os municípios, não por mero favor, mas para que assim se cumpra a nossa Constituição.

Muito obrigado.



## 10<sup>o</sup> ENCONTRO NACIONAL DE PREFEITOS EM BRASÍLIA

*Em 10/4/2007*

Minhas senhoras, meus senhores, senhores parlamentares, ministros presentes, meu caro Presidente Lula. Inicialmente gostaria de fazer um reconhecimento público da disposição e da sincera vontade do Presidente Lula, mesmo em tempos de cobertor curto, em encontrar soluções financeiras para as justas demandas dos municípios brasileiros. Mais do que buscar estas alternativas, o Presidente está o tempo todo aberto ao debate e a serena discussão dos melhores caminhos para o Brasil e, em especial, para os municípios. A presença do Presidente aqui é mais uma eloqüente demonstração desta disposição e do prestígio desta tradicional Marcha.

A Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios está em sua décima edição. Embora como movimento seja uma idade de um pré-adolescente o êxito dos encontros demonstra uma maturidade e organização incomuns.

Cada vez mais a Marcha revela a enorme capacidade de mobilização dos municípios, ao trazer para o coração do poder os problemas que mais afligem as cidades e cobrar dos poderes constituídos as necessárias soluções.

Tamanha organização e capacidade de mobilização devem-se, sem sombra de dúvida, à competente atuação da Diretoria da Confederação Nacional dos Municípios, capitaneada pelo amigo Paulo

Ziulkoski, a quem gostaria de cumprimentar saudando todos os prefeitos e vereadores presentes.

Estou convicto de que algumas das conquistas estão vinculadas diretamente ao trabalho permanente de mobilização da Confederação. Entre os avanços podemos citar a redução de valores nominais de débitos, abatimentos, redução de juros e o parcelamento das dívidas municipais junto ao INSS. Isso só foi possível num esforço que congregou os municípios e o Senado Federal.

O Senado é a Casa da Federação. Não se pode falar em Federação sem falar dos municípios. O Brasil é o único país do mundo em que os municípios são entes federados. Portanto, devem ser tratados como tal.

É por isso que em 2005, tão logo assumi a Presidência da Casa, criamos uma Subcomissão específica para tratar os problemas do município e também incluímos na programação da TV Senado o programa “Minuto do Município” que aborda as questões mais diretamente ligadas aos municípios brasileiros.

Estrategicamente situada na Comissão de Assuntos Econômicos, essa Subcomissão, que foi presidida pelo Senador Garibaldi Alves Filho, constituiu-se em um foro especializado para o encaminhamento das soluções de interesse nacional.

Além da Subcomissão, outro órgão do Senado, o Interlegis, vem atuando de maneira efetiva para interligar os legislativos municipais, estaduais ao legislativo e aos demais Poderes da República. O Senado Federal, por meio do Interlegis, já distribuiu mais de 4 mil computadores em todo o País tornando a integração uma realidade de fato e instantânea.

Inegável, também é a injusta distribuição dos recursos públicos frente ao aumento das obrigações municipais. Essa dura realidade trouxe para muitas cidades a total falência.

***O Senado é a Casa da Federação. Não se pode falar em Federação sem falar dos municípios. O Brasil é o único País do mundo em que os municípios são entes federados. Portanto, devem ser tratados como tal.***

E diante dessas dificuldades financeiras não podemos deixar de enfrentar, de uma vez por todas, a reforma tributária. Uma reforma que, gradativamente, compartilhe recursos das contribuições de maneira mais equânime entre estados e municípios sem ferir o equilíbrio fiscal.

E a reforma tributária que já foi aprovada no Senado precisa ter consequência. Ela tem começo, meio e fim desaguardando na aprovação do imposto sobre valor agregado, eliminando a cumulatividade e dando mais competitividade à economia.

Hoje, os municípios não conseguem pagar as dívidas com precatórios, estimadas em 70 bilhões de reais, restando apenas a solução da intervenção do Judiciário, solução que não atende nem ao credor e nem ao devedor.

Subscrevi uma proposta de alteração constitucional do Supremo Tribunal Federal. O modelo cria um fundo, estabelece um sistema de leilão ao menor para o maior valor e abre a possibilidade de o município se beneficiar do deságio, diferentemente do que acontece hoje.

Peço, sinceramente, que esse debate seja fortalecido. Para isso é fundamental a participação dos municípios.

O Senado Federal tem absoluta consciência da difícil situação enfrentada pela maioria das cidades deste País. Esta Casa nunca faltou e nunca faltará aos municípios.

Estejam seguros de que o Senado e seu Presidente têm um compromisso com as reivindicações que vocês trazem a Brasília nesta décima Marcha.

Para que a sociedade possa avançar no controle da administração de tributos estamos instituindo no Senado a Comissão de Avaliação do Sistema Tributário. A presença municipalista neste colegiado será fundamental para que possamos implementar regras mais justas na redistribuição dos recursos tributários.

***O Senado Federal tem absoluta consciência da difícil situação enfrentada pela maioria das cidades deste País. Esta Casa nunca faltou e nunca faltará aos municípios.***

Ela cumprirá a atribuição constitucional do Senado e servirá como fórum de debates e celeiro de propostas para o aperfeiçoamento do nosso sistema tributário.

Minhas senhoras, meus senhores,

Estou certo de que somente outra reforma, a Política, terá a capacidade de assegurar a verdadeira governabilidade nas três esferas de Poder.

Asseguro a todos que o Senado está de portas permanentemente abertas para os municípios no que tange aos aperfeiçoamentos políticos.

Gostaria de ressaltar que a formação de um pacto pela saúde, como propõe a Marcha, tem, desde já, como aliado e colaborador o Senado e o Congresso Nacional.

Tema candente e igualmente urgente é a necessidade da definição de um modelo nacional de Segurança Pública. Defendo sem hesitação que os municípios tenham papel ativo na formulação e execução do novo modelo, que os recursos sejam assegurados para criação e manutenção das guardas municipais. Passamos do limite há muito tempo e por isso venho defendendo uma vinculação orçamentária, mesmo que temporária, para segurança, como ocorre com Saúde e Educação.

Tenho convicção no sucesso desta décima Marcha a Brasília, cujas demandas, como sempre, encontrarão eco no Senado Federal e, tenho certeza, também junto ao Poder Executivo.

Muito obrigado!

***Estejam seguros de que o Senado e seu Presidente têm um compromisso com as reivindicações que vocês trazem a Brasília nesta Décima Marcha.***

## ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA

*Sessão Especial de 19/4/2007*

Comemorar o aniversário de Brasília não é só comemorar a fundação de uma cidade: é celebrar um dos grandes feitos brasileiros, uma amostra de que somos capazes, se nos são dadas às condições.

Cada década que passa – e nos aproximamos de completar a quinta década de existência da Capital Federal – fica mais patente à grandiosidade da realização e, especialmente, à largueza da visão daqueles que tornaram real esta cidade: Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e tantos outros que ajudaram a projetar e construir esta cidade que hoje nos abriga.

A aposta foi alta, mas o retorno é visível. Não há sombra de dúvida de que o papel de Brasília na interiorização do desenvolvimento foi decisivo. A ocupação territorial do Centro-Oeste – e mesmo do Norte do País – não teria tido a mesma dinâmica se Brasília não existisse.

Não hesitaria em afirmar que, se hoje temos um Centro-Oeste pujante, isso se deve, em boa medida, à existência de Brasília como pólo de atração.

Esta cidade é um orgulho para todos nós, uma prova inequívoca, de que é possível tornar um sonho em realidade.

Cidade jovem, está entre os melhores lugares para se viver no Brasil. Desde 1987, quando tinha apenas 27 anos de idade, Brasília já era considerada patrimônio cultural da humanidade pela Unesco, o que demonstra sua originalidade e comprova o gênio de seus criadores, capazes que foram de oferecer a toda a humanidade um marco urbanístico e arquitetônico ímpar.

Senhores Parlamentares, nesta Sessão Especial, gostaria de aproveitar para lembrar ainda os laços que unem mais estreitamente o Senado e o Distrito Federal. Durante 28 anos, entre 1962 e 1990, o Senado, por meio da Comissão do Distrito Federal aqui instalada, atuou como a instância legislativa do DF.

Os tempos eram outros e muito diferentes, a conquista da autonomia política do Distrito Federal veio junto com o amadurecimento democrático do País, mas não nos cabe esquecer esse laço estreito entre Brasília e esta Casa, que hoje celebra os 47 anos de nossa Capital.

Laços mais recentes perduram. Por esta Casa passaram tanto o atual Governador, José Roberto Arruda, quanto o atual vice-Governador do Distrito Federal, nosso ilustre colega Senador Paulo Octávio. E aqui se encontram, atualmente, dois ex-Governadores, os Senadores Joaquim Roriz e Cristovam Buarque, que, agora como representantes do Distrito Federal, continuam a pôr toda a sua experiência e competência em prol do DF.

Devo lembrar, ainda, que na data de hoje, o também representante do Distrito Federal, Senador Adelmir Santana, completa mais um ano de vida. Ao cumprimentar a cidade, quero também estender minhas felicitações a esse importante parlamentar de nossa Capital.

Por fim, quero saudar o Governador José Roberto Arruda e o vice-Governador Paulo Octávio, em nome dos quais saúdo toda a população de Brasília.

Brasília sempre será um símbolo de nossa capacidade empreendedora, de nossa coragem, de nosso arrojo, de nossa abertura para o futuro. Faço votos, neste momento em que nos aproximamos do quinquagésimo aniversário de fundação de nossa bela Capital, que todas as esperanças da “Capital da Esperança” se concretizem – realizando definitivamente os sonhos que desde o início impulsionaram a construção de Brasília.

Meus parabéns a Brasília e a todos os brasilienses.

Muito obrigado!

***A ocupação territorial do Centro-Oeste – e mesmo do Norte do País – não teria tido a mesma dinâmica se Brasília não existisse.***

## SESSÃO ESPECIAL DO DIA DO EXÉRCITO

*Sessão de 25/4/2007*

Não poderia ser mais significativa a data em que se comemora o Dia do Exército, 19 de abril, na evocação da primeira batalha de Guararapes, ocasião na qual ocorreu a primeira manifestação clara do sentimento nacional, entre os brasileiros.

Naquele distante ano de 1648, brancos, índios e negros – em luta contra o invasor estrangeiro – pela primeira vez usam a palavra Pátria para referir-se ao Brasil. Superando o protagonismo usualmente exercido pela metrópole portuguesa, são brasileiros os que comandam a cena e os que colhem a vitória.

Com o sentimento de brasilidade – nascido na defesa do solo pátrio, em hora de urgência e de perigo – nascia também o Exército, integrando a diversidade étnica e social que formataria, algumas décadas depois, a própria Nação brasileira.

São esses dois conceitos – defesa e integração nacional – os que, de fato, melhor sublinham e traduzem, em sua essência, a história do Exército brasileiro, assim como os que melhor descrevem sua atuação mais recente e as perspectivas que guarda essa instituição, em relação ao futuro.

A saga de Pedro Teixeira, na ocupação da Amazônia, e a de Rondon, na interligação da nossa fronteira ocidental com o sistema de comunicação telegráfica do restante do País são, ainda hoje, marcos da epopéia brasileira, e exemplos que inspiram a ação do Exército no Norte e no Centro-Oeste de nosso País.

Essa ação, aliás, como é da tradição e da missão da Força Terrestre, se estende para muito além dos objetivos puramente militares, cons-

tituindo um dos poucos – e, às vezes, o único – símbolo tangível da presença do Estado brasileiro nos confins mais distantes do Brasil.

A presença de 25 mil homens do Exército, em todo o território amazônico, tem significado educação, assistência médica, transporte de emergência e segurança para parcelas significativas da população da floresta.

A presença do Exército em atividades de engenharia de transportes é, para além da sua missão militar específica, um fator crescentemente relevante para o desenvolvimento nacional. O Exército brasileiro se faz sempre presente, ora colaborando intensamente no esforço de recuperação e ampliação da infra-estrutura viária brasileira, ora reparando ou ampliando rodovias, ou ainda na operação direta da fiscalização de obras.

O próprio sentido social do Serviço Militar Obrigatório, em uma concepção mais ampla do conceito de desenvolvimento, não passa despercebido a milhares de jovens brasileiros que encontram nele, hoje, sua melhor porta de entrada ao mundo do trabalho e à iniciação profissional.

No *front* externo, o Exército brasileiro apresenta destacada folha de serviços, naquilo que pode ser descrito, sem nenhum favor, como das mais bem-sucedidas iniciativas para levar ao estrangeiro uma boa imagem do nosso País.

Inaugurada em 1957, com a participação do Batalhão Suez na Força de Emergência das Nações Unidas – que atuou na moderação do conflito árabe-israelense – a atuação militar brasileira em forças de paz culminou com o comando da missão da ONU no Haiti, iniciativa de caráter marcadamente humanitário, e uma das mais difíceis já enfrentadas pelo Exército brasileiro no exterior.

***O Exército vai  
construindo  
um histórico  
extremamente  
positivo de estrito  
cumprimento  
de sua missão  
constitucional, na  
defesa da Pátria  
e na garantia  
dos poderes  
constitucionais, da  
lei e da ordem.***



Para o Senado Federal tem sido gratificante a análise e a votação das autorizações para cada uma dessas iniciativas, cujo dispêndio orçamentário é considerado, por todo o Congresso Nacional, como um investimento – e de alto retorno – no conceito projetado por nosso País ante o conjunto da comunidade internacional.

Senhoras e senhores, e assim, o Exército vai construindo um histórico extremamente positivo de estrito cumprimento de sua missão constitucional, na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Não será exagero constatar que o Exército brasileiro, em companhia das demais Forças Armadas, vem se constituindo, hoje, em firme baluarte da República e num exemplo a ser seguido de fiel apoio à ordem democrática.

Aproveito a oportunidade que este pronunciamento me oferece para me congratular com o Ministro da Defesa, Waldir Pires, e com o Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri, pelo bom trabalho que vêm desempenhando à frente das instituições que lideram.

Também é justo registrar a felicidade e a oportunidade da iniciativa do Senador Edison Lobão, autor do requerimento que aprovou a realização desta Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem ao Dia do Exército.

Muito obrigado!

## HOMENAGEM A OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA

*Sessão de 2/5/2007*

Quero aqui hoje, em nome de todo o Senado Federal, homenagear um brasileiro exemplar. Um pioneiro, um idealizador. Um homem que soube transformar seus sonhos em legado de liberdade e democracia para o País inteiro. Um homem à frente de seu tempo.

Estive com ele, em algumas oportunidades, e nelas percebi como ele gostava de se conectar com os temas, compreender o que acontecia, opinar, orientar.

Mais do que lamentar a morte do empresário Octavio Frias Filho, devo louvar os 94 anos de uma vida marcada pela ética, pela determinação e pela coragem.

O empreendedor responsável pela modernização e pela consolidação de um dos maiores e mais influentes jornais do País não gostava de ser chamado de doutor. O homem que começou como *office boy* e acabou por construir o *Grupo Folha*, um dos conglomerados mais significativos da comunicação brasileira, fazia questão de ser chamado de seu Frias.

A simplicidade, a personalidade cativante e a gentileza no trato pessoal eram traços de quem nunca teve o poder como privilégio pessoal.

Poder, para o seu Frias, era lutar pela democracia, era ajudar a construir uma imprensa livre, independente. Era inovar e fazer valer a pluralidade de visões que são a marca da *Folha de S. Paulo*, do jornal

*Agora*, do UOL – o maior portal de internet brasileiro –, do Instituto Datafolha, da editora Publifolha, da gráfica Plural e do Valor, o diário econômico do Grupo Folha em parceria com as Organizações Globo.

Octávio Frias foi um brasileiro ímpar. Um patriota como poucos, com um amor e um compromisso sem medida pelo Brasil e por seu povo.

O empresário, que, no fundo, sempre foi um grande repórter, tinha paixão pela notícia, pela informação. Tinha uma convicção inabalável na liberdade de imprensa como pilar de uma nação democrática. E entra, com toda honra, para a história da imprensa brasileira.

À família de Octavio Frias, o meu carinho, a minha admiração.

Aos seus filhos, em particular, a certeza de que continuarão conduzindo o *Grupo Folha* com a mesma grandeza e espírito público que fizeram de Octavio Frias exemplo não apenas para o jornalismo brasileiro, mas para todos os que sonham com um Brasil melhor e mais justo.

Muito obrigado!

***Octávio Frias foi um brasileiro ímpar. Um patriota como poucos, com um amor e um compromisso sem medida pelo Brasil e por seu povo.***

## ENCONTRO NACIONAL DE CORREGEDORES DE JUSTIÇA

*Em 2/5/2007*

Foi com muita satisfação que recebi o convite para a abertura deste Encontro Nacional de Corregedores de Justiça, sobretudo pela oportunidade que me oferece de compartilhar estes momentos com os senhores e as senhoras.

Nunca é demasiado exaltar a importância da função do Corregedor de Justiça. Dois aspectos da função, no entanto, me parecem especialmente primordiais.

O primeiro diz respeito à promoção de um dos valores mais elevados do serviço público em geral, que é a transparência.

Prestar contas – não só a nossos Pares, mas, em última instância, à sociedade, fonte original do poder numa democracia – e responder pelo exercício eficiente desse poder – é um dever básico que acompanha todos os demais deveres que temos como servidores públicos.

A Corregedoria, por sua função, é um meio pelo qual a Administração Pública pode garantir que esse dever está sendo efetivamente cumprido.

Outra função do Corregedor que me parece de suma importância é a de zelar pela efetividade da prestação dos serviços judiciários.

É justamente essa eficiência que pacifica as relações sociais sob litígio e oferece segurança jurídica à sociedade de uma forma geral.

Minhas senhoras, meus senhores, a recente criação do Conselho Nacional de Justiça, reforçou a importância da instituição da Corregedoria de Justiça.

Creio que a intenção da reforma do Judiciário, ao criar a figura do Ministro-Corregedor e a instância da Corregedoria Nacional de Justiça, no âmbito do CNJ, foi que as Corregedorias trabalhem de forma coordenada com esse Conselho, especialmente com o Ministro-Corregedor.

Foi esse, tenho certeza, o espírito da reforma do Judiciário, isto é, fortalecer as instâncias de controle sem prescindir das Corregedorias estaduais.

Busca-se, assim, o mútuo incremento de instâncias que trabalhem na mesma direção, tendo em vista o fortalecimento do Judiciário perante a sociedade.

Esse fortalecimento, aliás, é imprescindível para o bom funcionamento das instituições.

Por fim, gostaria de mencionar os esforços que nós, legisladores, em especial no Senado Federal, temos realizado para contribuir, no que nos cabe, com a qualidade da prestação da Justiça em nosso País.

Nesse sentido, no ano passado, o Senado apreciou uma série de matérias importantes, aprovando, entre outras propostas, a que prevê a indisponibilidade de bens dos acusados como medida cautelar, dando expresso suporte jurídico às decisões judiciais.

Aprovamos também norma que define como falta grave o uso do celular em presídio; a delação premiada para condenados (e não só para acusados, como funciona hoje); o interrogatório por videoconferência; a proibição de contingenciamento dos recursos da segurança pública.

***Prestar contas – não só a nossos Pares, mas, em última instância, à sociedade, fonte original do poder numa democracia – e responder pelo exercício eficiente desse poder – é um dever básico que acompanha todos os demais deveres que temos como servidores públicos.***

Este ano, outras medidas entraram em discussão.

Várias delas já foram, inclusive, aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça, em caráter terminativo, como o projeto de lei que estabelece que a liberdade provisória deve ser concedida, em regra, mediante fiança; a previsão de monitoramento eletrônico dos presos nas saídas temporárias, no livramento condicional e nos regimes aberto e semi-aberto.

Também votamos a ampliação do rol de penas alternativas, aumentando as hipóteses de cabimento da pena de prestação de serviços à comunidade.

Foi igualmente aprovada a definição legal dos dados sigilosos e dos não-sigilosos para efeitos de investigação criminal, bem como o projeto que define os critérios para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, favorecendo iniciativas de informatização e de aprimoramento dos sistemas de investigação das polícias civis dos estados.

Senhoras e senhores, quero terminar esta minha saudação louvando o excelente trabalho que vem realizando o Ministro Antônio Pádua Ribeiro, Corregedor Nacional de Justiça, por meio de quem saúdo a todos os corregedores de justiça do Brasil.

Faço votos de que este Encontro se torne um evento regular, transformando-se em um fórum de debates e de discussões que, tenho certeza, em muito fortalecerá a atividade da Corregedoria de Justiça.

Muito obrigado!

## ABERTURA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

*Montevideo/Uruguai, 7/5/2007*

Participar da abertura do Parlamento do Mercosul é participar de um momento histórico. É inaugurar um marco extraordinário no processo de integração do continente sul-americano e assistir à concretização de um sonho antigo. Um sonho que prevê a união de nossas nações em torno de um ideal de bem comum e de valores democráticos.

Apoiado em princípios como a defesa da soberania e a transparência das ações públicas, este Parlamento e seus representantes serão a melhor ponte entre as demandas da população e as instâncias decisórias do Mercosul. Serão a garantia de um processo de integração mais aberto, participativo e transparente.

O Parlamento deverá acelerar a incorporação das normas do Mercosul a nossos ordenamentos jurídicos internos. E será um instrumento fundamental para fortalecer a identidade política e institucional do bloco. Além de estreitar os laços entre os Legislativos de nossos países, terá reflexo inquestionável no amadurecimento político-institucional de nossas nações.

É importante acentuar o papel do Parlamento do Mercosul no fortalecimento da cidadania, das liberdades civis e políticas, no impulso à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável, na valorização da democracia e na promoção dos direitos humanos.

Não poderia deixar de registrar a hospitalidade do Governo uruguaio, que cedeu as instalações deste magnífico Palácio Legislativo para esta sessão inaugural. Nem a deixar de destacar a hospitalidade da prefeitura desta bela cidade de Montevidéu, em cuja sede iremos realizar as próximas sessões do Parlamento do Mercosul.

Ponto de confluência entre civilizações ibéricas, o Uruguai representa, com perfeição, o sonho de integração sul-americana. A escolha de Montevidéu como sede do Mercosul não poderia ser mais simbólica: afinal, a cidade é política e economicamente estratégica na história da região; é a expressão de um “meridiano cultural” das Américas.

O Parlamento do Mercosul, senhoras e senhores, reforça a natureza democrática do processo de integração sul-americana, cujo ponto de partida foi o Tratado de Assunção, em 1991.

A instalação da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em 1994, a Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul, de 1996, e o Protocolo de Ushuaia, de 1998, foram igualmente significativos desse processo.

O envolvimento progressivo do Legislativo no debate sobre a integração no Cone Sul culminou na instalação do Parlamento do Mercosul, órgão máximo de representação de nossos povos e fórum ideal para discutir todas as questões de interesse de nossa região e de nossos povos. Questões que vão muito além de uma parceria econômica e comercial. O bloco tem papel estratégico na América do Sul e seu objetivo é também a integração científico-tecnológica, cultural e jurídica.

Se os principais desafios ainda estão centralizados na questão comercial, convém lembrar que o Mercosul tem um amplo leque de trabalho no desenvolvimento de projetos de tecnologia de ponta e de combate e prevenção contra doenças, especialmente nas áreas de fronteira. Tem conquistas significativas na área social, entre elas um acordo multilateral de previdência. E trouxe avanços importantes em áreas como a defesa do consumidor, a transformação produtiva, a luta pela equidade social e a geração de empregos, além de maior facilidade na circulação de pessoas por nossos territórios.



Todos sabemos que a integração regional e a defesa conjunta de interesses comuns são a melhor estratégia diante de um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado. Um mundo em que os governos centrais vêm-se tornando “demasiadamente grandes para as coisas pequenas e demasiadamente pequenos para as coisas grandes”.

É nesse contexto que assistimos, nas últimas décadas, à multiplicação dos mais diversos blocos econômicos. E é nesse contexto que o Mercosul vem facilitar nossa interlocução interna e externa com outros governos, blocos econômicos e atores não-governamentais atuantes no espaço da sociedade civil internacional.

As relações que mantemos com os nossos vizinhos nunca foram tão densas e intensas. Não foi fácil superar décadas de distanciamento entre nós. Mas não há outro caminho para a América do Sul que não seja o da construção de um espaço econômico, político e social integrado.

Muitos céticos insistem em apontar as deficiências do Mercosul e vaticinar a sua desagregação. Mas o certo é que o bloco vem paulatinamente se fortalecendo, com a adesão de novos sócios e a adoção de medidas em favor das áreas mais carentes da região.

Essa vitalidade é reforçada com o pleno funcionamento do Parlamento do Mercosul, que muito poderá contribuir para superar as complexas circunstâncias conjunturais e as assimetrias estruturais, em favor de sociedades mais justas.

“Núcleo vinculante” dos direitos e garantias contemplados nas Constituições de nossos países, este Parlamento terá em 2010 seu próximo desafio. Seus representantes serão, então, escolhidos pelo voto popular e direto, segundo as legislações de cada país-membro. Em 2014, a representação cidadã passará a vigorar em sua plenitude. Os parlamentares serão eleitos em todos os Estados partes simultaneamente, por voto direto, universal e secreto. Um passo ambicioso no sentido de envolver toda a sociedade no debate sobre temas que afetam diretamente seus mais diversos interesses.

Até lá, precisamos somar esforços para que o Parlamento do Mercosul seja percebido pela opinião pública como instituição trans-

parente, com ampla interação com a sociedade. Uma instituição capaz de aproximar culturas, desfazer eventuais crises de desconfiança e debater os diferentes interesses de cada Estado parte.

Há momentos em que o Mercosul parece estar estagnado, parece não avançar. Mas para que se tornem irreversíveis, os processos de integração devem ser mesmo paulatinos, adaptáveis às circunstâncias históricas. Todo processo de integração é lento e se faz com avanços e retrocessos. A vontade de integração deve prevalecer acima de quaisquer divergências.

Nossos futuros estão interligados de forma inexorável, tanto no Mercosul como na Comunidade Sul-Americana de Nações, que queremos ver plenamente institucionalizada.

Não podemos esquecer que uma Comunidade Sul-Americana de Nações será tanto mais pujante quanto mais forte e unido for o Mercosul. Nem esquecer que o Parlamento que ora se instala será o guardião dos valores democráticos que pretendemos defender e preservar. Com ele, praticamente concluímos o arcabouço institucional do Mercosul e comemoramos mais um passo em direção a uma integração completa, com moeda única, livre trânsito de mercadorias, de empresas, e de pessoas, que haverão de ter cidadania única, a cidadania sul-americana.

Não posso, por fim, deixar de lembrar que a concretização do Parlamento do Mercosul foi iniciativa com a qual me comprometi pessoalmente, desde a época de minha campanha eleitoral. Nem

***Todos sabemos que a integração regional e a defesa conjunta de interesses comuns são a melhor estratégia diante de um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado.***

***Até lá, precisamos somar esforços para que o Parlamento do Mercosul seja percebido pela opinião pública como instituição transparente, com ampla interação com a sociedade.***

posso deixar de cumprimentar os parlamentares que se empenharam, ao longo de todos esse anos, na construção do Parlamento do Mercosul. Em particular, os que, dentro do Congresso Nacional brasileiro, defenderam ativamente o engajamento do Brasil nesta iniciativa. E cumprimento a todos na pessoa do Senador Sérgio Zambiasi, Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul no Congresso brasileiro, que deu firme continuidade ao louvável trabalho de seus colegas.

Nosso continente precisa ser protagonista, e não coadjuvante, nas grandes questões internacionais. Precisa sonhar alto, precisa acreditar na verdadeira vocação de seu povo: desenvolvimento, liberdade, justiça e paz.

Muito obrigado!

***Nosso continente  
precisa ser  
protagonista, e não  
coadjuvante, nas  
grandes questões  
internacionais.  
Precisa sonhar alto,  
precisa acreditar  
na verdadeira  
vocação de seu povo:  
desenvolvimento,  
liberdade, justiça e  
paz.***

## DEBATES SOBRE TV PÚBLICA

*Sessão de 8/5/2007*

Discutir TV Pública é discutir cidadania, democracia. Por isso mesmo, só tenho a louvar a iniciativa deste fórum, oportunidade singular de debate, de troca de idéias e experiências entre todos os setores envolvidos e preocupados com a comunicação pública no Brasil.

Partimos do pressuposto de que uma TV Pública deve, antes de tudo, atender ao interesse público.

Mas, num momento em que se tem mais perguntas que respostas sobre o modelo dessa nova TV, podemos começar pela seguinte questão: o que vem a ser interesse público?

Sabemos que ele é o maior fator de legitimação de um governo. Que deve ser o objetivo do poder constituído, dos debates legislativos, de qualquer processo decisório num ambiente democrático.

No entanto, determinar exatamente o que é interesse público não é simples.

Nem mesmo a definição de interesse público como vontade da maioria pode ser sempre considerada verdadeira.

Numa realidade permeada por conflitos sociais, culturais e econômicos, por todo tipo de conflito de interesses, como determinar o que trará mais ganhos para o conjunto dos cidadãos?

Certo é que não existe possibilidade de se garantir a democracia e a prevalência do interesse público sem uma completa transparência da informação pública.

Somente um cidadão bem informado pode ter participação ativa no cenário político de sua nação, exercendo papel essencial de vigilância e correção da atividade estatal.

Mais: a falta de acesso à informação alimenta o ambiente de corrupção e cria obstáculos ao desenvolvimento, ao favorecer incertezas jurídicas que afugentam investidores e inibem a capacidade empreendedora.

Quem deve determinar o que é ou não assunto de interesse público é o próprio público e não aquele que detém a informação.

Modernamente, entende-se por informação pública não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a participação ativa dos cidadãos na tomada de decisão e na formulação de políticas públicas.

Creio que tais ponderações, senhoras e senhores, devem balizar qualquer discussão sobre TV Pública no Brasil.

Definir o modelo dessa nova TV é um longo caminho – e os primeiros passos, tenho certeza, serão dados a partir deste fórum.

A expectativa, no entanto, é que a TV Pública não se deixe atrelar diretamente aos interesses do Estado. Nem se guie pela lógica comercial, ou tenha como meta altos índices de audiência.

A TV Pública tem que ter cultura, debate, jornalismo – isento, de preferência. Precisa ter muita informação, precisa dar espaço para produções regionais, ser educativa e caracterizada pela diversidade – que, afinal, é a marca de um país continental, como o nosso.

O mais importante, no entanto, é que a TV Pública tenha a participação efetiva da sociedade. Que ela seja o reflexo dos anseios, dos interesses dos diversos grupos sociais, das diversas manifestações regionais do Brasil, que reforce nossa identidade cultural.

E que dê pleno acesso à informação pública, que abra espaço para o debate em torno das grandes questões nacionais. É assim que vai cumprir o que me parece ser o seu papel primeiro: divulgar e alimentar cidadania.

O modelo de gestão e o modelo de financiamento são questões complexas, que precisam de uma análise cuidadosa. Mas uma gestão participativa, que leve em conta a representação da sociedade, é fundamental – como acontece na TV Pública no mundo todo, aliás.

E lembramos aqui o exemplo da BBC de Londres, marca de sucesso e qualidade na comunicação internacional.

Um bom ponto de partida para a TV Pública brasileira seria a parceria entre as emissoras que fazem parte, digamos assim, do campo público – temos hoje quase 200 TVs legislativas, culturais e educativas, universitárias e comunitárias.

O sucesso de tal parceria já ficou evidente na organização deste Fórum, que contou com a contribuição decisiva de representantes de todas essas emissoras.

Como Presidente do Senado Federal, não posso deixar de destacar o papel pioneiro da TV Senado, cujo projeto de expansão e consolidação em sinal aberto demonstra bem o amadurecimento de nossa democracia.

Ao longo dos últimos onze anos, a TV tem sido motivo de orgulho para todos os brasileiros, que podem acompanhar, em tempo real, tudo o que acontece no Senado. De forma isenta, imparcial.

Muito mais que um meio de informação, a TV Senado é hoje um instrumento de cidadania, um instrumento de controle democrático do Legislativo por parte da população.

A emissora já alcançava, potencialmente, um público de mais de 50 milhões de brasileiros com acesso à televisão a cabo, internet ou antena parabólica.

Ampliada em canal aberto para Brasília, Salvador, João Pessoa, Recife e Manaus, começa a chegar às camadas de menor poder aquisitivo.

Em breve, alcançará, em sinal aberto, outras nove capitais – Rio de Janeiro, Goiânia, Boa Vista, Belém, Cuiabá, Maceió, Natal e Campo Grande – e terá um público potencial de 90 milhões de brasileiros. Noventa milhões de pessoas que poderão acompanhar,

***Que dê pleno acesso à informação pública, que abra espaço para o debate em torno das grandes questões nacionais. É assim que vai cumprir o que me parece ser o seu papel primeiro: divulgar e alimentar cidadania.***

passo a passo, a atuação dos parlamentares que ajudaram a eleger com o seu voto.

Foi o sucesso da TV Senado que incentivou diversos outros órgãos públicos a criarem seus próprios canais de televisão – e comemoramos, hoje, também, o sucesso da TV Câmara, da TV Justiça, das TV legislativas implantadas por todo o País.

E as emissoras legislativas, convém lembrar, contam com o total apoio do Interlegis para sua integração e desenvolvimento.

É essa integração que devemos perseguir sempre, na busca de uma Rede Pública de Televisão. É essa troca de experiências, de idéias, que vai permitir com que a informação pública seja, de fato, acessível a todos – e, repito aqui, informação pública vai muito além de informação governamental, estatal.

Apostar numa Rede Pública de Comunicação – mais ainda que numa Rede Pública de Televisão – é apostar em cidadania. É apostar, enfim, na democracia.

Muito obrigado!

## SEMINÁRIO DIREITO E ECONOMIA NO LEGISLATIVO

*Interlegis, 24/5/2007*

Como Presidente do Senado Federal, me sinto honrado de poder estar aqui nesta oportunidade, em que damos início aos trabalhos do Seminário Direito e Economia no Legislativo.

O evento constitui uma iniciativa ímpar de intercambiar experiências importantes sobre o tema e, certamente, trará desdobramentos concretos para o aperfeiçoamento do processo legislativo em nosso País.

Para que ele fosse possível, houve uma parceria entre a Associação Latino Americana e do Caribe de Direito e Economia – ALACDE, pelo Interlegis e pelo Senado Federal.

Realiza-se também aqui em Brasília, nesta ocasião, a XI Conferência Anual da Associação Latino Americana e do Caribe de Direito e Economia.

É a primeira vez que o Brasil sedia um evento dessa natureza. E não poderia haver foro mais adequado do que o Senado Federal, a Casa da Federação e da maturidade legislativa.

Hoje, teremos aqui os mais brilhantes conferencistas, que nos brincarão com a análise de temas da mais alta relevância para o País, como Direito e Desenvolvimento, impacto das leis no mercado e Assistencialismo e suas conseqüências.

Este último, aliás, será apresentado pelo eminente ex-Senador Jarbas Passarinho.

A larga experiência do ex-ministro de estado e ex-presidente do Senado Federal, a quem cumprimento nesta oportunidade, certamente abrilhantará o Seminário.



Talvez muitos estranhem que se faça um seminário sobre Direito e Economia. De fato, essa disciplina ainda não é muito comum em nossas universidades e, talvez por isso, possa parecer estranha à maioria.

O interesse pelo estudo da relação entre Direito e Economia surgiu da clara percepção de alguns juristas quanto à aferição da eficácia e da efetividade das leis.

Dessa percepção nasceu, nos Estados Unidos, um movimento intitulado Direito e Economia, ou análise econômica do Direito.

O Professor Ronald Coase, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, lançou as diretrizes fundamentais que orientam o assunto.

A aplicação do instrumental da ciência econômica à análise do Direito é considerada, entre juristas norte-americanos, o maior avanço da ciência jurídica no século XX. Essa abordagem tornou-se a mais robusta e moderna corrente de estudo do Direito nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, a disciplina consolidou seu espaço e dignidade acadêmica ainda nas décadas de 1970 e 1980, e, na Europa, são diversos os centros de estudos avançados sobre o assunto.

No Brasil, ainda estamos engatinhando nessa matéria. Contudo, nos últimos quatro anos, tem-se notado um crescente interesse pela disciplina.

Diversos são os trabalhos acadêmicos que passaram a incorporar, expressa ou tacitamente, noções de Direito e Economia.

De fato, esse crescente interesse reflete o anseio maior da sociedade brasileira quanto às conseqüências práticas das instituições jurídicas.

É certo que vivemos numa sociedade acostumada a uma profusão de leis, decretos, portarias e regulamentos – um verdadeiro cipoal de normas.

O que o cidadão deseja, entretanto, são leis eficientes, leis que atendam de fato as demandas sociais, que promovam o bem-estar geral, a solução dos conflitos e o desenvolvimento econômico.

Então, como medir a eficácia das leis? Como promover o adequado gerenciamento dos escassos recursos de que dispomos, num contexto de demandas crescentes?

Um dos mecanismos mais eficientes para isso é, sem dúvida, a aplicação de ferramentas metodológicas da Economia ao Direito.

Ferramentas como os métodos quantitativos podem e devem ser incorporadas ao processo legislativo, para nos auxiliar na elaboração de leis que promovam a eficiência, em benefício do povo brasileiro.

Por exemplo, a redução das desigualdades sociais e regionais como um dos objetivos fundamentais da República. Não há como alcançarmos esses objetivos sem a constante preocupação com a eficiência na geração e na distribuição de recursos, pois sabemos que são escassos.

Daí a necessidade de incorporar a racionalidade econômica ao processo legislativo.

Uma análise econômica que verifique a eficácia futura da legislação, comparada ao objetivo pretendido é fundamental.

Como Presidente do Senado Federal, assumo o compromisso inafastável de manter firme a disposição de o Congresso Nacional incorporar, ao processo legislativo, princípios da análise econômica.

Assim, estaremos contribuindo para que as normas aprovadas pelo Parlamento atinjam realmente os objetivos para os quais foram propostas. Isso é eficiência legislativa!

Na formulação do texto legal, interferem diversos outros fatores que, nem sempre, se enquadram nos rígidos modelos predominantes de análise econômica.

Isso significa que a juridicização da política, efetuada pelo Congresso Nacional, exige modelos econômicos mais sofisticados e abertos aos vários interesses que permeiam a sociedade.

A enunciação desse constante desafio legislativo assume ares de provocação, num Seminário como o que ora realizamos. Um desafio que, tenho certeza, encontrará respostas estimulantes, num espaço tão privilegiado quanto o que temos aqui.

Assim, saúdo a todos, desde já, pelo sucesso do evento.

Muito obrigado!

***A redução das desigualdades sociais e regionais como um dos objetivos fundamentais da República. Não há como alcançarmos esses objetivos sem a constante preocupação com a eficiência na geração e na distribuição de recursos, pois sabemos que são escassos.***

## 40 ANOS DA SUFRAMA

*Sessão Especial em 26/6/2007*

Comemoramos, hoje, nesta sessão especial, o aniversário de 40 anos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, órgão essencial para nosso País e responsável pelo crescimento e desenvolvimento da região Norte brasileira. Eu não poderia falar em Suframa, homenageá-la pelo seu aniversário, sem ressaltar o trabalho que o Governador Eduardo Braga vem fazendo no Amazonas.

O papel desempenhado pela Suframa na coordenação das atividades da Zona Franca de Manaus e, conseqüentemente, no desenvolvimento da região Norte do Brasil só se compararia, talvez, ao que Brasília realizou pela região Centro-Oeste.

Lembremos que a Zona Franca de Manaus foi criada não como um fim em si mesma, mas como um meio, um instrumento de geração de empregos, de descentralização econômica, de melhoria da qualidade de vida da população, de preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, não há outra conclusão a tirar que não seja o reconhecimento do sucesso da Zona Franca e da Suframa na tarefa que desempenharam e que continuam desempenhando.

Por pelo menos duas décadas – 70 e 80 – o crescimento do PIB da região Norte foi superior ao crescimento do PIB nacional.

No início dos anos 90, a abertura de nossa economia levou a Zona Franca, a uma espécie de reinvenção extremamente bem-sucedida que resultou no Pólo Industrial de Manaus, registrando faturamento de mais de 22 bilhões de dólares em 2006.

Sustentáculo da economia da região Norte por muitos anos, a Zona Franca de Manaus, em suas três vertentes – industrial, comercial e agropecuária –, passou rapidamente de experimento desenvolvimentista a modelo de produtividade em termos mundiais.

O fator humano é fundamental para explicar o sucesso da Zona Franca e da Suframa. A produtividade dos trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus é comparável à dos trabalhadores japoneses e, em alguns casos particulares, é até superior.

Também a competência dos dirigentes da Superintendência, ao longo dessas quatro décadas, é peça crucial para explicar a força com que o Pólo Industrial de Manaus chega ao século XXI.

Portanto, da exaustão econômica em que patinava a economia da região Norte desde o fim do ciclo da borracha, surgiu, graças ao trabalho da Suframa, um vibrante centro industrial que revolucionou a geografia econômica brasileira.

Senhoras e Senhores,

Esse trabalho zeloso e de sucesso é inovado a cada dia.

Com o advento da TV digital, novos desafios são colocados diante do Pólo Industrial de Manaus, que apresenta condições privilegiadas de suprir boa parte da iminente demanda nacional por aparelhos e decodificadores.

Não obstante os novos desafios, a Suframa apresenta todas as condições de prosseguir em seu essencial trabalho de levar desenvolvimento, emprego, renda e qualidade de vida à população do Norte do País.

Finalmente, quero elogiar em público a iniciativa do ilustre Senador Arthur Virgílio, cujo estado, o Amazonas, teve sua história econômica profundamente transformada pela criação da Zona Fran-

***O papel desempenhado pela Suframa na coordenação das atividades da Zona Franca de Manaus e, conseqüentemente, no desenvolvimento da região Norte do Brasil só se compararia, talvez, ao que Brasília realizou pela região Centro-Oeste.***

ca de Manaus e que é um defensor contumaz dos interesses do povo de seu estado.

Combativo, presente e ativo, o Senador Arthur Virgílio, juntamente com seus companheiros de bancada na Câmara e no Senado Federal, têm se convertido em fiéis e atentos defensores de tudo aquilo que é bom para o Amazonas, e, portanto, para o País.

Estendo portanto meus cumprimentos aos Senadores do Amazonas, Jefferson Péres e João Pedro, como disse igualmente firmes e determinados na luta pelo fortalecimento da Suframa e às Deputadas Vanessa Grazziotin e Rebeca Garcia, que representam a bancada federal.

Congratulo-me com os dirigentes da Suframa, aqui representados pela Superintendente do órgão, a Doutora Flávia Barbosa Grosso, a quem parabenizo pela belíssima gestão e a todos os trabalhadores que, no passado ou no presente, contribuíram para a grandeza da Zona Franca de Manaus e, assim, para o engrandecimento do Brasil. Muito obrigado!

## ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

*Em 27/9/2007*

Ontem, durante o lançamento do Plano Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência do Executivo Federal, o Presidente Lula se engajou nos esforços em favor da acessibilidade nas várias instâncias do Governo.

Gostaria, portanto, e com muito orgulho, reafirmar que o Senado Federal é hoje o principal modelo de acessibilidade a pessoas com deficiência no Brasil.

Já em 2005, criamos o Curso de Qualidade no Atendimento à Pessoa com Deficiência, no Instituto Legislativo Brasileiro, que difundiu a nova visão do Senado e dos senadores quanto à inclusão social desses brasileiros e brasileiras. Nesse mesmo ano, editamos a primeira Cartilha de Acessibilidade e adequamos a página do Senado na internet aos padrões internacional de acessibilidade.

Nesse intenso movimento de inclusão, promovemos a Primeira Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, evento que contou com vários artistas e um público estimado de 10 mil pessoas. Hoje, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que acontecerá neste ano em dezembro, já faz parte do calendário de eventos desta Casa, com o apoio unânime de todos os senadores.

De fato, são inúmeras ações promovidas nesta Casa, mais de 30, todas elas coordenadas e integradas no Programa do Senado Federal de Acessibilidade e de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Gostaria de destacar algumas delas, como:

I) A implementação do projeto piloto de gravação de áudios em MP3 da audioteca da Biblioteca Digital, feita por locutores e profissionais da própria Casa, num esforço de equipe monumental, que inclui a Constituição Federal para uso de deficientes visuais, que também será distribuído a todos os senadores.

II) A publicação de uma coletânea das legislações estaduais, para que a cidadania seja efetivada em toda a Federação, pelo conhecimento dos direitos das pessoas com deficiência.

No plano das estruturas físicas, hoje dispomos de rampas de acesso, facilitando o trânsito das pessoas que dependem de cadeiras de rodas, adaptamos os banheiros, adquirimos triciclos motorizados, máquinas de impressão em larga escala em Braile e estamos providenciando elevadores específicos para acesso ao plenário, que possibilitará efetivamente a participação das pessoas com deficiência nas discussões desta Casa.

Além disso, o Senado vem contratando pessoas com deficiência para contribuir nas diversas áreas da Casa. Contratamos também tradutores de Libras para atender os visitantes e gravar os programas do Senado, atuando também nas comissões e no plenário.

Tudo isso está sendo difundido para as Assembléias Estaduais, o que reafirma a competência do Senado e dos senadores de liderar processos de inclusão social, como esse que se tornou um paradigma para o Brasil inteiro.

Parabéns aos senadores e aos servidores da Casa, pelo reconhecimento público da excelência das nossas ações voltadas para a valorização da pessoa com deficiência.

Muito obrigado!

***Gostaria, portanto, e com muito orgulho, reafirmar que o Senado Federal é hoje o principal modelo de acessibilidade a pessoas com deficiência no Brasil.***

## PORTAL DE ORÇAMENTO DO SENADO FEDERAL

2/10/2007

*Sala de Audiências da  
Presidência do Senado.*

A informação é um pressuposto para o exercício da cidadania. Isso é ainda mais verdadeiro quando se trata de informação relacionada aos impostos arrecadados da sociedade e aos respectivos gastos efetuados pelo Governo.

Tenho direcionado, e os senhores todos sabem disso, os meus melhores esforços, como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, para que as leis do sistema orçamentário cumpram verdadeiramente seu papel de servir de norte, de guia, para a atividade financeira do Estado.

Por isso mesmo, reformulamos o processo orçamentário no Congresso, ampliando a participação das comissões temáticas na discussão das emendas orçamentárias, o que certamente dará maior consistência às modificações sugeridas pelos parlamentares.

Além disso, em benefício da racionalidade e da transparência, estabelecemos relatorias específicas para

***Quem não reconhece  
esse papel do Senado  
da República, quem  
não reconhece o  
valor do trabalho  
dos senadores  
e continuam  
apostando em crises  
fabricadas, não estão  
sintonizados com as  
reais necessidades  
do País.***



as receitas e despesas orçamentárias, reforçando a noção de responsabilidade fiscal não apenas no lado dos gastos, mas também na esfera da previsão das receitas públicas.

Senador José Maranhão, sei do valoroso trabalho que Vossa Excelência vem promovendo na Presidência da Comissão Mista de Planos e Orçamentos do Congresso Nacional. Esta solenidade de lançamento do Portal do Orçamento revela a sua obstinação e liderança em prol do fortalecimento da Comissão e do próprio Planejamento público no Brasil.

Senador Efraim, o esforço elaborado por consultores de orçamento do Senado, em parceria com o Prodasen, mostra que esta Casa, que tem Vossa Excelência como Primeiro-Secretário, tem compromisso com a modernização das práticas políticas, compromisso com a inserção cada vez maior do Senado no dia-a-dia dos cidadãos.

Esses avanços do Senado, no plano institucional e, principalmente, na esfera das votações do Plenário e comissões, nem sempre ocupam lugar de destaque nos noticiários.

Outro dia mesmo, uma importante consultoria que presta informações ao mercado, em seu relatório semanal, afirmava que a aprovação, pelo Senado, de temas como os marcos regulatórios, o aperfeiçoamento da legislação processual, a superação da burocracia, por exemplo, operam uma espécie de revolução silenciosa, na medida em que ampliam a segurança jurídica e garantem maior estabilidade institucional. E isso é fundamental para o crescimento econômico.

Quem não reconhece esse papel do Senado da República, quem não reconhece o valor do trabalho dos senadores e continuam apostando em crises fabricadas, não estão sintonizados com as reais necessidades do País.

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, Senhoras Deputadas e Deputados, o novo Portal do Orçamento da União, que temos a satisfação de oferecer à sociedade a partir de hoje, é parte desse projeto, por nós cultivados no Senado Federal, de melhorar a base informacional financeira do Estado brasileiro, beneficiando a sociedade organizada, a mídia, os políticos e os agentes públicos de todas as esferas de poder e de governo, os professores e pesquisadores deste País e a cidadania de uma forma geral.

Não se trata aqui tão somente do lançamento de um portal. Estamos, na verdade, facilitando o controle social dos gastos públicos. Nas palavras do indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de economia, é justamente essa base informacional um dos aspectos fundamentais de um País social e politicamente desenvolvido.

Há não muito tempo atrás, o acesso a informações básicas sobre a realização dos gastos públicos era pequeno até mesmo exclusivo para funcionários graduados da administração pública federal.

A informação existia, mas requeria alto grau de tecnicidade para o manuseio dos sistemas, além de ser fragmentada em vários órgãos.

Por meio de ações concertadas entre o Poder Legislativo e os órgãos do Poder Executivo detentores da custódia dessas informações, foi-nos possível desenvolver primeiramente o sistema SIGA Brasil e, agora, todo um portal de informações com caráter integrativo, didático e interativo.

Trata-se de um produto de elevada qualidade técnica e alcance social, capaz de se tornar referência em orçamento público para todos aqueles que trabalham com matérias orçamentárias em suas atividades profissionais ou atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento social.

Num mesmo portal, estaremos, de forma inovadora, reunindo dados da elaboração e programação orçamentárias, da sua execução, dos contratos firmados e da execução de metas físicas, fruto de uma parceria institucional da Consultoria de Orçamentos do Senado, do Prodasen, com vários órgãos do Executivo Federal.

***Imaginem as senhoras e os senhores o que significa para as prefeituras, câmaras de vereadores e conselhos comunitários, por exemplo, saber quanto cada órgão público e cada ONG do município vem recebendo diariamente, e para qual finalidade. Isso é um controle social qualificado, pois fortalece o papel da cidadania na cobrança de resultados junto aos gestores públicos.***

O novo portal também contempla aquele segmento de usuários que não são exatamente especialistas em matéria orçamentária e que, portanto, precisam de explicações didáticas sobre as classificações e a sistemática de elaboração e execução do orçamento.

Outro aspecto do portal que gostaria de ressaltar diz respeito à dedicação de um espaço específico para estados e municípios. Ao fazê-lo, o portal presta um serviço de grande utilidade para os órgãos executivos e legislativos de cada uma das 5.560 localidades deste País.

Imaginem as senhoras e os senhores o que significa para as prefeituras, câmaras de vereadores e conselhos comunitários, por exemplo, saber quanto cada órgão público e cada ONG do município vem recebendo diariamente, e para qual finalidade. Isso é um controle social qualificado, pois fortalece o papel da cidadania na cobrança de resultados junto aos gestores públicos.

Este produto institucional do Senado está aberto a todos. Já determinei que a Secretaria de Relações Institucionais do Senado adotasse todas as ações necessárias no sentido de compartilhar com outros órgãos federais e municipais a utilização do portal, por meio de cursos e seminários realizados pelo Instituto Legislativo Brasileiro e pelo Interlegis.

Iniciativas como essa que agora apresentamos à sociedade vêm mostrar que o Senado Federal vem trabalhando diuturnamente para promover a transparência e para fortalecer os instrumentos de democracia e cidadania, fortalecendo-se como instituição e indo, sim, ao encontro dos anseios da sociedade brasileira. Fortalecer o Senado Federal e trabalhar para o desenvolvimento deste País é o nosso único intuito e esta Presidência continuará dando amplo apoio a iniciativas que apontem nessa direção.

Agradeço sinceramente a todas as autoridades do Executivo e as organizações civis que participaram dessa empreitada institucional, que resultou nesse potente instrumento de transparência e democracia: o Portal de Orçamento.

Muito obrigado!

***Este produto  
institucional do  
Senado está aberto a  
todos.***

# ARTIGOS



## UM ANO PROMISSOR

*Publicado em 1º/1/2006*

A crise política que marcou este ano de 2005 trará um Brasil renovado em 2006. A firmeza com que encaramos e enfrentamos todas as denúncias, a certeza de que precisamos, de uma vez por todas, mudar nosso sistema político-eleitoral e a confiança de que nossa democracia e nossos ideais são mais fortes do que qualquer crise irão, sem dúvida, guiar nossos debates neste novo ano.

Um ano pautado pelo calor das discussões e das disputas eleitorais, é verdade. Mas, nem por isso, menos promissor. A reforma tributária e a reforma política, já aprovadas no Senado, precisam sair do papel, com a máxima urgência. O País não pode mais suportar uma carga de impostos tão elevada, nem admite conviver com um sistema político-eleitoral que favorece o abuso do poder econômico nas eleições, a falta de transparência nos gastos eleitorais e legendas sem a menor consistência programática ou ideológica. A sociedade não aceita mais que as próximas eleições sejam marcadas pelos mesmos vícios e mesmos erros que as eleições anteriores.

O controle mais rigoroso dos gastos de campanha e o financiamento público são essenciais para garantir maior ética e transparência nas disputas eleitorais. E a fidelidade partidária, o sistema de listas e o fim das legendas de aluguel, condições básicas para termos partidos mais fortes e representativos no Brasil. Partidos fracos resultam em governos fracos e governos fracos resultam em insegurança jurídica e cenário negativo para investimentos e desenvolvimento nacional.

A Agenda Positiva para o ano novo vai mais além. A aprovação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, o FUNDEB, é da máxima importância para assegurar investimentos da educação infantil ao ensino médio. E a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, um passo fundamental para dar o mínimo de competitividade aos pequenos negócios, responsáveis pela geração de 60% dos empregos no País. Temos, ainda, que avançar na reforma infraconstitucional do Judiciário, de forma a garantir mais agilidade e eficiência nos processos judiciais. O projeto de combate à violência contra a mulher é outra de nossas prioridades, assim como medidas emergenciais na área de segurança pública e o avanço nos marcos regulatórios.

***A agenda positiva do País vai ter que andar em ritmo acelerado, independente das disputas partidárias.***

É preciso colocar um ponto final na discussão sobre o reajuste do salário mínimo em 2006 também. A comissão mista que instalamos no mês passado tem como meta traçar uma política definitiva de recuperação do valor do mínimo. O grupo de trabalho sobre desburocratização promete um elenco de medidas para atacar uma das maiores pragas da vida nacional e a Comissão de Orçamento, a conclusão dos estudos para a mudança da lei orçamentária, que não pode mais continuar a ser uma peça de ficção, sujeita a contingenciamentos abusivos. Outra expectativa, para este ano, é a mudança na edição e tramitação das medidas provisórias. A edição abusiva de medida provisória tem sido agravada pelo fato de a Câmara usar todo o prazo de análise das matérias.

Para esgotar essa pauta, vai ser preciso responsabilidade e vontade política. Mas a população, temperada pela crise política, vai saber cobrar, nas urnas, o desempenho de seus representantes. As comissões parlamentares de inquérito vão ter que apresentar resultados efetivos, de forma isenta e rigorosa. E a agenda positiva do País vai ter que andar em ritmo acelerado, independente das disputas partidárias.

## SOL, DÓLARES E EMPREGOS

*Publicado em 8/1/2006*

Na manhã do próximo domingo, a praia de Pajuçara, em Maciό, será o cenário do jogo da Seleção Brasileira de futebol de areia contra um combinado de outras grandes seleções. Sem dvida, a realização dessa partida em solo alagoano valorizar o esporte no estado e contribuirá para o desenvolvimento do turismo esportivo.

Os felizardos viajantes que aproveitaro o sol e o futebol na Pajuçara estarão voltados para o lazer. Não devemos invej-los. Ou até podemos, desde que a “inveja positiva” nos estimule a planejar o nosso próximo roteiro.

E não custa aproveitarmos esta ocasião para refletir sobre uma “indústria” que tanto tem crescido nos últimos anos, e para a qual, se diz que o Brasil é naturalmente vocacionado. Praias e sol temos de sobra, assim como florestas e mananciais de água, festas populares, eventos esportivos, arquitetura, história, culinária e uma gente hospitaleira. O que falta para que aproveitemos a forçá geradora de renda e empregos que é o turismo? Na minha opinião, falta ainda um padrão homogêneo de qualidade e quantidade na oferta de serviços ao turista.

Nos últimos anos, a consciência sobre a necessidade de melhor desenvolvermos o turismo cresceu consideravelmente, inclusive com a ampliação dos cursos universitários voltados a esse ramo. Mas há ainda muito desnível entre o que acontece entre as diversas regiões e cidades. E essa padronização não virá sem uma ação coordenada que una o Estado e a iniciativa privada em projetos abrangendo a oferta



de hospedagem e de pontos de visitação, a educação e o treinamento de mão-de-obra, além de um bom sistema de transportes e um dado fundamental: segurança.

Hoje, temos no Brasil 5.778 hotéis e 110.439 restaurantes, empregando no total 511.132 trabalhadores, com receita líquida anual de R\$10,2 bilhões, segundo um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dados do Ministério do Turismo indicam que as divisas geradas pelo setor deverão chegar a US\$4 bilhões em 2005. E os turistas estrangeiros podem alcançar os 5,6 milhões neste ano.

Se o turismo assume tal vulto, o que estamos oferecendo aos visitantes e também aos próprios brasileiros em viagem, a fim de que se sintam seguros? Estradas esburacadas por entaves na execução orçamentária são um dos problemas mais graves vividos atualmente. E o que dizer dos freqüentes assaltos a turistas e até de assassinatos?

Essa situação não pode perdurar. Aguarda inclusão na Ordem do Dia do Senado para ser votada, uma

Proposta de Emenda à Constituição – PEC que apresentei com o objetivo de elevar os recursos destinados à área de segurança pública. A emenda define a aplicação de um percentual mínimo das receitas de impostos da União, 15%, dos estados, 7%, do Distrito Federal, 5%, e dos municípios, 1%, em ações de segurança pública, que indiretamente contribuirão para dar maior tranquilidade a brasileiros e estrangeiros em viagem.

O Senado tem tomado iniciativas específicas para impulsionar o setor. No final de 2004, criou a Comissão de Desenvolvimento Regional, Agricultura e Turismo, um passo que eu diria histórico. No momento, a Comissão analisa diversos projetos de lei, entre os quais o de autoria do Senador César Borges, que trata de incentivos fiscais ao turismo, e o de autoria do Senador Leonel Pavan, que trata das deduções do Imposto de Renda para as empresas que aplicam em programas de hospedagem voltados ao lazer do trabalhador e cria o vale-hospedagem.

***Sol, nós temos em abundância. Alguém duvida de que precisamos de dólares e empregos?***

A Casa que presido também aprovou recentemente lei que estabelece 2006 como “Ano do Turismo”, o que certamente chamará a atenção para uma atividade que não só gera divisas, mas é intensiva no aproveitamento de mão-de-obra. Sol, nós temos em abundância. Alguém duvida de que precisamos de dólares e empregos?

## APOSTA NO ÁLCOOL

*Publicado em 15/1/2006*

A crise do petróleo, o interesse por energias alternativas, o aumento do consumo de açúcar e o *boom* dos carros bicombustíveis estão transformando o setor canavieiro no negócio mais promissor da agroindústria brasileira. O setor, que gera mais de um milhão de empregos e movimenta algo em torno de 40 bilhões de reais, tem vivido um crescimento surpreendente. Estão sendo construídas, hoje, pelo menos 40 novas indústrias de açúcar e de álcool no País e boa parte das 300 usinas que já existem está sendo ampliada ou aperfeiçoada.

O açúcar brasileiro movimenta, em média, 70% dos contratos na bolsa de mercadorias de Nova York e o preço do produto tem sido animador, no mercado internacional. A expectativa é que, nos próximos dez anos, as exportações brasileiras de açúcar cheguem à casa das 20,5 milhões de toneladas.

Mas a euforia no setor é puxada, mesmo, pelo álcool. A alta dos preços do petróleo e a busca por energias renováveis têm colocado o Brasil no centro das atenções mundiais. Com o Proálcool, da década de 80, saímos na frente e desenvolvemos uma tecnologia e um *know how* hoje cobiçados por países de Primeiro Mundo. O Brasil também domina a tecnologia para produção de veículos bicombustíveis, capazes de rodar tanto com álcool quanto com gasolina. Não é à toa que franceses, alemães, americanos e japoneses, entre outros, estão de olho no álcool brasileiro e que o País, de um tempo

para cá, vem assinando vários acordos internacionais tanto para a cooperação tecnológica quanto para exportação do combustível.

O resultado já é visível: no ano passado, mais de 16 bilhões de litros de álcool saíram das usinas brasileiras, o dobro da produção no auge do Proálcool. Na última década, o Brasil exportou uma média de 100 milhões a 120 milhões de litros de álcool por ano. Em 2003, as exportações pularam para 700 milhões de litros e, em 2004, para 2,321 bilhões de litros. A expectativa, para a próxima década, é que as exportações de álcool cresçam em média 12,6% ao ano. Os mais eufóricos apostam que o Brasil pode se transformar na maior potência energética do planeta.

Tanto otimismo, no entanto, tem que ser dosado com planejamento estratégico e políticas públicas capazes de dar ao setor sucroalcooleiro o suporte que merece. É bom lembrar que o Proálcool, tão festejado nos anos 80, foi por água abaixo quando o Governo cortou o financiamento aos pequenos produtores e faltou combustível nos postos, com enormes prejuízos para

os consumidores. Dessa vez, o programa brasileiro de combustível alternativo ao petróleo precisa de fôlego suficiente para, ao mesmo tempo, aumentar o ritmo das exportações e segurar o abastecimento interno.

O acordo firmado na última semana entre o Governo e o setor é um primeiro sinal de alívio para os consumidores, escalados pelo desabastecimento na década de 80 e assustados com a recente escalada de preços do combustível. A redução do preço nas bombas vai ficar abaixo da expectativa, mas a promessa de antecipação da próxima safra no Sul, Sudeste e Centro-Oeste espanta o fantasma de que o álcool possa desaparecer dos postos de uma hora para outra.

***O programa brasileiro de combustível alternativo ao petróleo precisa de fôlego suficiente para, ao mesmo tempo, aumentar o ritmo das exportações e segurar o abastecimento interno.***

Nessa nova fase, existe uma grande vantagem: o setor sucroalcooleiro tem uma visão muito mais profissional, se guia pelas regras de mercado e aposta cada vez mais em tecnologia e inovação. Mais: não precisa estar limitado à regulamentação do Estado, que antes determinava onde e quanto plantar, quando e por quanto vender.

Seria ilusão, no entanto, acreditar que o setor prescinde do apoio governamental. Sem uma reforma tributária consistente, sem uma queda mais substancial das taxas de juros, sem a redução da burocracia, a equalização de custos e um investimento reforçado em infra-estrutura, nossos produtores vão ter dificuldades para competir com as grandes multinacionais, cada vez mais interessadas nas nossas usinas. A atual política cambial é outra pedra complicada no caminho do setor sucroalcooleiro.

Um setor estratégico para o Brasil. E é assim, efetivamente, que precisa ser tratado.

***Sem uma reforma tributária consistente, sem uma queda mais substancial das taxas de juros, sem a redução da burocracia, a equalização de custos e um investimento reforçado em infra-estrutura, nossos produtores vão ter dificuldades para competir com as grandes multinacionais.***

## A CAMINHO DA IGUALDADE

*Publicado em 22/1/2006*

Um dos fatos mais importantes ocorridos na última semana foi a eleição de Michelle Bachelet para a presidência do Chile. Mesmo alavancada pela popularidade maciça do ex-Presidente Ricardo Lagos, essa é a primeira vez que uma mulher chega ao cargo mais alto do Executivo num país da América Latina trilhando o caminho do voto. Do outro lado do mundo, na Libéria, notícia semelhante. Johnson-Sirleaf é a primeira Chefe-de-Estado da África eleita nas urnas. As duas eleições são um golpe no preconceito e na discriminação de gênero, que ainda envergonham boa parte do planeta – inclusive o Brasil.

As brasileiras representam hoje 51% da população e do eleitorado do nosso País. Estão à frente de uma em cada quatro famílias, respondem por 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal. Mas não ocupam mais que 9% das cadeiras do Congresso Nacional e, apesar de terem um índice de escolaridade mais alto que o da população masculina, ganham, em média, 69,6% do rendimento recebido pelos homens. A discriminação no mercado de trabalho é só uma das facetas da violência e do preconceito que ainda fazem parte do dia-a-dia das mulheres, vítimas constantes de abuso, exploração sexual e agressões domésticas. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo aponta dados impressionantes: a cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil; uma em cada três ou quatro meninas é abusada sexualmente antes de completar 18 anos.

A criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, 20 anos atrás, foi uma conquista importante, assim como a Constituição de 1988 – que incorporou a maioria das reivindicações da Carta das Mulheres –, a criação da Secretaria de Estado dos Direi-

tos das Mulheres, em 2002, e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério, em 2003.

Como ministro da Justiça, fiz questão de reforçar o papel do Conselho e, como senador, tenho estado atento à luta pelos direitos da mulher. Exemplo recente é nosso apoio à proposta de licença-maternidade para mães adotivas, iniciativa da Senadora Maria do Carmo aprovada em segundo turno pelo Senado na semana passada.

Mas não basta termos leis avançadas. Precisamos de políticas públicas claras, efetivas, em prol da mulher. No caso da violência, apesar dos avanços conquistados a partir dos movimentos femininos e de mulheres, ainda falta muito para que os órgãos de serviço social e a rede pública de saúde estejam devidamente preparados para

***Ao Congresso, cabe aprovar o projeto que cria mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica familiar contra a mulher. E a todos nós, rechaçar qualquer forma de discriminação.***

atender as vítimas de agressão. As mulheres agredidas precisam ter garantia de proteção e certeza de que a denúncia terá, efetivamente, resultado. Ao Congresso, cabe aprovar o projeto que cria mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica familiar contra a mulher. E a todos nós, rechaçar qualquer forma de discriminação.

A eleição de Michelle Bachellet e de Johnson-Sirleaf são um passo importante para solidificar o respeito à capacidade das mulheres e à efetiva participação feminina no poder político. Um passo mais importante, ainda, diante dos enormes desafios que as duas dirigentes têm pela frente: na Libéria, a reconstrução do país destruído pela guerra civil e, no Chile, o combate à alarmante desigualdade social.

O Brasil tem, assim, motivos de sobra para acompanhar a trajetória da nova presidente chilena. O país mais rico da América Latina, com índices de crescimento invejáveis diante de nossos pífios 2,6%, tem de enfrentar problemas que conhecemos bem de perto – uma pobreza descontrolada e uma concentração de renda absurda. Quem sabe o olhar feminino de Michelle Bachelet não possa lançar novas luzes na solução desses antigos desafios?

## UMA POLÍTICA PARA O MÍNIMO

*Publicado em 29/1/2006*

O salário mínimo pago no Brasil é um dos mais baixos do mundo. Espanha, Portugal e Grécia praticam o menor salário mínimo da União Européia, da ordem de 600 euros, ou US\$534,00, algo em torno de R\$1,2 mil. Entidades sindicais estipulavam, no ano passado, em cerca de R\$1,4 mil o salário mínimo ideal para o País. Portanto, estamos longe de tornar bom entre nós o que hoje é considerado apenas razoável para o padrão de vida da União Européia.

A verdade é que, com os R\$350,00 que passam a vigorar a partir de abril próximo, algo como US\$150,00, encontramos-nos muito longe de cumprir os preceitos constitucionais de uma renda para o trabalhador atender suas necessidades básicas como moradia, alimentação, vestuário, educação, saúde, lazer, e assim por diante, conquistando o direito a um mínimo de cidadania.

Esta é uma realidade que persiste desde que o salário mínimo foi criado, em meados dos anos 30, e estipulado pela primeira vez, em 1940, no valor de 240 mil réis. Nesses quase setenta anos de vigência do salário mínimo, houve alguns picos de recuperação significativos, mas também ocorreram oscilações para baixo em outros períodos. Portanto, entre momentos de euforia e de depressão econômica, a história do salário mínimo pouco representou de ganho em qualidade de vida para o trabalhador.

Em que pese os bons resultados da economia, beneficiada pelos ventos favoráveis que sopram na economia mundial, não temos uma política efetiva de distribuição de renda em nosso País. Essa é a maior



das nossas dívidas sociais. O salário mínimo pago atualmente no Brasil é um sintoma dessa ineficiência do Estado, que se reflete ainda na nada democrático acesso à saúde, educação, segurança, saneamento básico, só para citar alguns setores vitais para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, de uma Nação. Que o diga o cidadão de baixa renda, que vive espremido nas periferias dos centros urbanos ou abandonado em rincões à espera de políticas públicas assistenciais.

***Não temos uma política efetiva de distribuição de renda em nosso País. Essa é a maior das nossas dívidas sociais.***

Inegavelmente é grande o impacto fiscal do aumento do salário mínimo sobre as contas da Previdência, sobre as despesas com o seguro-desemprego e abono salarial, com os gastos com a LOAS. Some-se a isto a incapacidade da maioria das prefeituras de arcar com um aumento significativo para o menor salário pago, oficialmente, no País. Só no Nordeste, 37% dos trabalhadores públicos municipais recebem salário mínimo, fora os aposentados. Por isso, é urgente que se promova uma política permanente de reajuste do mínimo, para acabarmos com improvisações que só prejudicam o trabalhador e a economia. Medidas como a redução do ICMS das cestas básicas de alimento e de remédio, acesso ao crédito para a compra de material para a construção de casa própria a juros baixos, e a desoneração dos serviços como água, luz e esgoto para famílias de baixa renda representariam ganho real na renda do trabalhador no fim do mês.

Portanto, há saídas para esse círculo vicioso. Não podemos é alimentar o sentimento de dever cumprido com o aumento que acaba de ser concedido ao salário mínimo. Esta não é uma discussão que deva ser suspensa agora para voltar, no ano que vem, mobilizando Congresso, Governo, patrões e trabalhadores com o mesmo formato e obstáculos históricos. É preciso mudar esse estado de coisas para que o salário mínimo possa realmente crescer, a partir de uma política de distribuição de renda. Afinal, quando o Estado cria uma despesa, alguém haverá de arcar com ela. E não pode ser só a classe média.

## LIMITE NECESSÁRIO

*Publicado em 5/2/2006*

Ninguém discute a importância das medidas provisórias. Adotadas a partir da Constituição de 88, elas foram concebidas para dar agilidade na execução de políticas públicas pelo Executivo, em matérias que, muitas vezes, precisam ter eficácia imediata e não podem esperar por um longo período de tramitação no Legislativo. Ao contrário do decreto-lei, as medidas provisórias só passam a ter caráter definitivo depois de apreciadas e aprovadas pelo Congresso, no prazo constitucional. Mas a Constituição é bem clara: elas só podem ser editadas em caso de urgência ou relevância. Fora disso, também não há o que discutir: a edição das medidas é um desrespeito ao Congresso Nacional, que tem, efetivamente, competência legislativa.

Infelizmente, o exagero na edição de medidas provisórias tem sido rotina nos últimos anos. Não apenas neste Governo, como nos anteriores. Matérias de caráter tributário, matérias sem qualquer urgência ou relevância, que poderiam perfeitamente tramitar com projetos de lei, têm tumultuado, de forma inaceitável, o processo legislativo. Basta dizer que, somente no Senado, no ano passado, a pauta de votações foi trancada por medidas provisórias em 65% das sessões. Vale lembrar que, de acordo com a Constituição, se uma MP não for apreciada em 45 dias, fica sobrestada toda e qualquer votação da Casa.

A Emenda Constitucional nº 32, aprovada em 2001, foi um primeiro avanço. Antes dela, se as MPs não fossem convertidas em lei no prazo de 30 dias, poderiam ser reeditadas indefinidamente. Nessas

reedições, eram modificadas com acréscimo de matérias estranhas à versão original ou à versão imediatamente anterior. A apreciação pelo Congresso era praticamente inviável. Para se ter uma idéia, de 6.110 MPs editadas no período, apenas 619 eram originais; 5.491 eram reeditadas.

Se o problema da reedição foi resolvido com a Emenda nº 32, a falta de critérios na edição das medidas provisórias e o atual rito de tramitação no Legislativo continuam sendo problemas graves. O excesso de medidas fere a soberania do Congresso. A exigência de que, para cada MP, seja formada uma comissão mista antes da chegada ao plenário atrasa o processo de discussão, que fica ainda mais tumultuado pelo fato de todas as medidas começarem a tramitar pela Câmara dos Deputados. Boa parte das vezes, quando as matérias chegam ao Senado, o prazo de apreciação já está praticamente vencido. É o caso – só para citar um exemplo – da chamada MP do Bem, medida da maior importância para a desoneração tributária, que chegou ao Senado com prazo de apenas dois dias para ser discutida e analisada.

***Matérias de caráter tributário, matérias sem qualquer urgência ou relevância, que poderiam perfeitamente tramitar com projetos de lei, têm tumultuado, de forma inaceitável, o processo legislativo.***

Outro pecado das medidas provisórias – este, imperdoável! – é a estímulo a um cenário de insegurança jurídica, que espanta os investidores e freia nosso desenvolvimento. Não podemos admitir que regras contratuais possam, de uma hora para outra, ser alteradas por medidas provisórias. Surpresas, mudanças de última hora são os maiores obstáculos para um planejamento de longo prazo – como os que estão previstos nas parcerias público-privadas, fundamentais para o País. Foi com essa preocupação que apresentei, em 2004, Proposta de Emenda Constitucional proibindo a edição de medidas provisórias em matérias contratuais.

A mudança na edição e tramitação das medidas provisórias foi uma discussão amadurecida cuidadosamente ao longo dos últimos meses. A matéria, com votação marcada para esta semana, vai resgatar os pressupostos de urgência e relevância que têm sido desprezados ao longo dos últimos anos, permitir uma análise mais cuidadosa e equilibrada das matérias pela Câmara e pelo Senado e colocar um ponto final no processo tumultuado que vem marcando o processo legislativo.

## UMA CONVOCAÇÃO DE RESULTADOS

*Publicado em 12/2/2006*

A Convocação Extraordinária termina, nesta terça-feira, com a aprovação de várias matérias relevantes, algumas delas exigências da sociedade brasileira e do próprio Congresso Nacional. As primeiras que destaco e que me dão a sensação de dever cumprido – são a redução do período de recesso parlamentar de 90 para 55 dias e o fim do pagamento da ajuda de custo aos parlamentares durante as convocações extraordinárias, uma excrescência de que finalmente nos livramos.

Uma outra matéria de enorme importância que nós aprovamos em janeiro é a mudança constitucional que vai disciplinar o uso de medidas provisórias pelo Executivo. O excesso de medidas provisórias tem aviltado o Congresso Nacional, exonerando o Legislativo da sua função essencial, que é legislar. Para que se tenha idéia, o Senado, em 2005, votou 1.700 matérias, mas 65% das sessões tiveram votações trancadas pela chegada de medidas provisórias, o que tornou lento e arrastado o processo de votações.

Conseguimos, também, estabelecer que nenhuma medida provisória trate de matéria tributária, a menos que seja para reduzir impostos, nunca para aumentar tributos. Além disso, nenhum contrato poderá ser modificado por medida provisória. Tudo isso era exigido pela opinião pública e pela própria maioria do Congresso Nacional e vinha sendo discutido sem resultados práticos desde 1988, quando foi promulgada a atual Constituição. Somente por essas decisões, a convocação extraordinária já estaria plenamente justificada.

Mas o Senado Federal foi muito além. Conseguimos aprovar boa parte dos projetos que regulamentam a reforma do Judiciário. Quando todos estiverem em vigor, sancionados pelo Presidente da República, teremos uma verdadeira revolução silenciosa, com um Judiciário ainda mais ágil, apto a atender às demandas judiciais dos brasileiros.

Quero citar alguns exemplos: um dos projetos evita as ações repetitivas em primeira instância, que sobrecarregam os juízes e tornam lenta a prestação jurisdicional. Outro, regulamenta as súmulas vinculantes: quando o Supremo Tribunal Federal emitir uma sentença, todas as ações que tratem sobre o mesmo tema terão que seguir a decisão do STF expressa em uma súmula. Mas os juízes de primeira instância não ficarão presos em uma camisa-de-força – os Tribunais estaduais poderão pedir ao Supremo a revisão de súmulas que considerem obsoletas ou inadequadas em determinadas situações. As sentenças de primeira instância também terão efeito imediato, mesmo que haja recursos. As investigações de crimes contra direitos humanos tipificados em tratados internacionais assinados pelo Brasil, como o assassinato da missionária Dorothy Stang no Pará, por exemplo, serão transferidos para a alçada federal. O objetivo é evitar que eventuais ligações regionais dos criminosos impeçam e tumultuem as investigações.

Aprovamos também o projeto que institui o programa de gestão de florestas públicas, que vai garantir ao Governo instrumentos mais eficientes para combater o desmatamento e as queimadas. Uma proposta de grande alcance social que votamos e aprovamos é a instituição da licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção de crianças, para que haja tempo de adaptação à família. Mudamos a

***Precisamos, agora, cuidar de uma agenda suprapartidária, de consenso, de reformas que permitam ao Brasil retomar o crescimento econômico de longo prazo, criar novos empregos e modernizar nossa infra-estrutura.***

Lei de Diretrizes e Bases da Educação para estabelecer em nove anos a duração mínima para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.

Foi um período produtivo de votações, que permitiu ao Congresso Nacional, inclusive, avançar na discussão sobre o novo salário mínimo. Precisamos, agora, cuidar de uma agenda suprapartidária, de consenso, de reformas que permitam ao Brasil retomar o crescimento econômico de longo prazo, criar novos empregos e modernizar nossa infra-estrutura.

## TIMEMANIA É UM GOLAOÇO

*Publicado em 19/2/2006*

O Senado aprovou 123 matérias na convocação extraordinária, inclusive o fim do pagamento em dobro pela própria convocação e a redução do recesso legislativo de 90 para 55 dias. Mas eu gostaria de falar aqui sobre o último projeto de lei aprovado no fim deste período, 14 de fevereiro. É o que cria a Timemania, a loteria que ajudará os clubes de futebol a pagar suas velhas dívidas com a Receita Federal, o Tesouro Nacional, o INSS e o FGTS. Parte do dinheiro será destinada a hospitais sem fins lucrativos e às Santas Casas de Misericórdia.

Nossos clubes de futebol são objetos de paixão para milhões de brasileiros, a única fonte de lazer para uma imensa legião de compatriotas, principalmente os de baixa renda. Pode-se dizer, também, que o futebol é uma expressão cultural do nosso povo, que o vive intensamente, de forma peculiar. Assim como o jeito brasileiro de jogar futebol é único no mundo. Precisamos preservar tudo isso.

Nunca conseguimos, apesar da força do futebol, fazer uma transição adequada do amadorismo romântico para o profissionalismo moderno que rege a indústria do lazer. Resultado: as dívidas fiscais foram se acumulando cada vez mais. FGTS e contribuição previdenciária, por exemplo, eram descontados dos salários de atletas e funcionários, mas não eram repassados aos órgãos devidos. A dívida total dos clubes com a União chega a R\$1 bilhão e os maiores devem, cada um, mais de R\$30 milhões.

O problema não é exclusivo do Brasil. Em vários países da Europa e na Argentina, os governos tiveram de intervir para evitar o fim de grandes



clubes. A Timemania é uma saída inteligente para ajudar os que se propuserem a encarar de frente o problema e assumir suas responsabilidades fiscais.

Estima-se que a Timemania – semelhante à Mega Sena, com os escudos dos times em lugar de números – vá arrecadar cerca de R\$500 milhões por ano. Os clubes que cederem seus símbolos para os concursos de prognósticos ficarão com 22% do total arrecadado. Para os prêmios aos apostadores, serão destinados 46%. Mas os clubes nem verão o dinheiro, que será totalmente usado para abatimento das dívidas com a União vencidas até 30 de setembro de 2005.

***Estima-se que a Timemania – semelhante à Mega Sena, com os escudos dos times em lugar de números – vá arrecadar cerca de R\$500 milhões por ano.***

Os clubes participantes terão 180 dias para liquidar totalmente as dívidas, pagando mensalmente contrapartida idêntica até abater o débito. Quem atrasar, ou não continuar pagando os tributos correntes, terá o prazo reduzido para 60 dias. Na reincidência, perderá o direito ao benefício. Ficaram excluídos da Timemania os clubes com dirigentes condenados por crime doloso ou contravenção.

O projeto volta agora à Câmara dos Deputados. Acreditamos que, com a certidão negativa de débitos, nossos clubes poderão começar vida nova, com plenas condições de se viabilizar e entrar de vez no profissionalismo moderno, o que poderá limitar o êxodo de jovens talentos para o exterior.

## CARNAVAL, TURISMO E DESENVOLVIMENTO

*Publicado em 26/2/2006*

Para quem ainda se sente pessimista em relação ao Brasil, o período de carnaval é o melhor antídoto, porque os brasileiros, como sempre, mostram em todo o País que temos a vocação da felicidade, da esperança, que somos o mais criativo dos povos. Do Amapá ao Rio Grande do Sul, temos a explosão de alegria que é a marca da nossa gente, essa feliz e bela mistura de etnias e culturas.

Na minha Alagoas, temos o bloco carnavalesco “Pinto da Madrugada”, que tem apenas seis anos de existência, mas já reúne 75 mil foliões. Em Maragogi, fronteira com Pernambuco, o carnaval é famoso e muito animado, com os desfiles de frevos. Em Barra de São Miguel, o destaque são os blocos, como o Bate-Lata, em uma festa popular com grande número de turistas.

É interessante, aliás, constatar que o frevo é o ritmo predominante mesmo em Maceió, graças, em boa parte, ao radialista Edécio Lopes, grande animador da festa, pernambucano de Vitória de Santo Antão, mas alagoano de coração. Ali ao lado, em Pernambuco, estarão novamente em ação o Siri na Lata, o Galo da Madrugada, o Bacalhau do Batata. Sem contar o belíssimo carnaval de Olinda. O carnaval de Pernambuco, um dos mais tradicionais do Brasil, nos traz a lembrança do grande compositor Capiba, entre outros incríveis talentos.

Na Bahia, brilham o Afoxé Filhos de Gandhi, o Ileyê, o Olodum e vários outros blocos e trios elétricos, novos e velhos, para de-

lírio de brasileiros e de turistas estrangeiros. O Rio não tem apenas o espetáculo das escolas de samba, admirado no mundo todo. Quem quer brincar carnaval de rua no estilo do velho Rio de Janeiro, tem os blocos como o Simpatia é Quase Amor, o Suvaco de Cristo e vários outros antigos e novos, que surgem a cada ano.

Há outras boas notícias, como a volta dos turistas estrangeiros e também o incremento do turismo interno, o desejo dos brasileiros de conhecer o que ainda não conhecem de sua própria terra. Mas há muito que fazer nessa área. No último dia 21, visitei cidades alagoanas com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e reforcei junto a ele um pedido no qual insisto sempre e pelo qual vou continuar lutando: a criação de uma escola técnica de turismo para Alagoas.

***Tenho insistido, também, com a necessidade de um terminal turístico para navios de passageiros em Maceió.***

O turismo é uma das principais vocações naturais do estado – como, enfim, de todo o Nordeste. Precisamos preparar os jovens para trabalhar neste ramo, ensinar-lhes hotelaria, cursos especiais, o básico em idiomas estrangeiros, a história dos estados e de nosso País. O turismo é uma fonte inesgotável de empregos e de divisas – mas é preciso o máximo rigor contra o turismo sexual e a exploração de menores.

Tenho insistido, também, com a necessidade de um terminal turístico para navios de passageiros em Maceió. Alagoas é o único dos estados nordestinos ainda sem um porto desse tipo, que garantiria ao estado a inclusão na rota dos transatlânticos. O turismo tem que florescer no Brasil definitivamente. E o carnaval é um dos pontos altos desta atividade que enche o País de alegria e de divisas.

## GOLPE NA INFORMALIDADE

*Publicado em 5/3/2006*

O impacto social e fiscal é indiscutível. O Brasil tem hoje, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 6,5 milhões de trabalhadores domésticos – e nada mais nada menos que 4,8 milhões não possuem carteira assinada. Para se ter uma idéia, isso é quatro vezes a população de Alagoas. Tirar esses trabalhadores da informalidade é assegurar a eles direitos trabalhistas e uma velhice mais tranqüila. Mais que isso. É garantir um reforço considerável na arrecadação da Previdência, cujo rombo representa uma ameaça cada vez mais assustadora para as contas do País.

A briga contra a informalidade é uma briga antiga. Uma briga que pode render bilhões e bilhões de reais para a nossa economia. Basta dizer que, pelos cálculos do Sebrae, existem hoje cerca de 10 milhões de empresas informais no Brasil. Tanto no caso das micro e pequenas empresas, como no dos trabalhadores domésticos sem carteira assinada, não adianta buscar soluções mágicas: para acabar, ou pelo menos reduzir, a informalidade, é preciso diminuir a carga tributária que recai sobre empresários e empregadores.

O estímulo à formalização dos trabalhadores domésticos, com o desconto, no Imposto de Renda, dos 12% de contribuição previdenciária recolhidos sobre o salário dos empregados, é um dos principais pontos da Agenda Positiva que apresentei ao País, um ano atrás. De lá para cá, venho, reiteradas vezes, defendendo a tese de que o incentivo fiscal no caso de contratação de empregados domésticos não apenas tem um alcance social e econômico inestimável, com a inclusão previdenciária de milhões de trabalhadores, como significa um alívio

mais do que justo para a nossa classe média. É bom lembrar, também, que esse exército de trabalhadores domésticos tem função essencial num cenário em que milhões e milhões de mulheres deixam o dia-a-dia da casa para engrossar o mercado de trabalho.

A proposta precisa ser debatida com cuidado, para evitar problemas já levantados por técnicos da Receita Federal, como o surgimento de “empregadores laranja”, que se beneficiariam ilegalmente dos descontos no Imposto de Renda.

Também é preciso fazer os cálculos com atenção, na hora de definir os limites das deduções. Pelas primeiras estimativas do Governo, o incremento de receita pode chegar a 3 bilhões de reais por ano. Já a renúncia fiscal pode variar entre 300 milhões e 3 bilhões de reais, dependendo das medidas adotadas. É claro que o aumento na arrecadação previdenciária tem de superar a renúncia fiscal. Mas o incentivo precisa ser atraente o suficiente para estimular os empregadores a assinarem a carteira de seus empregados.

**O Governo e o Congresso Nacional têm, por obrigação, de colocar em sua pauta prioritária matérias que reduzam a estrondosa injustiça social do País.**

O Governo e o Congresso Nacional têm, por obrigação, de colocar em sua pauta prioritária matérias que reduzam a estrondosa injustiça social do País. Nessa linha, estão, por exemplo, o fim da cobrança de ICMS sobre produtos da cesta básica e a desoneração, para classes mais carentes, de serviços como esgoto, água, telefone e energia. A recuperação do poder de compra dos salários dessa parcela de população teria efeito direto em toda a economia.

Outra inovação que proponho, na área social, é a isenção de IPI para a compra de caminhões para os motoristas autônomos de carga, a exemplo do que já acontece com a compra de carros por taxistas. Num país em que o transporte rodoviário é fundamental para o escoamento de todo tipo de mercadoria, não dá para questionar a importância desse tipo de incentivo fiscal.

O Brasil precisa de uma Agenda Positiva. E o Congresso saberá cumpri-la, apesar do ano eleitoral.

## FORÇA DA MULHER

*Publicado em 12/3/2006*

Homenageamos, neste mês de março, mulheres de todas as raças, religiões, classes sociais. Mães, companheiras, profissionais, donas-de-casa, ativistas políticas, batalhadoras incansáveis em prol de um mundo mais justo, menos violento. A força, o equilíbrio, a intuição e a capacidade de trabalho da mulher – que cada vez mais precisa se desdobrar entre os cuidados com os filhos, a casa e a vida profissional – são não apenas o esteio da família, mas a base que nos permite construir nossas maiores conquistas no universo do trabalho e na área social.

As mulheres são hoje 51% da população e do eleitorado. Chegam uma em cada quatro famílias, respondem por 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal. No Congresso, nossa bancada feminina é das mais representativas, mais combativas. Mas o Brasil ainda amarga uma posição lastimável no que se refere à participação política das mulheres. Nesse quesito, estamos em 107º lugar entre 140 países, de acordo com a União Interparlamentar. Nossas deputadas e senadoras ocupam não mais que 9% das cadeiras do Congresso Nacional.

Quando falamos sobre os direitos das mulheres, os avanços, conquistados com muita luta ao longo das últimas décadas, são inquestionáveis. Lembro aqui o papel fundamental exercido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que fez toda questão de estimular quando ministro da Justiça. Infelizmente, também é inquestionável o preconceito que ainda insiste em caracterizar a mulher como objeto sexual ou em depreciá-la no mercado profissional.

É inadmissível que, em pleno século XXI, as mulheres continuem ganhando menos que os homens ao exercerem as mesmas funções. Pior ainda. É inadmissível que os números da violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica, continuem manchando a dignidade nacional. Basta dizer que, a cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil. Ou que uma em cada três ou quatro meninas é abusada sexualmente antes de completar 18 anos.

Para mudar essa realidade, é preciso construir uma rede eficaz de prevenção da violência, atendimento e proteção à mulher agredida. O problema tem que ser assumido por todas as esferas governamentais como uma questão de política pública. Ao Congresso, cabe votar, com a máxima urgência, o projeto de combate e prevenção à violência doméstica contra a mulher, um projeto já amplamente discutido com os movimentos feministas e de mulheres.

***Ao Congresso,  
cabe votar, com a  
máxima urgência, o  
projeto de combate  
e prevenção à  
violência doméstica  
contra a mulher.***

Outra proposta importante, que devemos analisar o mais breve possível, é a que estimula a formalização dos trabalhadores domésticos, com a dedução, no imposto de renda, da contribuição previdenciária recolhida sobre o salário dos empregados. Esse foi um dos pontos da Agenda Positiva que apresentei ao País, um ano atrás. Tal incentivo fiscal não tem apenas um alcance social e econômico inestimável, com a inclusão previdenciária de milhões de trabalhadores. Significa um alívio financeiro mais do que justo para nossa classe média. E para as mulheres que deixam o dia-a-dia da casa para engrossar o mercado de trabalho.

Nossos parabéns, enfim, a todas as brasileiras que, com sua coragem e determinação, pavimentam nosso caminho rumo à igualdade e à justiça social.

## APOSTA NA CIDADANIA

*Publicado em 19/3/2006*

O Brasil tem, hoje, segundo dados do IBGE, 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, física ou mental. Pessoas, na maioria das vezes, com plena capacidade intelectual e profissional, mas que, infelizmente, têm sua cidadania tolhida pelo preconceito ou pela falta de condições de acesso e inclusão no nosso mercado de trabalho, nas nossas escolas, nas nossas vias e órgãos públicos, nos nossos meios de comunicação.

Mais que uma atitude assistencialista, lembramos que é nosso dever constitucional garantir aos deficientes os seus direitos como cidadãos brasileiros. Esse dever estende-se a todas as esferas governamentais, ao Legislativo, ao Judiciário, a todas as instituições públicas ou privadas, a todos nós. É uma responsabilidade da qual nenhum de nós pode se eximir.

O Senado Federal, que tenho a honra de presidir, vem fazendo sua parte. Do ponto de vista legislativo, o primeiro marco foi a aprovação, em 1989, da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Outro é a Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, que estabelece normas para atendimento aos deficientes. Entre outros projetos importantes que hoje tramitam no Senado, estamos empenhados na aprovação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, apresentado pelo Senador Paulo Paim. Há duas semanas, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou parecer favorável ao projeto de lei de autoria do Senador Flávio Arns – um defensor incansável da causa – estabelecendo critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado com deficiência.



Na última semana, lançamos uma campanha de sensibilização, valorização e atendimento à pessoa com deficiência, voltada para servidores e visitantes da Casa. Uma campanha que vem se somar a várias outras iniciativas do Senado, no sentido de garantir a inclusão e a acessibilidade do deficiente.

Temos construído rampas de acesso, adaptado vários espaços do Senado, adquirido triciclos motorizados, rebaixado meios-fios e telefones públicos e implantado sinalizações especiais. A nossa gráfica está com moderno equipamento para edição de livros em braille, nossa biblioteca já tem uma audioteca, e a página do Senado na internet foi adaptada para uso dos deficientes visuais. Enfim, temos criado o máximo de facilidades para todos que tenham limitações físicas, sejam colegas de trabalho ou visitantes. A Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, realizada em outubro passado, atraiu mais de 10 mil pessoas, chamando atenção para os problemas enfrentados por parcela tão significativa de nossa população.

Nosso objetivo é transformar o Senado em modelo de acessibilidade e inclusão social. Para isso, tem sido decisivo o trabalho das Comissões de Valorização da Pessoa com Deficiência e da Comissão de Acessibilidade. Juntos, construiremos um Senado e um país em que a cidadania seja, efetivamente, muito maior do que o preconceito.

***Lançamos uma campanha de sensibilização, valorização e atendimento à pessoa com deficiência, voltada para servidores e visitantes da Casa.***

## 40 ANOS DE PMDB

*Publicado em 26/3/2006*

O PMDB completa 40 anos neste mês de março, e sua história se confunde com a luta pela redemocratização e pelo aperfeiçoamento institucional do Brasil. Durante os anos de regime militar, o então MDB foi a grande trincheira institucional dos que defendiam o fim do autoritarismo e a retomada do poder pela cidadania.

O partido esteve à frente da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelas eleições diretas e pela Constituinte e foi decisivo para manter acesa a chama do ideal democrático. Graças à sua atuação, pudemos, depois de 20 anos de regime autoritário, retomar com segurança o caminho da democracia. Hoje, o PMDB é o partido que garante a estabilidade e a governabilidade em nosso País.

O então MDB foi criado como oposição ao regime militar em 1966, enquanto um grupo de brasileiros fez a opção pela luta armada. Em 1972, com ousadia e criatividade, lançou a chamada anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República, uma denúncia do Colégio Eleitoral, que apenas referendava os generais que se sucediam no poder. Na chapa, como candidato a vice, estava o grande brasileiro Barbosa Lima Sobrinho. Foi uma memorável campanha cívica. Em 1978, o partido só não conquistou a maioria no Senado porque o então Presidente, Ernesto Geisel, editou o chamado “Pacote de Abril”, que criou os senadores biônicos.

O PMDB foi o grande fiador da campanha das Diretas Já, o maior movimento popular que o Brasil conheceu, com a liderança de Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Sobral Pinto e outros nomes

memoráveis de nosso partido, como Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. A emenda das Diretas Já foi derrotada, mas a eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral, em 1984, garantiu a retomada da democracia.

Vamos agora para as eleições gerais de outubro com os mesmos ideais que sempre nortearam o velho MDB – a democracia, o desenvolvimento e a justiça social. Os números comprovam a força da legenda: temos, atualmente, mais de dois milhões de filiados; 27 diretórios estaduais e 4.671 diretórios municipais; 8.315 vereadores; 1.059 prefeitos; 140 deputados estaduais; nove governadores; três ministros de Estado e uma bancada com 23 senadores e 82 deputados federais.

***Temos buscado garantir a governabilidade e, ao mesmo tempo, preservar a nossa independência, a nossa consciência crítica e uma ação propositiva.***

O PMDB é, muitas vezes, criticado por suas divisões internas. Mas as divisões decorrem da própria diversidade regional brasileira e do tamanho do partido. Elas existem em todas as legendas, mas ficam mais evidentes no PMDB, que é a maior de todas. Somos um partido democrático, que não tem dono. Praticamos a democracia interna, o que quase sempre é um processo difícil, penoso. Mas é sempre o melhor dos processos.

A argamassa que garante a unidade do PMDB é a defesa intransigente da democracia como valor absoluto do crescimento econômico, da educação, do aperfeiçoamento institucional, o combate à desigualdade regional e à pobreza. Temos sempre buscado garantir a governabilidade e, ao mesmo tempo, preservar a nossa independência, a nossa consciência crítica e uma ação propositiva.

Vamos reconstruir a unidade interna. É hora de união, é tempo de construir. A convenção nacional de abril é o melhor caminho para restabelecermos a harmonia entre as nossas diversas correntes e definirmos um projeto para o Brasil.

## O EXEMPLO CHILENO

*Publicado em 1º/4/2006*  
*Jornal Correio Braziliense*

O Brasil recebe a visita da Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, no próximo dia 11. Vai ser uma visita histórica. A posse de Bachelet – à qual compareci a convite do então Presidente do Senado chileno, Sérgio Romero – marcou um grande momento democrático de um país que, como o nosso, soube superar um longo período de ditadura e que hoje é um modelo de liberdade e de dinamismo econômico para toda a América Latina.

A “Concertación” chilena, que envolveu principalmente a Democracia Cristã, de Patricio Aylwin e Eduardo Frei, e o Partido Socialista, de Bachelet e Ricardo Lagos, lembra alguns aspectos da Aliança Democrática que, no Brasil, garantiu uma transição sem traumas para o sistema democrático representativo. Tanto lá como cá, houve uma grande demonstração de maturidade política.

A ditadura militar chilena foi uma das mais duras dentre todas as que se instalaram na América Latina nos anos 70, como um dos efeitos mais perversos da Guerra Fria, e que, felizmente, são agora apenas parte da história. A transição democrática no Chile se deu por meio de plebiscito e não foram poucos os sobressaltos que a sombra do General Augusto Pinochet projetou sobre o país no começo dos anos 90. Foram necessárias sabedoria e firmeza da sociedade e da classe política do Chile.

A responsabilidade de Michelle Bachelet, a primeira mulher a chegar à Presidência do Chile e a primeira a ocupar o mais alto cargo

executivo por meio do voto na América Latina, é ainda maior diante da enorme popularidade de seu antecessor, Ricardo Lagos. O ex-Presidente deixou o cargo com mais de 70% de aprovação popular e mereceu, na cerimônia de transmissão do cargo, mais de dez minutos de aplausos no Congresso chileno.

O crescimento econômico do Chile tem sido notável. Chegou à média de 8% na última década e, em 2005, somente a produção agrícola cresceu 11%. É o resultado do pragmatismo e da competência dos produtores chilenos para explorar ao máximo as próprias potencialidades e aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela economia mundial. A grande preocupação de Bachelet, agora, é com a distribuição de renda e com a melhoria dos rendimentos dos aposentados e pensionistas.

Uma das metas da nova Presidente é estender a todos os chilenos os benefícios decorrentes dos excepcionais resultados da economia. O Chile privatizou, há mais de dez anos, todo o seu sistema previdenciário e o resultado foi um achatamento da renda dos aposentados. Michelle Bachelet tem em seu programa de governo propostas para resolver o problema.

***Esperamos que o Chile se torne, brevemente, membro pleno do Mercosul, ao qual já é associado.***

A Presidente nomeou um ministério formado metade por homens, metade por mulheres, uma notável e ousada inovação em um continente apontado como cultor do machismo. Bachelet tem também uma bela história pessoal. É filha de um auxiliar próximo do Presidente deposto pelo golpe militar de 1973, Salvador Allende, o General-de-Brigada da Força Aérea Alberto Bachelet, morto nos porões da ditadura Pinochet. A própria Bachelet foi presa e viveu anos no exílio.

Foi ministra duas vezes no governo Ricardo Lagos. Primeiro, uma excelente ministra da Saúde, quando elaborou um programa que estará totalmente implantado até 2010, quando termina seu próprio Governo. Como ministra da Defesa, também a primeira em um país latino-americano, promoveu uma reconciliação definitiva entre

civis e militares, cicatrizando velhas feridas, com o pensamento e o olhar postos no futuro.

O Chile sempre foi um país próximo do Brasil, um aliado estratégico. Apoiou a aspiração brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e o projeto de constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações. Dois acordos importantes estão sendo negociados no momento: um memorando de entendimento sobre energia e mineração e um acordo sobre cooperação jurídica em matéria penal.

Esperamos que o Chile se torne, brevemente, membro pleno do Mercosul, ao qual já é associado. Na visita que fará dia 11 ao Brasil, a Presidente Michelle Bachelet certamente encontrará entre nós todo o apoio e demonstração de amizade que ela e o seu país merecem.

## TEMPO DE CRESCIMENTO

*Publicado em 2/4/2006*

O Brasil tem passado, de um ano para cá, por uma das mais graves crises políticas e institucionais da nossa história recente. Ficou claro, no entanto, que nossas instituições democráticas estão maduras para suportar períodos de turbulência. Afinal, em nenhum momento houve qualquer ameaça aos avanços que vimos construindo desde a promulgação da Constituição de 1988. A tensão institucional entre os Poderes da União também está sendo desfeita, com maturidade e espírito público de todos os envolvidos.

Outra boa notícia é que a economia não foi contaminada pela crise. A inflação continua sob controle e a estabilidade, tão duramente conquistada, permanece no horizonte do nosso País. Como presidente do Congresso Nacional, cabe-me garantir que as apurações em curso não sejam interrompidas, que não haja impunidade, mas cabe-me, principalmente, olhar para a frente, propor, mais uma vez, uma Agenda para o Brasil.

Recebi, no último dia 28, a Agenda Legislativa da Confederação Nacional da Indústria – CNI, uma série de propostas que objetivam acelerar o crescimento econômico. Um crescimento que se faz, mais do que nunca, necessário. Nesse sentido, e em nome do interesse de todos os brasileiros, é preciso apoiar o novo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, ajudá-lo a acertar a mão no câmbio, a reduzir as taxas de juros, a atrair investimentos e a gerar empregos.

Em junho passado, apresentei ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma Agenda Positiva, em que, entre outros pontos, se impõem

como necessários um choque de gestão na administração pública, a redução dos impostos e dos juros, a recuperação do crédito privado, o equacionamento das dívidas de estados e municípios e a redução da insegurança jurídica. Algumas ações já poderiam ter sido adotadas. Não há justificativa para que continuemos a ter uma das taxas de juros mais elevadas do mundo, nem para que não possamos concluir a Reforma Tributária. As Parcerias Público-Privadas, já aprovadas pelo Congresso, não podem continuar no papel. É preciso que se articule ações para mobilizar empresas e Governo na área de infra-estrutura, um dos gargalos que impedem o nosso crescimento.

***Não há justificativa para que continuemos a ter uma das taxas de juros mais elevadas do mundo, nem para que não possamos concluir a reforma tributária.***

Seria conveniente, como sugere a CNI, flexibilizar o prazo de pagamento do IPI. Sabemos que há empresas que levam até três meses para obter receitas. A exigência do pagamento mensal do IPI torna-se, então, uma sobrecarga quase insuportável. Os empresários também cobram, com toda razão, a aprovação da Lei do Saneamento e a conclusão dos marcos regulatórios, para que haja segurança jurídica e confiança para investimentos.

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, outra reivindicação importante, está na Câmara dos Deputados. Logo que chegar ao Senado, daremos prioridade absoluta para sua votação. Também estamos trabalhando, com o maior empenho, na lei que vai estabelecer o marco regulatório do gás natural.

Não é apenas a crise que não pode paralisar o Executivo nem o Legislativo. No segundo semestre, teremos a campanha eleitoral e não podemos permitir que as eleições, parte fundamental do processo democrático, paralise o País. É hora de construir, de trabalhar. O Brasil não pode mais perder tempo.



## RADIOGRAFIA DO LEGISLATIVO

*Publicado em 9/4/2006*

O Brasil já tem uma radiografia completa das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais do País inteiro. O I Censo do Legislativo, divulgado na semana passada pelo Interlegis, é um trabalho pioneiro, que traz dados reveladores sobre a infra-estrutura física, os serviços de documentação, de comunicação e a estrutura tecnológica de nossas casas legislativas, sobre a produção legislativa e o quadro de servidores legislativos e de parlamentares nos 5.564 municípios brasileiros. O Censo, desenvolvido por meio de parceria entre o Senado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, também mensura o tamanho e o papel de cada partido político – e o PMDB se destaca com 7.999 vereadores e a presidência de 901 Câmaras Municipais. Um material riquíssimo para pesquisa acadêmica sobre o nosso Parlamento e um ponto de partida fundamental para a formulação de políticas e ações voltadas para a melhoria da qualidade da produção do Poder Legislativo.

O Censo revela os mais diversos problemas enfrentados no dia-a-dia do Legislativo. Metade das Câmaras Municipais não tem nem ao menos sede própria, o que acaba levando a uma situação delicada de dependência com relação ao Executivo. Setenta e sete por cento não possuem serviço próprio de comunicação e divulgação, o que prejudica a prestação de contas e a transparência do trabalho. Chama atenção, ainda, o reduzido número de servidores com nível superior ou com alguma especialização que atende os parlamentares. Outro

dado de destaque: 88% de nossos vereadores e de nossos deputados estaduais são homens; a representação feminina se limita a 12%

O Programa Interlegis tem buscado soluções inovadoras para as dificuldades que o Legislativo enfrenta. Um dos esforços é a integração de todas as Casas Legislativas do País; outro, de fundamental importância, é o projeto de modernização das Câmaras Municipais. Mas o I Censo do Legislativo mostra que é necessário lutarmos, juntos, para que as precariedades de funcionamento das Casas Legislativas não se reflitam em diminuição da participação política e em restrições ao pleno exercício democrático. Acima de quaisquer problemas, o importante é que o Legislativo tem buscado sempre ser atuante, nos momentos mais cruciais da vida do País, dos estados e dos municípios.

***A valorização do  
nosso Parlamento é  
tarefa primordial.  
Não existe  
democracia sem um  
Legislativo forte,  
independente.***

A valorização do nosso Parlamento é tarefa primordial. Não existe democracia sem um Legislativo forte, independente. Nem perspectiva de um país mais desenvolvido, mais justo e menos desigual sem o pleno funcionamento de nossas instituições democráticas.

Nesse sentido, temos plena convicção da maturidade política que o Brasil alcançou nos últimos tempos. Apesar da gravidade da crise em que nos vimos mergulhados de um ano para cá, nossas instituições continuam funcionando normalmente. As críticas e embates políticos, naturais no processo democrático, não inviabilizaram o debate legislativo nem colocaram em risco a solidez de nosso Parlamento.

No entanto, precisamos ter a serenidade e o equilíbrio necessários para poder tocar uma Agenda Positiva, uma agenda de crescimento para o Brasil, uma Agenda acima das disputas e interesses partidários acirrados pela crise.

## O CAMINHO DA NEGOCIAÇÃO

*Publicado em 16/4/2006*

Bom senso, equilíbrio e espírito público. Essas três armas são fundamentais para vencer a briga de foice que vem se arrastando há meses em torno do Orçamento Geral da União. Apostar nas negociações é a única forma de evitar que o jogo de pressões e interesses de oposição, Governo e estados continue emperrando a votação da lei orçamentária. Ou seja: continue deixando os investidores sem qualquer sinalização mais clara sobre os rumos econômicos do País.

É o Orçamento que traz a previsão das receitas e das despesas do Governo. É ele que indica os programas e setores prioritários para investimento, que traça o cenário e as metas econômicas em torno dos quais o Executivo trabalha. Atrasar o Orçamento, portanto, é deixar a economia sem foco, quase às cegas.

Uma irresponsabilidade que o Legislativo não poderia admitir. Foi com esse espírito que nos empenhamos, pessoalmente, na costura de um acordo que permitisse a votação. Depois de uma reunião na Presidência do Senado, governadores, empresários e Governo deram o primeiro passo para a negociação em torno do ressarcimento pelas perdas com a Lei Kandir – a maior pedra no caminho. Os estados não podem, de forma alguma, ser penalizados com a redução das compensações financeiras pela isenção do ICMS nas exportações.

O problema não é apenas a Lei Kandir – que tem dez anos, mas nunca foi regulamentada –, nem a briga em torno da planilha de investimentos. Por trás de toda essa polêmica está a falta de critérios

objetivos para a elaboração, tramitação e execução do planejamento das contas da União.

Ao contrário do que acontece na maior parte do mundo, o Congresso brasileiro não participa da principal fase do Orçamento – sua elaboração. Ele recebe a planilha das receitas e despesas da União somente no final de agosto; em vez das comissões temáticas permanentes avaliarem, com cuidado, o planejamento orçamentário de cada área do Governo, o trabalho é centralizado na Comissão Mista de Orçamento. Uma comissão enorme, sem a agilidade e o suporte necessários para analisar matéria tão complexa em apenas três meses.

A Comissão ainda tem que lidar com as pressões dos ministros que não conseguiram impor seus limites orçamentários junto ao Ministério do Planejamento e com as pressões de parlamentares que lutam por emendas que beneficiam suas bases eleitorais. E precisa encontrar soluções para a falta de previsão de recursos para a correção da tabela do Imposto de Renda, para o seguro agrícola e o reajuste do salário mínimo, por exemplo.

O problema não termina com a votação em plenário. Pelo contrário, temos alertado, reiteradamente, que o Orçamento brasileiro é fictício. Basta lembrar que o contingenciamento dos recursos virou rotina nos últimos anos. Um Orçamento meramente autorizativo é uma fonte inesgotável de incertezas. E sem segurança jurídica, bem sabemos, não temos como atrair investimentos e construir um cenário favorável ao crescimento econômico.

Motivos de sobra para apostar na reforma orçamentária. Uma reforma que garanta ao País um Orçamento Público mais impositivo e mais transparente, que sinalize aos agentes econômicos as reais intenções de investimentos e demais gastos na economia. Um Orçamento, enfim, que sirva como instrumento de controle rigoroso de todas as nossas despesas e que assegure uma melhor qualidade no gasto público. Porque nosso Estado gasta demais. E gasta mal.

***Sem segurança jurídica, bem sabemos, não temos como atrair investimentos e construir um cenário favorável ao crescimento econômico.***

## ELEIÇÕES MAIS TRANSPARENTES

*Publicado em 23/4/2006*

Foi mais uma resposta do Congresso diante da crise política. As mudanças nas regras eleitorais, aprovadas na semana passada, podem até não colocar um ponto final no “caixa dois” das campanhas, uma prática que, infelizmente, já virou rotina no Brasil. Mas, certamente, vão reduzir em muito o abuso do poder econômico nas eleições e a relação promíscua entre empresários, partidos e poder público.

A proibição de *showmícios*, de propagandas em *outdoors* e de distribuição de camisetas, bonés e outros brindes vai baratear consideravelmente as campanhas. O corte nos gastos é ainda mais radical com a determinação de que a propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV seja restrita à gravação, em estúdio, do candidato e de filiados ao seu partido. Gravações externas, montagens ou trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais estão proibidos.

A propaganda eleitoral vai ficar mais monótona? Vai, é verdade. Mas o eleitor – e a democracia brasileira – sairá ganhando, com certeza. E não é apenas pela redução dos gastos, que torna a competição menos desigual e menos sujeita ao abuso do poder econômico. Com as novas regras, adotadas com base no projeto do Senador Jorge Bornhausen (PFL/SC), o candidato vai ter que conquistar votos a partir de suas idéias, de seu programa político, e não de atrativos como brindes, *shows* com artistas famosos ou propagandas emotivas.

O projeto vai além. Inibe o troca-troca partidário, ao estabelecer que o tempo de propaganda eleitoral seja proporcional ao tamanho da bancada de cada partido na data da eleição e não do início da legisla-

tura. Também estabelece normas um pouco mais rígidas na prestação de contas eleitorais. Partidos, coligações e candidatos serão obrigados a divulgar, pela internet, todas as doações e gastos de campanha, nos dias 6 de agosto e 6 de setembro. As doações somente poderão ser feitas em conta registrada por meio de cheques cruzados e nominais ou transferências eletrônicas; pessoas físicas poderão fazer depósitos em espécie até o limite de 10% de seu rendimento bruto. Assim como hoje, se comprovado abuso de poder econômico, o candidato terá seu registro cancelado ou seu diploma cassado.

Instituições beneficentes e religiosas, entidades esportivas, organizações não-governamentais que recebam recursos públicos e organizações da sociedade civil de interesse público ficam proibidas de fazer doações às campanhas eleitorais. O limite dos gastos de campanha deverá ser fixado por lei; não sendo publicada a lei, caberá aos partidos fixar esse limite.

Todas essas mudanças ainda precisam passar pelo crivo do Tribunal Superior Eleitoral, que irá definir se as novas regras valem ou não para as eleições deste ano.

É claro que ainda temos muito que avançar. Um processo eleitoral e um sistema político-partidário verdadeiramente éticos e transparentes dependem de uma reforma política ampla, profunda, capaz de tornar nossas legendas mais fortes e transparentes, de coibir e punir, com rigor, os crimes eleitorais. Mas se essa reforma – que já foi aprovada pelo Senado e está hoje paralisada na Câmara dos Deputados – ainda não saiu do papel, nem por isso vamos deixar de comemorar uma reforma eleitoral que, definitivamente, significa uma conquista de toda a sociedade.

***Vão reduzir em muito o abuso do poder econômico nas eleições e a relação promíscua entre empresários, partidos e poder público.***

## COMPROMISSO COM OS MUNICÍPIOS

*Publicado em 30/4/2006*

O Brasil tem 5.564 municípios, a maioria em situação financeira absolutamente caótica. Basta dizer que mais de 3 mil deles estão inadimplentes com o INSS. Nosso país é o único do mundo em que os municípios são entes federados; mas eles não têm a menor condição de arcar com todas as responsabilidades que lhes foram outorgadas pela Constituição de 1988 e outras normas legais.

A solução para o endividamento das prefeituras não pode ficar na dependência de interesses políticos e partidários. A responsabilidade diante da crise vivida pelos municípios brasileiros tem que ser maior que a disputa eleitoral. Por isso mesmo, apesar do impasse que paralisou a votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados – reforma já aprovada há mais de dois anos pelo Senado –, oposição e Governo têm que se unir para garantir o aumento do Fundo de Participação dos Municípios em um ponto percentual. Em vez de repassar para o Fundo 22,5% do IPI e do Imposto de Renda que arrecada, a União repassaria 23,5%.

A medida, que deverá proporcionar uma receita adicional de cerca de R\$ 1,3 bilhão aos municípios, foi uma das principais reivindicações apresentadas na IX Marcha em Defesa dos Municípios, que movimentou Brasília na semana passada. Uma reivindicação mais do que justa, assim como a aprovação do FUNDEB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, e a fixação de um percentual mínimo de investimento da União na área de saúde, prevista no Pro-

jeto de Lei Complementar nº 1, de 2003, que tramita na Câmara dos Deputados.

A luta municipalista tem garantido avanços consideráveis. Entre eles, a criação do Comitê de Articulação Federativa e o repasse de 100% do Imposto Territorial Rural para os Municípios. Foi a pressão – legítima – do movimento municipalista que assegurou, também, a aprovação, pelo Congresso Nacional, da renegociação das dívidas das prefeituras com a Previdência Social. Um alívio financeiro significativo, já que os débitos podem agora ser quitados em 240 meses, com 50% de desconto. A aprovação da Medida Provisória nº 255, na qual me empenhei pessoalmente, estabeleceu, ainda, limites para o comprometimento mensal de pagamentos dos débitos com o INSS – 15% da receita corrente líquida, desde que não ultrapasse 9% do Fundo de Participação dos Municípios.

***O Regime Especial de Pagamento de Precatórios é uma forma de assegurar condições mínimas de governabilidade aos municípios.***

Os precatórios são uma dor de cabeça a mais para as administrações municipais. No mês passado, encampei as sugestões entregues pelo então Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, e apresentei uma proposta de emenda à Constituição instituindo o Regime Especial de Pagamento de Precatórios – no caso dos municípios, a despesa com precatórios ficaria limitada a 1,5% da receita primária líquida do ano anterior. É uma forma de assegurar condições mínimas de governabilidade aos municípios. A proposta deve tramitar em caráter de urgência.

A preocupação do Senado com o equilíbrio federativo ficou bem clara com a criação, no ano passado, da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, integrante da estrutura da Comissão de Assuntos Econômicos. Ou, ainda, com a criação do programa Minuto do Município, veiculado pela TV Senado. No que depender do Senado, a luta municipalista já se pode considerar vitoriosa.



## PRODUÇÃO LEGISLATIVA EM ALTA

*Publicado em 7/5/2006*

A possibilidade de paralisação da atividade legislativa e de boa parte da administração pública foi uma das maiores ameaças vividas pelo País diante da gravidade da atual crise política. Mas depois de 11 meses de denúncias de corrupção, caixa dois, desvios de recursos públicos, debates e investigações exaustivas por parte das Comissões Parlamentares de Inquérito, o Congresso Nacional mostra que não fugiu de sua responsabilidade legislativa: apesar do andamento de muitos projetos ter sido, efetivamente, prejudicado pela crise, pela primeira vez, em 16 anos, a maioria das propostas aprovadas por deputados e senadores teve origem no próprio Legislativo.

Os dados são do boletim informativo *Tendências*, voltado para investidores e empresários nacionais e do exterior, além de outros formadores de opinião. Em 2004, o Executivo foi responsável por 81% do total da produção legislativa. Restaram ao Congresso Nacional apenas 14% e ao Judiciário, 5%. Em 2005, o quadro se reverteu – o Parlamento produziu 62% das leis promulgadas no Brasil, ficando o Executivo com 36,5%. Não se incluem, aí, os projetos de lei de créditos orçamentários, é importante que se diga. Deve-se lembrar, também, que o Executivo dispõe do recurso do pedido de urgência para as propostas que julga realmente importantes.

O Senado Federal tem uma participação fundamental nesse resultado. Nessa Casa, os partidos, principalmente os de oposição, seus líderes e parlamentares, com atuação aguerrida no campo da luta democrática, em nenhum instante ultrapassaram a fronteira do desequilíbrio e da insensatez. O funcionamento simultâneo de cinco CPIs – que contaram com nosso mais completo apoio para conduzir

as investigações de forma isenta e rigorosa – não impediu que votássemos todas, absolutamente todas as matérias, muitas delas de elevada complexidade política e técnica.

Além da intensa atividade de investigação, continuamos, em 2005, a sofrer com a edição abusiva de medidas provisórias. Basta dizer que elas paralisaram 65% das sessões do Senado no ano passado. Mesmo assim, os senadores cumpriram o seu dever e aprovaram propostas da maior importância, como os projetos da reforma infraconstitucional do Judiciário, a minireforma eleitoral, a mudança no rito de tramitação das medidas provisórias, o programa de gestão de florestas públicas, a instituição da licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção de crianças, e a mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação para estabelecer em nove anos a duração mínima para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.

***O compromisso do Senado é trabalhar cada vez mais, buscando aprimorar o quadro institucional brasileiro e criar condições para o sonhado crescimento econômico sustentado.***

Apesar do empenho do Senado, o resultado das votações nem sempre se faz sentir de imediato. A exemplo da reforma tributária e da reforma política, aprovadas há anos pelo Senado, muitas matérias acabam paralisadas na Câmara dos Deputados, que sofreu de maneira mais dura as conseqüências da crise política. Mas boa parte da responsabilidade por projetos importantes não saírem do papel cabe à burocracia estatal e à paralisação da máquina pública. É o caso das parcerias público-privadas, exaustivamente debatidas e aprimoradas por sugestões de vários senadores. Quem sai perdendo é o País, uma vez que os investimentos proporcionados pelas PPPs são vitais para a recuperação de nossa infra-estrutura.

O compromisso do Senado é trabalhar cada vez mais, buscando aprimorar o quadro institucional brasileiro e criar condições para o sonhado crescimento econômico sustentado.

## ORÇAMENTO À PROVA DE FRAUDE

*Publicado em 14/5/2006*

A Operação Sanguessuga não expôs apenas um esquema mafioso de compra fraudulenta de ambulâncias para as prefeituras. Expôs, acima de tudo, a fragilidade na elaboração, tramitação e execução do Orçamento Geral da União. Afinal, são as falhas no Orçamento que dão margem a fraudes como as denunciadas agora. Mudar, radicalmente, o processo de elaboração, tramitação e execução da peça orçamentária é um compromisso que assumi, junto com o Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e com os líderes partidários.

Ainda esta semana, uma comissão de seis parlamentares vai apresentar um esboço das mudanças necessárias na Comissão Mista de Orçamento e na tramitação da Lei Orçamentária, a partir de propostas que já tramitam nas duas Casas. Hoje, o Orçamento é elaborado pelo Ministério do Planejamento e, antes de ser votado no plenário, é examinado por uma comissão mista de 84 senadores e deputados, que podem alterar até 20% do projeto original.

Esse processo precisa ser mais simples e mais transparente. Precisa passar por um controle rigoroso, de modo a evitar fraudes e abusos. É inadmissível que o Congresso não participe da elaboração do Orçamento, ou que não acompanhe sua execução, como ocorre em quase todos os países democráticos. É inadmissível que a proposta chegue ao Congresso somente no final de agosto, para ser analisada em apenas três meses por uma comissão enorme, que não tem a agilidade e o suporte necessários para trabalho tão complexo.

Uma das sugestões que a comissão criada na semana passada vai analisar é a restrição das emendas coletivas, que abrem brechas para as mais diversas fraudes. A idéia é limitar tais emendas às obras estruturantes, necessárias a projetos essenciais de infra-estrutura. É preciso, também, acabar de vez com o verdadeiro cemitério de obras inacabadas que vemos pelo País. Tais obras ficam paralisadas por anos a fio, seja por irregularidades nos processos de licitação, seja por contingenciamento de verbas. Outra sugestão é a limitação dos poderes do relator-geral do Orçamento, por meio da criação de comitês de apoio ao seu trabalho.

***É preciso, também, acabar de vez com o verdadeiro cemitério de obras inacabadas que vemos pelo País.***

***Fundamental é o fim do Orçamento meramente autorizativo.***

Fundamental, ainda, é o fim do Orçamento meramente autorizativo. O Orçamento aprovado pelo Congresso tem que ser impositivo, pelo menos no que diz respeito às políticas públicas. Não pode sofrer, como hoje, sucessivos – e abusivos – contingenciamentos por parte do Governo. Hoje, o Governo não é obrigado a efetuar as despesas ou executar as obras previstas no Orçamento. É apenas autorizado a fazê-lo, o que permite o chamado contingenciamento. Ou seja, o Governo não libera a verba e nem executa a obra, para conter gastos e garantir superávit fiscal.

A Lei Orçamentária não pode ser uma peça de ficção. Deve, isso sim, apontar para o mercado e para toda a sociedade os investimentos reais e os verdadeiros rumos da política anual de governo.

O Congresso tem a obrigação de levar adiante todas essas mudanças. Enquanto isso, a Comissão Mista de Orçamento, por nossa determinação, está fazendo um estudo minucioso das emendas aprovadas ao Orçamento deste ano. O objetivo é detectar toda e qualquer irregularidade. A sociedade não ficará sem respostas.

## DE OLHO NO CRIME ORGANIZADO

*Publicado em 21/5/2006*

Foi uma resposta imediata e precisa à escalada do crime organizado, cuja violência chocou o País inteiro nos últimos dias. Em 48 horas, o Senado, através da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, sistematizou e votou projetos da maior importância no combate à criminalidade. Entre eles, a instituição do regime disciplinar de segurança máxima para presos de alta periculosidade, o fim da possibilidade de livramento condicional para condenado reincidente em crime punido com reclusão, o isolamento de presos flagrados com celulares e a obrigatoriedade de as concessionárias de telefonia móvel instalarem bloqueadores de celular nos presídios.

É claro que as mudanças na legislação – que precisam, ainda, ser bem mais profundas, especialmente na área penal e de processo penal – não vão resolver, de pronto, a tragédia da violência urbana, sustentada no narcotráfico e no contrabando de armas, sem falar na inexistência de políticas efetivas de inclusão social e distribuição de renda. Mas o Congresso tem, seguramente, um papel fundamental a cumprir nesse momento.

Não é possível que criminosos continuem, por trás das grades, comandando o tráfico, articulando rebeliões, ataques e assassinatos. Não é possível que armas, drogas e celulares continuem circulando livremente nos presídios. O bloqueio de celulares nas cadeias, o estabelecimento de um regime disciplinar rigoroso para bandidos mais perigosos e a criação de um sistema de inteligência capaz de detectar corrupção nas prisões são providências óbvias, mínimas, exigidas pela sociedade.

Aprovadas pela CCJ, essas medidas seguem agora para a Câmara, que vai analisar, ainda, outro projeto da maior importância, também aprovado pela CCJ: a criação de um programa de subsídios para a compra de moradia por bombeiros, policiais militares e civis. O projeto, de minha autoria, vai evitar que policiais continuem morando em áreas de risco, por completa falta de condição financeira.

O próximo passo é atacar o maior nó na área de segurança pública, a escassez de recursos. É inadmissível que os investimentos gerais em segurança, por parte do Governo Federal, tenham encolhido 11% de um ano para cá (de R\$533 milhões para R\$475 milhões). Pior: que os repasses aos estados, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, tenham caído 28% (de R\$ R\$380,8 milhões para R\$275,8 milhões) entre 2004 e 2005. Embora o sistema penitenciário tenha um déficit de cerca de 135 mil vagas, o Fundo Penitenciário Nacional também teve uma redução significativa no período. Tudo em nome do superávit orçamentário, para sustentar o pagamento dos juros da dívida interna. Somente foram registrados aumentos de investimentos para a Polícia Federal – e, não por coincidência, é este o organismo de segurança que mais vem apresentando resultados ultimamente.

Pois essa semana a CCJ vota uma Proposta de Emenda Constitucional de minha autoria que torna obrigatórios os gastos com segurança por parte das administrações federal, estaduais e municipais – 15% da arrecadação da União, 7%, no caso dos Estados, 5%, no do DF, e 1%, no dos Municípios. Os percentuais estão sujeitos à negociação; mesmo assim, a proposta deve encontrar resistência, diante da vinculação orçamentária e da proibição de contingenciamento.

Mas são exatamente essas as garantias de que o setor de segurança pública terá a prioridade que merece. A prioridade que o Brasil inteiro exige.

***A CCJ vota uma Proposta de Emenda Constitucional de minha autoria que torna obrigatórios os gastos com segurança por parte das administrações federal, estaduais e municipais.***

## ÁLCOOL: PRODUÇÃO ESTRATÉGICA

*Publicado em 28/5/2006*

A nacionalização das jazidas de hidrocarbonetos da Bolívia não é um episódio isolado. Em todo o mundo, há uma onda nacionalista e um reposicionamento estratégico e geopolítico com base no controle dos recursos energéticos. Os preços internacionais do petróleo não param de subir, o que é agravado pelo consumo cada vez maior de países como a China e a Índia, que crescem a taxas médias de 6% ao ano. Há ainda o fato de que as jazidas de petróleo no mundo deverão estar esgotadas em cerca de 30 anos.

Em 2005, a Rússia reestatizou a empresa Gazprom, no que foi seguida pela Nigéria e pelo Casaquistão. A Alemanha e a Rússia estão construindo um gasoduto entre os dois países pelo Mar Báltico, excluindo a Europa Central, o que tem motivado protestos. A Inglaterra aumentou em 10% os impostos sobre o petróleo extraído do Mar do Norte. Recentemente, o governo de Honduras anunciou que vai renegociar contratos com as multinacionais petroleiras do país.

Nos Estados Unidos, o tema é tratado como de segurança nacional e a busca por alternativas ao petróleo é febril. O país, maior exportador mundial de milho, vai dedicar metade de suas safras à produção de álcool combustível. Segundo recente artigo do *Financial Times*, os EUA terão que produzir 68 milhões de toneladas de milho a mais do que as produções somadas do Brasil, Canadá e Indonésia, a fim de cumprir a lei que exige uma produção de etanol de 7,5 bilhões de galões até 2012.

Tudo isso comprova que o Brasil precisa investir maciçamente na produção de combustíveis alternativos. Nossa experiência já chama a atenção no mundo. O Governador da Florida, Jeb Bush, irmão do Presidente George Bush, insiste na necessidade de maior cooperação com o Brasil em tecnologia e produção. O 23º Congresso Mundial de Gás Natural, que vai acontecer em Amsterdã, agora em junho, terá a tecnologia brasileira como um dos principais temas. E a França acaba de assinar um acordo com o Brasil comprometendo-se a desenvolver tecnologias biocombustíveis para aplicação em países pobres.

Atualmente, produzimos quase 17 bilhões de litros de álcool, o dobro da produção da época áurea do Proálcool, nos anos 70/80. Temos uma área plantada de cana-de-açúcar de seis milhões de hectares e a mais avançada tecnologia mundial no setor alcooleiro.

É, portanto, decisivo para o futuro do Brasil tratar a questão do álcool combustível como estratégica. Precisamos de uma reforma tributária consistente, uma queda substancial nas taxas de juros, redução da burocracia, investimentos maciços em infra-estrutura e apoio dos fundos de investimento, do BNDES e do Governo. É uma tarefa nacional. O setor privado tem feito a sua parte, modernizando-se, investindo na medida do possível e apostando nas regras de mercado.

O setor canavieiro no Brasil gera mais de um milhão de empregos e movimentava mais de R\$40 bilhões. É possível crescer 12,6% ao ano, em média, nos próximos dez anos. Poderemos nos transformar na grande potência energética do planeta, não só com base no álcool, mas em outras matrizes energéticas de origem vegetal. Precisamos trabalhar com os olhos postos no futuro. O momento é este, a missão, como disse, é estratégica, não importa qual seja o próximo Presidente da República.

***Poderemos nos transformar na grande potência energética do planeta, não só com base no álcool, mas em outras matrizes energéticas de origem vegetal.***



## O MUNDO DA COPA

*Publicado em 4/6/2006*

Como era inevitável, a globalização atingiu em cheio o altamente profissionalizado universo do futebol e a Copa do Mundo tornou-se o evento mais assistido em todo o planeta, capaz de paralisar a maior parte da população dos países envolvidos em sua disputa. Sem dúvida, é o evento que tem a mais ampla cobertura dos meios de comunicação do mundo.

Nos tempos mais românticos e menos profissionalizados do futebol, os meses que antecediam as Copas do Mundo eram tempos de discussão entre as torcidas dos clubes brasileiros, que defendiam a convocação dos jogadores de seus próprios times. Hoje, apenas três jogadores atuam em nosso País, mesmo assim por mero acaso. Não seria surpreendente se fossem todos “estrangeiros”.

Apenas duas seleções, das 32 que disputarão a Copa, têm 100% de jogadores atuando em seus próprios países: Arábia Saudita e Itália. Mesmo países de culturas mais fechadas, como o Irã, ou de futebol milionário, como Inglaterra e Espanha, lançarão mão de profissionais que atuam no estrangeiro. Há jogadores brasileiros nas seleções do Japão, Tunísia, Portugal, México e até na da Espanha. Nem por isso a Copa do Mundo deixa de ser uma apaixonante festa popular de nacionalidades, em sua forma sadia, mesmo na sisuda e organizada Alemanha, ou na sofisticada França.

As torcidas nacionais também se globalizaram. Qualquer espanhol que torça pelo Barcelona irá torcer também pelo gênio brasilei-

ro Ronaldinho Gaúcho; todo bávaro torcedor do Bayern de Munique terá uma parte do seu coração acompanhando os movimentos de Lúcio e Zé Roberto. Da mesma forma, metade dos milaneses ficará dividida entre a sua Itália e os brasileiros Dida, Cafu e Kaká. A outra metade de Milão acompanhará Adriano.

Nós, brasileiros, sonhamos com o dia em que, novamente, teremos uma seleção formada apenas por jogadores que atuam aqui mesmo, no Brasil, sem prejuízo técnico ou financeiro para suas carreiras. Temos perdido grandes talentos até mesmo para países com economias menores do que a brasileira, como a Turquia ou a Ucrânia, ou com muito menor tradição e peso futebolístico, como o Japão, a Coreia, a Rússia, ou os países árabes.

Para voltarmos a manter aqui nossos jovens talentos, temos que retomar o crescimento econômico do País, modernizar a administração dos

nossos clubes e estimular os investimentos privados no futebol. Já temos um calendário anual, o que sempre foi a grande reivindicação dos profissionais da área e da imprensa esportiva. Qualquer menino hoje sabe que o primeiro semestre é dedicado aos campeonatos estaduais, à Copa do Brasil e à Libertadores. De abril a dezembro, temos o Campeonato Brasileiro e, no segundo semestre, a Copa Sul-Americana.

Todos os clubes podem, portanto, fazer um planejamento anual e dar férias de 30 dias aos profissionais. Mas as fontes de receita não podem mais ser baseadas apenas nas bilheterias de jogos, nas vendas de jogadores e nas cotas de televisão. Os clubes de futebol também não podem mais partilhar suas receitas com a parte social dos clubes, em um caixa único. É preciso que diversifiquem suas fontes de receita, que profissionalizem suas administrações, que atraiam investidores. É um longo caminho, que será trilhado e é irreversível. E vamos ao hexa!

***É preciso que diversifiquem suas fontes de receita, que profissionalizem suas administrações, que atraiam investidores. É um longo caminho, que será trilhado e é irreversível. E vamos ao hexa!***

## ATAQUE À DEMOCRACIA

*Publicado em 11/6/2006*

Os baderneiros que invadiram e depredaram as dependências da Câmara dos Deputados atacaram, na verdade, um dos pilares da democracia: a representação popular, através do Congresso Nacional. Investir contra um dos maiores símbolos de nossa República é afrontar o Estado de Direito, é desconhecer, por completo, normas mínimas de convivência democrática. Ao contrário do debate político conduzido por movimentos sociais legítimos, o *show* de vandalismo patrocinado na semana passada foi ação de segmentos isolados, atrasados e radicais. Afinal, a luta por ideais democráticos precisa ser pautada pelo diálogo e pelo respeito, nunca pela violência e pela anarquia.

Num momento delicado como o atual, conturbado por uma grave crise política e pelo acirramento dos debates eleitorais, a invasão do Congresso por militantes enfurecidos é particularmente grave.

O Brasil que sonhamos não vai ser construído através da violência e do autoritarismo – de direita, ou de esquerda. A indignação diante de tantas denúncias não vai ser resolvida com atos de vandalismo. O debate político precisa ser baseado na ética, no espírito público e no respeito às nossas instituições e aos nossos ideais democráticos.

E o brasileiro, felizmente, sabe bem disso. Basta ver a reação, no País inteiro, da população, das mais diversas autoridades e da imprensa. Parlamentares da oposição e Governo também se uniram no repúdio ao episódio e na defesa de nossas instituições.

A reação do Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, não poderia ter sido mais precisa. Em nenhum momento, ele aceitou negociar com o bando de manifestantes, que espalhou pânico pelo Salão Verde, pelos corredores e pelos gabinetes, durante mais de duas horas. Também não deu ouvidos para os que pediram a intervenção de Forças Militares e até do Exército. Mandou prender todos os arruaceiros, mas não abriu mão da soberania da Casa, que tem sua própria polícia legislativa. A seu pedido, quase mil policiais do Batalhão de Operações Especiais foram deslocados para o Congresso, mas permaneceram do lado de fora do prédio, esperando a saída dos manifestantes presos.

A baderna da semana passada não vai nos intimidar ou mudar a rotina do Congresso Nacional. Vamos continuar recebendo de braços abertos os movimentos sociais, a sociedade organizada, as entidades de classe, enfim, todos que queiram, de forma legítima e dentro da ordem vigente, trazer suas reivindicações, suas sugestões e reclamações.

Não vamos dar o braço a torcer a um punhado de radicais, nem abrir mão de nossa vocação democrática. A Casa do Povo é a casa de todos: trabalhadores e empresários, ricos e pobres, negros e brancos, senadores, deputados, vereadores e servidores. Não vamos endurecer a segurança, nem barrar quem quer que seja.

Fui militante e manifestante, fui às ruas na juventude, sem pegar em armas. Fui ministro da Justiça e jamais preguei a violência como solução para as crises. Sou um pacifista por convicção. E quem tiver essa mesma inspiração e o respeito às instituições democráticas pode contar comigo.

***O Brasil que  
sonhamos não  
vai ser construído  
através da violência  
e do autoritarismo  
– de direita, ou de  
esquerda.***

## DÍVIDAS RENEGOCIADAS

*Publicado em 18/6/2006*

Preços baixos, câmbio desfavorável, dívidas acumuladas, febre aftosa, estiagem prolongada. Responsável por um terço de toda a riqueza do País, o setor agrícola vem amargando uma série de dificuldades, nos últimos tempos. A seca que destruiu lavouras no Sul e no Centro-Oeste no começo do ano passado e que afetou, depois, a agricultura nordestina, agravou ainda mais o problema. O Plano Agrícola e Pecuário para a próxima safra, anunciado em maio, foi incapaz de garantir mais fôlego para os agricultores. Sem uma nova renegociação das dívidas rurais, o setor corria o risco de entrar em colapso.

Atento às demandas do campo, apostamos na negociação com Governo e agricultores. O resultado foi a aprovação de projeto, garantindo a repactuação de dívidas de 167 mil agricultores que atuam na área de abrangência da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a ADENE. Tive a honra de poder presidir a sessão que aprovou tal medida, conduzindo a prioridade necessária na pauta que a medida exige. Enquanto a medida provisória original limitava em R\$50 mil o valor das dívidas a serem renegociadas, o projeto votado no Senado estendeu o benefício para agricultores com dívidas até R\$100 mil. O prazo de pagamento foi ampliado de seis para dez anos e os juros anuais, estabelecidos em 6% para os agricultores familiares, pequenos e miniprodutores, e em 8,75% para produtores de maior porte. As cooperativas também vão poder ser beneficiadas e dívidas já refinanciadas anteriormente poderão ser renegociadas. O custo estimado com as renegociações é de R\$4 bilhões.

É o ideal? Ainda não. O Brasil tem uma enorme dívida para com o setor agrícola, de importância estratégica para a exportação, a estabilidade de preços e toda a movimentação da economia nacional. Há cobranças para a criação de um seguro contra perdas na safra, ou medidas mais ousadas que acabem, de vez, com a inadimplência no campo. A questão cambial é outro assunto delicado, que precisa ser avaliado de forma rigorosa para que a agricultura – e outros setores exportadores – não continuem a ser prejudicados com a sobrevalorização do real.

Mas, ao determinar a inversão da pauta da Ordem do Dia que permitiu a votação do projeto, eu tinha, como presidente do Congresso e como líder nordestino, perfeita consciência de que o projeto significava um avanço considerável para a agricultura do Nordeste. De acordo com o Relator Fernando Bezerra e os técnicos que negociaram o projeto, a renegociação das dívidas, da maneira proposta, alcança praticamente todos os agricultores inadimplentes da região.

A liberação de créditos e de verbas orçamentárias para a comercialização das lavouras em fase de colheita, anunciada recentemente, foi uma iniciativa bem-vinda, mas atrasada e insuficiente em face das dificuldades vividas por milhares de agricultores. Passo mais ousado foi a decisão, também anunciada recentemente pelo Banco do Brasil, de renegociar as dívidas de cerca de 2.500 produtores, no valor de R\$960 milhões. Mas precisamos estar mais atentos para não deixar desprotegido um setor tão estratégico. E para adotar medidas emergenciais que realmente atendam a tempo as necessidades do campo.

Os deputados tinham prazo até 4 de julho para analisar e votar a proposta, para que a Medida Provisória nº 285/06, que deu origem ao projeto, não perdesse a validade. Na terça-feira, mesmo diante da expectativa que tomou conta de todos os brasileiros com a estréia da seleção na Copa da Alemanha, a Câmara aprovou a MP, que vai agora para sanção presidencial.

***O Brasil tem uma enorme dívida para com o setor agrícola, de importância estratégica para a exportação, a estabilidade de preços e toda a movimentação da economia nacional.***

## PARCERIA BEM-VINDA

*Publicado em 25/6/2006*

O grande salto de desenvolvimento experimentado pelo Brasil ao longo do século XX deveu-se a investimentos maciços do Estado. Foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobras, a Eletrobrás, o BNDE (atual BNDES), a Embratel e a indústria petroquímica. O modelo, no entanto, esgotou-se. O Estado perdeu a capacidade de investir, principalmente em razão do endividamento e do pagamento de juros sobre a dívida. A grande expectativa, para investimentos de maior porte, passou a ser as parcerias público-privadas.

As PPPs já apresentaram excelentes resultados em Portugal, na Espanha, na Inglaterra e no Chile, entre outros países, principalmente nos setores de transporte público de passageiros e de carga (ferrovias, rodovias), no saneamento, na construção de hospitais e de presídios. De acordo com o modelo brasileiro, aprovado pelo Congresso Nacional há um ano e meio, a parceria funciona da seguinte forma: o setor privado investe em uma obra ou um grande projeto que, uma vez implantado, tem do Poder Público a garantia de rentabilidade. Findo o contrato, todo o patrimônio reverterá ao setor público. Os contratos devem ser superiores a cinco e inferiores a 35 anos, com valor sempre superior a R\$20 milhões.

Apesar da expectativa, no meio político e empresarial, as PPPs deslancharam apenas nos estados, até agora – principalmente em Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Há poucos dias, surgiu a primeira parceria público-privada de Alagoas, entre o Governo do Estado, a Petrobras e a indústria Cimpol Brasil. A PPP vai permitir o asfal-

tamento da via de acesso da Fábrica de Cimento Atol à BR101, a rodovia federal que corta a cidade de São Miguel dos Campos. É uma parceria simples, de pequeno porte, mas os efeitos que ela vai desencadear na economia alagoana mostram bem a importância das PPPs para o País. Mas, no plano federal, não há sequer uma PPP em licitação ou já implantada.

Há cerca de um ano, propus pessoalmente ao Presidente da República uma agenda positiva de trabalho que incluía a criação imediata do órgão gestor das PPPs e a licitação e execução das parcerias que fossem identificadas como possíveis e viáveis. Ao longo desse período, entidades como a Associação Brasileira da Indústria de Base apresentaram novas sugestões, mas nada aconteceu ainda.

Sem um órgão gestor definido e num cenário econômico marcado pela insegurança jurídica, as PPPs dificilmente conseguirão sair do papel. Precisamos, urgentemente, aprovar a lei que define as funções e responsabilidades das agências reguladoras, precisamos votar os marcos regulatórios do gás e do saneamento e, ainda, resolver os problemas de licenciamento ambiental que impedem mais investimentos em energia elétrica. Não há dúvida: sem segurança jurídica, não há como atrair investimentos nem como retomar o caminho do desenvolvimento.

***Não há dúvida: sem segurança jurídica, não há como atrair investimentos nem como retomar o caminho do desenvolvimento.***



## NUNCA MAIS

*Publicado em 2/7/2006*

O Brasil virou a página da ditadura militar há mais de 20 anos. Mas não conseguiu enterrar um dos piores crimes contra os direitos humanos. Se hoje a tortura já não tem a motivação política daquela época, se não tem o aval do Estado, nem por isso deixa de ser rotina, especialmente nas delegacias, nas cadeias, nos centros de reabilitação de menores. O Informe 2006 da Anistia Internacional, divulgado no mês passado, denuncia que a violação dos direitos humanos atinge níveis alarmantes no Brasil e coloca o dedo na ferida: maus-tratos no momento da detenção e dos interrogatórios dos criminosos são comuns, muitas vezes chegando à morte. Um cenário intolerável e que merece o repúdio de toda a sociedade, quando acaba de se comemorar o Dia Mundial de Combate à Tortura, agora, em 26 de junho.

Leis é que não faltam. A Constituição brasileira é bem clara, em seu artigo 5º : “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. O mesmo artigo considera a prática da tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. A tipificação do crime é detalhada na Lei nº 9.455/97, conhecida como a Lei da Tortura. O Brasil, além disso, é signatário dos principais instrumentos internacionais nesse sentido, entre eles a Convenção Contra a Tortura e Outras Formas Cruéis, Desumanas ou Degradantes de Tratamento ou Punição, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1984. Ao assinar a Convenção, cinco anos depois, o então Presidente José Sarney sublinhou a importância política dessa adesão para um Brasil recém-redemocratizado.

O Congresso deve, agora, aprovar o Protocolo Facultativo Contra a Tortura e Outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, assinado pelo Governo brasileiro em 2003. O Protocolo, que está sendo examinado pela Câmara dos Deputados, estabelece um sistema de visitas regulares por órgãos nacionais e internacionais independentes a penitenciárias, delegacias, instituições psiquiátricas e outros lugares onde pessoas encontram-se privadas de liberdade, como forma de fiscalizar e prevenir a prática de tortura. Ele também prevê a criação de órgãos de prevenção à tortura.

Meu compromisso, como Presidente do Senado, é garantir a aprovação urgente do documento, tão logo ele chegue à Casa. Afinal, a luta contra a tortura tem sido uma das minhas principais preocupações, desde a época de líder estudantil, quando fui um dos fundadores, juntamente

***Fui um dos fundadores, juntamente com o hoje Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, de um dos primeiros movimentos contra a tortura.***

com o hoje Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, de um dos primeiros movimentos contra a tortura.

A iniciativa do Governo de criar o Comitê de Prevenção e Controle da Tortura e de lançar uma campanha para estimular as denúncias de tortura, crime tão grave quanto o latrocínio e o estupro, é evidentemente louvável. Mas é preciso mais. É preciso, antes de tudo, enfrentar o desafio da reforma do sistema penitenciário, que possui um déficit de quase 200 mil vagas, sem falar em cerca de 200 mil mandados de prisão que ainda não foram cumpridos. É preciso enfrentar, ao mesmo tempo, de maneira mais estrutural, a situação caótica de nossa segurança pública. Tudo isto agravado pela legislação penal obsoleta e pela precariedade de recursos destinados ao setor. Não foi por menos que apresentei Proposta de Emenda Constitucional tornando obrigatórios os gastos com segurança pública.

Merecemos, todos, um Brasil mais justo e menos violento. Um Brasil que não figure, na lista da Anistia Internacional, como um dos campeões no desrespeito aos direitos humanos. Tortura, nunca mais!

## MISSÃO CUMPRIDA

*Publicado em 9/7/2006*

O Senado Federal votou, na última semana, mais de 50 propostas, com destaque para a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização dos Profissionais da Educação, o FUNDEB; o aumento de 16,67% do salário mínimo, estendido pela Câmara dos Deputados aos aposentados e pensionistas do INSS; e o projeto de lei de combate à violência doméstica contra a mulher.

A aprovação do Fundeb era essencial. Ao substituir o Fundef, que atende apenas ao ensino fundamental, e incluir o ensino médio e a educação infantil, o novo fundo ampliará o número de crianças e adolescentes beneficiados de 31 para 48 milhões. Também aumentará de forma considerável o volume de recursos para pagamento de salários de professores e a participação da União no ensino básico.

O projeto de combate à violência doméstica contra a mulher era outra reivindicação antiga. Elaborado a partir de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, o texto torna mais rígidas as punições para os agressores e cria uma vara judiciária especial para tratar desse tipo de crime. Uma conquista importante num país em que, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de agressão.

Convivemos, desde junho de 2005, com graves denúncias e com a necessidade de apurá-las, da forma mais rigorosa possível. De lá para cá, tivemos seis Comissões Parlamentares de Inquérito – dos Correios, do Mensalão, dos Bingos, da Terra, da Emigração Ilegal e, agora, dos Sanguessugas. Mesmo assim, o Senado manteve plena a atividade legislativa.

Desde que estourou a crise política, votamos mais de 1.200 propostas. Reduzimos de 90 para 55 dias o período anual de recesso parlamen-

tar e abolimos o pagamento pelas convocações extraordinárias. Aprovamos boa parte da Reforma Infraconstitucional do Judiciário; a Lei de Biossegurança; o projeto de gestão de florestas públicas; a PEC Paralela da Previdência; o Estatuto da Igualdade Racial; a recriação da Sudene e da Sudam; a repactuação das dívidas dos agricultores do Nordeste; a MP do Bem; a MP do Simples; e o reajuste, em 8%, da tabela de imposto de renda para pessoas físicas. Também merecem destaque, entre outras propostas importantes aprovadas no período, o pacote de emergência contra a criminalidade e a minirreforma eleitoral, que reduz os gastos de campanha e torna as contas eleitorais mais transparentes.

Se não tivemos uma atuação ainda mais vigorosa, foi, em grande parte, por culpa da enxurrada de medidas provisórias editadas pelo Executivo, que acabam trancando a pauta de votações nas duas Casas do Congresso. A mudança nas regras de edição e tramitação das MPs, aprovada no começo do ano pelo Senado e agora em debate na Câmara, é essencial para dar maior rapidez ao processo legislativo e resgatar uma responsabilidade constitucional que cabe, efetivamente, ao Congresso.

Definimos, com a Câmara, um calendário de votações para o período eleitoral. É bom lembrar que nenhum Parlamento do mundo funciona plenamente durante campanhas eleitorais e nem 365 dias ao ano. A Assembléia Nacional francesa, por exemplo, funciona sete meses por ano. Nos Estados Unidos, o Legislativo funciona normalmente de quatro a cinco meses por ano, com recessos alternados. Recesso parlamentar não são férias. Pelo contrário. É a oportunidade que o parlamentar tem para voltar ao convívio com suas bases. E é esse contato com as bases que torna o mandato parlamentar mais legítimo e mais representativo.

***Tivemos seis Comissões Parlamentares de Inquérito – dos Correios, do Mensalão, dos Bingos, da Terra, da Emigração Ilegal e, agora, dos Sanguessugas. Mesmo assim, o Senado manteve plena a atividade legislativa.***

## SANEAMENTO PARA TODOS

*Publicado em 16/7/2006*

Os números são impressionantes: em pleno século XXI, cerca de 82 milhões de brasileiros vivem sem esgoto; 43 milhões, sem água potável; e 14 milhões, sem coleta de lixo. Pelos cálculos do Ministério das Cidades, para que todos os brasileiros tenham acesso a saneamento básico é necessário investir, ao longo de 20 anos, de R\$180 a R\$200 bilhões, cerca de 0,45% do PIB ao ano. Em 2005, esse investimento não passou de 0,26% do PIB. O impulso decisivo para mudar esse cenário e atrair investimentos maciços da iniciativa privada para saneamento básico acaba de ser dado pelo Senado Federal, com a aprovação do marco regulatório do setor.

Aprovar o marco regulatório do saneamento era uma briga antiga. Afinal, o limite de comprometimento dos bancos com financiamentos e o endividamento de estados e municípios impedem a destinação de boa parte do dinheiro público disponível para saneamento. E sem regras claras para a definição de contratos, tarifas, subsídios, direitos e obrigações, ou seja, sem segurança jurídica, as empresas privadas não têm interesse de investir no setor.

O assunto vinha sendo discutido há mais de 20 anos no Congresso e sempre esbarrava na questão da titularidade do saneamento básico, se de municípios ou estados. Hoje, 70% dos serviços estão nas mãos dos estados, 28% nas dos municípios e 2% nas de empresas privadas. A Constituição prevê a municipalização total dos serviços de água e esgoto, mas também diz que cabe aos estados a execução dos serviços de interesse comum. O conflito é evidente. A municipalização to-

tal é inviável, não só na maioria das grandes regiões metropolitanas, onde o mesmo sistema de águas e esgotos atende a vários municípios e é gerido, com algumas exceções, pelos estados. Também as cidades menores e mais pobres não têm como prestar o serviço.

Para contornar a polêmica e garantir a aprovação do marco regulatório, determinei a formação de uma comissão mista de senadores e deputados encarregada de elaborar um texto de consenso, entre as várias propostas em pauta. Foi um trabalho sério e criterioso, comandado pelo Senador César Borges (PFL – BA) e pelo Deputado Júlio Lopes (PP – RJ), com a participação, pelo Governo, do Ministro das Cidades, Márcio Fortes. O texto aprovado em plenário não define a questão da titularidade. A disputa entre estados e municípios será decidida pelo Supremo Tribunal Federal.

***Sem segurança jurídica, as empresas privadas não têm interesse de investir.***

Um dos principais avanços da Lei de Saneamento é a garantia dada à empresa privada concessionária contra a quebra unilateral de contrato pelo setor público. O texto estabelece obrigações e direitos dos usuários e dos prestadores de serviço, bem como mecanismos de cobrança e fiscalização da qualidade dos serviços. Cria três parâmetros para a definição da cobrança pelo serviço de saneamento: o nível de renda da população, as características do imóvel onde o serviço é fornecido e o peso ou volume coletado por habitante ou domicílio. O corte do fornecimento do serviço foi permitido, desde que o consumidor seja avisado com 30 dias de antecedência. A proposta inclui o sistema nacional de informações sobre saneamento e a indicação para a criação de conselhos consultivos, que deverão contar com consumidores e ter controle dos financiamentos do setor.

Aprovado por unanimidade no Senado, depois de muita negociação política, o marco regulatório do saneamento ainda tem que passar pela Câmara dos Deputados. Mas, desde já, aponta para um cenário promissor, em que água tratada e esgoto vão fazer parte da realidade de todos os brasileiros.

## OS NÓS DA SEGURANÇA PÚBLICA

*Publicado em 23/7/2006*

Superlotação nos presídios, falta de condições de trabalho para os profissionais da área de segurança – moradia, salários, equipamentos e treinamento –, brechas numa legislação penal defasada, complexidade de alguns advogados, erros na definição de responsabilidades e na condução da política de segurança pública, escassez ou desperdício de recursos, ineficácia das políticas de inclusão social. Desde que estouraram os ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital – PCC, em São Paulo, o que não falta é explicação para a onda de barbárie que enche de indignação e medo a população brasileira. Encarar de frente tais desafios e encontrar as soluções para a crise é, evidentemente, um debate que deve passar longe das divergências partidárias. Para vencer o crime organizado, é preciso um plano nacional que una Governo Federal, estados e municípios, que envolva o Legislativo, o Judiciário, a sociedade e as mais diversas entidades ligadas à questão da violência e dos direitos humanos.

Não era segredo para ninguém que o sistema penitenciário brasileiro era um barril de pólvora prestes a explodir. Os 111 mortos no massacre de Carandiru, 14 anos atrás, foram o primeiro alerta. Rebeliões e mortes nas cadeias viraram rotina e o poder das facções criminosas foi só aumentando. Num sistema absolutamente falido, celulares e drogas passaram a circular livremente entre os bandidos e tráfico de armas e de drogas, ordens de roubo, de ataques e assassinatos foram, aos poucos, sendo ditados de dentro das cadeias. Um caos.

O importante, nesse momento, é ir além da sensação de revolta e de impotência. Entre outras medidas, tornam-se imprescindíveis o investimento na área de inteligência, o isolamento rigoroso dos líderes das facções criminosas e a investigação e punição rigorosa nos casos de corrupção nos presídios. O combate à impunidade também é essencial. Nos grandes centros do País, hoje, são esclarecidos menos de 2% dos crimes cujos autores não são identificados na hora.

Mudanças na legislação apenas não vão resolver o problema, num passe de mágica. Mas seria um grande avanço evitar o contingenciamento de verbas destinadas à segurança e aumentar o volume desses recursos, conforme estabelece Proposta de Emenda Constitucional que apresentei. Tornar a Justiça mais rápida e mais eficiente, de forma a aliviar o sistema prisional, é outra preocupação. Nesse sentido, o Congresso já deu um bom passo, aprovando parte da Reforma Infraconstitucional do Judiciário.

***Encontrar as soluções para a crise é um debate que deve passar longe das divergências partidárias.***

O Senado fez mais. Tão logo estourou a primeira onda de ataques do PCC em São Paulo, votou um pacote de emergência contra a criminalidade. Entre os dez projetos aprovados, estão o que aumenta os prazos prescricionais para diversos crimes, o que institui o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima, o que obriga as operadoras a instalarem bloqueadores de celular nos presídios e o que cria o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Civis, este de minha autoria. O Senado também modernizou a legislação antidrogas, prevendo a reinserção social de usuários e estabelecendo normas para a repressão ao tráfico.

Todas essas medidas já andaram metade do caminho. Falta apenas sua aprovação pelos deputados e, claro, sua efetiva implementação. Além de aperfeiçoar o aparelho de leis e normas que dizem respeito à segurança pública, é preciso que a sociedade como um todo participe deste debate, cobrando de seus representantes e governantes medidas como essas e outras que provoquem uma verdadeira revolução contra a criminalidade.



## UM BASTA À AGRESSÃO DOMÉSTICA

*Publicado em 30/7/2006*

Foi uma conquista e tanto. Ao aprovar o Projeto de Lei nº 37/06, semanas atrás, o Senado Federal deu um passo decisivo para enfrentar um dos capítulos mais tristes da vida nacional, a violência contra a mulher. O ritmo das agressões é assustador: a cada 15 segundos, uma brasileira é vítima de socos, tapas, pontapés, tiros ou facadas. E documentos do Ministério da Saúde mostram que esse tipo de brutalidade vem só aumentando. Em 2005, os hospitais do Sistema Único de Saúde socorreram 8.464 mulheres agredidas, 30% a mais do que em 2000. O pior é que, na maioria esmagadora dos casos, o agressor é o parceiro com quem a vítima dividia filhos, casa e sonhos. Um cenário vergonhoso, que não podia mais ser ignorado pela legislação brasileira.

O Projeto nº 37/06, que atende a várias convenções internacionais assinadas pelo Brasil na última década, chegou ao Congresso no final de 2004, depois de ter sido amplamente discutido pelos movimentos de mulheres e por representantes de vários ministérios. A versão final reforçou as medidas de repressão à violência doméstica contra a mulher. A primeira providência foi definir, de forma bem clara, este tipo de violência: “Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher ou dano moral e patrimonial”.

Entre os avanços da nova legislação – que ainda depende de sanção presidencial – estão a garantia de assistência judiciária gratuita às mulheres agredidas e a criação de Juizados de Violência Doméstica

contra as Mulheres. Esses Juizados deverão ter advogados, psicólogos e médicos para atender as vítimas e subsidiar os juízes, os integrantes do Ministério Público e o defensor público. O juiz poderá incluir a vítima no cadastro de programas assistenciais do Governo ou garantir seis meses de estabilidade quando a mulher precisar se afastar do emprego.

O projeto aprovado pelo Senado prevê a decretação de prisão preventiva quando o crime envolver violência doméstica e familiar, ou quando houver riscos à integridade física ou psicológica da agredida. O projeto também altera o Código Penal, incluindo o emprego de violência doméstica ou familiar como agravante do crime. Outra mudança envolve a Lei de Execução Penal e permite que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. Importante, ainda, é a fixação de diretrizes de uma política pública de prevenção, com ações articuladas entre Governo e organizações não-governamentais.

Num momento em que o País se vê às voltas com tantas denúncias de caixa dois e corrupção, a aprovação do projeto de combate à violência doméstica contra a mulher – assim como a aprovação de tantos outros projetos, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o FUNDEB, e o pacote de emergência contra a criminalidade – é clara demonstração da importância de nossas instituições. A democracia é muito maior do que a crise política. E o Senado, mais uma vez, dá mostras de que tem cumprido à risca sua responsabilidade diante do País, diante de todos os brasileiros.

***E o Senado, mais uma vez, dá mostras de que tem cumprido à risca sua responsabilidade diante do País, diante de todos os brasileiros.***

## AS LIÇÕES DE ZUZU ANGEL

*Publicado em 6/8/2006*

A pré-estréia do filme *Zuzu Angel*, no auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, foi emocionante. O filme, sobre a luta da estilista mineira para recuperar o corpo do filho torturado e morto durante a ditadura militar, retrata um período triste e amargo da vida nacional. Um período que ainda permanece meio obscuro e que toda a sociedade tem o direito – e o dever – de conhecer de perto, até para não voltarmos a tropeçar nos mesmos erros do passado. Pois a pré-estréia de *Zuzu Angel* no Senado não poderia ser mais bem-vinda. Afinal, a história da estilista e do Congresso Nacional se fundem na luta incansável pela redemocratização do País e pela recuperação dos plenos direitos de nossos cidadãos.

O filme de Sérgio Rezende expõe, pela primeira vez, ao grande público, todo o drama de *Zuzu Angel* e de seu filho *Stuart Edgar Angel Jones*, militante do MR-8 preso e morto depois de barbaramente torturado em maio de 1971. Após ler o relato de uma testemunha sobre as circunstâncias da morte de *Stuart*, *Zuleika Angel Jones* passou cinco anos em busca do corpo do filho e da verdade sobre sua morte. Apelou a atrizes famosas que eram suas clientes, como *Joan Crawford*, *Liza Minelli* e *Kim Novak*, ao Secretário de Estado *Henry Kissinger* e ao Senador *Ted Kennedy*, já que *Stuart* era filho de pai norte-americano e tinha dupla nacionalidade. *Zuzu* deixou com o amigo *Chico Buarque de Holanda* uma carta na qual afirmava que, se alguma coisa lhe acontecesse, seria um atentado. Uma semana depois, morreu em circunstâncias misteriosas – teve o automóvel fe-

chado por um veículo não identificado na madrugada de 14 de junho de 1976.

Essa é uma das muitas histórias trágicas da época que permanecem mal explicadas. Claro que a anistia ampla, geral e irrestrita passou uma borracha sobre o período. Mas as famílias têm todo o direito de saber o que aconteceu aos seus entes queridos e de conhecer o destino de seus corpos. Temos, todos, o direito de conhecer nossa história, em seus episódios mais gloriosos ou mais sombrios.

***Temos, todos, o direito de conhecer nossa história, em seus episódios mais gloriosos ou mais sombrios.***

Como ministro da Justiça, criei a primeira comissão de anistia, que analisa até hoje os benefícios indenizatórios aos perseguidos pelo regime de exceção. Em 2002, relatei no Senado o projeto que regulamentou o pagamento dos benefícios. Há mais de 50 mil pedidos de indenização em análise. Precisamos acertar contas com o passado. Não é o caso de buscar responsáveis – como disse, houve uma anistia total, uma pacificação do País. Trata-se apenas de esclarecer a verdade e, quando for o caso, de indenizar as famílias por suas perdas.

Esse sentimento de resgate de nossa história ficou bem claro durante a pré-estréia de Zuzu Angel, que teve, entre outros convidados, o vice-Presidente José Alencar, a Primeira-Dama, Marisa Letícia, a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, e as atrizes Luana Piovani e Patrícia Pillar, que interpreta de forma magnífica a estilista Zuzu Angel.

Foi em homenagem à amiga Zuzu que Chico Buarque compôs, em parceria com Miltoninho, do MPB-4, a belíssima “Angélica”: “...Quem é essa mulher, que só queria embalar seu filho, que mora na escuridão do mar...”. É o que agora o Brasil inteiro vai saber.

## A FORÇA DO ORÇAMENTO IMPOSITIVO

*Publicado em 5/8/2006.  
(Jornal Correio Braziliense)*

Seriedade e transparência na condução dos gastos públicos. É o mínimo que se espera de qualquer governo, o mínimo necessário para criar um ambiente de segurança jurídica capaz de atrair investimentos e estimular o crescimento econômico. Essa seriedade e essa transparência podem ser medidas na elaboração, na votação e na execução do Orçamento Geral da União, a lei que aponta os índices econômicos que servem de base para o planejamento do Governo e que sinaliza a intenção de investimentos e a previsão de receitas do Estado. Quanto mais transparente e realista o planejamento orçamentário, mais credibilidade vão ter as políticas públicas e menos brechas vão existir para fraudes e corrupção.

Ainda falta muito para termos um Orçamento transparente e realista, é verdade. Mas é verdade, também, que o Senado deu um passo fundamental nesse sentido, ao aprovar a Proposta de Emenda Constitucional que obriga o Governo a executar o Orçamento votado pelo Congresso, sob pena de crime de responsabilidade.

O Orçamento impositivo reafirma a soberania do Legislativo e o justo equilíbrio entre os Poderes da República. Ao aprovar a emenda, o Senado disse “não” ao contingenciamento abusivo que vem tornando o Orçamento uma mera peça de ficção, nos últimos tempos. Disse não à forma como vem sendo conduzida, ano após ano, matéria de tanta importância para os destinos do nosso País. Disse não ao

cemitério de obras inacabadas que vemos pelo País inteiro. Afinal, o contingenciamento de verba – ao lado de irregularidades nos processos de licitação – é responsável por boa parte das quase 3 mil obras paralisadas no Brasil.

Temos consciência de que o Governo não pode ficar engessado na execução dos gastos orçamentários, especialmente diante de situações de calamidade pública ou diante de eventuais prejuízos na arrecadação. Por isso mesmo, a Proposta de Emenda Constitucional que aprovamos – e que agora será debatida na Câmara – tem o cuidado de estabelecer uma série de situações em que o Presidente da República pode contingenciar ou cancelar verbas orçamentárias, desde que apresente razões de natureza técnica, econômico-financeira ou jurídica.

***Outro avanço é a redução dos poderes do relator-geral, assim como a obrigação de que todos os membros da Comissão sejam trocados, a cada ano.***

O Congresso, por sua vez, se compromete a votar o Orçamento até o final de dezembro. Não é possível, realmente, que diferenças políticas ou problemas de qualquer ordem protelem a votação de peça tão significativa para os rumos da Nação.

Temos certeza de que esta é apenas a primeira de uma série de mudanças que vão tornar mais claras e mais eficientes a elaboração, a votação e a execução do Orçamento brasileiro. Muito antes do escândalo da máfia das ambulâncias – episódio que tornou ainda mais visível a fragilidade e as brechas em nosso Orçamento –, ainda no primeiro semestre de 2005, eu já tinha, como presidente do Congresso, particular preocupação com as regras de tramitação da Lei Orçamentária. A Comissão Mista encarregada por mim de rever essas regras fez um trabalho sério, cuidadoso, com base no projeto do Deputado Ricardo Barros e do trabalho do Senador Antonio Carlos Magalhães, entre outros tantos colaboradores.

Um dos avanços da nova proposta é a redução significativa da Comissão Mista de Orçamento, que hoje é grande demais e não tem a agilidade nem o suporte necessários para examinar, em poucos me-

ses, uma peça da complexidade do Orçamento Geral da União. Outro avanço é a redução dos poderes do relator-geral, assim como a obrigação de que todos os membros da Comissão sejam trocados, a cada ano. Medida importante, também, é a proibição de emendas de bancada, redigidas de forma genérica, uma das principais brechas para escândalos.

Tenho certeza de que, assim como aprovou o Orçamento impositivo, o Senado Federal não deixará de votar essa outra proposta com mudanças na tramitação do Orçamento. É o Brasil que vai sair lucrando.

## A URGÊNCIA DA REFORMA POLÍTICA

*Publicado em 13/8/2006*

Nunca se falou tanto em reforma política. Oposição e Governo, imprensa, empresários, sindicatos e as mais diversas instituições da sociedade organizada têm o mesmo diagnóstico: por trás da fragilidade de nossas legendas e da relação muitas vezes promíscua entre partidos, iniciativa privada e Poder Público, está um sistema político e representativo instável, ultrapassado, que precisa ser revisto com a maior urgência. Para resgatar a credibilidade e a representatividade dos nossos partidos, o espírito público precisa falar mais alto que as divergências político-eleitorais que vêm adiando, há tantos anos, a votação de uma reforma essencial para estabilidade e a governabilidade do Brasil.

A reforma política está em pauta desde o fim dos trabalhos da Constituinte, em 88. Afinal, o resultado da combinação entre presidencialismo e multipartidarismo foi uma instabilidade política crônica. Um cenário agravado pela infidelidade partidária, pela multiplicação das legendas de aluguel, pelo sistema de lista aberta nas eleições proporcionais, pelo abuso do poder econômico nas campanhas e pela falta de transparência nas contas eleitorais. Mas o primeiro passo para uma reforma política mais profunda veio apenas em 95, com a aprovação da lei que estabeleceu a chamada cláusula de desempenho, restringindo o acesso ao horário eleitoral no rádio e TV e os repasses do dinheiro do Fundo Partidário para legendas que não alcançarem 5% dos votos nas eleições proporcionais – cláusula que começa a vigorar agora, nas próximas eleições.



O Senado fez mais. Entre 1999 e 2002, aprovou vários projetos importantes, como a proibição de coligações nas eleições para o Congresso, o sistema de votação por listas, mecanismos de fidelidade partidária e o financiamento público de campanha. Mas a Reforma Política aprovada no Senado ainda não conseguiu vencer as divergências internas na Câmara dos Deputados. O único consenso foi em torno de uma minirreforma eleitoral, que reduziu os gastos de campanha e tornou mais transparentes as contas eleitorais. Boa parte da minirreforma, aprovada em abril passado, já estará valendo nas eleições deste ano.

***Queremos e merecemos, todos nós, um sistema político transparente, ético e estável.***

O Brasil não precisa de uma Constituinte para tirar a Reforma Política do papel. O instrumento da Constituinte é sério demais para ser banalizado. Não vivemos um momento de desordenamento constitucional nem de ruptura institucional. Se nosso sistema representativo tem falhas – e as tem mesmo – vamos aperfeiçoá-lo, mas nunca tentar substituí-lo. A reforma política, no entanto, não pode ser uma promessa que surge a cada crise. Ela é inadiável.

Inadiável porque, sem ela, é impossível assegurar padrões razoáveis de estabilidade ou de previsibilidade para as relações de poder. E, sem essa estabilidade, a própria governabilidade do País fica comprometida. Não há como costurar outras reformas – tributária, orçamentária, previdenciária – essenciais para a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento nacional.

O resultado da atual crise política, tenho certeza, será a depuração de nosso sistema político-eleitoral. O Brasil não vai abrir mão dos direitos democráticos conquistados com tanto sacrifício. O Brasil quer – e exige – partidos efetivamente representativos, uma discussão política não personalista, mas em torno de programas e propostas para o País. Queremos e merecemos, todos nós, um sistema político transparente, ético e estável.

## UMA QUESTÃO DE ESTADO

*Publicado em 20/8/2006*

O seqüestro dos jornalistas da TV Globo pela facção criminosa PCC virou notícia mundo afora. No Brasil, os bandidos têm maior poder de fogo que a polícia, alertaram alguns jornais. São Paulo vive guerra civil, denunciaram outros. Exagero? Certamente, não. Ao seqüestrar jornalistas, depois de três ondas de ataques que deixaram dezenas e dezenas de mortos, os criminosos do PCC igualaram o Brasil a países como a Colômbia, considerados símbolos de violência. A população é, cada vez mais, refém do medo e o risco ao estado democrático de direito já é real.

Quando a liberdade de imprensa é ameaçada, quando jornalistas viram alvo da criminalidade, é a estabilidade das instituições democráticas que está em jogo. Ao divulgar a mensagem do PCC em troca da liberdade do repórter Guilherme Portanova, a TV Globo agiu de forma precisa, em respeito à vida do profissional. Mas o Estado não pode se deixar intimidar por chantagens e exigências descabidas de uma organização criminosa que usa táticas terroristas e mira, mais do que o cidadão comum, a polícia e o Governo. Não se trata de terrorismo, como no Oriente Médio, porque o PCC não tem uma ideologia. Tem bandidos, que, como tais, devem ser tratados.

O mais lastimável, talvez, é que a onda de violência que hoje alarma as autoridades e apavora a população é uma tragédia anunciada. O próprio Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o advogado criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira

faz um diagnóstico simples e incisivo: a situação por que passa São Paulo, alerta ele, é fruto da omissão de muitos e muitos anos.

Não é o caso de apontar culpados aqui e ali. A troca de acusações entre Governos Federal e Estadual, entre atuais e antigos governantes, não tem qualquer resultado efetivo, além de deixar o Poder Público ainda mais fragilizado diante de uma facção criminosa cada vez mais poderosa e organizada. Nunca é demais insistir na necessidade de articulação e colaboração entre todas as esferas do poder, entre todas as forças políticas, para defender o que conquistamos com tanto sacrifício: a estabilidade de nossas instituições e a garantia do Estado democrático.

***Defender o que conquistamos com tanto sacrifício: a estabilidade de nossas instituições e a garantia do Estado democrático.***

Também é hora de cobrar de todos os candidatos às próximas eleições propostas claras para a área de segurança pública. Afinal, falta-nos um Plano Nacional de Segurança Pública e estes ataques demonstram isso. A fragilidade dos serviços de inteligência, o descumprimento da Lei de Execuções Penais (basta lembrar que a lei proíbe a superlotação dos presídios e prevê unidades carcerárias pequenas, com separação de presos de acordo com o grau de periculosidade) e a ineficácia no combate à corrupção no sistema penitenciário são apenas algumas das brechas de um sistema falido.

Precisamos ter recursos vinculados para a segurança pública que não possam ser contingenciados. Para se ter uma idéia, o descuido com o setor é tão grande que, dos R\$930 milhões previstos no Orçamento deste ano para a área de segurança, menos de 10% foram liberados.

Nesse cenário, não basta endurecer a legislação – e é sempre bom lembrar que o Senado fez sua parte, aprovando, com a maior celeridade, um pacote de 11 projetos de combate ao crime organizado, em maio passado. Temos de partir para uma política de tolerância zero para com o crime organizado. Temos de deixar de lado as disputas políticas naturais da campanha para construir um amplo pacto nacional contra a violência. A segurança pública, mais do que nunca, deve ser uma questão de Estado, uma questão de toda a sociedade brasileira.

## O PESO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

*Publicado em 27/8/2006*

A indústria da construção civil é um dos melhores termômetros da atividade econômica. Se o Produto Interno Bruto cresce, a construção civil também floresce – é um dos indutores do crescimento e, ao mesmo tempo, um dos seus beneficiários. Se, ao contrário, a economia encontra-se estagnada, ou se há recessão, as obras somem, não se constroem novas residências, as estradas e ruas se deterioram. A construção civil representa, aproximadamente, 15 % do PIB, além de ser uma das atividades que mais geram empregos no País. Nada mais justo, portanto, que se conceda atenção especial ao setor, com medidas de incentivo fiscal que dêem fôlego para novos investimentos, geração de renda e contratação de pessoal.

O pacote de estímulo à construção de novas habitações, que está para ser anunciado esta semana, deve incluir o crédito consignado, ou seja, o desconto das prestações diretamente na folha de pagamento do comprador, e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre o material de construção. É uma boa notícia, mas é pouco. Embora a indústria da construção civil tenha passado por uma boa recuperação em 2006, há ainda muito a ser feito. Basta dizer que o Brasil tem um déficit de quatro milhões de habitações. É o número de brasileiros que moram em favelas, palafitas ou simplesmente não dispõem de um teto. Calcula-se que, entre 2007 e 2015, tal déficit será acrescido de um número entre 1,5 e dois milhões de habitações.

Há estatísticas ainda mais assustadoras. Cerca de 82 milhões de pessoas no Brasil não têm acesso a esgoto sanitário; 43 milhões não

dispõem de água potável. Mais de 55% das estradas brasileiras, federais e estaduais, estão em situação crítica. Precisamos de mais e melhores portos, armazéns, ferrovias, rodovias, infra-estrutura urbana e rural, além de uma injeção maciça de recursos em saneamento básico. Ou investimos pesadamente em geração e distribuição de energia, ou teremos um novo apagão até o ano de 2010.

A crise não é nova. O País estagnou em 1980. O Estado deixou de ter um papel decisivo como indutor de crescimento e o Brasil mergulhou numa crise fiscal que custa a ter fim. Primeiro, veio a crise da dívida externa e do balanço de pagamentos. Depois, tivemos o segundo choque do petróleo. Em seguida, a crise da dívida mobiliária, que agravou de forma alarmante o endividamento do Estado brasileiro – a dívida chega, hoje, a 51% do PIB.

***Ou investimos pesadamente em geração e distribuição de energia, ou teremos um novo apagão até o ano de 2010.***

Para fazer face ao desequilíbrio fiscal, a carga tributária do País atingiu insuportáveis 38% do PIB, com a ameaçadora previsão de que pode chegar a 40% no próximo ano. Há um consenso entre economistas e homens públicos de que, para retomar o crescimento, precisamos cortar o endividamento público à metade, além de reduzir a carga tributária a civilizados 25% do PIB.

Algumas das reformas de base necessárias, entre elas a reforma Tributária, já foram aprovadas pelo Senado e dependem, apenas, de exame da Câmara dos Deputados. Com o próximo governo, seja ele qual for, será o momento de enfrentar com energia renovada os desafios que se impõem ao país. Temos que retomar, com urgência, a agenda do crescimento.

## OS 27 ANOS DA ANISTIA

*Publicado em 3/9/2006*

No dia 28 de agosto de 1979 foi promulgada a Lei que instituiu a Anistia ampla, geral e irrestrita, depois de 15 anos de regime militar. Era o primeiro passo da caminhada em direção à redemocratização. Os exilados eram recebidos com festa no Aeroporto do Galeão.

Foi o começo do fim de um triste capítulo de nossa história contemporânea: os anos de linha dura que tanto marcaram minha geração e a de tantos brasileiros. Embora apenas seis anos depois houvesse a redemocratização plena, a anistia foi o sinal de que a abertura era mesmo irreversível. A nossa transição democrática foi pacífica, de olhos postos no futuro. Por isso, é sempre bom comemorar a anistia. Em primeiro lugar, porque foi um marco histórico, o reencontro do Brasil consigo mesmo, sem ódios ou rancores. Em segundo lugar, porque é por meio de suas memórias que uma nação evita cometer os erros do passado.

Graças à maturidade do nosso País, nunca mais teremos regimes de exceção. Os radicalismos são rejeitados em conjunto pela nossa sociedade. Temos a vocação da democracia, apesar de todas as crises recentes.

Como ministro da Justiça, criei a primeira Comissão de Anistia, que analisa até hoje a concessão de compensações aos perseguidos pelo regime autoritário. Como senador, tive a honra de relatar, em 2002, o projeto que regulamentou o pagamento dos benefícios às vítimas do arbítrio.

Teremos, em outubro, uma eleição geral, um momento que exige uma profunda reflexão. O Brasil está redemocratizado, mas precisa de aperfeiçoamentos institucionais, de correções de rumo, de ações firmes na busca da retomada do crescimento e do nosso caminho.

É um consenso a necessidade urgente de uma reforma política que aprimore as relações entre os três Poderes da República e que imponha a fidelidade partidária. Boa parte das mudanças já foi aprovada no Senado, mas depende ainda de exame da Câmara dos Deputados. Já aprovamos no Senado o Orçamento impositivo, que não permitirá contingenciamentos de verbas, a não ser em casos excepcionais. Junto com outras medidas, será uma garantia contra fraudes ou manipulações.

***Como ministro da Justiça, criei a primeira Comissão de Anistia, que analisa até hoje a concessão de compensações aos perseguidos pelo regime autoritário.***

Não podemos também conviver mais com os níveis alarmantes a que chegou a violência urbana. É preciso reagir. A onda de terror que vivenciamos não deve, no entanto, em nenhuma hipótese, ser motivo para que direitos humanos fundamentais sejam violados.

Neste caso específico, não se trata de criar novas leis, embora tenhamos aprovado no Senado, ainda no primeiro semestre, 11 propostas de emergência logo que se iniciou o surto de atentados em São Paulo.

Está na hora de corrigir os rumos, reformar o Estado, em busca da consolidação de todas as expectativas que a anistia e a democratização trouxeram, há mais de 20 anos. É preciso que os brasileiros recuperem a confiança nas instituições democráticas.

## CRIMES MODERNOS

*Publicado em 10/9/2006*

A briga vem se arrastando há meses. De olho no crescimento alarmante de crimes pela internet, a Justiça brasileira tem pressionado uma grande empresa estrangeira, proprietária do maior *site* de relacionamentos do mundo, o *Orkut*, a permitir a quebra do sigilo de seus usuários. O objetivo é localizar a origem de mensagens criminosas de racismo, pedofilia, homofobia, nazismo e tráfico de drogas. A empresa chegou a incluir um aviso na rede de que conteúdo impróprio não será tolerado no *site*.

Para se ter uma idéia, entre 30 de janeiro e cinco de agosto deste ano, já havia mais de 34 mil denúncias somente de pornografia infantil no *Orkut*, envolvendo 1.202 comunidades e mais de três mil perfis. Dos 300 procedimentos abertos pelo Ministério Público Federal por crimes via internet, 165 são referentes ao *Orkut*.

A briga esquentou no mês passado, quando o Ministério Público Federal entrou com ação civil pública para obrigar a *Google* a pagar multa diária de R\$7,6 milhões e indenização por dano moral coletivo no valor de R\$130 milhões, sob alegação de que a empresa descumpra reiteradamente decisões da Justiça. Mais: em último caso, pede o fechamento da subsidiária brasileira. A resposta foi imediata. A empresa impetrou ação contra a liminar que determinou a quebra de sigilo e que considerou “ineficaz, genérica, inexata e incerta”. As informações requeridas pelo MPF estariam disponíveis apenas no banco de dados da matriz nos EUA, segundo a empresa.



Tudo isto está acontecendo porque a legislação brasileira na área da rede mundial de computadores é ultrapassada e ineficiente. Na verdade, precisamos de uma lei específica para disciplinar e punir o uso inadequado ou criminoso da internet, sem, no entanto, cercear um dos meios de comunicação mais livres e dinâmicos da atualidade. Temos de determinar, com urgência, a tipificação e o combate aos crimes modernos praticados neste setor. Quem navega na internet responde por seus atos com base na Constituição Federal e nos Códigos Civil e Penal e até no Estatuto da Infância e da Adolescência, mas não existe um código específico para nortear o uso da rede, nem uma lei que enquadre os spammers (quem envia *e-mails* para um grupo de contatos sem autorização prévia). Os *hackers* (os que invadem redes e computadores), e internautas que escrevem mensagens criminosas no *Orkut* ou em qualquer outro *site*, têm de ser identificados e punidos.

***A legislação brasileira na área da rede mundial de computadores é ultrapassada e ineficiente.***

Esse debate vem ganhando cada vez mais espaço no Congresso. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que já ouviu o representante da empresa estrangeira no Brasil, recorreu, recentemente, à embaixada norte-americana para tentar conter o avanço dos crimes cibernéticos. Nas duas Casas, Câmara e Senado, há cerca de 50 projetos de lei em andamento para proteger o internauta. Um deles, de minha autoria, está tramitando há seis anos e define e tipifica os delitos de informática. O relatório está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Nunca é demais lembrar que pelo menos 32 milhões de brasileiros têm costume de acessar a internet – mais de 17 milhões navegam diariamente. Todos, particularmente nossos jovens e crianças, precisam ser alertados e orientados sobre o uso da rede. E precisam ter bem claro que liberdade de expressão não é desculpa para fazer apologia erradas, antiéticas ou ilícitas. Crime é crime, em qualquer lugar no mundo, seja ele real ou virtual.

## APOSTA NA PEQUENA EMPRESA

*Publicado em 17/9/2006*

Aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas é permitir que o Brasil dê um passo fundamental rumo ao crescimento econômico e ao futuro. É garantir a criação de milhões de empregos. É atacar de frente um dos problemas mais sérios de nosso País, a informalidade, alimentada pela burocracia e pela carga tributária elevada, que penaliza, de forma brutal, nossas pequenas e microempresas.

A Lei Geral é uma reivindicação antiga de um segmento chave de nossa economia. Um segmento que representa nada mais, nada menos, que 99% das empresas brasileiras, gera cerca de 70% de nossos empregos formais e responde por 23% do PIB nacional, de acordo com o Sebrae.

A proposta aprovada na Câmara dos Deputados no último dia 5 unifica seis tributos federais com o ISS e ICMS. É o Supersimples, um alívio financeiro sem precedentes para empresas com faturamento de até 2,4 milhões de reais. Para se ter uma idéia, o novo regime fiscal vai representar uma economia de 20 a 40% para as micro e pequenas empresas, ainda pelos cálculos do Sebrae.

Além de um regime fiscal diferenciado para o setor, ampliado para 29 segmentos do ramo de serviços, a Lei incorporou uma série de medidas que vão facilitar a vida dos micro e pequenos empresários. Merecem destaque o tratamento preferencial em licitações e a maior facilidade para a abertura e fechamento das empresas.

A criação do cadastro único eletrônico das microempresas é um avanço inquestionável. Ele vai diminuir de 150 para 15 dias o tempo médio de abertura de uma firma. Não podemos mais admitir que a burocracia continue sendo um entrave para a formalização de nossas empresas, que ela continue freando os investimentos e o crescimento econômico.

Com a redução da burocracia e o corte na carga fiscal, a expectativa do Deputado Luiz Carlos Hauly, que foi relator da Lei Geral na Câmara, é de que mais de um milhão de microempresas possam ser formalizadas.

A criação da Pré-Empresa, outra novidade introduzida pela nova lei, permitirá a formalização de atividades com faturamento de até 36 mil reais por ano. Com isso, milhões de brasileiros que hoje trabalham como autônomos vão ser beneficiados, recolhendo menos para a Previdência.

Por todos esses motivos, vou dar toda e total prioridade à tramitação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Senado Federal, logo após as eleições de outubro. Aprovar a Lei Geral é dar um passo certo e firme na direção do desenvolvimento, da geração de empregos e renda e de criação de novos negócios no País.

***Aprovar a Lei Geral é dar um passo certo e firme na direção do desenvolvimento, da geração de empregos e renda e de criação de novos negócios no País.***

## NOVO FÔLEGO PARA O FUTEBOL

*Publicado em 24/9/2006*

Mesmo sem o hexa, nosso futebol ainda é um dos melhores do mundo, dentro e fora dos campos, no talento de nossos jogadores, na força de nossa torcida, no encanto que este esporte desperta em nossas crianças. Mas, infelizmente, permanece prisioneiro de uma crise financeira sem fim. A Timemania, aprovada pelo Congresso e sancionada no último dia 14, é a grande oportunidade para um recomeço. É a chance de saneamento financeiro dos clubes de futebol.

A dívida fiscal acumulada pelos principais clubes nos últimos 20 anos é próxima de R\$1 bilhão, o que torna praticamente impossível o pagamento em curto e médio prazos. Nosso profissionalismo é ainda incipiente, se comparado ao dos europeus e até mesmo ao de países como México e Turquia. Os clubes turcos podem comprar talentos brasileiros porque têm acesso às milionárias cotas das copas européias, como a Liga dos Campeões e a Copa da Uefa.

Os clubes brasileiros, além de mal administrados, são vítimas de uma série de fatores. Alguns poucos conseguem manter-se de forma vigorosa graças à venda de talentos e à boa administração de recursos, além de parcerias bem-sucedidas com empresas privadas. Mas são exceções que apenas confirmam a regra da penúria generalizada, que tornou terrivelmente obsoletos até nossos mais tradicionais estádios, como o Maracanã e o Pacaembu.

A Timemania será uma loteria semelhante à Mega Sena, com uso alternado dos 80 escudos dos nossos times em vez dos números.

Em cada aposta, serão usados 10 escudos. Calcula-se que poderão ser arrecadados R\$500 milhões por ano. Deste total, 22% serão usados para pagamento das dívidas dos clubes com INSS, Receita Federal, FGTS etc.

Para os apostadores, os prêmios serão de 46% do total apurado. Também receberão parte do dinheiro hospitais sem fins lucrativos e Santas Casas de Misericórdia de todo o País. A previsão é que a nova loteria esteja funcionando a partir de janeiro próximo, permitindo aos clubes devedores obter a tão sonhada certidão negativa de débitos. Hoje, alguns clubes não podem nem mesmo vender jogadores para o exterior, porque a receita em dólares ou euros fica retida pelo Banco Central, em razão das dívidas fiscais.

***O futebol brasileiro tem, sim, futuro e não apenas um passado brilhante.***

Os clubes lutaram para que o prazo de liquidação total das dívidas atrasadas fosse de 180 meses, em vez dos 60 previstos pela medida provisória original do Governo. Uma ampla negociação atendeu à reivindicação dos clubes, que alegaram ser muito curto o espaço de tempo para quitar tamanha dívida. Os clubes nem verão a cor do dinheiro das apostas, porque os recursos reverterão de imediato aos cofres públicos.

Mas é preciso que fique bem claro o risco que todos estão correndo, em caso de má gestão: o clube devedor terá de manter em dia o pagamento das dívidas que vencem, além de assumir parte do pagamento parcelado das dívidas antigas. Qualquer atraso representará a perda do direito à Timemania.

O futebol brasileiro estava mesmo precisando de uma medida criativa para se reerguer. Acredito que a Timemania pode impulsionar este esporte nacional, colaborando assim para sanar não somente as contas internas dos clubes, mas também trazer alívio ao erário público e ao equilíbrio fiscal. O torcedor tem feito sua parte, comparecendo aos campos e acreditando que o futebol brasileiro tem, sim, futuro e não apenas um passado brilhante.

## A VEZ DA MELHOR IDADE

*Publicado em 1º/10/2006*

Já se foram três anos. Hoje, já é comum andar pelos estacionamento de shoppings, nos bancos e repartições, nos ônibus e ver as placas que indicam que alguma coisa mudou na vida das pessoas com mais de 65 anos. Elas têm preferência, neste começo de mudança de normas comportamentais, pelo menos nas sinalizações públicas.

No dia 1º de outubro de 2003, era sancionado o Estatuto do Idoso, que trata do direito das pessoas idosas à vida, ao alimento, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, ao esporte, ao trabalho, à moradia, entre outros. Foi um grande avanço, mas todo brasileiro sabe que muita coisa precisa ainda ser feita. E a maior de todas as tarefas é conscientizar toda a sociedade e, principalmente, prefeituras e governos estaduais para a importância da nova legislação.

O Estatuto do Idoso tem 118 artigos e foi intensamente debatido em comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entre os principais pontos, há a proibição da discriminação profissional do idoso, estímulos à contratação de idosos por empresas privadas, idade mais elevada como critério de desempate em concursos públicos, criação de cursos especiais, medicamentos gratuitos pelo Poder Público etc.

Segundo o IBGE, o Brasil tem hoje uma população de cerca de 20 milhões de pessoas com idade superior a 60 anos, o que corresponde a 11% da população brasileira. Ou seja, o Brasil não é mais um país quase exclusivamente de jovens, como se costumava dizer.

Os avanços da medicina, os cuidados preventivos com a saúde, entre outros, são as razões para que boa parte dos nossos idosos tenha uma vida cada vez mais longa e de melhor qualidade.

Precisamos cuidar desses brasileiros. Em países desenvolvidos, na Europa e nos Estados Unidos, vemos milhões de pessoas na casa dos 70 e dos 80 anos, aposentados ou não, vivendo plenamente a vida, trabalhando ou em viagens, atividades de lazer, bibliotecas, ou simplesmente acompanhando os netos em suas atividades diárias, todos saudáveis e perfeitamente ativos e produtivos.

No Brasil, a desigualdade de renda e a falta de uma consciência da própria sociedade tornam o idoso descartável e, muitas vezes, injustamente, deve se registrar, considerado um estorvo para as famílias. A ignorância, o egoísmo, a falta de educação fazem com que profissionais sejam demitidos a partir de uma certa idade. E com que idosos sejam explorados, maltratados em transportes e repartições públicas, bancos, comércio e até mesmo submetidos a humilhações na vida em família. Em outros casos, a falta de informação, a miséria e os maus-tratos tornam o quadro ainda mais grave.

É preciso que o Estatuto do Idoso seja uma lei conhecida e respeitada por toda a sociedade. Mas é preciso também um processo educativo, em favor do respeito ao idoso, de sua valorização. No Senado, já há propostas tramitando que visam aperfeiçoar o Estatuto. As penas para quem descumpra o Estatuto chegam aos 12 anos de prisão, nos casos mais graves, como tratamento degradante que provoque a morte e o trabalho excessivo ou inadequado à idade. Sabemos que não basta uma legislação avançada. É preciso, também, educar e conscientizar a sociedade.

***No Brasil, a desigualdade de renda e a falta de uma consciência da própria sociedade tornam o idoso descartável.***

## PMDB: FORÇA RENOVADA

*Publicado em 8/10/2006*

As urnas deixaram bem claro: o PMDB é a grande força política nacional. O partido garantiu a maior bancada da Câmara dos Deputados, elegeu quatro governadores em primeiro turno (Espírito Santo, Amazonas, Tocantins e Mato Grosso do Sul) e participou de coligações vitoriosas em seis outros estados. Além disso, seus candidatos vão disputar o segundo turno em mais seis estados, com boas chances de vitória. O desempenho foi surpreendente em todas as regiões do País – 13,580 milhões de votos para deputados federais, 1,8 milhão a mais que no pleito de 2002.

A vitória eleitoral demonstra que foi acertada a decisão do partido, tomada em convenção, de não lançar candidato à Presidência da República, em função da verticalização. Livre para costurar alianças regionais, faturou bons resultados de Norte a Sul. Fez bancadas expressivas mesmo onde não tinha candidato ao governo. Merece destaque o caso de Alagoas, onde o PMDB conquistou três das nove cadeiras e elegeu o vice-governador do estado. O resultado reafirma o caráter nacional do PMDB.

A força do partido – que tem mais de dois milhões de filiados, 4.671 diretórios municipais, 8.315 vereadores e 1.059 prefeitos – pode crescer ainda mais, no começo da nova legislatura. A bancada de 89 deputados federais tem tudo para chegar a 100. E, no Senado, o PMDB continuará tendo a maior bancada.

O eleitor brasileiro enviou vários recados nesta eleição. Desafiou a lógica do *marketing* político e das pesquisas eleitorais, impôs um segundo turno quando considerou importante um debate mais amplo e definiu



o pleito em primeiro turno nos estados em que havia maior clareza nas propostas e projetos apresentados pelos candidatos. Não quer dizer, absolutamente, que o brasileiro reprovou de imediato quem ainda disputa a eleição. Ele deseja, ao contrário, se informar melhor, convocar os candidatos para que esclareçam suas idéias, cobrar promessas.

Nessa segunda fase da campanha, o importante é trocar a guerra de nervos pelo debate de propostas. É deixar claro como o voto de cada um vai influenciar no preço do litro de leite, do feijão, do aluguel, na cobrança de impostos, na qualidade da saúde pública, da educação, da segurança. Independente do resultado eleitoral, neste segundo turno, o Brasil precisa ter futuro. Precisa acenar para um quadro de desenvolvimento sustentável, de maior justiça social, precisa reduzir urgentemente a carga tributária, aprovar mudanças de base, como a reforma política, e equilibrar os gastos públicos.

***A força com que o PMDB emerge dessas eleições é mais um motivo para que o partido se torne um aliado decisivo da governabilidade.***

E não se faz nada disso sem uma ampla negociação, sem atores dispostos a negociar uma agenda positiva para o País. Ainda mais num sistema que combina presidencialismo e multipartidarismo.

O PMDB tem uma história de 40 anos e a marca da luta pela redemocratização. É um partido que sempre se caracterizou pela democracia interna, pela convivência harmônica de várias correntes de opinião e tendências. As eventuais divergências são, às vezes, exacerbadas pelas próprias diferenças regionais do Brasil e pelo fato de que somos um partido de grande capilaridade, presente nos mais de cinco mil municípios brasileiros.

A força com que o PMDB emerge dessas eleições – foi o melhor desempenho eleitoral desde o fim do bipartidarismo – é mais um motivo para que o partido se torne um aliado decisivo da governabilidade. E é também um importante passo para que possamos construir, de agora em diante, um projeto nacional de poder. O desempenho de 2006 certamente será multiplicado em 2010. Desta vez, teremos, sim, candidato à Presidência e quadros à altura não faltam ao partido.

## UMA TRAGÉDIA NÃO ANUNCIADA

*Publicado em 15/10/2006*

O Brasil inteiro ainda vive a dor e o choque pela perda das 154 vidas no maior acidente da história da aviação nacional: a queda do Boeing 737-800 da Gol que ia de Manaus para o Rio de Janeiro, com escala em Brasília, no último dia 29. Seguiu-se à tragédia um debate intenso na imprensa nacional e internacional sobre as responsabilidades no acidente, as falhas inicialmente apontadas e o que pode ser feito para aperfeiçoar ainda mais o sistema normativo e de controle de tráfego aéreo no País, considerado um dos mais eficientes do mundo.

Nada que se faça agora pode atenuar a dor das famílias que perderam entes queridos, mas é preciso não deixar sem respostas as inúmeras indagações que se seguiram ao choque do Boeing com o jatinho Legacy, adquirido da Embraer por uma empresa norte-americana. Nesse sentido, o Senado Federal passa a ter um papel importante. No último dia 10, a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado decidiu acompanhar de perto as investigações envolvendo o acidente. A Comissão vai consolidar as apurações que estão sendo conduzidas, cumulativamente, por diversos órgãos, entre eles a Polícia Federal, a Polícia Civil de Mato Grosso, a Agência Nacional de Aviação Civil e o Comando da Aeronáutica.

O Senado não poderia ficar alheio à investigação, nem se omitir da responsabilidade de adotar as medidas necessárias para que nunca mais se repita semelhante tragédia em nosso território. A Comissão

será também mais um canal institucional importante para dar apoio e orientação às famílias das vítimas.

É bom lembrar que o acidente envolveu dois aviões inteiramente novos e com sistemas de radar modernos e eficientes. Mais: as estatísticas comprovam que o choque de aviões em pleno ar é pouquíssimo provável, principalmente em velocidade de cruzeiro e grande altitude. Tem-se como certo que, 15 minutos antes do choque, os sinais do Transponder (sistema que transmite as informações sobre o voo, como altitude, identificação, velocidade e direção do avião) do Legacy deixaram de chegar ao radar do Cindacta 1. O resto, por enquanto, se resume a hipóteses, a probabilidades.

É importante, no entanto, continuar acompanhando de perto o desenrolar das investigações. Ao descartar falhas dos controladores de voo no monitoramento dos aviões, o Ministério da Defesa destacou que, em qualquer hipótese, o plano de voo tem de ser rigorosamente cumprido. E que gravações indicam não haver qualquer problema de comunicação nas proximidades da Serra do Cachimbo.

Também é importante observar a excelência do trabalho da Embraer, empresa de ponta na indústria nacional, reconhecida mundialmente por seu arrojo e eficiência. Falhas no equipamento estão praticamente descartadas, uma vez que, logo depois de ter atingido o Boeing, os pilotos do Legacy fizeram contato via rádio.

Também é importante observar a excelência do trabalho da Embraer, empresa de ponta na indústria nacional, reconhecida mundialmente por seu arrojo e eficiência. Falhas no equipamento estão praticamente descartadas, uma vez que, logo depois de ter atingido o Boeing, os pilotos do Legacy fizeram contato via rádio.

No que depender desta Casa e de mim, mobilizaremos todas as forças para que as autoridades brasileiras, com soberania e transparência, possam adotar as medidas de responsabilização daqueles que causaram essa tragédia. É preciso chegar à verdade. E dar as adequadas respostas às famílias das vítimas e à sociedade sobre as causas desta tragédia não anunciada.

***No que depender desta Casa e de mim, mobilizaremos todas as forças para que as autoridades brasileiras, com soberania e transparência, possam adotar as medidas de responsabilização daqueles que causaram essa tragédia.***

## O EXEMPLO DE BANGLADESH

*Publicado em 22/10/2006*

Garantir pequenos empréstimos a famílias de baixa renda que nunca teriam acesso ao sistema bancário normal foi a engenhosa saída encontrada pelo economista Muhammad Yunus e seu banco Grameen para melhorar a vida da população das aldeias de Bangladesh, um dos países mais pobres do planeta. A iniciativa, não somente por seu caráter inusitado, mas inovador, deu a Yunus o Nobel da Paz deste ano. Por trás do prêmio, mais que merecido, estão a firme determinação de lutar contra a miséria e uma idéia revolucionária: o microcrédito. Em mais de três décadas, o Grameen já emprestou o equivalente a US\$5,7 bilhões. Tem, hoje, cerca de 6,6 milhões de clientes, que pagam juros muito mais baixos que os do mercado, não precisam apresentar garantias reais, assinar contratos formais, nem dar contrapartidas. Mas têm de aplicar o dinheiro em bens que garantam renda ou aumentem a produção.

O sistema criado por Yunus – que também aposta no espírito de colaboração entre os tomadores de empréstimos, já que as operações são feitas em grupo – acabou sendo importado e multiplicado por vários outros países. Entre eles, o Brasil, que, depois de várias outras experiências, acabou criando, em 2005, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, o PNMPO, que opera com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e com parcela dos depósitos à vista das instituições financeiras.

Pelos cálculos do Sebrae, 95% dos pequenos negócios no Brasil não têm como cumprir as garantias exigidas pelos bancos, nem como atender as condições de financiamento e a reciprocidade. Sem acesso

ao crédito, não encontram saída para ampliar os negócios e, muitas vezes, acabam fechando as portas. Dificuldades que também fazem parte do dia-a-dia de um batalhão da economia informal.

O microcrédito aposta exatamente no empreendedorismo e no potencial econômico desses pequenos negócios, que geram emprego e renda para milhões e milhões de pessoas. Muito longe do assistencialismo, a concessão de um financiamento que, mesmo facilitado, precisa ser pago, é um instrumento poderoso de inclusão econômica e social.

O maior programa de microcrédito do Brasil, o CrediAmigo, do Banco do Nordeste, foi criado em 1998 e já realizou mais de 2,48 milhões de operações, com financiamentos totais de R\$2,07 bilhões. Em dezembro de 2005, tinha uma carteira de financiamentos no valor de R\$136,2 milhões e 195,3 mil clientes. No âmbito dos Governos Estaduais e Municipais, várias experiências estão sendo implementadas, tanto por entidades de fomento como por órgãos oficiais que financiam diretamente o pequeno empreendimento. O Sebrae também entrou na briga e lançou, em 2001, o Programa de Apoio ao Segmento de Microcrédito, que dá apoio a 80 instituições em todo o País. Para ampliar seu leque de atuação, o PNMPO passou a incluir organizações não-governamentais e cooperativas de crédito que atuam com comunidades de baixa renda.

Mas ainda é pouco. Para fomentar o empreendedorismo, garantir a inclusão social da parcela mais carente da população e reduzir a informalidade, os programas de microcrédito precisam ser ampliados e aperfeiçoados. Precisam, acima de tudo, ter prioridade na agenda política. No Senado, estamos dando prioridade à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que deve ser aprovada em breve. O Prêmio Nobel concedido ao economista Yúnus não deixam de ser um ótimo incentivo para que tais planos saiam do papel. E demonstram que é possível sim reduzir o ainda enorme fosso que separa ricos e pobres em várias partes do mundo.

***O microcrédito  
aposta  
exatamente no  
empreendedorismo  
e no potencial  
econômico desses  
pequenos negócios,  
que geram emprego  
e renda para  
milhões e milhões de  
pessoas.***

## O PRÓXIMO CAPÍTULO

*Publicado em 29/10/2006*

Mais que uma nova etapa da democracia brasileira, as eleições deste domingo estabelecem um desafio para o futuro do País. No dia seguinte à divulgação dos resultados, o que vai estar nas mãos de governantes, representantes e de toda a sociedade é a responsabilidade de começar a corrigir erros recentes e planejar os anos seguintes. Também é essencial continuar aperfeiçoando o sistema institucional e político do Brasil.

É preciso, neste momento, pensar um projeto de desenvolvimento que leve a um crescimento econômico mais significativo, com maior transferência de renda, do qual participem não apenas as instituições do Estado, mas também os diversos atores sociais. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas mostrou que, entre 2003 e 2005, a pobreza no Brasil diminuiu 19,18%, enquanto, no mesmo período, a economia teve um crescimento médio de 2,58%. Mas, diante das enormes desigualdades regionais e sociais ainda registradas, tornam-se necessárias medidas que acelerem as transformações desejadas.

E isto somente será possível com a participação do Parlamento. É dele que têm surgido as propostas para tais mudanças. Sem a reforma tributária que o Senado Federal aprovou, não poderemos reverter o atual quadro de elevação contínua da carga tributária. As mudanças previstas pelos senadores estabelecem uma lógica racional em sua implementação, reduzindo a quantidade de tributos, acabando com a guerra fiscal e prevendo o aumento da base arrecadatória pelo crescimento da economia, não pelo aumento dos impostos. E temos de

fazer isto tudo sem deixar de lado o equilíbrio fiscal e a racionalização dos gastos públicos.

Virá também do Congresso Nacional outro passo significativo. As sucessivas crises políticas e as denúncias recentes demonstram que o atual modelo representativo está superado. As mudanças previstas pela reforma político-partidária, também aprovada pelo Senado há mais de três anos, têm de fortalecer os partidos e desestimular o personalismo. A primeira modificação, aprovada há 11 anos, foi a cláusula de desempenho, que entrou em vigor nesta eleição. E, assim, a longo prazo, devem ser previstas outras alterações, como a implantação do sistema de listas, a proibição de coligações em eleições proporcionais, a fidelidade partidária e, por fim, a reformulação radical do sistema de financiamento das campanhas, de forma a acabar com o caixa dois e dar maior transparência aos gastos eleitorais.

***As sucessivas crises políticas e as denúncias recentes demonstram que o atual modelo representativo está superado.***

Estes são apenas dois dos vários itens da chamada agenda es-tática do País: todos concordam com a necessidade das mudanças, mas, por diversos fatores, elas se encontram paralisadas. E terão de ser retomadas em conjunto com o futuro Governo. Nosso regime reserva ao Executivo um papel crítico e central no equilíbrio, gestão e estabilização do sistema político. O novo presidente precisa ter uma atitude pró-ativa na construção e coordenação de uma maioria, para dar-lhe direção e comando.

Aos agentes políticos, caberá o papel de evitar uma crise de governabilidade. E este esforço deve vir de todos. O PMDB fará sua parte. Contribuirá para o debate necessário ao enfrentamento da crise, trabalhando para preservar as instituições democráticas e garantir as condições para o combate à exclusão social e para um crescimento sustentável da economia.

## OS DESAFIOS JÁ COMEÇARAM

*Publicado em 5/11/2006*

A democracia brasileira passou num dos testes mais importantes de sua história recente. Tivemos nossa quinta eleição presidencial pelo voto direto de maneira consecutiva. E, nem os desdobramentos da crise política, nem o desencanto provocado pelos recentes escândalos conseguiram tirar a força e o brilho de uma das campanhas mais disputadas de todos os tempos.

Acredito, sinceramente, que, passado este primeiro momento pós-eleitoral, sejam criadas condições verdadeiras para uma distensão política. É hora de deixarmos o clima da campanha para trás e tocarmos o futuro. E isto não quer dizer que as oposições tenham de desistir da contestação, da cobrança, da fiscalização. Este papel do contraditório é muito importante para a democracia. Temos, no entanto, que apostar no diálogo para costurar uma agenda de trabalho positiva para o Brasil.

A partir da próxima semana, quando recomeçam as sessões deliberativas no Senado Federal, o Brasil, renovado nas urnas, tem desafios imediatos e de médio prazo a enfrentar. Boa parte deles no sentido de destravar a economia e permitir um ritmo de crescimento mais acelerado. Por isso mesmo, ao mesmo tempo em que temos de discutir e aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento de 2007, uma de nossas primeiras responsabilidades será votar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Aliviar a carga tributária e reduzir as exigências burocráticas para um setor tão importante como o dos pequenos negócios é impulsionar um segmento chave de nossa



economia, responsável por mais de 56% das carteiras assinadas no Brasil e 20% do PIB nacional.

Fundamental, também, é concluir a votação do FUNDEB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, já aprovado pelo Senado, que vai beneficiar 48 milhões de crianças e adolescentes brasileiros.

É claro que, entre tantas matérias da maior importância que hoje estão na pauta das duas Casas legislativas, a reforma tributária e a reforma política – ambas, também, já aprovadas pelo Senado, há anos – têm um impacto particularmente significativo nos rumos do País. Sem reduzir a carga abusiva de impostos, que diminui o poder de compra dos trabalhadores e a capacidade de investimentos das empresas, não há como retomar o rumo do crescimento econômico. E sem uma revisão profunda no nosso sistema político-partidário, é impossível resgatar a representatividade de nosso Parlamento e vislumbrar um Brasil mais ético e transparente, como todos sonhamos.

***Sem reduzir a carga abusiva de impostos não há como retomar o rumo do crescimento econômico.***

Oposição e Governo, Executivo e Legislativo devem ter equilíbrio e maturidade suficientes para superar diferenças político-partidárias e avançar nas reformas que o País exige. Cabe agora ao Presidente reeleito centralizar os debates e motivar a base aliada a votar as mudanças. Cabe também ao Presidente costurar uma nova relação – institucional – com os partidos aliados. E a todos os partidos políticos, mesmo os da oposição, apostar na governabilidade do país, condição básica para a estabilidade política e econômica.

Vale lembrar que a governabilidade sempre foi e sempre será uma das responsabilidades primeiras do PMDB, partido, que, mais uma vez, deu uma demonstração de força e vitalidade nessas eleições, conquistando o maior número de governadores e as maiores bancadas da Câmara e do Senado.

## PARTIDA PARA O CRESCIMENTO

*Publicado em 12/11/2006*

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte era uma das leis mais esperadas pela sociedade brasileira. Tanto que, após rápida negociação com os líderes partidários, com a área econômica e com governos estaduais, foi aprovado por unanimidade, há poucos dias, pelo Senado Federal. Conhecido também como Supersimples, deve estar definitivamente implantado em julho do próximo ano. A partir de então, as micro e pequenas empresas terão uma desoneração fiscal que pode chegar a até 40% do que pagam hoje.

É, por tudo o que prevê e representa, um grande passo para a retomada do crescimento econômico que o País tanto espera, já que o setor responde, segundo o Sebrae, por cerca de 20% do Produto Interno Bruto, além de ser responsável por 60% dos empregos com carteira assinada.

Na prática, portanto, o Estatuto vai representar não somente redução na carga tributária, mas também uma enorme simplificação em todo o processo de declaração e pagamento de tributos com um formulário único, que englobará impostos federais, como IR, CSLL, Cofins, INSS e PIS/Pasep, estaduais, como ICMS, e municipais, como ISS.

Uma das alterações no projeto original que fizemos, durante a votação no Senado, ocorreu por razões operacionais. O Serpro e os próprios sistemas de estados e municípios teriam que se adaptar

tecnicamente ao novo modelo, e isso requeria um prazo maior. A implantação se dará, portanto, em 1º de julho.

A proposta cria, também, um comitê gestor formado por quatro membros indicados pelo Governo Federal, dois pelos estados e dois pelos municípios. Este comitê será o encarregado da partilha da arrecadação do Supersimples entre os entes federados. Haverá, ainda, tratamento preferencial para as micro e pequenas empresas em licitações públicas. Calculamos que o tempo necessário para abertura de uma empresa será reduzido de 150 para 15 dias.

***A instituição do conceito de pré-empresas, permitirá que milhões de trabalhadores autônomos recolham para a Previdência Social.***

Todos os estudos realizados pelo Governo indicam que, com o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, mais de um milhão de empreendimentos serão formalizados, o que compensaria a renúncia fiscal, estimada em R\$5 bilhões por ano. Além disso, mais de dois milhões de novos empregos poderão ser criados. A instituição do conceito de pré-empresas, para empreendimentos com faturamento de até R\$36 mil por ano, permitirá que milhões de trabalhadores autônomos recolham para a Previdência Social.

A aprovação da nova lei será o ponto de partida para a tão esperada reforma tributária. A maior parte dela já foi aprovada no Senado em 2003, em um grande acordo entre as lideranças. Juntamente com as mudanças político-partidárias que pretendemos implementar com a colaboração de todos os congressistas, é a mais importante de todas as reformas. O projeto do Supersimples retornou à Câmara dos Deputados para nova votação, mas eu tenho a convicção de que, também lá, a aprovação será rápida e ajudará a mudar o presente e o futuro de nossa economia.

## O TAMANHO DO DESAFIO

*Publicado em 19/11/2006*

O último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostra o tamanho do desafio que ainda temos pela frente, ao apontar o Brasil como exemplo de melhoria na distribuição de renda, mas ainda como décimo colocado no triste campeonato da desigualdade social: “A boa notícia é que a desigualdade extrema não é algo imutável. Nos últimos cinco anos, o Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, tem combinado um sólido desempenho econômico com declínio na desigualdade de rendimentos e na pobreza”, diz o PNUD.

O RDH 2006 aponta o Programa Bolsa Família como uma das causas das melhorias no Brasil, “com transferências de renda para sete milhões de famílias que vivem na pobreza extrema ou moderada”. Mas enumera os flagelos sociais que ainda temos. Ou seja, apesar do enorme esforço que o País tem feito para resgatar sua população menos favorecida, muito há, ainda, por fazer. São os desafios que vamos enfrentar com o novo Governo que começa em 1º de janeiro de 2007 e que já estão colocados.

Temos, por exemplo, que atacar de frente o grave problema do saneamento básico. Em pleno século XXI, cerca de 82 milhões de brasileiros vivem ainda sem esgoto, 43 milhões sem água potável e 14 milhões sem coleta de lixo. O marco regulatório do saneamento básico estava há 20 anos parado, por falta de um acordo entre estados e municípios sobre a titularidade no setor. Como presidente do Senado, criei, no primeiro semestre, uma comissão mista de deputados e sena-

dores para acelerar a votação. O projeto já foi aprovado pelo Senado e está agora na Câmara dos Deputados. Só com sua promulgação será possível atrair o investimento privado e criar as condições para o investimento público em água, esgoto e recolhimento de lixo.

Outro grande desafio que se impõe é o da educação básica, único caminho para salvar as gerações futuras da pobreza e do desemprego. Já aprovamos, também, no Senado, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o FUNDEB. Cerca de 60% dos recursos serão destinados à melhoria dos salários dos professores da rede pública do ensino fundamental e, em quatro anos, o volume de investimentos chegará a R\$4,3 bilhões. É uma tarefa comum erradicar o analfabetismo e pôr todas as crianças na escola.

***Temos, sim, que ser responsáveis com os gastos públicos, mas é preciso recuperar a capacidade de investimento governamental.***

O dilema sobre o tamanho do ajuste fiscal a ser feito é um falso dilema, na verdade. Temos, sim, que ser responsáveis com os gastos públicos, mas é preciso recuperar a capacidade de investimento governamental. Até meados dos anos 70, quando a economia brasileira crescia 10% ao ano, o Estado era responsável por 30% do PIB em investimentos na economia. Hoje, o percentual caiu para menos de 15%. Como o crescimento não depende apenas da iniciativa privada, precisamos, também, criar condições para que a esfera pública volte a ter capacidade para investir e desempenhar um papel importante no processo.

## ZUMBI E A LUTA PELA CIDADANIA

*Publicado em 26/11/2006*

O dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem à morte de Zumbi dos Palmares, ocorrida no dia 20 de novembro de 1695, e a inauguração, em Alagoas, do Parque Memorial Quilombo dos Palmares lembram que há, no Brasil, uma grande dívida a resgatar. Histórica e social.

A abolição da escravatura, em 1888, não deu aos afro-descendentes o direito da plena cidadania. Também a história não conseguiu resgatar completamente o legado de Zumbi, nem o que ele significa para a constante luta de resistência à discriminação e ao preconceito. Estes sentimentos nasceram com a escravidão e até hoje não foram apagados de nosso meio. Dissemina-se, por exemplo, a falsa informação de que Zumbi teria cometido suicídio, atirando-se de um penhasco na Serra do Macaco, ao ver-se cercado pelos soldados de Domingos Jorge Velho no ataque final contra o Quilombo dos Palmares, em janeiro de 1694.

Em primeiro lugar, a dívida é a do chamado “direito à história”. Em seu livro “Palmares, a Guerra dos Escravos”, o historiador Décio Freitas escreveu que, enquanto houve escravidão no Brasil, houve resistência, revolta e luta por liberdade, “mas tais revoltas são tratadas até hoje como episódios marginais do processo histórico brasileiro”. A historiografia tradicional trata as rebeliões escravas como fenômenos de criminalidade localizados, ou casos típicos de regressão tribal. Nada mais falso e mentiroso.

Aos poucos, felizmente, isso vai sendo corrigido, e surgem trabalhos sérios e profundos sobre o tema, de historiadores como o próprio Décio Freitas, falecido há pouco, além de Manolo Florentino, Alberto Costa e Silva e outros.

A outra parte da dívida, talvez a mais importante, é a social, em relação aos negros brasileiros, que ainda não conseguiram a condição plena de cidadãos, apesar do mito da democracia racial. A herança do escravagismo é muito forte e não somos ainda esta sonhada democracia, que deve servir de modelo para o mundo. Um estudo recente do IBGE mostrou que quanto mais um cidadão negro estuda e se qualifica para enfrentar o mercado de trabalho, maior é a distância proporcional de salários e oportunidades que o separa dos colegas brancos igualmente qualificados.

Os negros representam 60% dos pobres e 70% dos indigentes do Brasil. Uma criança negra tem 66% mais chances de morrer durante o primeiro ano de vida do que uma branca, segundo o Atlas Racial Brasileiro, do PNUD, com base em dados do IBGE. É preciso que a sociedade brasileira enfrente abertamente o problema. No Senado, já aprovamos, em 2005, por unanimidade, o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Senador Paulo Paim (PT-RS), um importante documento para que se comece a tratar do assunto seriamente.

Zumbi não se suicidou nem nunca se rendeu. Foi morto em combate e teve a cabeça cortada. Mas sua bandeira de liberdade foi empunhada por outro remanescente de Palmares, Camoanga que, à frente de vários grupos, manteve vivo o sonho da liberdade. Formaram o Quilombo de Cumbe, na Paraíba, e uma nova resistência que durou mais meio século. O exemplo do líder palmarino nunca esmoreceu e, hoje, a luta de seus irmãos é pela dignidade, pela cidadania.

***Zumbi não se suicidou nem nunca se rendeu. Foi morto em combate e teve a cabeça cortada.***

## EXEMPLO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

*Publicado em 3/12/2006*

Não é de hoje que o Senado Federal vem lutando contra as barreiras que ainda impedem o completo exercício da cidadania por parte de milhões e milhões de brasileiros com deficiência. Brasileiros que têm seus direitos tolhidos pelo preconceito ou pela falta de condições de acesso e inclusão no nosso mercado de trabalho, nas nossas escolas, nas nossas vias e órgãos públicos, nos nossos meios de comunicação. Além de avanços na área legislativa, o Senado tem se empenhado em se tornar um modelo de acessibilidade e inclusão social. A segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, realizada no final de novembro, vem coroar essa luta. Somos, com o maior orgulho, a primeira instituição pública brasileira a oferecer o mais completo apoio às pessoas com deficiência.

Exemplos não faltam: o Senado tem rampas de acesso, banheiros adaptados, espaços ampliados para tornar possível a passagem de cadeiras de rodas, elevador especial no Salão Negro, triciclos motorizados em cada portaria, tradutores de libras (a Língua Brasileira de Sinais) para auxiliar os deficientes auditivos, página na internet adaptada para deficientes visuais, sinalizações em braile. Criou o Serviço de Apoio à Pessoa com Deficiência, formado por profissionais treinados na Rede Sarah de Hospitais e na Associação de Deficientes Visuais, que auxilia o transporte e a locomoção de funcionários e visitantes. Contratou 12 pessoas com deficiência para estagiar em diversos órgãos da Casa e realizou um censo interno que está norteando todas as ações do Senado no sentido de ampliar, cada vez mais, a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.



O resultado de todo esse trabalho, construído a partir da criação da Comissão Especial de Acessibilidade do Senado Federal, em 2004, teve seu ponto culminante nessa segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. A programação foi intensa. Uma caminhada de integrantes da Escola de Samba Império Serrano, ao lado de pacientes da Rede Sarah de Hospitais e atletas do Comitê Paraolímpico Brasileiro abriu a semana, que teve sessão especial no plenário, mostras e exposições patrocinadas pelo Sistema Fiesp, Ministério da Saúde, Corpo de Bombeiros, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Fundação Dorina Nowil, entre outros.

A semana teve também um *talk show*, comandado por Dudu Braga, filho de Roberto Carlos e deficiente visual, e um espetáculo com Herbert Viana e o grupo Paralamas do Sucesso. O show Somos Todos Brasileiros foi apresentado pelo ator Marcos Frota, que comanda a Unicirco, projeto que dá aulas de circo a crianças em situação de risco social e pessoas com deficiência.

A programação incluiu ainda duas audiências públicas, sobre a Lei de Cotas, Salário e Emprego e sobre a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. A inauguração da expansão do sistema de impressão em braile da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado foi outro destaque. A gráfica da Casa é agora uma das mais completas do mundo na impressão em braile. Vale lembrar que 1,5 milhão de brasileiros são deficientes visuais.

Nesses dois anos como presidente do Senado, o trabalho em favor da inclusão e da acessibilidade dos deficientes tem sido um de meus maiores orgulhos. E esse trabalho não se limita à alteração da infra-estrutura física da Casa. Inclusão e acessibilidade só se completam com mudanças efetivas de comportamento, de mentalidade. E tenho certeza de que as campanhas que desenvolvemos no Senado estão somando, de forma significativa, na construção de um Brasil livre de preconceitos, um Brasil melhor e menos desigual.

**Somos, com o maior orgulho, a primeira instituição pública brasileira a oferecer o mais completo apoio às pessoas com deficiência.**

## MAIOR TRANSPARÊNCIA

*Publicado em 10/12/2006*

As mudanças aprovadas no rito de tramitação do Orçamento Geral da União, há poucos dias, pelo Congresso Nacional, são apenas o primeiro passo na direção de uma Lei Orçamentária mais transparente e menos imune a fraudes, uma exigência da sociedade. O Orçamento é a peça-chave da administração, porque identifica as prioridades do Governo, sinaliza para o mercado os investimentos públicos e define como é gasto o dinheiro do contribuinte.

As alterações aprovadas na semana passada, consubstanciadas no projeto de resolução do Deputado Ricardo Barros (PP-PR), são o resultado de sete meses de trabalho de uma comissão especialmente formada para este fim e presidida pelo Senador Fernando Bezerra (PTB-RN). Todos os parlamentares puderam apresentar sugestões.

Avançamos bastante, mas é preciso muito mais. Precisamos aprovar, também na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição do Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que torna impositivo o orçamento, sem possibilidade de contingenciamentos – a não ser em casos excepcionais. Os contingenciamentos tornam o orçamento uma peça de ficção.

O ideal é que, gradualmente, acabemos com a Comissão Mista de Orçamento, para que a peça orçamentária seja examinada pelas comissões permanentes de cada Casa do Congresso Nacional. Mais do que isso, é preciso garantir participação do Congresso Nacional em todo o processo, da elaboração à execução, como já é feito em outros países. Para se ter uma idéia, o Orçamento da União é sempre

enviado no último dia de agosto de cada ano. Como é uma proposta complexa e enorme, senadores e deputados passam meses para decifrar seu conteúdo, o que deixa uma margem pequena de tempo para análise, negociação e votação no mesmo ano.

As mudanças já aprovadas podem não ser as ideais ainda, mas são um avanço considerável, porque a Comissão Mista de Orçamento vai funcionar com muito mais agilidade, com 40 membros, em vez de 84, e com mais legitimidade, com um relator exclusivo de receitas e a redução do poder do relator-geral. Outro aperfeiçoamento considerável é o fim das emendas genéricas de bancadas.

A partir do próximo ano, será preciso especificar em que será gasto o dinheiro, as entidades beneficiadas e de quanto é a emenda, detalhando as condições e a necessidade da obra e facilitando a fiscalização. Nenhum parlamentar poderá direcionar emendas para entidades das quais eles próprios, ou parentes, sejam dirigentes ou sócios.

Um outro aprimoramento democrático introduzido é a instituição do rodízio anual de partidos nas relatorias setoriais do Orçamento. Nenhuma legenda poderá ter monopólio de setor algum. A proposta inicial previa até mesmo um rodízio anual da totalidade dos membros da Comissão de Orçamento, mas prevaleceu a opinião de que os parlamentares que mais entendem de orçamento seriam afastados do processo.

É consenso na sociedade brasileira que os governos, nos três níveis de administração, gastam muito – e gastam mal. O grande cemitério de obras inacabadas pelo País comprova isso. É uma ilusão acreditar que erradicaremos a corrupção e as fraudes com facilidade, mas a participação do Congresso Nacional na elaboração e na execução do Orçamento irá garantir maior legitimidade à aplicação do dinheiro público.

***A participação do Congresso Nacional na elaboração e na execução do Orçamento irá garantir maior legitimidade à aplicação do dinheiro público.***

## SÚMULA DESEJÁVEL

*Publicado em 17/12/2006*

Assim que for sancionada, nos próximos dias, a lei que regula a sùmula vinculante, e que autoriza o Supremo Tribunal Federal a utilizar o critèrio da repercussão geral, vai representar uma mudança històrica no País, além de desafogar os tribunais superiores e garantir mais eficiêcia e rapidez a todo o Poder Judiciário. É o complemento de uma reforma ampla, profunda, aprovada no fim do ano passado no Senado, e agora pela Câmara, depois de vários anos de debates.

Com a sùmula vinculante, toda decisão do STF terá de ser seguida pelos tribunais de instâncias inferiores em casos semelhantes, o que reduzirá à metade o número de ações em curso na Justiça e o tempo de tramitação de cada processo. Vai ser uma verdadeira revolução que deve acabar beneficiando os usuários da Justiça e a vida dos profissionais da área, como os advogados, juristas e funcionários dos fóruns.

Alegam os que se opõem à mudança que haverá um engessamento do poder de decisão dos juizes de instâncias inferiores. Na verdade, não é cabível que a mais alta Corte do País, a quem cabe tratar de temas constitucionais, seja obrigada a decidir de forma repetitiva sobre questões como brigas de vizinhos e outras sobre as quais os recursos são apenas protelatórios. Em sua esmagadora maioria, tais causas podem ser rapidamente resolvidas pela primeira instância.

Para que não reste dúvida sobre o acerto das decisões, a lei sancionada pelo Presidente da República garante que, apenas com o voto de oito dos 11 ministros, o STF poderá editar ou revogar uma súmula vinculante. Ainda assim, a súmula poderá ser revogada por proposta da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria Geral da República, do Congresso Nacional, das defensorias públicas, governadores e assembleias legislativas. Bastará que a proposta seja aprovada por dois terços dos ministros do STF.

A outra inovação, a repercussão geral, vai permitir que o STF selecione o que é ou não relevante para a sociedade como um todo, em detrimento de causas que envolvam apenas o interesse individual. Com isso, o Supremo poderá ter atribuições semelhantes às da Suprema Corte dos Estados Unidos, guardiã da Constituição. Para que o Supremo considere uma ação irrelevante, será igualmente necessário o voto de oito dos 11 ministros, o que garantirá a segurança da decisão.

***A modernização do Poder Judiciário é exigência da sociedade.***

São mudanças amadurecidas ao longo de dois anos de trabalho em torno da reforma do Judiciário, quando pudemos debater o tema em sucessivas audiências públicas com ministros do STF, juristas, advogados. Trabalho que foi reconhecido e aprovado pela Câmara dos Deputados. A modernização do Poder Judiciário é exigências da sociedade, uma garantia de segurança jurídica para investimentos públicos e privados.

## DEPOIS DA TEMPESTADE

*Publicado em 24/12/2006*

Apesar de atípico, devido aos desdobramentos da crise política, às eleições gerais e à Copa do Mundo, 2006 foi um ano produtivo para o Senado Federal. A responsabilidade e a maturidade políticas foram maiores do que as crises pontuais. A Casa aprovou cerca de mil matérias, muitas delas de primeira importância para o País.

Ao contrário do que alguns imaginam, o Parlamento não é uma Casa fechada. Pelo contrário, sensível aos apelos e reclamos da sociedade, essa instituição centenária da democracia brasileira sabe fazer autocríticas e, sempre que necessário, está pronta para se aperfeiçoar. Prova disso foi a redução do recesso parlamentar de 90 para 55 dias e o fim do pagamento extra pelas convocações extraordinárias, um velho e justo clamor da opinião pública.

Entre tantas matérias importantes votadas pelo Senado em 2006, em meio ao debate eleitoral e às investigações conduzidas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, uma das que merecem destaque é a reforma infraconstitucional do Judiciário, que vai tornar mais ágil a ação da Justiça. Na área social, a lei de combate à violência doméstica contra a mulher, o Estatuto da Igualdade Racial e o Estatuto da Pessoa com Deficiência foram avanços significativos. Na área econômica, a mudança na tramitação do orçamento promete tornar mais transparentes os gastos públicos e a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas dará fôlego novo a um setor vital da nossa economia.

A mudança nas regras de tramitação das medidas provisórias foi outra de nossas maiores conquistas, essencial para resgatar a sobe-

rania do Parlamento e equilibrar melhor o processo legislativo. O marco regulatório do saneamento, em discussão há mais de 20 anos no Congresso, finalmente saiu do papel. Será decisivo para a atração de maiores investimentos para o setor.

Destaco também a aprovação do projeto de gestão das florestas públicas, que vai permitir maior eficiência na preservação da Amazônia e da Mata Atlântica. E o impulso dado à educação básica, com a aprovação do FUNDEB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que substituiu o Fundef.

No plano político, passo importante foi a aprovação da minirreforma eleitoral, que reduziu gastos de campanha e tornou a prestação de contas mais rigorosa. Na área de segurança pública, o Senado deu uma resposta precisa diante da onda de terror em São Paulo, votando, em tempo recorde, um pacote de emergência contra o crime organizado. Outra matéria importante, aprovada no final do ano, foi a Lei do Esporte, que vai garantir incentivos fiscais em favor do esporte brasileiro.

***A reforma tributária e a aprovação da reforma política devem ser nossas prioridades.***

Muitas vezes, há a impressão de que o trabalho legislativo é lento ou improdutivo. Na verdade, o Congresso Nacional reflete conflitos que estão na base da sociedade ou do sistema federativo e que tornam o debate, às vezes, complexo e prolongado. Um exemplo é a reforma tributária aprovada em dezembro de 2003 pelo Senado e emperrada na Câmara por absoluta falta de acordo entre a União, os estados e os municípios.

A retomada do debate sobre a Reforma Tributária e a aprovação da reforma política devem ser nossas prioridades no próximo ano. Mais que isso, renovamos nosso compromisso com a retomada do crescimento econômico e a redução das desigualdades regionais e sociais.

## ESPERANÇAS REDOBRADAS

*Publicado em 31/12/2006*

Fechamos um ano complicado. Um ano de crise política, de Copa do Mundo, de eleições gerais e ânimos acirrados. Mas se foi duro engolir a derrota para a França, demos um exemplo de maturidade democrática diante das denúncias de corrupção. Plena liberdade de imprensa e absoluta normalidade institucional mostraram que a derrota do autoritarismo é uma conquista da qual o Brasil não abre mão. E renovaram nosso sonho de que 2007 marque o início de um novo ciclo no País, de crescimento e de justiça social.

A sociedade brasileira está cansada de deslizos éticos, não suporta mais uma tributação excessiva e injusta, exige a melhoria dos serviços públicos, o fim da estagnação econômica e o controle da violência urbana. E é em especial no novo Governo, na nova Legislatura, que os brasileiros apostam sua esperança de mudança.

É um desafio enorme. Garantir o crescimento econômico, com melhor distribuição de renda, multiplicação de empregos, mais justiça social e menos desigualdade regional exige muito espírito público e diálogo entre Governo e Oposição, Legislativo, Executivo, Judiciário e sociedade organizada. Passado o calor das disputas eleitorais, os interesses do País terão, necessariamente, que estar acima das divergências político-partidárias.

Não dá mais para adiar a negociação – madura, transparente, equilibrada – em torno de uma agenda positiva para o Brasil, uma agenda capaz de garantir mais segurança jurídica, capaz de dar mais



fôlego para o setor produtivo e criar um cenário econômico propício ao crescimento.

A transparência das atividades legislativas e a sintonia com a opinião pública na discussão das matérias de interesse do País continuarão a pautar nossas atividades, no próximo ano. Entre as prioridades, está a retomada dos debates sobre a reforma política e a reforma tributária – ambas já aprovadas pelo Senado há mais de três anos, mas paralisadas por falta de acordo político.

Simplificar e reduzir a carga tributária que penaliza cidadãos e empresas é condição básica para a retomada do desenvolvimento. E tirar a reforma política do papel, exigência maior para tornar nossas legendas mais fortes e representativas.

No Senado Federal, continuaremos apostando no diálogo institucional e na harmonia e independência entre os três Poderes – um dos pilares da democracia. As mudanças nos ritos de tramitação das medidas provisórias e do orçamento da União reforçam a esperança de uma convivência mais equilibrada entre Legislativo e Executivo. E a conclusão da reforma infraconstitucional do Judiciário, a certeza de uma Justiça mais ágil e mais eficiente.

A todos, um 2007 com esperanças redobradas e sonhos realizados.

***Os interesses do País terão, necessariamente que estar acima das divergências político-partidárias.***

## PAN, VESTIBULAR PARA A COPA DO MUNDO

*Publicado em 7/1/2007*

Os Jogos Pan-Americanos deste ano, no Rio de Janeiro, deverão ser, para o Brasil, um autêntico vestibular para eventos esportivos de porte ainda maior, como a Copa do Mundo de 2014 e uma eventual Olimpíada, sonhos de todos os brasileiros. Todo o mundo esportivo estará acompanhando as competições no Rio de Janeiro com olhos críticos, em que os mínimos erros não serão perdoados, e os acertos serão tratados como simples obrigação.

A cidade do Rio de Janeiro é, sem dúvida, uma das mais bonitas do mundo em belezas naturais, e as 33 modalidades esportivas serão disputadas em um raio de apenas 25 quilômetros. Os jogos, os atletas e os turistas que virão serão recebidos e abraçados com carinho pelos cariocas. Pode ser um ponto de reversão para a decadência que vitimou a lindíssima e querida cidade, desde que perdeu, em 1960, a condição de Capital da República e, posteriormente, em 1974/75, de estado da União.

Se os Jogos Pan-Americanos forem um sucesso de organização, aumentarão consideravelmente as nossas chances, que já são muito grandes, de organizar a Copa do Mundo de 2014. Sobre o Pan, as condições naturais do Rio de Janeiro são privilegiadas. As competições de remo na lagoa Rodrigo de Freitas, por exemplo, proporcionarão imagens inesquecíveis, bem como a maratona, pela orla marítima

da cidade. É uma boa chance também para que esportes que sofrem com a falta de verbas atraiam patrocínios e incentivos.

Está na hora de ousar, de pensar grande. Uma Copa do Mundo e uma Olimpíada no Brasil representarão investimentos em construção civil, em esportes, em mão-de-obra, modernização das cidades, atração para turistas, mais empregos, revitalização de estádios e de áreas urbanas, aumento da auto-estima dos brasileiros, divulgação internacional do País. Sabemos que, para a Copa de 2014, haverá uma corrida contra o relógio para garantir as condições exigidas para evento de tal magnitude. Mas é um desafio que temos de encarar e vencer.

A Copa de 1970, no México, representou um enorme benefício ao país e às cidades onde se realizaram os jogos. A tal ponto que, quando o Brasil, no Governo João Figueiredo, abriu mão de organizar a de 1986, o México novamente se apresentou e já tinha totais condições de receber uma outra Copa do Mundo. Não se tem notícia de um país arrependido de organizar uma Copa do Mundo. Os benefícios foram indeléveis. As Olimpíadas foram para Barcelona uma grande alavanca de modernização e de investimentos.

***Está na hora de ousar, de pensar grande. É um desafio que temos de encarar e vencer.***

É preciso, no entanto, que a Copa do Mundo de 2014 não seja apenas um projeto da CBF com apoio do Governo. É preciso que seja um desejo de toda a sociedade brasileira, dos empresários, dos cidadãos, dos clubes, dos esportistas. Não tem razão o argumento de que “o país tem necessidades mais urgentes”. O investimento em saúde, em educação, na erradicação da miséria, e a realização de uma Copa do Mundo, não são excludentes. São metas possíveis e, mais do que isso, necessárias.

## COMPROMISSO COM O BRASIL

*Publicado em 12/1/2007*

A posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu segundo mandato representou um marco da nossa jovem, mas vigorosa democracia, cada vez mais robusta, mais madura. Esta é uma virtude da democracia: ela vai se incorporando tão naturalmente ao nosso cotidiano que, quando paramos para observar, parece que sempre vivemos na plenitude democrática – e todos sabemos que não foi assim.

A democracia depende de aperfeiçoamentos constantes, é necessário refazê-la diariamente. Eis aí outra virtude dos sistemas democráticos: a sua permanente permeabilidade aos aperfeiçoamentos institucionais. Precisamos também perceber que o processo eleitoral de 2006, mais que celebração democrática, precisa ser ponderado, sob a perspectiva das mensagens emanadas da sociedade.

A sociedade recusou a hegemonia de um partido ou corrente política. O poder foi dividido pelos eleitores, como comprovam os resultados para Presidência da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados, governos estaduais e assembleias legislativas. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva soube diagnosticar e compreender os desejos da sociedade e, verificada a opção pela continuidade do seu Governo, convocou o Brasil para uma grande conciliação.

A oposição responsável tem a consciência de que as reformas estruturais pertencem ao País e não a um governo. Temos a obrigação de criar um ambiente político propício às reformas, com a redução de impostos, a distribuição de renda, a geração de mais investimentos, mais empregos e mais crescimento em bases sustentáveis. Pre-

cisamos de racionalidade para maximizar os dividendos econômicos que o cenário externo ainda sugere. Ou o Brasil avança, ou é marginalizado da história econômica moderna.

Diante de um mundo irremediavelmente globalizado, o choque de que necessitamos é o da execução do óbvio. É uma caminhada que exige trabalho, união e patriotismo. O Brasil tem a vocação do desenvolvimento, do crescimento. Ao longo do século XX, fomos o País que mais cresceu economicamente no mundo, superados apenas pelo Japão.

Democracia não é só direito ao voto, ao ir e vir. É também mobilidade social, igualdade de oportunidades e justiça social. As projeções do cenário mundial continuam favoráveis a um crescimento sustentável para os países emergentes. Precisamos prosseguir no ciclo de reformas iniciado ainda na década de 90, para que não sejamos um elo perdido no continente. Temos potencial e vamos, com a ajuda de todos os brasileiros, caminhar no mesmo ritmo acelerado de outras nações.

O papel do Parlamento é acelerar as reformas, entre elas a reforma política – quem morreu não foi a democracia, não foi a ética, quem apodreceu foi o nosso sistema político uninominal – e a mudança nas novas formas de cooperação entre a União e os demais Estados Federados. Temos ainda como desafio urgente a redução dos impostos e a simplificação de todo o sistema tributário, a redução da dívida pública, a complementação dos marcos regulatórios e a garantia de segurança jurídica. De nossa parte, no Senado Federal, não seremos omissos.

***A oposição responsável tem a consciência de que as reformas estruturais pertencem ao País e não a um governo.***

## O DESAFIO DO CRESCIMENTO

*Publicado em 21/1/2007*

A retomada do crescimento econômico sustentado é quase uma obsessão nacional, partilhada por todos os brasileiros, Governo e Oposição, Esquerda e Direita, empresários e trabalhadores. É o maior desafio do momento. É uma grande necessidade do próprio País.

Há, de certa forma, uma espécie de sentimento de frustração com o ritmo do crescimento das duas últimas décadas. Precisamos criar melhores condições de vida para os jovens que chegam à idade produtiva, o que somente será possível com crescimento econômico sustentado, contínuo, a taxas superiores a 5%. Em nosso imaginário, há ainda o velho sonho do “país do futuro”.

Entre 1945 e 1980, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo. Chegamos à condição de oitava economia do planeta. Nos anos 70, veio o primeiro choque do petróleo e um endividamento externo excessivo. No começo de 1980, veio o segundo choque do petróleo. Tornamo-nos prisioneiros de uma dívida externa impossível de ser paga. O dinheiro no mundo escasseou, países quebraram. Em 1982, fizemos a primeira moratória da dívida, com gravíssimos efeitos em nossa credibilidade internacional.

As missões anuais do FMI, para vasculhar as nossas contas, tornaram-se rotina. A crise da dívida externa ganhou até musa, na pessoa da chilena Ana Maria Jul. Veio outra moratória em 1987. A inflação chegou a alucinantes 85% ao mês, o que forçou a indexação total de preços e salários. Trabalhávamos, praticamente, para pagar a dívida

externa. Foi a chamada década perdida. A hiperinflação continuava um problema.

O Plano Real, de 1994, trouxe a sonhada estabilidade. O País ensaiou uma retomada de crescimento. Sofremos com sucessivas crises internacionais, a do Japão e dos Tigres Asiáticos, a da Rússia, da Argentina. Hoje, as condições externas são amplamente favoráveis. Há um anseio generalizado pelo crescimento. Por que, então, não crescemos?

O PMDB tem suas propostas: dar totais garantias a quem investe e aos contratos firmados, aprovar os marcos regulatórios que ainda faltam, reforçar as agências reguladoras, reduzir drasticamente os juros, diminuir a dívida pública dos atuais 50% do PIB até algo inferior a 30%, baixar fortemente a absurda carga tributária de 38% do PIB, modernizar as arcaicas e dispendiosas relações trabalhistas, investir em infra-estrutura, em energia, em educação.

***Há um anseio generalizado pelo crescimento. Por que, então, não crescemos?***

A semana começa com a expectativa do anunciado Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, uma demonstração que este será o item número 1 da agenda nacional. Mas, crescer não deve ser a única meta. É preciso quebrar o cruel ciclo de reprodução da miséria, o que não se faz apenas com crescimento econômico. É uma tarefa que depende de outros fatores, como a educação pública universal, a construção de oportunidades concretas de ascensão social, investimento em estrutura e saneamento. Para que a população marginalizada participe do crescimento econômico, consiga inserção na sociedade moderna, tenha oportunidades, há todo um conjunto de ações necessárias.

A revista inglesa *The Economist*, uma das mais respeitadas do mundo, afirma em uma de suas últimas edições que as condições econômicas e sociais para que o Brasil deslanche são as mais favoráveis e auspiciosas da história. Vamos torcer – e trabalhar – para que a previsão esteja certa e se concretize.

## UMA GRANDE CHANCE

*Publicado em 28/1/2007*

Em seu discurso de prestação anual de contas ao Congresso, o Presidente dos EUA, George Bush, anunciou a intenção de reduzir em 20% o consumo de petróleo no país, em um prazo de 10 anos. Para isso, 75% do déficit resultante seriam cobertos com etanol, o combustível produzido de vegetais – no caso norte-americano, do milho.

Embora esteja claro que a decisão vai beneficiar, de imediato e principalmente, os produtores de milho naquele continente, também o Brasil poderá tirar proveito. É consensual entre cientistas e pesquisadores que o petróleo disponível no mundo se extinguirá em um prazo inferior a 50 anos. E o Brasil está na vanguarda das tecnologias de combustível vegetal, produzido a partir da cana-de-açúcar, da soja e da mamona.

As vantagens estratégicas no Brasil em um horizonte de escassez cada vez maior de petróleo não se resumem ao avanço tecnológico. Temos a maior disponibilidade de terras agricultáveis em todo o mundo para a produção de cana e oleaginosas capazes de gerar energia. Hoje, 1/4 de todo o petróleo produzido no mundo é importado pelos Estados Unidos, com sua economia gigantesca, e toda essa imensa quantidade de óleo é apenas 65% do consumo norte-americano.

Cerca de 40% da energia consumida pelos Estados Unidos vem do petróleo, que é importado de regiões instáveis, como o Oriente Médio, ou de outros países conturbados. Portanto, é imenso o quadro de oportunidades que se abre para os produtores brasileiros. Uma



nota oficial da Casa Branca indica também que haverá substanciais importações de fontes alternativas de energia, ou seja, óleo de origem vegetal. Segundo a nota, há razões de ordem ambiental e de segurança energética para que o país invista mais em energia alternativa.

Desde os anos 70, o Brasil desenvolve tecnologia de fabricação de combustíveis a partir da cana-de-açúcar, e nos últimos anos os estudos envolvem também a soja, a mamona e outros produtos de origem agrícola. A sociedade brasileira tem maturidade suficiente para aproveitar o grande mercado que se abre, sem que a nossa produção de alimentos, a nossa diversificação agrícola, seja atingida. Há espaço para que continuemos a ser grandes produtores e exportadores de grãos e de outros alimentos, e ainda atender de forma satisfatória nosso próprio mercado interno.

***Temos a maior disponibilidade de terras agricultáveis em todo o mundo para a produção de cana e oleaginosas capazes de gerar energia.***

É preciso, também, que seja incentivado o uso crescente de combustível de origem vegetal aqui mesmo, no Brasil, por razões econômicas e ambientais. Por mais que sejamos cada vez mais, no futuro, grandes exportadores de combustível vegetal e de alimentos, o Brasil precisa também manter a competitividade de sua economia. E o Congresso Nacional estará sempre atento para debater e votar as medidas que levem o País a um crescimento sustentado, de longo prazo.

## O AVANÇO DA PIRATARIA INDUSTRIAL

*Publicado em 4/2/2007*

Uma pesquisa entre 48 empresas multinacionais ouvidas pela Câmara de Comércio Internacional – CCI, e divulgada em Genebra, na Suíça, revela que o Brasil é um dos maiores violadores de direitos de propriedade intelectual no mundo. O Brasil é apontado como o quarto país em pirataria, precedido pela China, Rússia e Índia. A CCI informa que o comércio internacional de produtos piratas movimentava US\$ 650 bilhões por ano, mais do que o narcotráfico.

Em qualquer grande cidade brasileira, todos sabem onde encontrar produtos falsificados por preços muitas vezes nem tão baratos. A maior parte dos produtos piratas provém de grupos ligados ao crime organizado, o que torna ainda mais grave o livre trânsito dessas mercadorias. A produção pirata é feita em escala industrial em todo o mundo. A CCI calcula, por exemplo, que 43% dos *softwares* são pirateados e o cardápio inclui desde CD e DVD a cigarros, medicamentos, cosméticos, eletro-eletrônicos, brinquedos, calçados, roupas e material esportivo em geral, produtos caseiros, bebidas, relógios, utilidades de todo tipo etc.

Outro dado importante revelado no Terceiro Congresso Global sobre Pirataria e Contrabando, em Genebra, é que 70% dos produtos piratas apreendidos na Europa provém da China, seguido de Rússia, Ucrânia, Chile e Turquia. E que 30% dos medicamentos consumidos em países mais pobres são falsificados, o que põe em grave risco vidas humanas. No Brasil, com assustadora regularidade, temos notícias de remédios falsos apreendidos em grandes lotes.

O Brasil tem feito esforços consideráveis no combate à pirataria e ao contrabando, mas é preciso ainda mais, principalmente porque essa é uma das vertentes de atuação do crime organizado no País. A produção e o comércio de material pirata encontra o ambiente propício pela falta de um crescimento econômico consistente no Brasil e pela falta de mão-de-obra que não encontra emprego formal. E, principalmente, pela falta de uma política repressiva mais eficiente.

O mais grave é que produtos piratas oriundos da China, por exemplo, chegam a países vizinhos e, de lá, ingressam no Brasil, aproveitando-se dos acordos tarifários do Mercosul, prejudicando as indústrias nacionais. Os produtores brasileiros de brinquedos, por exemplo, sofrem há anos com o problema. Uma outra conseqüência nefasta é a evasão fiscal sobre todo o volume de dinheiro movimentado pela produção e comércio clandestino dos artigos piratas.

A dimensão atingida pela pirataria no Brasil e nos países emergentes demonstra a existência de um imenso mercado interno desatendido, que estaria gerando receita tributária, melhores empregos, mais dinamismo econômico. Revela também distorções típicas de países em desenvolvimento, em que as relações econômicas são desequilibradas e o crime organizado encontra espaço para atuar livremente.

Apostar no crescimento econômico e na justa distribuição de renda e enfrentar de vez a questão da segurança pública é, portanto, mais do que um dever. É um compromisso que todos nós, parlamentares, devemos, junto com os demais Poderes da República, em todas as esferas, assumir com a população brasileira.

***A maior parte dos produtos piratas provém de grupos ligados ao crime organizado, o que torna ainda mais grave o livre trânsito dessas mercadorias.***

## TEMPERATURA MÁXIMA

*Publicado em 11/2/2007*

O aquecimento global, até há pouco visto com certo descrédito por boa parte do mundo, comprovou-se agora uma ameaça cientificamente real, que poderá levar o planeta a terríveis mudanças climáticas em curto espaço de tempo, com tragédias ambientais e catástrofes naturais em larga escala. A ONU reuniu um grupo de 2.500 pesquisadores de clima de 153 países e os cientistas comprovaram que a temperatura da Terra está subindo de forma assustadora, por responsabilidade do próprio homem.

As previsões são de que o aquecimento global irá aumentar 0,1 grau por década, até que a temperatura média da terra vá dos atuais 14,50 graus até mais de 15 graus em 2040. Parece pouco, mas as consequências do aquecimento serão furacões, ciclones, inundações, maremotos (devido ao derretimento do gelo polar). As chuvas serão muito mais irregulares, trazendo quebra de safras, fome, destruição da flora e da fauna. É possível que metade da fauna atual do planeta desapareça.

A causa determinante para o aquecimento global, como se sabe há mais de 20 anos, é, principalmente, a emissão de gases poluentes pelas indústrias dos países ricos do hemisfério norte. Os gases concentrados na atmosfera criam o chamado efeito estufa. O Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, pelo qual os países mais ricos se comprometem a reduzir as emissões de gases em 5% até o ano de 2012, não é suficiente para resolver o problema.

Aqui no Brasil, muito há a ser feito, principalmente o controle de queimadas na região Amazônica. Já aprovamos no Congresso Nacional

a Lei de Gestão das Florestas Públicas, da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, e agora, na reabertura dos trabalhos legislativos, criamos uma Comissão Mista Especial, composta de onze senadores e onze deputados, a requerimento do Deputado Sarney Filho (PV – MA), destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no País, suas causas e conseqüências.

Estamos criando também duas subcomissões no Senado, uma delas funcionando junto à Comissão de Relações Exteriores, e outra junto à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, por propostas dos Senadores Heráclito Fortes (PFL – PI), Sibá Machado (PT – AC) e Renato Casagrande (PSB – ES). Realizaremos audiências públicas com cientistas e técnicos, debates, fiscalizaremos e, certamente, surgirão propostas de legislação sobre o tema. Não nos descuidaremos do problema.

Investir na educação ambiental é uma das propostas que certamente serão analisadas. Apostar na conscientização, especialmente de nossas crianças e de nossos jovens, é tarefa fundamental. Fundamental, também, é incentivar o desenvolvimento de biocombustíveis, fontes renováveis de energia que não contribuem com o aquecimento global.

O Brasil pode ter a liderança internacional na questão energética. Ao lado dos Estados Unidos, nosso País lidera a produção mundial de etanol. Até 2013, deveremos estar produzindo 30 bilhões de litros de álcool combustível; hoje, produzimos 17,5 bilhões. Graças a um acordo com Japão e Suécia, as exportações brasileiras de álcool deverão pular dos atuais US\$ 600 milhões para US\$ 1,3 bilhão, em 2010. E, apesar das barreiras tarifárias que dificultam a exportação para os Estados Unidos, o governo americano já sonda a possibilidade de uma parceria com o Brasil com o objetivo de ampliar o mercado global para biocombustíveis e reduzir a dependência do petróleo, o maior vilão do aquecimento global. Ponto para o meio ambiente, ponto para a nossa economia.

***Incentivar o desenvolvimento de biocombustíveis, fontes renováveis de energia que não contribuem com o aquecimento global.***

## CHEGA DE IMPUNIDADE

*Publicado em 18/2/2007*

O Brasil não pode continuar refém do medo e da insegurança, diante da impunidade que alimenta cada dia mais a violência. Afinal, pesquisas demonstram que menos de 3% dos crimes cujos autores não se conhecem no ato são esclarecidos. Fora isso, há mais de 200 mil mandados de prisão que não foram executados, o que deixa a triste impressão de que o crime compensa.

O bárbaro assassinato do garoto João Hélio, no Rio de Janeiro, não deve ser apenas motivo de revolta momentânea. É preciso manter uma constante indignação contra as ondas de criminalidade, porque, como dizia John F. Kennedy, “o conformismo é o carcereiro da liberdade e o inimigo do crescimento”. E o Congresso Nacional sabe disso, tem sido a caixa de ressonância da sociedade nos momentos mais difíceis e não deixará de agir agora, mais uma vez.

Nossa legislação penal precisa urgentemente ser modernizada. A discussão da maioria penal também é inevitável. Mas não basta aperfeiçoar nossas leis, nem diminuir a maioria penal se não houver recursos suficientes para combater e, principalmente, prevenir a criminalidade.

Um política permanente de segurança pública exige policiamento efetivo nas ruas, investimento em inteligência, polícia e agentes penitenciários bem preparados e bem pagos, reeducação de menores infratores, um sistema penitenciário moderno. E tudo isso custa dinheiro. Nas grandes cidades, os bandidos estão mais bem armados e equipados que a polícia. Com um déficit de cerca de 200 mil vagas, livre circulação de drogas e celulares, nossos presídios são hoje *bunkers* de facções criminosas. E as unidades de internação de menores, escolas de crime.

Nos últimos quatro anos, a segurança pública ficou com pouco mais de R\$2,4 bilhões do Orçamento federal – 62% do que estava previsto nos Orçamentos de 2003, 2004, 2005 e 2006. Assim, não dá para mudar o atual cenário de violência – mais de 50 mil homicídios por ano; 28,5 para cada 100 mil habitantes.

Na semana passada, o Senado Federal deu uma resposta precisa à sociedade, ao proibir o contingenciamento das verbas destinadas à segurança pública. O projeto, que ainda tem de ser aprovado pela Câmara dos Deputados, prevê a possibilidade de bloqueio do dinheiro para segurança pública apenas em casos de calamidade pública, impossibilidade de execução orçamentária ou redução de arrecadação. Na pauta, existe outra proposta, de minha autoria, segundo a qual União, Estados e Municípios são obrigados a aplicar um percentual mínimo do orçamento em segurança pública, durante cinco anos.

Temos, ainda, que concluir com urgência a reforma infraconstitucional que vai acelerar os processos judiciais. E tirar do papel a proposta de instalação de bloqueadores de celulares nos presídios. É bom lembrar, também, que o Senado aprovou, no ano passado, pacote contra o crime organizado, instituindo, entre outras medidas, o regime disciplinar de segurança máxima para presos perigosos. A reforma do sistema prisional é uma necessidade urgente e fundamental.

É claro que não basta investir em segurança pública. Sem educação, sem oportunidades de trabalho para jovens carentes, sem uma distribuição mais justa de renda e de oportunidades, não existe solução definitiva para o problema da criminalidade.

Apostar no crescimento econômico é apostar num Brasil mais justo e menos violento. E acabar com a impunidade é o melhor caminho para evitar que outros meninos e outros brasileiros tenham um final tão trágico quanto o do pequeno João Hélio.

***Existe outra proposta, de minha autoria, segundo a qual União, Estados e Municípios são obrigados a aplicar um percentual mínimo do orçamento em segurança pública.***

## COMPROMISSO PELOS DIREITOS HUMANOS

*Publicado em 25/2/2007*

O Senado Federal lançou, neste mês de fevereiro, o relatório das atividades da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDHLP, referente aos anos de 2005 e 2006. É um trabalho que nos enche de orgulho, com a íntegra de todas as audiências públicas do período, propostas de legislação, uma compilação de toda a legislação nacional e internacional sobre o tema, artigos de especialistas, e um banco de dados preliminar com as entidades brasileiras que se dedicam à defesa da dignidade humana e dos direitos civis.

A CDHLP foi presidida neste período pelo Senador Cristovam Buarque (PDT-DF), tendo como vice o Senador Paulo Paim (PT-RS). O Senador Cristovam é um combatente pela causa da educação e marcou a última eleição presidencial com a sua proposta de federalização do ensino básico em todo o País. Para ele, uma escola de primeiro grau no mais pobre povoado da Amazônia tem de ter a mesma qualidade de instalações e de ensino das que existem no mais rico município da região Sul-Sudeste. É na educação que começam os direitos humanos.

O Senador Paulo Paim, por sua vez, é autor do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto do Idoso e da Lei de Proteção à Pessoa com Necessidades Especiais. É um guerreiro em defesa das minorias e dos setores menos favorecidos da sociedade.



O tema dos direitos humanos, às vezes, parece ter perdido espaço na agenda brasileira, diante das complexidades do País, como a necessidade urgente de retomada do crescimento econômico, da erradicação da miséria e do desemprego, do combate às desigualdades regionais, a questão da segurança pública e do meio-ambiente. Todos esses temas, na verdade, incorporam a defesa dos direitos humanos.

No período autoritário, direitos humanos eram sinônimo de combate à tortura, aos maus-tratos pelos órgãos de segurança e aos conceitos de “crime político” e “crime de opinião”. Com a redemocratização do País, o tema passou a ter um significado bem mais amplo, incorporando, além da luta contra os abusos do Estado contra o cidadão, o direito universal à educação pública, ao emprego, à habitação digna, à saúde, à cidadania. Incorpora, ainda, a abolição do trabalho escravo, do trabalho infantil, a luta pelos direitos da criança, do idoso e das pessoas com necessidades especiais.

***O tema dos direitos humanos, às vezes, parece ter perdido espaço na agenda brasileira, diante das complexidades do País.***

É com esse entendimento amplo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado tem trabalhado. Há muito ainda o que fazer no Brasil. Enquanto uma única criança no Brasil for obrigada a trabalhar, sofrer maus-tratos ou ficar fora da escola; enquanto um único idoso não merecer o respeito devido, sofrer com a fome ou desabrigo; enquanto houver a menor manifestação de racismo ou intolerância religiosa, violência policial ou política, arbitrariedade ou desemprego, continuaremos com nosso trabalho.

## O EXEMPLO DE FREI GALVÃO

*Publicado em 4/3/2007*

O Vaticano confirma oficialmente, no dia 11 de maio, o que o Brasil todo já tinha certeza. Antônio de Sant'Anna Galvão, o frade franciscano que semeou generosidade e esperança entre pobres e enfermos no final do século XVIII e início do século XIX, e que até hoje é venerado por milhões de fiéis vai ser, enfim, canonizado. A cerimônia acontecerá durante a missa que o papa Bento XVI vai celebrar em São Paulo, na sua primeira visita ao País. Num momento em que a violência urbana mergulha todos nós numa onda de medo e de indignação, a canonização do primeiro santo brasileiro reacende muito mais do que a fé católica. Ela reacende nossa crença no poder do amor e da generosidade, na possibilidade de um mundo mais justo e mais humano.

É essa crença que multiplica as filas intermináveis de devotos nas portas dos conventos de São Paulo e do Paraná, em busca das pílulas milagrosas do Frei Galvão. Esses fiéis não precisam de um documento do Vaticano para comprovar a santidade do franciscano da cidadezinha paulista de Guaratinguetá, que deixou uma família rica e poderosa para se dedicar aos mais humildes. Mas a canonização alimenta a devoção do povo e fortalece os laços da Igreja com os 125 milhões de católicos brasileiros.

Os quase 24 mil milagres atribuídos a Frei Galvão confirmam que o amor e a fé estão entre as maiores forças transformadoras do dia-a-dia. É o que também confirmam histórias como a de Madre Paulina, italiana que viveu no Brasil por 67 anos e foi canonizada

em 2002, e de irmã Dulce, exemplo de luta e de dedicação aos mais necessitados, e que está em processo de canonização pelo Vaticano. Curas e graças de todo tipo são atribuídas aos 784 santos já canonizados pela Igreja Católica ao longo da história.

Mais do que milagres, porém, beatos e santos nos legam o exemplo de uma vida virtuosa, voltada ao próximo. Exemplo precioso, numa sociedade em que valores éticos são cada vez mais deixados de lado, substituídos por interesses individuais, competição, consumismo e ambição desenfreada.

No maior país católico do mundo, o desprezo pelo bem-estar coletivo, o foco na satisfação individual, imediata, e a elasticidade moral que torna “aceitáveis” uma e outra atitude desonesta, pequenas mentiras e deslealdades vão muito além de questões religiosas. Estão por trás de denúncias de caixa dois e de corrupção, estão por trás da impunidade vergonhosa que alimenta a violência, estão por trás do tráfico de drogas e de armas, da má gestão dos recursos públicos, do cenário de injustiça e de exclusão social em que vivemos.

Temos, todos, católicos ou não, muito que aprender com Frei Galvão. E muito que fazer, se quisermos mudar, de fato, a face de miséria e violência do Brasil.

***Reacende nossa  
crença no poder  
do amor e da  
generosidade, na  
possibilidade de um  
mundo mais justo e  
mais humano.***

## PÉ ATRÁS E OLHOS BEM ABERTOS

*Publicado em 11/3/2007*

O susto com as últimas notícias sobre o aquecimento global, somado à escalada de preços do petróleo e à previsão de esgotamento do combustível, foi a gota que faltava: a questão ambiental e a corrida por fontes alternativas de energia entraram, definitivamente, na agenda política mundial. E essa onda verde cresce ainda mais diante da perspectiva de ganhos do ponto de vista geopolítico e econômico. Não é à toa a expectativa em torno da tão falada “Opep do etanol” e da parceria energética entre Brasil e Estados Unidos.

A visita do Presidente George W. Bush foi o pontapé inicial de uma aliança estratégica, numa área em que o Brasil pode negociar, em condições privilegiadas, com a maior locomotiva da economia mundial. Juntos, os dois países respondem por 72% da produção mundial de etanol. Mas, além de termos uma área de fronteira agrícola muito maior, nossa cana-de-açúcar dá um banho no milho americano quando se trata de produtividade: pode gerar 7.300 litros de álcool por hectare, enquanto o milho não produz mais que três mil litros. Isso sem falar que o etanol da cana é quatro vezes mais barato que o do milho. Motivos de sobra para explicar o interesse cada vez maior de investidores estrangeiros por usinas no Brasil.

Mais do que o aumento da produção de álcool para abastecer o mercado internacional, no entanto, a grande expectativa – e a grande aposta dos dois governos – é a exportação de tecnologia brasileira na área de biocombustíveis.

Afinal, antes de se tornar um grande fornecedor internacional de biocombustíveis, o Brasil precisa enfrentar uma série de desafios, entre

eles a manutenção de estoques reguladores de álcool durante a entressafra, a garantia de abastecimento do mercado doméstico e a definição de uma política oficial para o setor. Na área ambiental, o temor é a expansão desordenada das lavouras de cana, que poderiam disputar espaço com o cultivo de outros produtos e invadir áreas de reserva legal, agravando o problema das queimadas.

Uma parceria com os Estados Unidos para liderar a venda de tecnologia e o investimento para produção de etanol em outros países da América Central, Caribe e África pode ser mesmo bastante vantajosa para o Brasil. Mas, nessa diplomacia movida a álcool, são no mínimo duvidosas as intenções do Presidente Bush, ao deixar de lado as inúmeras divergências comerciais que turvam as relações entre os dois países.

***Motivos de sobra para explicar o interesse cada vez maior de investidores estrangeiros por usinas no Brasil.***

A eliminação ou redução dos subsídios agrícolas que destoam da cartilha norte-americana de livre comércio e que tolhem a entrada dos produtos brasileiros nos EUA continuam fora da pauta. O fim das sobretaxas impostas contra as exportações de etanol para o mercado norte-americano também é assunto proibido na agenda de Bush. Eles querem mais empresas atuando no Brasil, sobretudo na área de serviços. Mas fecham os olhos quando se trata de qualquer concessão para os agronegócios brasileiros em seu território. Não aceitam discutir a quebra de patentes para medicamentos contra a Aids, nem propõem qualquer vantagem em troca de uma maior aproximação política e comercial com o Brasil. Convém lembrar que a balança comercial entre os dois países está paralisada há uma década.

É claro, no entanto, que não se deve desprezar a hipótese de uma parceria para a formação de um mercado mundial de biocombustíveis. Nem esquecer a promessa norte-americana de reduzir o consumo interno de gasolina em 20% nos próximos dez anos. Mesmo com as sobretaxas sobre nosso etanol, exportamos 1,8 bilhão de litros para os EUA em 2006.

É o caso de pagar para ver. Mas com um pé atrás e os dois olhos bem abertos.

## A GOTA QUE FALTAVA

*Publicado em 18/3/2007*

Foi a gota que faltava. O seqüestro do Presidente da Associação dos Magistrados de Alagoas, Juiz Paulo Zacarias da Silva, deixou claro o absurdo a que chegou a violência no País. Ainda sob o impacto da morte do pequeno João Hélio e da menina Alana – mais uma entre tantas vítimas de balas perdidas no Rio –, os brasileiros foram sacudidos pelas notícias de uma série de atentados criminosos contra magistrados e parentes de magistrados em Alagoas. Quando a criminalidade chega a ameaçar representantes do Judiciário, é porque a violência superou todos os limites e já desafia o próprio Estado de Direito.

Não podemos mais admitir que a população, de Norte a Sul, viva refém da angústia, do terror. A luta contra o crime organizado exige o esforço de todos e um trabalho integrado de Governos Estaduais, Municipais e Federal. Por isso, é louvável a criação de uma força conjunta entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias estaduais, o Ministério Público e o Judiciário para combater a onda crescente da criminalidade em Alagoas – foram 17 seqüestros em Maceió, nos últimos seis meses.

O Estado não pode, de modo algum, se furtar a agir com mão forte para enfrentar os agentes do crime. A sociedade exige mais que indignação e discursos de solidariedade. Exige respostas, decisões. Não podemos esperar que, um dia, tenhamos um cenário de menor exclusão social para que a violência seja reduzida. Nem esperar que a crise na segurança seja solucionada, de imediato, pelo endurecimento da legislação penal.

Precisamos, é verdade, atualizar nossos Códigos Penal e de Processo Penal – e o Congresso já vem dando passos importantes nesse sentido, como a aprovação de maior rigor nas penas para crimes hediondos e da falta grave pelo uso de celular nas cadeias. Temos, também, de garantir um Judiciário mais ágil, um sistema penitenciário mais eficaz, oportunidades de trabalho para jovens carentes.

Mas não se faz segurança pública sem recursos. Treinar melhor a polícia, comprar viaturas, armas, investir em inteligência, construir e reformar presídios, reeducar menores infratores, dar um salário digno a agentes penitenciários e policiais, tudo isso custa dinheiro. Muito dinheiro.

O Governo já se comprometeu a não contingenciar as verbas para segurança pública. É um avanço e tanto. Mas temos de garantir um maior volume de recursos para o setor. Esse deve ser o nosso compromisso – e é bom lembrar que já temos proposta de emenda constitucional na Casa, nesse sentido.

O Brasil não merece – e não pode – continuar sofrendo com a morte e o seqüestro de tanta gente inocente.

***Garantir um  
Judiciário mais  
ágil, um sistema  
penitenciário  
mais eficaz,  
oportunidades de  
trabalho para jovens  
carentes.***

## GOL CONTRA O PRECONCEITO

*Publicado em 25/3/2007*

Comemoramos, na semana passada, o Dia Internacional da Síndrome de Down. Um dia para homenagear, para olhar e para lutar por pessoas muito especiais. Especiais como a Ivy, a filhinha que o Romário homenageou de forma tão emocionante ao se despedir da Seleção Brasileira, na Guatemala. Especiais como a pequena Joana, que encantou o Brasil inteiro vivendo a Clarinha, de Páginas da Vida. Ou como outros 300 mil brasileiros que nasceram com um cromossomo a mais e que nos ensinam, com sua alegria e suas limitações, a conviver com nossas diferenças, numa sociedade plural.

Romário e Ivy emocionaram centenas de pessoas, na audiência pública das Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado, durante a comemoração pelo Dia Internacional da Síndrome de Down. Ele provou que o gol mais bonito de toda a sua carreira foi o gol contra o preconceito e a hipocrisia.

Ainda temos muito a denunciar, a esclarecer. Ainda precisamos brigar por maior inclusão no mercado de trabalho, na mídia, nos espaços públicos. Temos de lutar por um atendimento especializado no sistema de saúde, pelo direito ao ensino regular, com professores capacitados para acolher nossas crianças e nossos jovens com Down. Temos de lutar, principalmente, contra a discriminação e a falta de informação no dia-a-dia.

Mas também temos muito que comemorar. Estamos, hoje, muito mais conscientes e atentos para a construção de uma sociedade inclusiva. Em todo o mundo, e também aqui no Brasil, há pessoas com



Síndrome de Down estudando, trabalhando, casando e até chegando à universidade.

A pessoa com Down é diferente, sim. Tem limitações que muitos não temos. Mas é igual a todos nós, com seus desejos, inseguranças, suas angústias e alegrias. E é como cidadão pleno que a pessoa com Down precisa ser todos os seus direitos respeitados.

Governo, Parlamento, Justiça, empresários, mães e pais de família, professores, formadores de opinião, todos temos responsabilidade na transformação do atual cenário de preconceito e discriminação. A mídia, em especial a televisão, tem um papel ainda mais amplo no trabalho de conscientização da sociedade. Basta lembrar a Clarinha, de “Páginas da Vida”, o Jatobá, de “América”, e tantos outros personagens que nos ajudaram a entender o dia-a-dia e as dificuldades de pessoas especiais.

Como presidente do Senado Federal, garanto que entramos, também, de corpo e alma nessa briga. Com o apoio da Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência no Senado, temos adotado uma série de iniciativas que têm tornado a Casa modelo de acessibilidade e inclusão social. Depois de dar ao País a Lei do Cão Guia e a Lei da Língua Brasileira de Sinais, entre outras da maior importância, o Senado aprovou, no ano passado, o Estatuto da Pessoa com Deficiência – que precisa, agora, ser aprovado na Câmara. Entre outros avanços, o Estatuto torna compulsória a matrícula e a inclusão escolar e prevê planos e programas governamentais específicos para o atendimento de pessoas com deficiência.

É bom lembrar que o Brasil vai assinar, no próximo dia 30, a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. É mais uma oportunidade para reafirmar nossa posição a favor da inclusão social e contra todo tipo de discriminação. Derrubar as barreiras do preconceito e construir um Brasil mais igual, com todas as suas diferenças, é mais do que um desafio. É um compromisso.

**Romário e Ivy emocionaram centenas de pessoas. Ele provou que o gol mais bonito de toda a sua carreira foi o gol contra o preconceito e a hipocrisia.**

## PROFESSOR VALORIZADO, EDUCAÇÃO MULTIPLICADA

*Publicado em 1º/4/2007*

Sessenta e oito por cento dos 30,6 milhões de brasileiros de 15 a 64 anos que estudam ou estudaram até a quarta série não conseguem ler mais do que um anúncio curto. Pior: não conseguem interpretá-lo. Quatro milhões desses mesmos brasileiros podem ser considerados analfabetos, já que não decodificam palavras e frases, ainda que em textos simples. E um milhão não consegue identificar números em situações cotidianas, como ler preços ou anotar números de telefone. Entre as 31,1 milhões de pessoas que cursam ou cursaram da quinta à oitava série do ensino fundamental, a situação não é muito diferente: 24% tem sérias limitações nas habilidades de leitura, escrita e em cálculos simples de matemática.

Os últimos números da educação brasileira, revelados por uma pesquisa elaborada pelo Ibope em parceria com o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, mostram bem o cenário lastimável do nosso sistema de ensino. A universalização, tão festejada desde que alcançamos o patamar de 99% de crianças matriculadas na escola, está a anos-luz de significar qualidade. As taxas de 21% de repetência na educação básica e de 18% de evasão escolar no ensino médio são apenas alguns dos problemas que colocam o Brasil como um dos últimos nos *rankings* internacionais do ensino.

O desafio é enorme. Afinal, não há como retomar o caminho do desenvolvimento econômico e da justiça social sem investir em edu-

cação. Gastos com inclusão digital, material didático adequado, infraestrutura mínima nas escolas, programas de alfabetização, ampliação do financiamento estudantil, qualificação ou reciclagem profissional e melhores salários para professores devem ser prioridade nacional. E a valorização profissional do professor, a maior aposta para um ensino de qualidade. Afinal, quem constrói aprendizagem, cultura e cidadania precisa de salário digno, respeito e condições efetivas de trabalho.

A realidade, no entanto, é bem outra. Estudos do Ministério da Educação apontam que, em 2003, 45% dos 2,6 milhões de professores brasileiros trabalhavam em escolas públicas sem biblioteca; 74% não contavam com laboratórios de informática; e 80%, com laboratórios de ciências. O número de professores leigos já havia diminuído bastante, mas apenas 57% dos docentes do ensino básico possuíam formação em nível superior. Já os salários baixos tinham – e ainda têm – como resultado a dupla ou tripla jornada de trabalho, comprometendo o desempenho na sala de aula.

A definição de um piso salarial nacional para os professores, assim como o investimento em sua formação continuada e a ampliação do programa de alfabetização no Nordeste são alguns dos méritos do Programa de Desenvolvimento da Educação anunciado recentemente pelo Governo. Os oito bilhões de reais garantidos pelo programa podem significar uma arrancada na qualidade do ensino brasileiro. Mas caberá ao Congresso debater e analisar cada ponto de forma criteriosa. Afinal, o Brasil não precisa de mais um plano que prometa resultados apenas no papel. Precisa de vontade e de ação política para fazer das nossas salas de aula espaço de construção da cidadania e do futuro.

***Não há como retomar o caminho do desenvolvimento econômico e da justiça social sem investir em educação.***

## AMAZÔNIA AMEAÇADA

*Publicado em 8/4/2007*

A Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, trouxe à tona em 2007 um tema da maior importância para todo o País, independente de convicções religiosas, partidárias ou ideológicas. Este ano, a CNBB nos fez abraçar a Amazônia, nos fez lembrar que nós, 180 milhões de brasileiros, somos os donos da maior reserva florestal do mundo, da maior bacia hidrográfica do planeta e que temos responsabilidade pela preservação e desenvolvimento sustentável da região.

A Campanha também trouxe um alerta vergonhoso: a Amazônia tem sido palco de um desmatamento brutal, de conflitos por posse de terra, de invasão de áreas indígenas, de queimadas, de trabalho escravo, de violência contra ambientalistas e assassinatos de religiosos. Uma situação intolerável.

Lutar pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia é lutar por um país mais digno. Crescimento econômico e inclusão social, geração de renda e emprego têm de ser um compromisso de todos, para todos os brasileiros. Os costumes e as necessidades das comunidades ribeirinhas, da população indígena, de colonos e posseiros não podem ser ignorados ou menosprezados. E a riqueza ambiental da Amazônia tem que ser defendida por cada um de nós.

No começo do ano, as últimas notícias sobre o aquecimento global colocaram governos e cientistas em alerta no mundo inteiro: o cenário que estamos construindo para o planeta é de fome, seca, furacões e enchentes. E o Brasil ocupa um inaceitável quarto lugar na lista dos

maiores emissores de gases que provocam o efeito estufa. É um paradoxo inadmissível o fato de o país que possui a maior reserva ecológica terrestre ocupar uma posição tão lastimável e ainda em virtude da própria floresta! Sem as queimadas e desmatamento da amazônia, o Brasil cairia para a décima oitava posição na lista dos vilões.

A Constituição é precisa ao explicitar que a Floresta Amazônica é patrimônio nacional e que a lei tem de garantir todas as condições para assegurar sua preservação. Nos últimos três anos, conseguimos reduzir em mais de 50% o desmatamento da Amazônia. Ainda é pouco, muito pouco. Não podemos esquecer que mais de 16% de nossa floresta já foram destruídos.

O Congresso tem feito sua parte. No ano passado, aprovamos a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. A Lei nº 11.284 instituiu o Serviço Florestal Brasileiro e criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. É uma esperança, longe de ser a solução. Este ano, o Senado criou duas subcomissões especiais para propor medidas capazes de reduzir a contribuição brasileira ao aquecimento global.

Quando se trata de perdermos o nosso próprio habitat, o equilíbrio ambiental que nos dá as condições para continuarmos vivos, tudo o mais se apequena. Tratar adequadamente a Amazônia é a maior prova de fraternidade que os brasileiros podem dar ao planeta.

**Crescimento econômico e inclusão social, geração de renda e emprego têm de ser um compromisso de todos, para todos os brasileiros.**

## O PODER DOS MUNICÍPIOS

*Publicado em 15/4/2007*

O Brasil precisa avançar nas reformas de base, redesenhar o sistema tributário, investir em infra-estrutura, segurança jurídica e educação, se quiser voltar a trilhar os rumos do desenvolvimento. Mas sem uma revisão do pacto federativo que alivie a concentração do poder político e financeiro na área federal e dê aos nossos municípios fôlego suficiente para enfrentar suas responsabilidades constitucionais não há como garantir condições mínimas para um crescimento verdadeiramente sustentável.

Nosso País é o único do mundo em que os municípios são considerados entes federados. Mas nem por isso esses mesmos municípios foram contemplados, em nosso ordenamento jurídico, com as contrapartidas necessárias às enormes obrigações a eles outorgadas pela Constituição de 1988 e normas posteriores. O resultado foi catastrófico: a imensa maioria de nossas prefeituras está atolada em dívidas, numa situação financeira caótica.

A capacidade de mobilização de prefeitos e vereadores, capitaneados pela Confederação Nacional dos Municípios, garantiu uma série de avanços ao movimento municipalista. Entre eles, a renegociação das dívidas com a Previdência Social, com a ampliação do prazo de quitação dos débitos e o estabelecimento de limites para o comprometimento mensal com os pagamentos. Um alívio financeiro considerável para milhares de prefeituras, conquistado depois de muita negociação política no Senado Federal.

A promessa de aumento em 1% dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – com um aporte de cerca de 1,5 bilhão de reais para

os caixas municipais – vem exatamente ao encontro do que temos defendido ao longo dos últimos anos. A proposta, aliás, já fazia parte do projeto de reforma tributária aprovado pelo Senado há mais de três anos.

Na semana passada, o movimento municipalista voltou a mostrar sua força na décima edição da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. E, com toda justiça, reiterou a necessidade de um maior equilíbrio federativo – na prática, uma obrigação constitucional.

O aumento do Fundo de Participação dos Municípios é apenas um passo. Temos que retirar a reforma tributária do papel, rediscutir a divisão das receitas tributárias e enfrentar de vez o problema dos precatórios. Está na pauta do Senado a discussão de proposta de emenda constitucional de minha autoria, vinda do próprio Judiciário, que cria um sistema de leilão para os precatórios, abrindo a possibilidade de o município oferecer um deságio ao credor. Esse debate tem que avançar o mais breve possível.

***Temos que retirar a reforma tributária do papel, rediscutir a divisão das receitas tributárias e enfrentar de vez o problema dos precatórios.***

A causa municipalista tem sido uma de minhas maiores preocupações à frente do Senado. A instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, a ampliação da rede dos Legislativos Municipais, Estaduais e Federal, através do Interlegis, e a criação do programa Minuto do Município, da TV Senado, são algumas das iniciativas que demonstram o compromisso da Casa com o fortalecimento de nossos municípios. A presença municipalista na Comissão de Avaliação do Sistema Tributário, que estamos criando, também será fundamental para que possamos ter regras mais justas de redistribuição do “bolo” tributário.

O pacto pela Saúde, proposto pela Marcha dos Municípios, é um compromisso que já assumimos com prefeitos e vereadores. E a governabilidade, nas três esferas de Poder, um desafio que só conseguiremos superar com uma reforma política profunda, que resgate a credibilidade e a representatividade de nosso sistema político-partidário.

## UM DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA

*Publicado em 22/4/2007*

A guerra entre grupos de traficantes no Rio ganhou as primeiras páginas dos jornais na última semana, lado a lado com o massacre na Universidade de Virgínia Tech, nos Estados Unidos. Mas se muitos ainda discutem, estarecidos, o motivo que teria levado o sul-coreano Cho Semg-hui a disparar contra dezenas de colegas e professores da universidade, contabilizamos as 19 mortes na favela carioca com a naturalidade de quem acompanha, diariamente, todo tipo de notícias sobre chacinhas, seqüestros e ataques do crime organizado.

A banalização da violência tem tornado o brasileiro cada dia mais cético: pesquisa de opinião pública do DataSenado revelou que 86% dos entrevistados acreditam que a criminalidade aumentou no último ano; para 61%, ela vai continuar crescendo em 2008. A impunidade aparece, na mesma pesquisa, como a principal causa da violência (30% das citações), seguida pelo tráfico e consumo de drogas (26%), pelo desemprego (16%), educação de baixa qualidade (14%), ausência do Estado (8%) e facilidade de acesso às armas (4%).

Mais de um terço (36%) dos 1.068 entrevistados, em 130 municípios dos 27 estados brasileiros, afirmaram já ter sido vítimas de atos violentos. A maioria absoluta é favorável à presença das Forças Armadas nas ruas (81%), quer o aumento da pena máxima de 30 anos, a exclusão de benefícios para quem pratica crime hediondo (93%) e a proibição do uso de celular nas penitenciárias (77%). A maioria penal divide opiniões, mas, para boa parte da população, é mais importante a gravidade do delito do que a idade do criminoso. Já o



investimento obrigatório em segurança é praticamente unanimidade entre os entrevistados – 93% defendem a vinculação orçamentária, como acontece na Saúde e na Educação.

É nesse mesmo sentido que o Senado vem caminhando. Já aprovou Proposta de Emenda Constitucional proibindo o contingenciamento de verbas para segurança pública e tem outra proposta em análise, de minha autoria, determinando vinculação Orçamentária para o combate à violência.

Temos, também, cumprido nosso papel ao aprovar uma série de projetos de combate ao crime organizado. Em 2006, foram dez matérias, entre elas a que cria o regime disciplinar de segurança máxima e a que estabelece como falta grave o uso de telefone

celular por presidiários. Nesse ano, já aprovamos o agravamento da pena para criminosos que induzirem menores a praticarem delitos; o aumento de sanções para agentes públicos envolvidos no desvio de recursos destinados à Saúde e à Educação; o endurecimento da pena para crimes hediondos; e o fim da liberdade provisória em caso de crimes inafiançáveis, como crimes hediondos.

Na última semana, avançamos mais. Aprovamos a ampliação de penas alternativas para condenados a até um ano de cadeia que tenham cometido crimes que não envolvam violência; o fim da liberdade provisória mediante fiança para crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores; e o incentivo fiscal para empresas que formarem e empregarem presos. Também aprovamos a liberação de informações cadastrais básicas para fins de investigação criminal e a possibilidade do Fundo Nacional de Segurança Pública financiar projetos destinados a criar ou aperfeiçoar sistemas de investigação. E esses são apenas os primeiros projetos do pacote antiviolência em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

***A pressão da  
opinião pública  
é fundamental  
para mobilizar  
Legislativo,  
Judiciário e todas  
as esferas do  
Poder Executivo  
no combate à  
criminalidade.***

Ainda há muito que fazer. A pressão da opinião pública é fundamental para mobilizar Legislativo, Judiciário e todas as esferas do Poder Executivo no combate à criminalidade. Sem vontade política e sem um esforço conjunto de todos os que têm maior ou menor responsabilidade na luta contra a violência, vamos continuar assistindo, com ceticismo e naturalidade, notícias como a guerra do tráfico no Rio, a morte do pequeno João Hélio, seqüestros de magistrados em Alagoas, chacinas no interior de Sergipe e de São Paulo.

## APOSTA NA EDUCAÇÃO

*Publicado em 29/4/2007*

Menos impostos e menos burocracia, juros mais baixos, melhor gestão dos gastos públicos, segurança jurídica e mais investimentos em infra-estrutura são condições básicas para a retomada do crescimento econômico. Mas sem garantir um ensino universalizado e de qualidade não há desenvolvimento que se sustente. O Plano de Desenvolvimento da Educação PDE –, apresentado pelo Governo como uma “revolução” na educação pública, pode ser uma oportunidade e tanto para saldarmos uma das maiores dívidas sociais do País. O novo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica revela, no entanto, que essa não é uma tarefa nada fácil: apenas dez dos mais de 5.500 municípios brasileiros têm ensino público equivalente ao de países desenvolvidos. O Nordeste fica na lanterna do ranking, com 81% das cidades classificadas como as mil piores em educação.

A notícia não chega a ser novidade. Um ano e meio atrás, quando o Senado Federal lançou o Manifesto pela Educação, em defesa de um pacto nacional por um ensino universal e de qualidade, os dados governamentais já apontavam um cenário cinzento: 780 mil alunos que chegavam à quarta série não sabiam ler nem escrever direito; as taxas de evasão e repetência escolar eram absurdas; 45% dos 2,6 milhões de professores de nível básico trabalhavam em escolas públicas sem biblioteca; 74% não contavam com laboratórios de informática; e apenas 57% possuíam formação em nível superior.

O PDE promete mudar de forma radical essa realidade. Vão ser R\$ 8 bilhões adicionais para a educação até 2010, com prioridade para

o ensino básico – R\$1bilhão ainda este ano, para atender os mil municípios com os piores índices de desenvolvimento da educação. Estão previstas, entre outras medidas, a informatização de todas as escolas públicas nos próximos três anos; energia elétrica para escolas que ainda não têm luz até o final do ano que vem; a duplicação do número de vagas nas universidades em dez anos; a instalação de 150 escolas técnicas em cidades-pólo; a implantação da Provinha Brasil, para avaliar a alfabetização de crianças de seis a oito anos; e crédito no valor de R\$600 milhões para compra de ônibus e barcos para transporte escolar.

A instituição de um piso salarial nacional para professores de educação básica, no valor de R\$850, é outra medida da maior importância, assim como o investimento na formação continuada a distância – a proposta é implantar mil pólos de universidade aberta para qualificação de 2 milhões de professores. É impossível ter uma educação de qualidade sem apostar na valorização profissional do professor. Respeito, remuneração digna e condições efetivas de trabalho são, mais que simples direitos, condições básicas para o professor exercer, de forma plena, seu papel na construção da aprendizagem e da cidadania.

***É impossível ter uma educação de qualidade sem apostar na valorização profissional do professor.***

Se R\$850 ainda parecem pouco – e realmente é pouco – para quem forma nossas crianças e jovens, não podemos esquecer que, pelos dados do próprio MEC, 40% dos professores da rede pública recebem menos que isso. Em algumas cidades do interior, não chegam a receber R\$300. O resultado é a banalização da dupla ou tripla jornada de trabalho, comprometendo o desempenho na sala de aula. Um problema agravado pela carência de programas de qualificação ou reciclagem profissional.

Cabe ao Congresso, agora, analisar com todo cuidado as medidas previstas no novo plano governamental. Afinal, sem uma educação digna, nossos meninos e meninas não terão direito a um futuro. Mais do que isso, não poderão construir o futuro de nosso País.

## A COPA DO MUNDO SERÁ NOSSA

*Publicado em 6/5/2007*

Tenho a mais plena convicção de que o Brasil será escolhido pela Fifa para sediar a Copa do Mundo em 2014. Afirmo sem medo. O Brasil merece. Não se trata apenas da opinião entusiasmada de um torcedor apaixonado por futebol. Trata-se da certeza de um brasileiro que confia e acredita que seu país é capaz de enfrentar os maiores desafios e vencer o jogo.

Já conquistamos, no cenário internacional, grande simpatia pela nossa candidatura à sede da Copa. O futebol brasileiro fez com que o mundo conhecesse a cara do nosso povo. Com a bola no pé, contagiamos o planeta com nosso talento, nossa alegria, nossa ginga, nossa vibração e, desculpem-me as outras seleções, o mais bonito futebol do mundo. Por dádiva da natureza, o Brasil tem ainda cartões-postais privilegiados e um clima extremamente agradável.

Mas não nos valeremos apenas disso para convencer a Fifa de que somos capazes de promover um evento desta magnitude. Temos de demonstrar que nossa candidatura está de acordo com as normas determinadas pela federação. Isso corresponde ao comprometimento de um grande volume de investimentos com prazos rigorosos de cumprimento.

As exigências vão da reforma e construção de estádios a treinamento de pessoal, controle nos índices de criminalidade, garantia de facilidade de locomoção pelo País, entre outros, tudo em minuciosos detalhes.

Sem dúvida, é um grande desafio para um país que está retomando o caminho do crescimento econômico. Mas isso não nos intimida. Não medirei esforços para efetivar nossa candidatura.

Precisamos somar investimentos da iniciativa privada com ações de Governo. A maior parte dos recursos tem de vir dos empresários, cujo retorno em publicidade é totalmente garantido. Para União, Estados e Municípios, o momento não poderia ser mais favorável: a implementação do Pacote de Aceleração do Crescimento permitirá grandes investimentos em infra-estrutura.

Querer sediar a Copa não é um capricho de pentacampeão do mundo. Conseguir trazer o campeonato para o Brasil significa muito para o desenvolvimento do País. Copa é janela para o mundo. É incalculável o impacto financeiro e turístico positivo que um evento desse porte pode proporcionar. Só para se ter uma idéia do potencial em turismo a ser explorado, em 2006, enquanto a França foi visitada por mais de 78 milhões de estrangeiros, o Brasil atraiu apenas cinco milhões. Fomentar o turismo merece atenção especial, significa geração de milhares de empregos e de renda.

***Por isso, vou entrar de corpo e alma em campo para vencer essa peleja. Em 2014, além da taça, a Copa também vai ser nossa.***

Uma prévia da nossa capacidade e vocação de anfitrião será a realização, em julho próximo, no Rio de Janeiro, dos Jogos Panamericanos. Cerca de 5.500 atletas, representantes de 42 países, serão recebidos de braços abertos. O Pan, que é o segundo maior acontecimento multiesportivo do mundo, já trouxe grandes avanços para a economia carioca. Vale lembrar ainda que o Brasil foi sede, com grande sucesso, da Rio 92, palco de grandes decisões no tocante à política mundial de meio-ambiente.

Trazer a Copa do Mundo de 2014 para o Brasil será uma vitória histórica da nossa seleção de 180 milhões de brasileiros. Por isso, vou entrar de corpo e alma em campo para vencer essa peleja. Em 2014, além da taça, a Copa também vai ser nossa.

## O PODER DA FÉ

*Publicado em 13/5/2007*

Foi um espetáculo de fé e esperança. Entre a multidão de fiéis que acompanharam a visita do Papa Bento XVI ao Brasil, estavam peregrinos das mais diversas partes do Brasil – jovens, adultos, velhos e crianças, famílias inteiras, estudantes, trabalhadores, religiosos, pessoas mais ricas e gente humilde, todos unidos pela emoção de receber o mais alto representante da Igreja Católica, símbolo da crença na paz e na solidariedade, num mundo mais justo e humano.

O maior país católico do planeta parou para louvar o seu papa, para receber sua benção e ouvir suas palavras. Acima de quaisquer polêmicas dogmáticas ou de orientação religiosa, fica a lição de valores éticos, de defesa da dignidade humana e dos mais necessitados. Lição que, especialmente nos dias de hoje, cala fundo para todos os brasileiros – católicos ou não.

O entusiasmo com que o papa Bento XVI foi recebido – e tive a honra de participar da cerimônia de boas vindas ao pontífice, em São Paulo – mostra bem que, apesar da violência urbana, da desigualdade social, do nosso crescimento econômico medíocre e dos sucessivos escândalos noticiados pela imprensa, o brasileiro se recusa ao ceticismo.

É a fé num país melhor, a vontade política e a união de esforços para transformar essa crença em realidade que vai mudar nosso cenário social e econômico. É a ação positiva de gente com a perseverança e a força do batalhão de peregrinos que não pouparam esforços para ver de perto o Papa Bento XVI que vai colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento e da justiça social.

Um dos caminhos foi apontado pelo próprio Papa, que fez questão de ter um encontro com os nossos jovens: apostar na educação e na oferta de trabalho para a juventude é essencial para resgatarmos parte de nossa imensa dívida social. Sem um ensino universalizado e de qualidade e sem oportunidades no mercado profissional é impossível traçar qualquer política de inclusão social e desenvolvimento econômico.

A passagem de Bento XVI pelo Brasil representa, acima de tudo, uma oportunidade de reflexão. E a canonização de Frei Galvão, tão festejada por milhões de devotos, também alimenta bem mais do que a fé católica. O exemplo do primeiro santo brasileiro, o frade franciscano que deixou uma família rica e poderosa para se dedicar aos mais humildes, nos dá a certeza do real poder da generosidade, do amor ao próximo e da fé.

***Apostar na  
educação e na  
oferta de trabalho  
para a juventude  
é essencial para  
resgatarmos parte  
de nossa imensa  
dívida social.***



## PRIORIDADE PARA A SEGURANÇA

*Publicado em 20/5/2007*

Um bilhão de reais por ano. Esse é o dinheiro que vai reforçar a luta contra a violência no País a partir da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 60/05, que obriga União, Estados, Distrito Federal e Municípios a aplicarem parte de suas receitas em ações de segurança pública pelos próximos cinco anos. A PEC, de minha autoria, já recebeu sinal verde da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania CCJ –, do Senado, mas ainda tem de passar pelo Plenário da Casa e pela Câmara dos Deputados. Motivos para apoiar a proposta não faltam. Afinal, é impossível traçar uma política eficaz de segurança pública sem recursos suficientes para combater e, principalmente, prevenir a criminalidade.

Os recursos vinculados para segurança pública – 10% das receitas, no caso da União; 7%, dos Estados; 5%, do Distrito Federal; e 1%, dos municípios – deverão ser usados para treinar e equipar as polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal, além de equipes do Corpo de Bombeiros. Também podem ser destinados aos fundos Nacional de Segurança e Penitenciário. Ou seja, vai haver mais dinheiro para construir e reformar presídios, garantir policiamento efetivo nas ruas, investimento em inteligência, polícia e agentes penitenciários bem preparados e bem pagos, reeducação de menores infratores.

Nunca é demais lembrar que, nos últimos quatro anos, a segurança pública acabou recebendo pouco mais de 62% da previsão orçamentária. O resultado foi uma média de mais de 50 mil homicídios por ano, um déficit de cerca de 200 mil vagas no sistema penitenciário-

rio, a transformação dos presídios em *bunkers* de facções criminosas e das unidades de internação de menores em escolas do crime.

A aprovação da PEC nº 60/05, na CCJ é mais um entre tantos outros avanços que o Senado vem garantindo na área de segurança pública. Nos últimos meses, aprovamos uma série de projetos importantes, entre eles o que endurece as penas para crimes hediondos, o que transforma em falta grave o uso de telefone celular por presidiários e o que impede que acusados de crimes inafiançáveis, como crimes hediondos ou de racismo, sejam favorecidos com a liberdade provisória.

***Ao lado do desenvolvimento econômico, a segurança pública, é, sim, prioridade número um para o País.***

A aprovação do monitoramento eletrônico dos condenados e dos presos provisórios em liberdade foi outra medida de impacto, que deve diminuir a superlotação nas penitenciárias brasileiras. Destaca-se, também, a substituição da certidão de bom comportamento pelo exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, em caso de condenados por crimes violentos.

Também fazem parte do pacote antiviolença aprovado recentemente no Senado o projeto que dispõe sobre a separação dos presos por grau de periculosidade, o que obriga os presos condenados a produzirem alimentos para consumo próprio e o que possibilita a suspensão do cargo, emprego ou função pública durante o processo que julgar crime praticado por funcionário público.

Da maior importância foram as definições como crimes – sujeitos a reclusão de até 15 anos – da aquisição de material pornográfico envolvendo menores de idade e da indução de crianças e adolescentes à prática de delitos graves contra a vida e o patrimônio.

Temos, ainda, um longo caminho pela frente. Mas não estamos acuados, nem paralisados diante da escalada da violência e do crime organizado. O Senado, mais uma vez, age como caixa de ressonância da sociedade e demonstra que, ao lado do desenvolvimento econômico, a segurança pública, é, sim, prioridade número um para o País.

## A CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Publicado em 27/5/2007*

Regulamentar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – o FUNDEB – era um compromisso do Senado Federal. A inclusão do ensino médio e do ensino infantil no fundo que antes atendia apenas ao ensino fundamental vai beneficiar milhões de crianças e adolescentes no Brasil todo e permitir um salto de qualidade na educação pública. A iniciativa também é estratégica: sem apostar na educação é impossível alcançar um desenvolvimento econômico verdadeiramente sustentável.

A regulamentação só foi aprovada, na semana passada, depois de muita negociação política. Acordo costurado na Presidência do Senado com líderes e governadores garantiu a inclusão de uma emenda para elevar de 15% para 20% o percentual que os estados podem abater no pagamento da dívida com a União para aplicar no Fundeb. Outras emendas atenderam a solicitação dos municípios em favor das creches e asseguraram recursos para custeio do transporte escolar. O projeto – que voltou para a Câmara – também prevê que a União poderá complementar os recursos do Fundeb sempre que, no âmbito de cada estado e no DF, o valor médio ponderado por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

Garantir uma educação universalizada e de qualidade é um desafio complicado. Alunos que chegam à quarta série sem saber ler

nem escrever direito, professores que driblam os baixos salários com dupla ou tripla jornada de trabalho, falta de bibliotecas, computadores ou laboratórios fazem parte do dia-a-dia de nossas escolas. Dados do próprio Ministério da Educação revelaram, recentemente, um cenário alarmante: apenas dez dos mais de 5.500 municípios brasileiros oferecem um ensino de qualidade, equivalente ao de países desenvolvidos. De acordo com relatório da Unesco, o percentual de repetentes no Brasil é maior que o do Haiti e da Ruanda, entre outras nações bem menos desenvolvidas.

Temos, pela frente, a análise do Plano de Desenvolvimento da Educação lançado recentemente pelo Governo. O Plano pode ser uma boa

***A iniciativa também é estratégica: sem apostar na educação é impossível alcançar um desenvolvimento econômico verdadeiramente sustentável.***

oportunidade para saldarmos parte de uma enorme dívida social – e o Congresso, certamente, vai analisá-lo com o maior cuidado, fazendo e aprovando os ajustes necessários à sua execução.

Mas a tal “revolução na educação” não pode esperar. Por isso mesmo, o Senado vem aprovando várias medidas importantes para o setor. Uma delas prevê a inclusão digital das escolas de educação básica e superior até o final de 2013. Outra, o remanejamento de professores da rede pública antes do início do ano letivo, para evitar a interrupção das aulas durante o período letivo.

O Senado também aprovou a universalização do atendimento médico e odontológico de alunos da rede pública do ensino fundamental por meio de convênio com o Sistema Único de Saúde e assegurou aos municípios o poder de autorizar e avaliar seus estabelecimentos de ensino. Assegurou, ainda, aos professores o direito à licença remunerada a cada sete anos para investir em cursos de capacitação profissional.

Defender a educação sempre foi um discurso fácil. Mas o Senado tem mostrado que está muito além da retórica e que faz do compromisso com a educação prioridade na sua agenda política.

## MENOS DISCURSOS, MAIS AÇÃO

*Publicado em 3/6/2007*

Indignação, ceticismo, acusações. Tudo isso é muito pouco – e tem resultado nulo – diante dos sucessivos escândalos que envolvem desvio de dinheiro público, corrupção e manipulação indevida do Orçamento. É hora de trocar os discursos inflamados por uma agenda positiva de combate à relação promíscua entre poder público e empresas privadas, que vem abrindo um rombo de bilhões e bilhões de reais, a cada ano, nos cofres nacionais.

Os cálculos são da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça: a corrupção e o superfaturamento em compras e obras públicas causam prejuízos anuais ao Brasil de até R\$40 bilhões, apenas R\$4 bilhões a menos que o orçamento do Ministério da Saúde em 2006. Um terço das compras públicas, segundo a mesma Secretaria, é alvo de cartéis que geram sobrepreço de 25% a 40% em relação aos valores de mercado.

Para fechar os ralos por onde escoo o dinheiro do contribuinte, uma das medidas urgentes é a atualização da Lei de Licitações e Contratos. O primeiro passo já foi dado pela Câmara e pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que aprovaram mudanças na lei de forma a ampliar e tornar mais claras as regras de uso de pregão eletrônico nas licitações públicas. O resultado será maior transparência e mais economia nos gastos públicos.

Tal transparência, no entanto, é impossível sem uma mudança radical na elaboração, tramitação e execução da lei orçamentária. O Orçamento, hoje, meramente autorizativo, é uma em peça de ficção e dá margem

às mais diversas manipulações políticas. A falta de clareza na elaboração da lei que sinaliza a intenção de investimentos, que define a previsão de receitas do Estado e os gastos com o dinheiro do contribuinte é outro pecado imperdoável, assim como a concentração de poderes na Comissão Mista de Orçamento e as inúmeras brechas para a corrupção abertas pelo atual sistema de emendas parlamentares.

O Senado já fez sua parte, aprovando o Orçamento impositivo e o projeto que muda completamente o rito de tramitação da lei orçamentária. A expectativa, agora, é a votação na Câmara dos Deputados.

Diante da sangria do dinheiro público, o Ministério da Justiça decidiu colocar em funcionamento a Coordenação Geral de Análise de Infrações em Compras Públicas, que trabalhará em parceria com vários órgãos federais. Mas ainda é pouco.

Apertar o cerco a quem infringe a lei é, obviamente, fundamental. Mas também não basta a independência do Ministério Público, a ação efetiva da Controladoria-Geral da União e a agilidade da Polícia Federal. O que o brasileiro cobra, e com absoluta razão, é o fim da impunidade. E, para isso, é preciso dar prioridade ao julgamento de processos relativos aos casos de corrupção. A proposta, defendida pela Associação dos Magistrados Brasileiros, já vem encontrando apoio crescente no Congresso Nacional.

A cartada decisiva, no entanto, é a reforma política. A polêmica em torno de pontos como o voto em lista não pode mais adiar a mudança de um sistema político-eleitoral falido, que permite a existência de legendas de aluguel e dá margem a uma relação promíscua entre partidos, empresários e poder público. Sem o financiamento público de campanha, estaremos sempre sujeitos ao fantasma do caixa dois.

São propostas para um debate muito mais amplo. Acabar com a corrupção é uma briga que precisa ser comprada por todos nós.

***O que o brasileiro cobra, e com absoluta razão, é o fim da impunidade. E, para isso, é preciso dar prioridade ao julgamento de processos relativos aos casos de corrupção.***

## ALERTA VERDE

*Publicado em 10/6/2007*

Comemoramos, na semana passada, o Dia Mundial do Meio Ambiente. É uma boa ocasião para refletirmos sobre o futuro do planeta e da humanidade. E para avaliarmos a melhor forma de reduzir a ameaça imposta por nossa ganância, pela exploração econômica e pela falta de cuidado com a natureza.

Uma ameaça considerável: fome, enchentes, terremotos e furacões avassaladores formam o cenário traçado para o final do século pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, formado por 600 especialistas de 40 países. O relatório, divulgado no começo do ano, alarmou o mundo todo e desencadeou uma corrida contra o tempo para amenizar os efeitos do aquecimento global.

No Brasil, a criação do Ibama, em 89, foi um marco na defesa do meio ambiente. Outro impulso significativo foi a Cúpula Rio-92, que lançou o conceito de desenvolvimento sustentável. Temos uma das legislações mais avançadas do mundo no setor e as iniciativas de demarcação de áreas de preservação e de conservação vêm se multiplicando.

Mas ainda é muito pouco, diante da escassez de recursos para fiscalização e investimento em projetos de preservação ambiental, da falta de conscientização, da incapacidade e do desinteresse, em muitos casos, de conciliar conservação e exploração econômica.

Temos a maior floresta do mundo, saudada, por anos a fio, como o pulmão do planeta. Mas cabe exatamente às queimadas e ao desmatamento da Amazônia a responsabilidade por 75% das emissões brasileiras de gases que provocam o efeito estufa – o que coloca o Brasil no quarto lugar entre os maiores emissores desses gases.

É certo que o desmatamento da Amazônia caiu pela metade nos últimos tempos. Mas, a cada ano, ainda desaparecem 20 mil quilômetros quadrados de floresta. A destruição da Mata Atlântica (restam apenas 8% da mata original) e do Cerrado (57%) também é alarmante, assim como os índices de poluição nas grandes cidades e o comprometimento de importantes mananciais hídricos.

Investir em educação ambiental deve ser nossa grande aposta na corrida contra a destruição da natureza. Apertar o cerco da fiscalização e adotar políticas de valorização de produtos com selos de qualidade ambiental são outras medidas essenciais.

Mas a maior contribuição que podemos dar ao País e ao planeta é o desenvolvimento de energias alternativas. Se já há uma bolha de investimentos internacionais em usinas eólicas e placas de energia solar, é o

biocombustível a “estrela” do momento, capaz de reduzir a dependência do petróleo e de produzir energia limpa e renovável.

O Brasil, pioneiro na produção de álcool combustível, tem tudo para liderar a questão energética nesse novo cenário. Não é à toa o interesse crescente de investidores estrangeiros por usinas brasileiras e a parceria estratégica entre Brasil e Estados Unidos para exportação de tecnologia brasileira na área de biocombustíveis.

O grande cuidado é evitar a expansão desordenada das lavouras de cana, para que elas não disputem espaço com o cultivo de outros produtos e invadam áreas de reserva legal, agravando o problema das queimadas.

O Senado, mais uma vez, está atento a todas estas questões. Depois de aprovarmos a Lei de Gestão das Florestas Públicas e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, criamos, este ano, duas subcomissões especiais para tratar da questão do aquecimento global. O debate está aberto. E é responsabilidade de todos nós acompanhá-lo com a maior atenção.

***Investir em  
educação ambiental  
deve ser nossa  
grande aposta na  
corrida contra  
a destruição da  
natureza.***



## O DIREITO À INFÂNCIA

*Publicado em 17/6/2007*

Criança vendendo bala no sinal, debaixo do sol quente, ou em mesa de bar, em plena madrugada, virou rotina na cidade grande. Fechar a janela do carro ou dar um trocado qualquer não aliviam a sensação de mal-estar e de culpa diante da infância roubada pela miséria e pela exclusão social. O trabalho infantil, que se multiplica em mineradoras, lavouras, no comércio e casas de família, é responsabilidade não apenas de governantes e autoridades públicas. É responsabilidade de todos nós.

Os números são impressionantes: de acordo com o IBGE, quase três milhões de meninos e meninas entre cinco e 15 anos trabalham no Brasil. E trabalham pesado, muitas vezes, trocando a escola e os brinquedos pela enxada, pelo risco de atividades insalubres e perigosas, em lixões e carvoarias.

O problema está longe de ser a legislação brasileira. A Constituição de 88 e as leis trabalhistas já colocavam limites ao trabalho infantil. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, consolidou a proibição do trabalho para menores de 14 anos, exceto na condição de aprendizes. Em 2000, o Brasil ratificou a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe sobre ações imediatas para eliminar as piores formas de trabalho infantil.

Da teoria para a prática, entretanto, a história é outra. Crianças e adolescentes trabalham, na maioria das vezes, para complementar a renda doméstica. A fiscalização esbarra na cumplicidade das próprias famílias e na omissão de boa parte da sociedade, amortecida diante de

uma realidade que se impõe a cada esquina. A situação é ainda mais complicada no caso de crianças que trabalham em serviços domésticos – cerca de 1,2 milhão, pelos cálculos oficiais.

O Estado, é bem verdade, tem se empenhado na luta pelos direitos da infância. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, atende hoje quase 900 mil crianças, que trocaram o trabalho na rua pela sala de aula. O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, de 2003, foi outra iniciativa importante.

Mas ainda é pouco. O Peti precisa ser ampliado e a fiscalização deve ser mais rigorosa, para que as crianças atendidas não acabem voltando às ruas em condições ainda mais degradantes. A conscientização da população é outra medida fundamental.

Essa conscientização inclui a pior forma de trabalho infantil – a exploração sexual. Um problema que alcança milhares e milhares de crianças pelo

***E, dessa forma,  
resgatar para  
nossas crianças um  
direito básico: o  
direito à infância.***

País afora e que tem merecido a devida atenção por parte do Congresso Nacional. Convém lembrar que a exploração sexual infantil já foi tema de uma CPI mista presidida pela Senadora Patrícia Gomes e relatada pela Deputada Maria do Rosário.

Na semana passada, quando comemoramos o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, o Senado aprovou um projeto prevenindo uma série de sanções para empresas que exploram trabalho infantil – elas não receberão financiamentos, isenções ou qualquer outro benefício financeiro das instituições públicas de fomento econômico e de estímulo à produção agrícola ou industrial.

Iniciativas como essa são fundamentais. Mas para acabar de vez com o trabalho infantil é preciso enfrentar a base do problema: a exclusão e a injustiça social. Precisamos apostar numa ação integrada entre os três níveis de Governo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a sociedade civil, em torno de uma agenda positiva, de desenvolvimento. E, dessa forma, resgatar para nossas crianças um direito básico: o direito à infância.

## LIBERDADE E ÉTICA

*Publicado em 24/6/2007*

Críticas, denúncias, cobranças, espaço para as mais variadas correntes de opinião. Nossos jornais e nossa mídia eletrônica, nunca tiveram tanta liberdade. Nunca puderam, de forma tão clara e tão ampla, fiscalizar e apontar os mais diversos tipos de erros.

A liberdade de imprensa foi conquistada a duras penas. Assim como todas as outras liberdades democráticas, foi fruto de muita luta e do sonho de uma geração inteira – entre a qual me incluo. Não existe Democracia sem liberdade de imprensa. Nem qualquer chance de participação ativa no cenário nacional sem acesso à informação. Mais: a falta de acesso à informação alimenta o ambiente de corrupção e cria obstáculos ao desenvolvimento, ao favorecer incertezas jurídicas que afugentam investidores e inibem a capacidade empreendedora.

***Liberdade de  
imprensa exige  
equilíbrio,  
serenidade e  
responsabilidade.***

Estamos todos atentos para que a censura oficial, entre nós, seja apenas peça para historiadores. A sociedade brasileira está madura o suficiente para não aceitar qualquer retrocesso democrático. E é sempre bom lembrar que a defesa da liberdade de imprensa nada mais é do que a obediência estrita ao princípio constitucional do direito à informação, que integra o conjunto dos direitos e das garantias fundamentais.

Mas precisamos estar atentos. Liberdade de imprensa exige equilíbrio, serenidade e responsabilidade. Sem responsabilidade, abre-se

espaço para o excesso, para a pirotecnia, em desfavor das instituições e a bem do sensacionalismo, mazela que, cada vez mais, é banida dos valores das sociedades evoluídas.

Exercer a liberdade requer consciência coletiva, sob pena de se marchar para a ditadura da opinião preconcebida, que, por ser parcial, segue ao sabor dos ventos, inclusive dos ventos do preconceito, dos ventos dos interesses velados.

Não existe instituição perfeita e acabada, que prescindia de aprimoramentos. O que está longe de justificar qualquer tipo de “tutela” ou controle da imprensa. Embora de natureza privada, a imprensa é um serviço público de indiscutível interesse social. A proliferação de rádios comunitárias, de jornais eletrônicos, *sites* e *blogs* democratizam ainda mais o acesso à informação – em tempo real. E esse avanço tem que ser defendido não apenas pelo Estado, mas por toda a sociedade.

Mais do que atualizar textos legais incompatíveis com os novos ventos democráticos do País – como a Lei de Imprensa, ainda de 1967 –, temos que combater de forma rigorosa a impunidade de crimes praticados contra profissionais e veículos de comunicação. E os dados da Federação Nacional dos Jornalistas não deixam dúvida de que há motivos, sim, para preocupação: somente no ano passado foram registrados 68 casos de violência e cerceamento à liberdade de imprensa, em várias regiões do País.

***Quando a liberdade de imprensa é ameaçada é a estabilidade das instituições democráticas que está em jogo.***

De acordo com o relatório da Fenaj, divulgado no mês passado, quatro jornalistas foram mortos no exercício profissional, o dobro do número registrado no ano anterior; houve também oito casos de prisão e tortura, quatro vezes mais do que em 2005. O seqüestro dos jornalistas da TV Globo pela facção criminosa PCC virou notícia mundo afora.

A verdade é uma só: quando a liberdade de imprensa é ameaçada, é a estabilidade das instituições democráticas que está em jogo.

## MAIS EXPORTAÇÃO, MENOS DESIGUALDADE

*Publicado em 1º/7/2007*

Maior competitividade no comércio exterior e menos desigualdade regional. É essa a expectativa com a aprovação pelo Senado, na semana passada, do projeto que regulamenta as Zonas de Processamento de Exportação, as ZPEs. Depois de 11 anos de discussão no Congresso Nacional, a regulamentação tem tudo para estimular novos investimentos, criar empregos, gerar mais renda e reduzir desequilíbrios regionais.

Criadas no Governo José Sarney, nenhuma das 17 ZPEs autorizadas entre o fim da década de 80 e meados da década de 90 chegou a funcionar, por falta de regulamentação. O impasse foi alimentado, principalmente, pelo *lobby* de pólos industriais mais avançados, temerosos da concorrência das ZPEs.

A aprovação da regulamentação somente foi possível depois de muita negociação política. Os benefícios são significativos. As empresas instaladas nas ZPEs que tiverem como foco o mercado externo poderão operar num ambiente livre de impostos e não correrão qualquer risco cambial, uma vez que as transferências em moeda estrangeira do exterior e para o exterior não estarão sujeitas a visto, autorização administrativa ou contrato cambial. Mas entre as mudanças acertadas – que virão depois, em medida provisória, para impedir novo atraso na tramitação do projeto – está a substituição do conceito de isenção tributária por suspensão tributária, evitando que as empresas instaladas nas ZPE passem a ter créditos nas importações.

Outro cuidado foi negociar, na futura medida provisória, a alteração da base de cálculo para tributação da parcela de produção que poderá ser comercializada no mercado interno. O objetivo é garantir a isonomia entre as empresas das ZPEs e as demais empresas nacionais. O acordo firmado entre senadores e Governo prevê ainda proteção aos setores e áreas incentivadas já existentes, como o Pólo Industrial de Manaus e o setor de informática.

***Nunca é demais lembrar a urgência de reduzir as desigualdades regionais, um dos principais entraves ao nosso desenvolvimento econômico.***

Quebradas antigas resistências, o momento é de comemoração. Afinal, mesmo que nossa balança comercial venha apresentando saldos espetaculares nos últimos tempos, os resultados ainda estão bem aquém dos de países emergentes, como China, Índia e Rússia.

O impacto das ZPEs na economia será inquestionável. Basta dizer que as áreas de livre comércio com o exterior já fazem parte do dia-a-dia de 104 países – desenvolvidos, e em desenvolvimento, capitalistas ou pós-comunistas – e são responsáveis pela geração de mais de 60 milhões de empregos.

Na China, as *special economic zones* deram o grande impulso para o desempenho econômico recorde dos últimos 25 anos. Nos Estados Unidos, as *foreign-trade zones* (FTZ) e as *subzones* (empresas isoladas que têm status de FTZ) movimentaram, em 2005, US\$410 bilhões e são definidas pelo Governo como essenciais para a promoção de exportações, apoio ao desenvolvimento regional, atração de investimentos estrangeiros, geração de empregos e enfrentamento da concorrência estrangeira.

No Brasil, além do impulso decisivo nas exportações, um dos maiores méritos das ZPEs será atrair investimentos significativos para as regiões menos desenvolvidas do País – e investimentos significam, na prática, mais emprego e mais renda para a população. Nunca é demais lembrar a urgência de reduzir as desigualdades regionais, um dos principais entraves ao nosso desenvolvimento econômico.

## UM ALÍVIO NECESSÁRIO

*Publicado em 8/7/2007*

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada em dezembro passado pelo Senado, finalmente saiu do papel. E não é apenas a vida dos micro e pequenos empresários que a nova lei promete melhorar – e melhorar de forma significativa, substancial. É a vida de boa parte dos brasileiros. É a economia do País inteiro que deve ser impulsionada de agora em diante.

Para milhares e milhares de micro e pequenas empresas atoladas em dificuldades financeiras e dívidas tributárias, o Simples Nacional – o novo sistema de tributação criado pela Lei Geral – pode significar a diferença entre falir e se manter no mercado. Melhor ainda: pode ser a chave do crescimento e a oportunidade de fazer caixa para investir no próprio negócio.

A opção pelo Simples Nacional está aberta até o final de julho. Pelas contas do SEBRAE – o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas – sobram vantagens para quem aderir ao novo regime. A economia com a unificação dos impostos federais, estaduais e municipais ficará em torno de 20% para as empresas que já optam pelo Simples Federal e pode chegar a 50%, dependendo do estado em que a empresa estiver instalada. Pode ser maior ainda – de até 80% – no caso de empresas que não haviam aderido ao Simples Federal.

O alívio financeiro não virá apenas com a redução de impostos. A Lei Geral ataca de frente um dos problemas mais sérios de nosso País, a burocracia, que penaliza de forma brutal os pequenos

negócios. Com as novas regras, todo o processo de declaração e pagamento de tributos é simplificado, com um formulário único, que engloba impostos federais, estaduais e municipais. Mais: o tempo necessário para abertura de uma empresa deverá cair de 150 para 15 dias.

Menos burocracia e menos impostos são estímulos suficientes para tirar da informalidade mais de um milhão de empresas, que não tinham fôlego para suportar a concorrência no mercado. Isso significa mais emprego e mais renda no bolso dos brasileiros. Pelos cálculos do Sebrae, a nova lei vai permitir a criação de até três milhões de empregos.

***Menos burocracia e menos impostos são estímulos suficientes para tirar da informalidade mais de um milhão de empresas, que não tinham fôlego para suportar a concorrência no mercado.***

Nunca é demais lembrar que os micro e pequenos negócios representam nada mais nada menos que 99% das empresas brasileiras. Geram 67% dos empregos formais e 25% de nosso Produto Interno Bruto. Também não podemos esquecer o papel das micro e pequenas empresas no desenvolvimento do interior do País e na redução das desigualdades regionais.

Ao apostar nas micro e pequenas empresas, portanto, o Senado não deu apenas um impulso decisivo a um dos setores mais importantes da economia. O Senado apostou no desenvolvimento econômico e na inclusão social. Apostou no Brasil.



## PAN E CRISTO, QUE MARAVILHA!

*Publicado em 15/7/2007*

O Cristo Redentor, de braços abertos para a Guanabara e para o Brasil inteiro, não deixa dúvida: com todos os seus problemas – e não são poucos – este País é mesmo uma maravilha! Abençoado por Deus e bonito por natureza... E se o nosso principal monumento foi reconhecido, com toda justiça, como um dos sete mais espetaculares do mundo, a 15ª edição dos Jogos Pan-Americanos levanta ainda mais a estrela do Brasil e deixa claro nosso enorme potencial para o turismo.

O Brasil é o país do futebol e, com o Pan, vira também o país do vôlei, do basquete, do atletismo, do handebol, da ginástica olímpica, do judô, da vela, da canoagem, da natação. Até 29 de julho, 5.662 atletas de 42 países superam seus limites em quadras, pistas, campos e piscinas. O maior evento internacional no País desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco 92, deve trazer mais de 500 mil turistas para o Rio de Janeiro, valorizar nossa imagem no exterior e impulsionar um dos setores mais estratégicos da economia.

Um setor que pode – e precisa – crescer muito mais do que o que tem crescido. Não dá para aceitar que um país com tantos encantos naturais e com a riqueza cultural do Brasil esteja hoje no 37º lugar no *ranking* internacional de turismo. Até a Bulgária recebe mais turistas estrangeiros que o Brasil. Nossa meta, para 2010, é receber 9 milhões de turistas estrangeiros e faturar 8 bilhões de dólares com turismo. Para isso, temos que fazer a lição de casa e investir em segurança pública, meio ambiente e infra-estrutura.

Nunca é demais lembrar que o turismo movimentava dezenas de setores da economia – hotéis, restaurantes, bares, transporte, centros culturais etc – e tem uma capacidade ímpar de geração de renda e emprego. Com a visibilidade dos Jogos Pan-Americanos e a eleição do Cristo Redentor como uma das sete maravilhas do mundo moderno, a expectativa da promoção da “Marca Brasil” no exterior não poderia ser melhor. O Pan prova, ainda, que estamos preparados para promover eventos de grande porte e que temos todas as condições para sediar a Copa do Mundo de 2014.

Mas o Pan não traz apenas a promessa do estímulo ao turismo. O evento gerou empregos, capacitou mão-de-obra, conscientizou milhares de jovens para a importância do esporte, multiplicou projetos sociais que transformaram moradores de comunidades carentes em especialistas em primeiros socorros e guias turísticos. A segurança pública também saiu ganhando. Não há como negar que a atuação da Força Nacional trouxe outro cenário para o Rio e que a cidade também saiu lucrando com mais investimentos em capacitação policial e novos equipamentos.

***Temos que fazer a lição de casa e investir em segurança pública, meio-ambiente e infra-estrutura.***

Eu tive a honra de estar na cerimônia de revezamento da tocha olímpica, no Palácio do Planalto, em Brasília, quando os atletas Gustavo Borges, da natação, e a Sandra, do voleibol, receberam a pira do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e correram pela cidade contagiando a população com o clima dos Jogos Pan-Americanos. A magia do esporte renova nossa crença na capacidade do Brasil se tornar a grande potência que merece ser. Que o Cristo Redentor, com toda sua maravilha, olhe por nós.

## POLÍTICA COM “P” MAIÚSCULO

*Publicado em 22/7/2007*

Política, nos últimos tempos, virou sinônimo de denúncia e de crise, no noticiário nacional. Denúncias não raro infundadas e crises muitas vezes artificiais. Entre acusações e desmentidos, grampos, polêmicas e escândalos forjados, a política, com “P” maiúsculo, a política como compromisso com o País e o bem-estar público tem sido praticamente ignorada pela imprensa. Mas está viva – e muito viva – nos debates e votações de matérias da maior importância para a sociedade e o desenvolvimento nacional. Basta dizer que, neste último semestre, somente o Senado aprovou mais de 520 matérias.

A segurança pública – a maior preocupação, hoje, do cidadão brasileiro – mereceu total atenção da Casa. Foram mais de 30 projetos aprovados, na tentativa de breca a escalada da violência e combater o crime organizado. O endurecimento das penas no caso dos crimes hediondos, assim como a proibição da liberdade provisória para esses mesmos crimes, era uma exigência da sociedade. A criação de subcategorias, nos presídios, para separar bandidos, uma iniciativa fundamental para evitar que as cadeias continuem a ser escolas do crime.

Para proteger nossos meninos e meninas, o Senado tratou de definir como crime a indução de crianças e adolescentes à prática de delitos graves contra a vida e o patrimônio. Aumentou as penas para tráfico de drogas dentro das escolas ou nas suas imediações e tipificou como crime a aquisição de material pornográfico envolvendo menores de idade.

Também merecem destaque, na área de segurança, a ampliação de crimes contra o sistema financeiro, o monitoramento eletrônico dos presos em liberdade provisória, além da ampliação da aplicação do Fundo Nacional de Segurança Pública e do maior rigor nas sanções para agentes públicos envolvidos no desvio de recursos destinados à saúde e educação.

Fundamental, ainda, foi a proibição do contingenciamento de verbas na segurança pública. É impossível conceber uma política eficaz para o setor se não existe dinheiro suficiente para treinar melhor a polícia, comprar viaturas, armas, investir em inteligência, construir e reformar presídios, reeducar menores infratores, dar um salário digno a agentes penitenciários e policiais.

O Senado também apostou na área de educação, votando, entre outras matérias, a regulamentação do Fundeb, a universalização do atendimento médico e da inclusão digital de estudantes da escola pública. Aprovou a concessão de incentivos fiscais para empresas que investirem em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica e garantiu a retomada do programa Biblioteca do Professor, cujo objetivo é reforçar a formação técnica, científica e intelectual dos professores da rede pública de educação básica.

***Neste último semestre, somente o Senado aprovou mais de 520 matérias***

Fizemos mais. Aprovamos punições rigorosas para empresas que estimularem o emprego de menores de 18 anos em atividades perigosas e regulamentamos as Zonas de Processamento de Exportação, vitais para impulsionar as exportações e reduzir os desequilíbrios regionais. Demos a arrancada na discussão de temas essenciais, como o aquecimento global, e na votação de projetos que vão acelerar o desenvolvimento econômico.

É esse – e precisa continuar a ser esse – o nosso foco: lutar por mais justiça social e por mais desenvolvimento econômico. E é esse meu compromisso à frente do Senado Federal.

## SIM, NÓS TEMOS BANANA!

*Publicado em 29/7/2007*

Sim, nós temos banana, maçã, uva, pêra, jaboticaba, pitanga, guaraná, açaí, graviola, caju, limão, laranja... Pero Vaz de Caminha tinha razão. Nesta terra, em se plantando, tudo dá. Com uma condição climática para lá de favorável, grandes extensões de terras férteis e abundância de água, o Brasil possui a melhor combinação natural mundial para a fruticultura tropical.

É verdade que somos o terceiro maior produtor mundial de frutas, atrás apenas da Índia e da China – produzimos cerca de 40 milhões de toneladas todos os anos. Mas é também verdade que estamos muito aquém de nossas potencialidades. Queremos – e podemos ter – a liderança mundial no setor.

Defender a melhoria da qualidade, o aumento do consumo, da produção e da exportação de nossas frutas é dever de qualquer cidadão preocupado com o desenvolvimento do Brasil. É uma luta que me orgulho de encampar. O setor gera cerca de seis milhões de empregos diretos – quase 30 % da mão-de-obra agrícola – e tem potencial para duplicar de tamanho em médio prazo.

No entanto, o consumo per capita de frutas dos brasileiros é de apenas 57 quilos por ano – os italianos, por exemplo, consomem cerca de 114 quilos por ano; os espanhóis, 120 quilos. Por que não incentivar o uso de fruta na merenda escolar e na cesta básica? Ou substituir o refrigerante do fim-de-semana por um suco de frutas tropicais? O aumento do consumo interno significa mais saúde e

qualidade de vida para o consumidor, mais renda para o produtor, emprego e desenvolvimento para o País.

No mercado internacional, nossas frutas despertam o maior interesse. Mas não é fácil atender aos padrões internacionais de qualidade do alimento – grandes compradores como União Européia e Estados Unidos exigem, inclusive, que a produção seja livre de tecnologias agressivas à saúde humana e ao meio ambiente.

Estimular parcerias entre produtores e setor público, reduzir a carga tributária, apostar em programas de irrigação e na melhoria da infra-estrutura – desde o plantio e colheita ao armazenamento e escoamento da produção, liberar linhas de crédito especiais, investir em novas tecnologias e incentivar o consumo de alimentos orgânicos são algumas das iniciativas fundamentais para fomentar o setor.

O Congresso Nacional está fazendo sua parte. A Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira conta com mais de 200 deputados e senadores dispostos a trabalhar com afinco para viabilizar a liderança mundial da nossa fruticultura. Vamos colocar mais frutas em nossa mesa e vamos multiplicar nossas exportações. É gostoso, é saudável e é um impulso a mais para o crescimento do Brasil – a terra onde se plantando, tudo dá.

***O aumento do consumo interno significa mais saúde e qualidade de vida para o consumidor, mais renda para o produtor, emprego e desenvolvimento para o País***

## ACM: PAIXÃO PELA POLÍTICA

*Publicado em 5/8/2007*

“Política, para mim, é paixão. Por isso, é que a faço sempre com prazer e em tempo integral. Qualquer um que queira fazer política de verdade precisa exercê-la com paixão”. Era assim que o Senador Antonio Carlos Magalhães definia o amor que consumira 50 anos de sua vida. É assim que esperamos que a geração atual e a geração futura encarem esta “ciência da governança dos povos”, como definem os dicionários esta atividade mais antiga que a própria democracia.

Ele tinha 27 anos quando ganhou lugar na Assembléia Legislativa da Bahia, assumindo sua primeira função na vida pública. Mas ele começou a fazer política muito antes disso, quando, secundarista, viajava de férias ao Rio de Janeiro para assistir às sessões da Câmara dos Deputados. Aos 18 anos, em uma dessas visitas à então Capital Federal, conheceu o estadista em quem se espelharia na sua trajetória: Juscelino Kubitschek, com quem construiu uma sólida relação de amizade, pautada em admiração e respeito mútuos.

Ao longo de meio século de vida pública, ACM foi deputado estadual, três vezes deputado federal, duas vezes senador, prefeito de Salvador, três vezes governador da Bahia, presidente da Eletrobrás e ministro das Comunicações. O talento da oratória de Antonio Carlos Magalhães sempre foi conhecido. Seus discursos mesclavam a cultura de uma pessoa com leitura teórica sólida e o saber prático, fruto das andanças pelo interior baiano e pelo País. Este sentimento se revelava nos discursos, uma “pena verbal” que mobilizava tanto as massas quanto as autoridades, servindo, nos últimos 12 anos no Senado, em

embates do parlamento que fascinavam diretamente a população que mais necessita do Poder Público.

A Bahia, o Nordeste, o País perderam um pouco de sua alma com a morte do Senador Antonio Carlos Magalhães. Um amigo franco, perfeccionista, exigente, porém generoso. Características que o Senador prezava também em sua vida pública. Tanto que em uma de suas frases afirmou que o ideal seria reunir a amizade à política. “A política só é bem feita quando pautada pela correção, pela lealdade e, se possível, pela amizade”, afirmou. Devotou àqueles com os quais mantinha enlaces amistosos – entre os quais, tenho a honra de me considerar incluído – um companheirismo único e marcante.

O Senado Federal jamais será o mesmo sem Antonio Carlos, sem sua ousadia mesclada com sua temperança, sem sua combatividade combinada com sua ternura, sem seu arrojo temperado por sua parcimônia. Todas estas qualidades ficaram evidentes em sua trajetória na Câmara Alta do Parlamento. Depois de diversas e preciosas contribuições ao País, no último pronunciamento na direção da Casa, quando fez uma de suas falas mais marcantes, ele soube definir, como poucos, o papel da representação popular: “O Congresso Nacional é o nervo exposto dos sentimentos e esperança do povo e do eleitorado que o elegeu, na confiança de ser correspondido e atendido nas suas necessidades”.

***A Bahia, o Nordeste,  
o País perderam  
um pouco de sua  
alma com a morte  
do Senador Antonio  
Carlos Magalhães.***

Diante do que Antonio Carlos Magalhães representa, é difícil encontrar palavras que resumam o sentimento nacional, dos colegas de Senado, do povo de seu estado sobre o desafio de viver privado de sua convivência. Para isso, recorro, novamente, à sabedoria baiana, à capacidade desta terra de produzir gênios da política para me despedir do amigo. Em um de seus muitos discursos que primavam pela exímia oratória, Otávio Mangabeira pronunciou uma frase que hoje mais parece um prenúncio desta perda do que poesia: “Só a liberdade é eterna, só a Democracia assegura o reino da liberdade”.



## PERDEMOS O BONDE

*Publicado em 19/8/2007*

Não é apenas o fantasma de uma quebraadeira mundial que volta a assombrar o Brasil, diante do estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos. É a certeza de que jogamos fora a oportunidade de pegar carona na euforia econômica que contagiou o planeta nos últimos anos, uma chance rara de construir, enfim, o sonho do desenvolvimento sustentável. A certeza de que perdemos o bonde da história e patinamos numa taxa média de crescimento econômico inferior a 3% num período em que havia fartura de dinheiro.

A crise atual pode até ser apenas um grande susto, mas pode ser uma bola de neve, que vai acabar engolindo boa parte das finanças internacionais – os especialistas ainda se dividem. Não há como negar, no entanto, que, apesar do fortalecimento da União Européia e do impacto positivo das economias emergentes, em especial da China e da Índia, os Estados Unidos ainda têm um peso enorme na sustentação do crescimento econômico global. Nem há como esquecer que a economia americana já vem dando sinais, há tempos, de estar entrando em marcha lenta.

No Brasil, a economia vive, é verdade, um momento particularmente positivo. Inflação baixa, reservas cambiais de sobra, risco-país cada vez menor, contas externas equilibradas nos dão a tranqüilidade de poder enfrentar, sem medo, uma e outra crise internacional. Mas, os menos otimistas alertam: estamos longe de ser invulneráveis a um choque de grandes proporções. Aliás, num mundo globalizado, nin-

guém está imune a tremores internacionais. A crise corre em velocidade *on-line*, de uma ponta a outra do mundo.

Se ainda nos sentimos relativamente seguros, não podemos negar que o mercado tupiniquim tremeu – e continua a tremer: o dólar subiu, as bolsas caíram, as empresas brasileiras já estão pagando mais caro pelas linhas de financiamento no exterior. O grande risco é a escalada do dólar – o que acontecerá, fatalmente, se houver queda na demanda internacional por nossos produtos. O câmbio em alta vai, então, pressionar a inflação e obrigar o Comitê de Política Monetária a suspender a trajetória de queda dos juros. Aí, sim, podemos dizer adeus a qualquer projeto de crescimento econômico.

Um projeto que poderíamos muito bem ter tocado, nesses últimos tempos de bonança. Mas não fizemos a lição de casa: não votamos a reforma tributária nem avançamos em outras reformas fundamentais, como as reforma previdenciária e trabalhista. Não investimos como deveríamos em infra-estrutura, não reduzimos os gastos públicos, nem garantimos a necessária segurança jurídica para atrair um maior volume de investimentos para o País.

Agora, é correr contra o tempo, ter maturidade política suficiente para votar as reformas necessárias e torcer para que a solidez de nossa economia possa ser maior do que o vendaval que varre os Estados Unidos e se espalha mundo afora. Esperar pelo próximo susto é estupidez, e imaginar que ainda teremos a chance de embarcar no próximo bonde de crescimento mundial, a mais pura ingenuidade.

***Mas não fizemos a lição de casa: não votamos a reforma tributária nem avançamos em outras reformas fundamentais, como as reforma previdenciária e trabalhista.***

## FÔLEGO NOVO PARA OS MUNICÍPIOS

*Publicado em 23/9/2007*

Não são apenas os prefeitos e o movimento municipalista que têm motivos para comemorar. O alívio financeiro das prefeituras com o aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, vai se refletir na vida de cada brasileiro. Atoladas em dívidas, a maioria absoluta das cidades vive hoje um caos financeiro e não consegue investir o que deveria em Saúde, Educação, Segurança e outros serviços públicos.

A aprovação da emenda constitucional que aumentou de 22,5% para 23,5% o volume de recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda repassado para o Fundo de Participação dos Municípios foi fruto de muito diálogo político. Um diálogo que, como municipalista convicto, fiz questão de costurar no Senado Federal. A emenda, promulgada na semana passada, vai garantir cerca de 1 bilhão de reais extras para os municípios, a cada ano.

Engordar o Fundo de Participação é apenas um passo. Temos que retirar a reforma tributária do papel, repensar a divisão de impostos e contribuições entre União, Estados e Municípios e enfrentar de vez o problema dos precatórios. Não podemos esquecer que, apesar de ter ampliado em muito as obrigações municipais, a Constituição de 88 não deu às prefeituras contrapartidas suficientes para bancar com essas mesmas obrigações.

A causa municipalista tem sido uma de minhas maiores preocupações à frente do Senado. Para fortalecer o diálogo da Casa com a sociedade, criamos um canal de comunicação privilegiado para as demandas

municipalistas – a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. A ampliação da rede dos Legislativos municipais, estaduais e federal, através do Interlegis, e a criação do programa Minuto do Município, da TV Senado, são outras iniciativas que demonstram nosso compromisso com o fortalecimento dos municípios brasileiros.

O movimento municipalista teve apoio decisivo do Senado para aprovar a renegociação das dívidas com a Previdência Social. A ampliação do prazo de quitação dos débitos e o estabelecimento de limites para o comprometimento mensal com os pagamentos deram fôlego financeiro para milhares de prefeituras. O pacto pela saúde, proposto pela Marcha dos Municípios, é um compromisso que já assumimos com prefeitos e vereadores.

O Brasil precisa avançar nas reformas de base, redesenhar o sistema tributário, investir em infra-estrutura, segurança jurídica e educação se quiser voltar a trilhar os rumos do desenvolvimento. Mas sem uma revisão do pacto federativo que alivie a concentração do poder político e financeiro na área federal e dê aos nossos municípios fôlego suficiente para enfrentar suas responsabilidades constitucionais não há como garantir condições mínimas para um crescimento verdadeiramente sustentável.

***O Brasil precisa avançar nas reformas de base, redesenhar o sistema tributário, investir em infra-estrutura, segurança jurídica e educação se quiser voltar a trilhar os rumos do desenvolvimento.***

## TURISMO SEM FRONTEIRAS

*Publicado em 30/9/2007*

A realização dos Jogos Pan-Americanos no Brasil mostrou que o turismo no País está vencendo fronteiras, não somente físicas, mas, também, de preconceitos e medos. O potencial de nossas matas, praias, história, cultura e hospitalidade está transformando o Brasil num dos principais destinos turísticos do mundo, nos obrigando a fomentar e estimular os diversos setores de infra-estrutura do setor.

A indústria do turismo vem crescendo com vigor. Os números registrados no ano passado reforçam a expectativa de crescimento ainda maior nos próximos anos. Em 2006 o faturamento das empresas do setor superou a casa dos 29 bilhões de reais, um crescimento de quase 30% maior que 2005. Segundo a Associação Brasileira de Agências de Viagens, a ABAV, a atividade turística movimentou R\$24,5 bilhões, ou seja, 5% do Produto Interno Bruto.

A cada fronteira vencida é preciso dar um novo passo em direção à construção do setor, investindo na melhoria de serviços de transporte, na construção de portos, aeroportos, no setor hoteleiro, na geração de novos postos de trabalho, na qualificação profissional, enfim, buscar políticas de investimento para toda a cadeia econômica, abrangida pelo setor.

Com o aquecimento e fortalecimento da indústria turística, é preciso enfrentar uma fronteira que ainda preocupa o mercado: o equilíbrio da ocupação durante o ano. A taxa de ocupação tem excelentes índices durante as altas temporadas, mas cai para patamares muito baixos no resto do ano, levando o mercado a algumas instabi-

lidades. É fundamental melhorar o desempenho do turismo interno para vencer essa fronteira. Temos de facilitar o acesso da população a pacotes de turismo e a essa infra-estrutura que fica ociosa em grande parte do ano.

Para alcançar uma situação mais próxima do equilíbrio, precisamos também buscar um padrão homogêneo de qualidade e quantidade na oferta de serviços ao turista.

Além de dar estabilidade ao mercado, perenizar e criar novos postos de trabalho, políticas próprias, para públicos diferenciados dentro do Brasil, poderão garantir ao cidadão comum, o direito de conhecer melhor seu próprio País. Situação que, para muitos, até hoje, não passa de um sonho.

A luta para desenvolver o turismo no Brasil é uma responsabilidade que não cabe apenas aos Governos Federal, Estadual ou Municipal. É necessário que os empresários e organizações ligadas ao setor façam, também, os investimentos necessários.

O Senado Federal, desde 2004, tem tomado iniciativas para favorecer o desenvolvimento do turismo, apresentando projetos, discutindo e aprovando diversas medidas de incentivo. Tudo para que o Brasil possa aproveitar mais e melhor essa importante ferramenta de geração de emprego, renda e que agora pode se transformar, também, em ferramenta de inclusão do cidadão comum ao seu direito ao lazer.

***A taxa de ocupação tem excelentes índices durante as altas temporadas, mas cai para patamares muito baixos no resto do ano, levando o mercado a algumas instabilidades.***

## A BOA RECEITA DA INCLUSÃO

*Publicado em 7/10/2007*

Viver em uma sociedade livre, justa e solidária, em que todos são mais iguais perante a lei, não pode ser visto como um sonho, tampouco uma utopia: é um objetivo, uma filosofia de vida, um objetivo audacioso, em um país com tanta desigualdade como o Brasil. Ao mesmo tempo, um desafio contagiante. No caso da minha vida pública, um combustível. Saber que a política é um dos instrumentos mais poderosos para se promover mudanças me dá força para prosseguir, mesmo em meio às intempéries.

Uma das principais bandeiras do meu mandato é tornar o Senado referência nacional em acessibilidade e inclusão social das pessoas portadoras de deficiências. Isso requer adotar políticas mais justas, que visem a oferecer recursos aos que têm limitações.

O Senado conta, em seu quadro de pessoal, com 56 servidores com deficiência. São “Stephens Hawking”, “Beethovens”, “Antônios Francisco Lisboa”, “Toulouses-Latrec”, que provam no dia-a-dia que deficiência é apenas uma limitação parcial, um obstáculo a ser vencido e não sinônimo de incapacidade ou invalidez.

Nos últimos anos, a Casa que tenho a honra de presidir construiu rampas, adquiriu triciclos motorizados, disponibilizou terminais bancários adaptados, ampliou espaços, promoveu audiências públicas para balizar iniciativas legislativas, adaptou banheiros, contratou intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, realizou seminários e eventos para conscientização e sensibilização da sociedade, mobilizando artistas, autoridades e representantes da sociedade civil.

Para melhor servir seus visitantes, o Senado criou o Serviço de Apoio à Pessoa com Deficiência, formulou um curso de qualidade no atendimento aos portadores de deficiência e uma cartilha para orientar a população. O Senado ainda tornou acessível às pessoas com deficiência visual sua página na internet. Também disponibilizou a Constituição Federal em arquivos de áudio e editou publicações em braille. Além disso, a TV Senado já transmite em *closed caption* 100 horas de programação mensal.

Há poucos dias, comemoramos a passagem do Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência. Apenas um dia especial no calendário para lembrar que, para as pessoas com deficiência, essa luta é a de todo dia. E é por isso que o Senado quer mais e busca aprimorar a legislação, já considerada como uma das melhores do mundo nesse tema. No ano passado, aprovou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de autoria do Senador Paulo Paim (PT-RS), que garantirá novos direitos às pessoas com deficiência, como a reserva de vagas em escolas técnicas.

Jamais teremos justiça social enquanto houver qualquer tipo de exclusão, enquanto os princípios básicos da cidadania, da dignidade da pessoa humana, do bem-estar e da igualdade não sejam exercidos plenamente por todos. Vale lembrar Ruy Barbosa e sua célebre explicação de que uma sociedade igual é aquela que sabe dar tratamento diferente ao diferente para que as oportunidades de todos possam ser iguais.

É na perseguição da boa elaboração legislativa e de seu fiel cumprimento que criaremos condições para fazer no Brasil uma sociedade livre e justa. No entanto, para além das leis, são a solidariedade e o altruísmo os melhores meios de suavizar dificuldades e limitações e eliminar a discriminação e o preconceito. Nesse ponto, cabe a cada um de nós superar estas barreiras. Somos todos responsáveis pela sociedade livre, justa e solidária que almejamos.

***Uma das principais bandeiras do meu mandato é tornar o Senado referência nacional em acessibilidade e inclusão social das pessoas portadoras de deficiências.***



## RESPEITO AO PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO

*Publicado em 14/10/2007*

A sabedoria de um povo pode ser medida pelo respeito que demonstra no tratamento de seus idosos. Acredito que este é um pensamento que devemos ter sempre em mente, como fazem diversos países do oriente. Longe daqui, a terceira idade é encarada como um novo tempo, alcançado com a vivência, experiência e sabedoria, momento certo para assumir a responsabilidade de repassar às futuras gerações, todo conhecimento, erros e acertos, de uma jornada dentro da família, da sociedade, do mundo. Tempo de demonstrar que precisamos preparar este momento, cada dia de forma mais consciente. Tempo, para que nós, aqui no Brasil, trabalhemos para chegar o dia em que respeitaremos o idoso como no oriente.

Acredito que estamos caminhando nesse rumo de forma serena e concreta. Muito nossa sociedade já aprendeu e cresceu nessa jornada. Estados e municípios há muito já haviam percebido a necessidade de cuidar de seus cidadãos da terceira idade. Preocupação que ganhou força, também, no cenário nacional, levando o Executivo e o Legislativo a dar atenção permanente à questão.

Dentro do Senado Federal o trabalho, senadores e servidores têm participado ativamente de discussões e aprovação de alguns textos legais que o Parlamento votou. Um exemplo deste trabalho foi a aprovação do Estatuto do Idoso, em 2003, que alterou a Política Nacional para a questão, encerrando um ciclo de nove anos de estag-

nação. O texto aprovado trouxe vários avanços, como por exemplo, medidas para punir o desrespeito, o abandono e a discriminação aos cidadãos da terceira idade.

O Estatuto e outras conquistas importantes demonstram o compromisso com o futuro de idosos e também das novas gerações, que poderão se valer deste enorme conhecimento acumulado.

Mas não podemos perder o foco, achando que o que está feito é suficiente. Ao contrário temos que continuar aprimorando as políticas que garantam a dignidade e o respeito a estes cidadãos que tanto contribuíram, contribuem e ainda contribuirão com o País. Neste momento, o Congresso Nacional discute ao menos três Propostas de Emendas Constitucionais – PEC – e mais de 30 projetos de lei, originários no Senado, além de uma série de outros projetos oriundos da Câmara dos Deputados. Está em discussão,

por exemplo, a PEC nº 29 de 2005, do ex-Senador Sérgio Cabral, que dá preferência aos idosos no recebimento de títulos precatórios, ou o Projeto de Lei Suplementar – PLS nº 106 de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que irá permitir a dedução na declaração do Importo de Renda, das despesas com as taxas de condomínio.

Estes são alguns exemplos de que, mesmo depois da aprovação do Estatuto do Idoso, o Parlamento brasileiro mantém a devida atenção com a garantia e ampliação dos direitos dos cidadãos da terceira idade. É este o sentimento que devemos manter sempre. É este o caminho que temos que continuar trilhando. Que a comemoração do Dia Nacional do Idoso, primeiro de outubro, seja sempre um marco para a renovação de nossas forças e de nossos compromissos para tornar o Brasil um exemplo de respeito e amor para com a sua memória e identidade, representada nos cidadãos da terceira idade. Precisamos respeitar nosso passado vivo, para que possamos construir o futuro.

***O Estatuto e outras conquistas importantes demonstram o compromisso com o futuro de idosos e também das novas gerações, que poderão se valer deste enorme conhecimento acumulado.***

## MAIS PAZ, MENOS VIOLÊNCIA

*Publicado em 28/10/2007*

A violência não é somente um problema de aplicação da lei, ou um problema de segurança nacional. Como ninguém está imune a ela, seu crescimento tem gerado uma enorme crise na Saúde Pública mundial.

Hoje, não há mais dúvida de que violência custa caro. Pesquisa recente do IPEA mostrou que a violência no Brasil custa mais de R\$90 bilhões por ano, o que equivale a cerca de 5% do Produto Interno Bruto. Do total dessa despesa, cerca de R\$30 bilhões são pagos pelo setor público e R\$60 bilhões são associados aos custos arcados pelo setor privado. Para chegar a esses valores, os pesquisadores consideraram as despesas públicas com segurança, com sistema prisional e com o sistema de Saúde. Nos custos do setor privado, estão estimados a perda de capital humano, as despesas com segurança privada, os gastos com seguros e o valor dos bens roubados e furtados.

O IPEA também concluiu que, das cerca de 24 milhões de ocorrências criminais no Brasil, apenas 28% chegam à Justiça. E uma das chaves para atacar o problema está na impunidade. Não é que as outras sociedades estejam livres da violência, mas muitas possuem mecanismos mais eficazes de coerção e de punição quando se extrapola as normas de convivência.

O problema é que não existe uma violência. Existem várias. Um índice importante são os registros de mortes por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito, suicídios, quedas acidentais, afogamentos). Elas são a causa de 83% dos óbitos no DF, por exemplo. Dentre os mortos, 55% são vítimas de homicídio. O padrão, que se repete em todo o País, mostra que 70% dos assassinados são homens, têm entre 15 e 39 anos, são solteiros e, em sua maioria, negros.

A banalização da violência é outro fator importante. O crime, na maioria das vezes, acontece pelas causas mais insignificantes. Mata-se por pequenas discussões no trânsito, brigas de bares, cobranças de dívidas e por tantos outros motivos fúteis. As bebidas alcoólicas têm contribuído, poderosamente, para aumentar as estatísticas de criminalidade.

Outro aspecto relevante, que já foi motivo de campanhas nacionais e de novas leis, que tivemos a oportunidade de participar, é a questão das armas. Segundo o Ministério da Justiça, o Estatuto do Desarmamento continua sendo um forte inibidor do uso de armas de fogo e ainda produz reflexos positivos nas taxas de homicídios do País. De acordo com dados de 2004, quando entrou em vigor a nova lei, morreram 36.091 pessoas por arma de fogo, 8,2% menos que em 2003, quando foram registradas 39.325 mortes.

Outra pesquisa recém-concluída, com a ajuda do Ministério da Saúde, mostra que aconteceram 38.648 mortes no ano passado. O estudo, referente a 2006, quando os atuais governos não haviam assumido, apontou uma queda na violência em 16 estados. Infelizmente, por diversos motivos, não foi o que aconteceu em Alagoas naquele ano, quando se registrou um aumento de 59,4%, e no Amazonas: 85,2%. Maceió liderava o *ranking* das capitais com a maior taxa de homicídio por arma de fogo: 75,4%. Para se ter uma idéia, o Rio de Janeiro registrou 33,4% e Recife, 61,5%.

Como se vê, o problema é complexo, de difícil solução. Temos diante de nós o dever de lutar, sem trégua, contra as raízes da criminalidade, batalhando por mais investimentos na área social, por uma política efetiva de segurança pública, por uma Justiça mais ágil, uma legislação penal mais moderna. E por um mundo, um país, uma cidade, uma vida menos violenta e com muito mais paz.

***Mata-se por pequenas discussões no trânsito, brigas de bares, cobranças de dívidas e por tantos outros motivos fúteis. As bebidas alcoólicas têm contribuído, poderosamente, para aumentar as estatísticas de criminalidade.***

## CONFIRMADO: A COPA É NOSSA

*Publicado em 4/11/2007*

A declaração do Presidente da Fifa, Joseph Blatter, mostra o tamanho do desafio do Brasil: “O Comitê de seleção da Fifa resolveu dar a responsabilidade de organizar a Copa do Mundo de 2014 ao Brasil, país cinco vezes campeão mundial de futebol”. Depois da confirmação, feita no último dia 30, na sede da entidade na Suíça, de que vamos, 57 anos depois, sediar outra Copa do Mundo, estamos assumindo um compromisso como Nação. Convivemos, é verdade, com muitos problemas, mas temos um povo determinado para resolvê-los e vamos superá-los.

A Copa é o segundo maior evento desportivo do mundo, ficando atrás apenas dos Jogos Olímpicos. Em 1950, um país que ainda estava começando a trilhar o longo caminho do desenvolvimento já fez muito. Para o maior futebol do mundo, a maior arena que o mundo já viu! Foi construído o Estádio Municipal do Rio de Janeiro, o Maracanã. O País organizou um mundial sensacional, com um público espetacular de quase 200 mil pessoas, que somente foi superado décadas depois. O Brasil de Zizinho, Barbosa, Ademir de Menezes (que foi artilheiro da Copa) foi brilhante, mas perdeu.

Agora, é hora de trabalhar sério. Um Mundial vai mobilizar o País inteiro e vai permitir reformas em vários setores, em transporte, energia, segurança, saúde, construções, infra-estrutura turística etc. Os estádios vão melhorar muito. Além disso, a competição vai gerar mais empregos e mais cultura para o povo, já que muitas pessoas

terão que aprender outras línguas, por exemplo, para participar do evento. A imagem do Brasil também ficará mais fortalecida.

Países que já sediaram a Copa do Mundo, como a Coréia do Sul e o Japão investiram US\$13 bilhões, a Alemanha, US\$9 bilhões e a África do Sul irá investir US\$2 bilhões. O Brasil será obrigado a fazer um investimento em torno de US\$5 bilhões. É bom lembrar que o crescimento do PIB é impulsionado no ano em que ocorre a Copa do Mundo no país que a organiza, com 1,5% acima da média. O turismo também é incrementado, sendo que os Estados Unidos receberam 400 mil turistas a mais e, a Alemanha, dois milhões. Na África do Sul, estão sendo esperados 250 mil turistas a mais.

O Mundial será muito importante ainda para a economia regional de nosso País. Vejam o exemplo de Alagoas, meu estado, que deve abrigar alguns dos jogos. Nós temos tradição, afinal, Mario Jorge Lobo Zagallo, sinônimo de Copa do Mundo, é natural de Maceió. O único tetracampeão mundial de futebol pode ser imortalizado na cidade em que nasceu, já que o Governo alagoano planeja erguer a Arena Zagallo, com capacidade para mais de 40 mil pessoas, que se juntará ao estádio Rei Pelé, para 45 mil.

A Copa do Mundo de 2014 já é nossa. Resta agora fazer por onde merecê-la, dentro e fora de campo. Estejamos todos de olhos bem abertos e dispostos a aproveitar a oportunidade para tentar fazer um Brasil melhor. Que este evento, que já uniu as duas Coréias, que recentemente unificou o sentimento nacionalista alemão e que, em 2010, descortinará a África, sirva para nos conduzir a um mundo melhor, em todos os sentidos.

Afinal, de todos os países que já foram campeões mundiais, o Brasil foi o único que não venceu em casa. Quem sabe, em 2014 é a hora do hexacampeonato, se este momento não chegar antes, em 2010, na África do Sul.

***A Copa do Mundo de 2014 já é nossa. Resta agora fazer por onde merecê-la, dentro e fora de campo. Que este evento, sirva para nos conduzir a um mundo melhor, em todos os sentidos.***

## AGORA, A REFORMA TRIBUTÁRIA

*Publicado em 11/11/2007*

O debate econômico no Brasil está, a cada dia, sendo mais dominado por questões de natureza fiscal e tributária. A forma como se conduz o debate sobre a prorrogação da CPMF esconde a real necessidade de o País fazer uma ampla reforma em todo seu sistema de cobrança de impostos.

Os recursos da CPMF são destinados à Saúde, à Previdência Social e ao Combate à Fome e à Pobreza. A CPMF ajuda também a evitar a sonegação fiscal, ao identificar as movimentações financeiras obtidas em atividades ilícitas como o tráfico de drogas e de armas, o contrabando e a corrupção. É necessário reconhecer, portanto, que dentro das necessidades financeiras do Estado e de compromissos internacionais, como a manutenção de determinado superávit primário, não existem condições, no momento, para sua eliminação.

Já a reforma tributária deveria estar direcionada para a geração de empregos, desonerando os setores intensivos em mão-de-obra e as pequenas e médias empresas. Deveria também isentar os salários mais baixos, os produtos da cesta básica de alimentos e o consumo de baixa renda. Deveria, ainda, evitar a tributação em cascata na cadeia produtiva, que leva ao aumento do preço final dos produtos. Deveria cobrar imposto equivalente ao consumo e onde ele se realiza. Uma reforma tributária com este conteúdo tenderia a acabar com a “guerra fiscal” entre estados e municípios, gerando mais equidade e desenvolvimento em todo o País.

Segundo o Banco Mundial, o País tem um dos piores sistemas tributários do mundo, com estrutura complexa, injusta e de alto custo. Este sistema sofre inúmeras críticas por estar caracterizado pela existência de quase sessenta tipos de impostos diferentes. É bom salientar que alguns tributos representam a grande maioria da arrecadação, como é o caso do ICMS, Imposto de Renda, Contribuição para o INSS, Cofins, IPI, CPMF e PIS-Pasep.

Essa situação contribui negativamente para o nível de emprego e para a geração de renda, e ajuda a explicar as razões de menos da metade dos trabalhadores ocupados contribuir para a Previdência. Aliás, a questão previdenciária é grave. Sua reforma e a captura da informalidade são outros grandes desafios a enfrentar.

A reforma tributária, aprovada em 2003 no Senado – e que não evoluiu na Câmara – tem de ser recuperada em 2008. Não se concluiu ainda pelo fim da cumulatividade na tributação e nem se harmonizou o quadro das alíquotas de impostos interestaduais. Sem isso, o nosso sistema tributário continuará operando em desfavor do empreendedorismo e dos investimentos.

As principais dificuldades para se realizar uma reforma eficiente estão concentradas na repartição do bolo tributário entre União, Estados e municípios. Cada um quer arrecadar mais e não quer abrir mão de nada, principalmente depois de a Lei de Responsabilidade Fiscal provar que chegou para ficar. Sem consenso político, será impossível alcançar uma efetiva reforma tributária. Resta saber se as bases para isso poderão mesmo ser estabelecidas. Com a palavra do Governo, que promete enviar brevemente uma nova proposta ao Congresso.

***A reforma tributária, aprovada em 2003 no Senado – e que não evoluiu na Câmara – tem de ser recuperada em 2008. Sem isso, o nosso sistema tributário continuará operando em desfavor do empreendedorismo e dos investimentos.***



## A HERANÇA DA ESCRAVIDÃO

*Publicado em 18/11/2007*

Nenhuma instituição se engravou mais profundamente na vida brasileira, com efeitos perniciosos, do que a escravidão. A Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, não significou o fim das comunidades que reuniam os negros fugidos das senzalas. Pelo contrário. Libertada num país que não era o deles e ainda muito preconceituoso, boa parte dos ex-escravos se amontoou em quilombos – alguns organizados desde o período de opressão, outros formados depois da abolição.

Diversas comunidades descendentes dos quilombos daquela época, batizadas de quilombolas (do cruzamento de canhambo-ra, “escravo fugitivo” em tupi-guarani, com kilombo, “cabana”, em quimbundo, língua africana), hoje lutam com fazendeiros e mineradores não mais pela liberdade, mas por terras onde viver.

Se fossem reunidas todas as áreas que se auto-intitulam quilombolas, elas formariam um território do tamanho da Itália ou do Estado de São Paulo – são mais de 30 milhões de hectares habitados por uma população estimada em 2,5 milhões de pessoas. Elas estão espalhadas por mais de 800 municípios em todos os estados, à exceção do Acre e de Roraima.

Em Alagoas, há 25 comunidades quilombolas. Localizadas muitas vezes em áreas de difícil acesso, algumas delas permanecem afastadas dos grandes centros e não conseguem se desenvolver de maneira plena. A comunidade Filu, localizada no Município de Santana do Mundaú (AL), é um exemplo desse isolamento social. A maior parte

de sua população nunca andou de carro ou teve acesso a serviços de telefonia, por exemplo. A carência de recursos impede que as pessoas se beneficiem de bens típicos de centros urbanos. Muitas pessoas ainda desconhecem os direitos específicos dos quilombolas. Muitos não têm consciência de sua origem e de seus direitos, às vezes até desconhecem que são quilombolas.

A luta, legítima e constitucional, das comunidades quilombolas de todo Brasil para ter reconhecido, demarcado e titulado o seu próprio território, tem me sensibilizado. O protagonismo corajoso e perseverante das comunidades quilombolas levou à elaboração de uma base legal que legitima seus direitos e à implementação de políticas públicas afirmativas que, mesmo insuficientes, são um passo indispensável para que lhes seja feita justiça.

O combate a essa face da desigualdade étnico-racial no Brasil é uma das minhas prioridades no Parlamento e devemos, logo, retomar uma agenda legislativa em prol da igualdade racial.

Tenho defendido o projeto de lei que institui o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial, apresentado pelo Senador Paulo Paim (PT/RS).

Infelizmente, o preconceito existe e faz mal para todas as pessoas, não somente aos negros, mas para toda a sociedade. Além de reprovável sob qualquer ponto de vista, dificulta a superação de graves distorções sociais. Relatório lançado em 2005, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, mostra que 64% da população de baixa renda no Brasil é composta por pessoas negras, aproximadamente 25 milhões de indivíduos. Podemos ver que a pobreza no Brasil tem cor. Quase 80% de jovens assassinados, entre 16 e 24 anos, são negros. E uma mulher negra ganha quatro vezes menos do que um homem branco.

Nós todos temos uma dívida social e histórica para com as populações negras. Como neste dia 20 de novembro é celebrado o Dia

***A luta, legítima e constitucional, das comunidades quilombolas de todo Brasil para ter reconhecido, demarcado e titulado o seu próprio território, tem me sensibilizado***

da Consciência Negra – que tem um significado especial porque se reverencia Zumbi que empresta o nome ao aeroporto de Maceió – vamos aproveitar o momento para debater questões como a dos quilombolas. Afinal, os anos foram passando, mas o sonho de liberdade de Zumbi permanece.

## DEUS É BRASILEIRO

*Publicado em 2/12/2007*

Até quem é de fora do País, já acostumado com nosso futebol-arte, deveria desconfiar. Mas foi preciso que a eficiente Petrobras desse um empurrãozinho. Reportagem publicada pela conceituada revista britânica *The Economist* comentou a descoberta do campo de petróleo de Tupi, num país já farto em recursos naturais, afirmando, com ironia, que “Deus pode mesmo ser brasileiro, afinal”.

Igual espanto foi seguido pelo *New York Times*, que chegou a afirmar que a descoberta pode mudar a política interna e externa do Brasil. Já para o *Financial Times*, a descoberta do megacampo pode transformar a indústria de petróleo e elevar o Brasil ao topo dos países produtores. O diário espanhol *El País* foi além e chegou a dizer que a descoberta faz o Brasil “tomar as rédeas da América Latina”.

Num momento em que o petróleo e o gás estão sendo considerados um poderoso instrumento político, cujo poder se concentra nas mãos de poucos países como Irã, Arábia Saudita, Iraque, Kuwait, Emirados Árabes, Rússia, Venezuela e Estados Unidos, isso aumenta o peso dos países exploradores. A posição do Brasil era a 24ª. Com essa descoberta, nosso país passa a ocupar a 9ª posição no *ranking* dos que detêm esse recurso natural estratégico para o mundo. Tão estratégico que várias guerras foram feitas nas últimas décadas com o objetivo, mascarado ou não, de disputar o controle sobre o “ouro negro”.

Em Tupi, na Bacia de Santos, deve haver pelo menos 8 bilhões de barris de petróleo, o que equivale a cerca de metade das reservas

atuais do País. Estima-se que haja uma considerável probabilidade de haver pelo menos cinco vezes mais petróleo abaixo de uma camada de sal, o que daria 40 bilhões de barris de petróleo.

Nesse patamar, o Brasil pode se tornar um grande produtor e até importante exportador de petróleo. Porém, levará de cinco a seis anos para iniciar a produção de Tupi. O Brasil consome perto de 2 milhões de barris por dia de petróleo, ou seja, cerca de 700 milhões de barris por ano. Supondo que, em alguns anos, o consumo chegue a 2 bilhões de barris por ano, 40 bilhões de barris darão para mais de 20 anos.

Isto, certamente, nos deixa tempo, também, para continuarmos investindo em energias alternativas e menos poluentes, como os biocombustíveis. Terra e tecnologia é o que não nos falta. E este tipo de inovação emprega uma grande quantidade de mão-de-obra, além de ser estratégica para um país que está começando a exportar conhecimento.

A política brasileira do etanol e do álcool tem sido acertada e possui projetos ambiciosos como o do alcoolduto que deve passar por estados como o Acre, Mato Grosso, entrará por Goiás, subirá por Tocantins, pelo Maranhão, até chegar ao porto de São Luís. O Governo não precisará investir 1 centavo nesse projeto. Empresas privadas querem fazer esse alcoolduto para produzir 20 bilhões de litros de álcool, para exportarmos por um porto que está a 5 mil quilômetros da Costa Leste dos Estados Unidos. Isso vai gerar dentro do Brasil um *boom* econômico, uma poupança para nos fazer crescer a 10% ao ano novamente. O Brasil tem uma poupança interna hoje de 21%. Com esse projeto, chegará à poupança da Argentina e do Chile.

E Alagoas, como um dos principais produtores de cana-de-açúcar do Nordeste e do País, vai ter sua economia incrementada, certamente. Quem lê os jornais todos os dias acha que, às vezes, Deus esquece que também é brasileiro. Basta lembrar de Tupi e dos campos verdes espalhados pelo País para perceber que não é bem assim.

***Isso vai gerar dentro do Brasil um boom econômico, uma poupança para nos fazer crescer a 10% ao ano novamente.***

## PAZ E AMOR

*Publicado em 09/12/2007*

Não há sentimento mais sincero e reconfortante que o do dever cumprido. O resultado histórico da sessão do Senado do último dia quatro de dezembro, em que 48 senadores consideraram improcedente o relatório equivocadamente que conseguiu apenas enxergar frágeis “indícios” contra minha conduta, me deixa confiante no País. Ainda há espaço no Brasil para a Justiça, para que a verdade prevaleça sobre a intriga e sobre as calúnias.

Como disse D. Weinbaum, “o segredo de uma vida rica é ter mais princípios do que fins.” E estes princípios foram a base da minha formação, de minhas convicções políticas, que determinam meu comportamento e minhas atitudes, desde que comecei a carreira pública, quando tinha pouco mais de 20 anos de idade.

Eu me sinto feliz, muito feliz. Consegui uma oportunidade para mostrar para os meus Pares e para a sociedade que tudo que estavam dizendo contra mim era mentira. Quando eu me calei é porque o silêncio falava mais do que qualquer coisa.

Eu nunca tive dúvida de que os senadores votariam com a verdade. É importante que o povo saiba onde está a verdade. Eu acho que a honra é um grande valor que temos para defender. Quando se perde a honra, se perde o sentido da vida.

É por isso que agradeço a todos que acreditaram em mim, que, com sua amizade, seu apoio e, sobretudo, sua confiança, distinguiram-me para ocupar, por quase três anos, em duas eleições consecutivas,

tivas, um dos postos mais honrosos da República: a Presidência do Senado Federal.

Não medi esforços para estar à altura do prestígio do cargo. No seu exercício, mantive excelentes relações e perfeita harmonia com os demais Poderes da República, com todos os senadores e senadoras, com os governadores e prefeitos, sempre em nome do equilíbrio da Federação.

Compreendo que presidir o Senado é resultado das circunstâncias políticas. Entendo, também, que quando tais circunstâncias perdem densidade, ameaçando o bom desempenho das atividades legislativas, é aconselhável deixar o cargo. Para manter a isenção, para que fosse julgado apenas o parlamentar e não a instituição, renunciei ao mandato de Presidente do Senado Federal, sem mágoas ou ressentimentos, de cabeça erguida, demonstrando, mais uma vez, que não usei das prerrogativas do cargo para me defender.

Meus pensamentos, nestes momentos difíceis que atravessei, sempre estiveram voltados para o povo de Alagoas, que, com sua confiança e soberania, me investiu do mandato de Senador da República, de que tanto me orgulho.

Infelizmente, o Senado, de Câmara Alta da Federação, foi transformado por interesses escusos e mascarados em palco de disputas paroquiais e receptáculo de armações de inimigos políticos e pessoais.

É hora de virar esta página, de recuperarmos a credibilidade de nossas instituições, porque quando estas ficam desacreditadas, quem corre risco é a Democracia, são as conquistas do povo brasileiro tão duramente adquiridas.

Estejam certos, todos vocês, que continuarei representando meu estado, levando desenvolvimento ao povo de Alagoas, porque acredito neste País e sei que é perfeitamente possível, ainda, viver em harmonia, com paz e amor.

***Continuarei representando meu estado, levando desenvolvimento ao povo de Alagoas, porque acredito neste País e sei que é perfeitamente possível, ainda, viver em harmonia, com paz e amor.***

## MISSÃO CUMPRIDA

*Publicado em 23/12/2007*

Na Presidência da Casa desde o primeiro período da 52<sup>a</sup> Legislatura, procurei conduzir o Congresso Nacional com isenção, respeitando a tradição e os princípios do Senado Federal. Trabalhei no sentido de se evitar qualquer clima antagônico, nocivo ao relacionamento político e interpessoal de meus colegas.

Aprendemos diversas lições neste ano que se encerra, enfrentamos talvez as duas maiores crises políticas da história deste país e saímos dos episódios maiores do que entramos. Nunca, em toda a trajetória de mais de 180 anos do Parlamento brasileiro, um residente foi submetido a tamanha devassa em sua vida pública e privada. E nada, absolutamente nada, foi encontrado de irregular. Não enfrentei sequer uma única denúncia de desvio de verbas públicas. Ainda assim, com resignação e humildade, me submeti aos processos políticos que culminaram com minha absolvição no Plenário por ampla margem de votos, que se transformaram numa espécie de atestado de idoneidade.

No Parlamento, aprendemos que não basta ser o principal interlocutor da sociedade, não basta ser transparente, extremamente aberto a qualquer forma de controle externo. Não basta, nos momentos de crise, encontrar saídas políticas. Não basta abrigar os grandes debates nacionais. Não basta, além de todas as atribuições regimentais e constitucionais, cumprir o papel de elo com os movimentos sociais, com o setor produtivo, com a área internacional.

É preciso – e a própria sociedade nos cobra, de maneira implacável e quase sempre justa – produzir. No Parlamento, não se pode adaptar as técnicas fordianas da produção em série ou mesmo de um regime de trabalho muito semelhante às origens da era industrial.



Nossa matéria-prima são as proposições, as medidas provisórias, os projetos de lei, os requerimentos.

Vamos continuar trabalhando ainda mais pela autonomia e pela dignidade do Senado Federal, zelando pelos interesses legítimos dos estados que representamos, para pôr o Brasil e os brasileiros acima de quaisquer outras instâncias. Essas têm sido nossas preocupações nos últimos anos. E continuarão sendo. Atendemos a antigas reivindicações da sociedade em relação ao Legislativo, como a redução do período de recesso parlamentar e o fim do pagamento pelo trabalho em convocações extraordinárias.

Conseguimos impor alguma disciplina ao uso indiscriminado de medidas provisórias por parte do Executivo. Ainda há, sim, exageros que obstruem o trabalho legislativo, mas sem dúvida houve avanços e melhorias substanciais. Pela primeira vez, desde a Constituinte, o Senado aprovou mais leis oriundas da própria Casa do que do Executivo. Apenas no ano de 2005, aprovamos 1.746 matérias, entre propostas de emenda à Constituição, projetos de lei, medidas provisórias, operações de crédito, acordos internacionais, mensagens e pareceres. E foi justamente um ano de crise política, com o funcionamento simultâneo de várias CPIs.

Em 2006, aprovamos mais de mil matérias, mesmo com a Copa do Mundo e as eleições. Em 2007, enquanto estive à frente da Presidência, aprovamos cerca de 700 matérias, sendo mais de 40 medidas provisórias, 15 projetos de lei enviados à sanção, 150 projetos promulgados e 90 projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.

Tivemos, neste período que acaba de se encerrar, bancadas operantes, presentes, aguerridas, mas sempre abertas ao diálogo e nunca intransigentes. Em 2008, não deve ser diferente. Os desafios estão aí e são conhecidos. Vamos continuar o trabalho, com cabeça erguida e a sensação reconfortante de missão cumprida.

***Vamos continuar trabalhando ainda mais pela autonomia e pela dignidade do Senado Federal, zelando pelos interesses legítimos dos estados que representamos, para pôr o Brasil e os brasileiros acima de quaisquer outras instâncias.***

## BOLA PRA FRENTE

*Publicado em 30/12/2007*

Uma das primeiras definições formais da palavra “desafio” fazia referência às “cartas pela qual se chamava alguém a duelo”. Felizmente, hoje, os tempos são outros, mas o significado deste verbete é o melhor que poderíamos usar para definir o momento pelo qual atravessa o País. O amadurecimento democrático da sociedade brasileira é motivo de orgulho para todos nós. Vivemos um intenso debate nacional sobre as fórmulas e mecanismos que possam levar à retomada do crescimento econômico e ao desenvolvimento social. Mas há uma grande unanimidade, há um valor absoluto, inquestionável em nosso País: a Democracia, o Estado de Direito.

A Democracia entre nós não é mais a “plantinha tenra” de que falava o grande Otávio Mangabeira. É uma árvore frondosa, que necessita de cuidados e aperfeiçoamentos, mas que não corre mais riscos. Dentre as grandes tarefas que nos cabem cumprir, destaco o esforço pelo aprimoramento do pacto federativo e a busca de saídas para que o Brasil volte a crescer e a se desenvolver no ritmo adequado às necessidades de nossa população.

Já aprovamos, no Senado, em 2003, uma ampla e simplificadora reforma tributária, negociada com todas as lideranças partidárias e com o Governo Federal e que se encontra hoje parada na Câmara. É fundamental que se retome esse debate. Outra reforma já aprovada no Senado é a político eleitoral, que igualmente só depende de votação na Câmara. Temos, no Senado e na Câmara, trabalhado com empenho e buscado atender às exigências da sociedade brasileira.

O Senado tem cumprido o seu dever constitucional. Vamos examinar, debater, analisar e, se necessário, modificar e aperfeiçoar

as propostas do Governo. É preciso ouvir e ponderar as razões dos governadores e prefeitos, de trabalhadores e empresários, enfim, de toda a sociedade.

O trabalho tem de ser direcionado ao crescimento do País, com a participação de estados e municípios. Nunca, nos últimos 40 anos, houve um momento tão favorável ao Brasil na economia mundial – é um consenso entre os analistas. Temos todas as condições de voltar a crescer e nos desenvolver em níveis compatíveis com nossas necessidades.

É um compromisso nosso também discutir e acompanhar a evolução da nossa sociedade, as novas tecnologias, as mudanças de comportamento. A necessidade de desburocratização, de simplificação do cipoal de leis que infernizam a vida dos cidadãos, das empresas, dos governos.

Estamos maduros o suficiente também para saber que nem tudo se resolve com uma nova lei. Muitas vezes, talvez até mesmo na maioria das vezes, é melhor simplificar, modernizar, se adaptar aos novos tempos. É o que temos buscado fazer com os nossos códigos legais, muitos deles ainda obsoletos. Quanto mais complexa e dinâmica se torna uma sociedade, mas simples e claro deve ser o arcabouço legal.

Vamos começar 2008 com ânimo e otimismo renovados. O Brasil precisa retomar o crescimento sustentado, uma obsessão de todos os brasileiros. Mas um crescimento com distribuição de renda, com educação pública de qualidade, com desenvolvimento humano, não apenas material. Nossos esforços têm de ser direcionados para este objetivo.

A sociedade brasileira está madura, é exigente e não abre mão dos valores fundamentais da Democracia e do Estado de Direito. Precisamos, portanto, continuar a busca do aperfeiçoamento institucional, com as reformas estruturais. Sem elas, vamos continuar patinando no tempo. Por isso, precisamos recorrer à sabedoria do futebol e tocar a bola pra frente...

***Vamos examinar, debater, analisar e, se necessário, modificar e aperfeiçoar as propostas do Governo. É preciso ouvir e ponderar as razões dos governadores e prefeitos, de trabalhadores e empresários, enfim, de toda a sociedade.***

# CADERNO DE FOTOS





Senador Renan Calheiros na tribuna



Junto da esposa, Verônica, e da senhora Marisa Letícia, esposa do Presidente Lula, o Senador Renan recebe autoridades e artistas para as cerimônias sobre acessibilidade.



Autoridades, artistas e políticos, como o vice-Presidente José Alencar, acompanham o Senador Renan e sua esposa no dia em que promovem a acessibilidade no Senado Federal.



Mais uma das reuniões com as lideranças nacionais dos municípios: com o Presidente Paulo Ziulkoski, da CNM.



Renan recebe o Primeiro-Ministro da Federação Russa, Mikhail Yefimovich Fradkov.





O Senador Renan Calheiros participou, junto com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, da reunião do Conselho da OAB, presidida por Antonio Busato, acompanhado do Ministro Tarso Genro.



Com a viagem do Presidente Lula, Renan assumiu a Presidência da República. A transmissão do cargo foi realizada no aeroporto internacional de Brasília.



O Diretor do Banco Mundial para o Brasil, John Briscoe, foi recebido pelo Senador Renan Calheiros na presidência do Senado Federal.



Renan troca informações com o Procurador-Geral da República, Antonio Fernandes de Souza



O Presidente Renan Calheiros prestigiou a posse do Ministro Guilherme Palmeira na presidência do Tribunal de Contas da União.



Os Presidentes Renan Calheiros e Aldo Rebelo receberam o Presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, Deputado Victor Bogado.



Os sindicalistas brasileiros sempre mantiveram diálogo permanente com o Presidente Renan. Aqui, com os presidentes da Força Sindical, da CGT, da CGTB e da CUT.



Procedimento constante durante a administração do Presidente Renan Calheiros: reuniões periódicas com os líderes partidários do Senado Federal.



Reunião do Presidente Renan Calheiros com esportistas e com o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman.



Sessão Conjunta do Congresso Nacional, presidida por Renan Calheiros, para a promulgação da Emenda Constitucional nº 49, de 2006.



Entrega do Projeto de Lei de iniciativa popular que trata das penalidades para os crimes hediondos, com a presença de senadores e deputados.



Com os Ministros do Trabalho, Luiz Marinho, da Previdência, Nelson Machado, do Planejamento, Paulo Bernardo, e das Relações Institucionais, Jacques Wagner.



Renan preside a Sessão Conjunta do Congresso Nacional destinada a homenagear o Dia Internacional da Mulher.



A Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, teve várias audiências com o Presidente do Senado Federal.



Os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados recebem os líderes para tratar do funcionamento da Comissão Permanente Mista de Planos e Orçamento.



O Primeiro-Ministro do Portugal, José Sócrates, sendo recebido pelo Presidente Renan Calheiros.





O Presidente Renan Calheiros recepciona o Presidente da República do Peru, Alan García Pérez, em Sessão Especial do Congresso brasileiro.



Em audiência com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil.



Recebendo a Ministra Ellen Gracie Northfleet, Presidente do Supremo Tribunal Federal.



Renan recebe o relatório final da CPMI dos Correios.



O Presidente do Senado recebe Carlos Wilson e a nova diretoria do Fórum de Procuradores-Gerais das Capitais do Brasil.



Renan reunido com os governadores do Ceará, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pará.



O Presidente do Senado Federal, junto do Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, recebe a Presidente do Chile, Michelle Bachelet.



Renan preside a Sessão Especial comemorativa dos 180 anos do Senado Federal.



No exercício interino da Presidência da República, Renan recebe o ex-Presidente Itamar Franco.



O Presidente do Senado, Renan Calheiros, recebendo o Presidente da OAB, Roberto Busato, tendo a companhia do Senador Antonio Carlos Magalhães, então presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.



Presidente Renan recebe o Relatório das Contas do Governo, de 2005, das mãos do Ministro Adylson Motta, presidente do Tribunal de Contas da União, e do Ministro Valmir Campelo, relator.



O Senador Renan Calheiros presidiu a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à constituição do Parlamento do Mercosul, com a presença do Presidente da República.



Presidindo a Sessão Conjunta do Congresso Nacional destinada à instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.



Renan em audiência com Abdelwaheb Abdallah, ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia.



O Presidente Renan, acompanhado do Senador Romeu Tuma, recebe o Deputado Márcio Braga, presidente do Clube de Regatas Flamengo.



Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, junto do Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, preside a Sessão Conjunta do Congresso Nacional para recepcionar o Presidente Néstor Kirchner, da Argentina.





Reunião com a bancada carioca de deputados federais, em audiência solicitada pela Deputada Jandira Feghali (PCdoB).



Renan presidiu a Sessão que promulgou a Emenda Constitucional nº 53, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, com a presença do Ministro Fernando Haddad, da Educação.



O casal Calheiros participou da Missa de Ação de Graças por ocasião do encerramento dos trabalhos legislativos, oficiada por Dom João Braz de Aviz, Arcebispo de Brasília.



Com o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel.



Com o Ministro Hélio Costa, das Comunicações, Renan participou da assinatura de convênio com a Prefeitura de Maceió, para a instalação de telecentros comunitários para a capital do estado de Alagoas.



Renan e o Presidente Lula, na cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental do Campus de Arapiraca, da Universidade Federal de Alagoas.



Antes da abertura da Exposição “Artistas Brasileiros 2006”, o Presidente Renan recebeu a visita da esposa do vice-Presidente da República José Alencar, dona Marisa, acompanhada de dona Verônica.



O Presidente Renan Calheiros, acompanhado do Senador Garibaldi Alves Filho, presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, recebe o Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski.



Com a participação da esposa Verônica, Renan participou do início da programação da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, em caminhada em frente ao Congresso Nacional, com presença de artistas, políticos e empresários.



O Presidente Renan presidiu a Sessão Especial de abertura da II Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.



O Presidente Renan manteve vários encontros com a presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie Northfleet.



Presidindo a Sessão Solene destinada a homenagear a Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006.



Renan discursa no Ato Nacional de comemoração pelos 84 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB.



Recebendo a senhora Chikage Oogi, presidente da Câmara de Conselheiros do Japão, do Partido Liberal Democrático japonês.



Renan também recebeu a Presidente do Senado belga, a Senadora Anne-Marie Lizin.



O Presidente Renan recebendo o Presidente da Federação de Associações Comerciais do Estado de São Paulo, o empresário Guilherme Afif Domingos.





A agricultura sempre foi uma das preocupações do Presidente Renan. Aqui, ele recebe o Presidente Silvio Crestana, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.



O Presidente do Senado fala na cerimônia de abertura da IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.



Renan recebe em seu gabinete os prefeitos alagoanos que vieram participar da IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.



Renan recebe o Presidente Jacques Chirac, da França, antes do início da Sessão Conjunta do Congresso Nacional convocada para homenagear o presidente francês.



O Presidente do Senado, acompanhado de diversos colegas senadores, recepciona o então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho.



Renan Calheiros dirige a palavra aos participantes no lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2006, promovida pela Confederação Nacional da Indústria – CNI.



Recebendo o Ministro da Educação, Fernando Haddad.



Renan fala durante cerimônia de entrega do Diploma de Professor Honoris Causa da Unilegis à família do Senador Ramez Tebet.



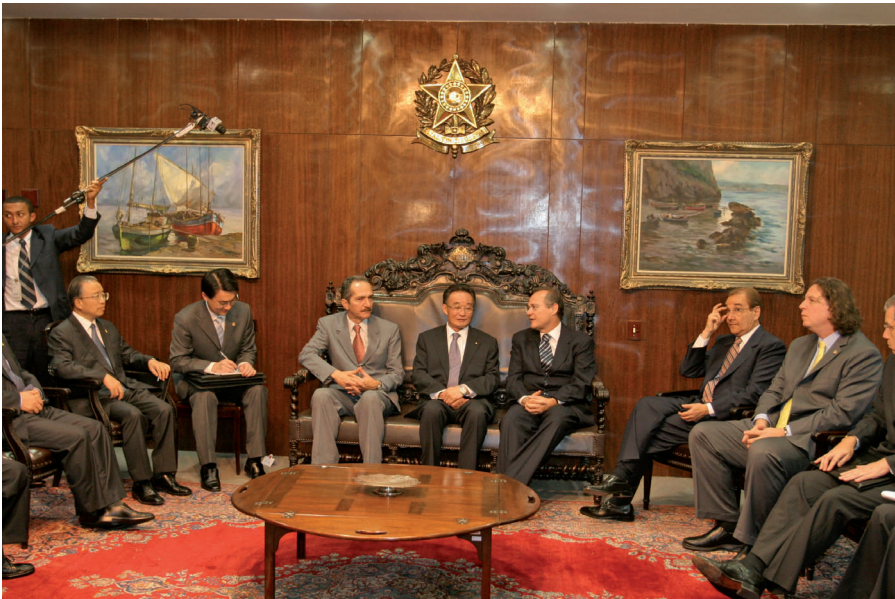
Recebendo o Ministro Tarso Genro na Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.



Junto com o Presidente Lula, Renan participou da cerimônia de posse do Deputado Armando Monteiro Neto, na presidência da Confederação Nacional de Indústria – CNI, para mandato de 2006 a 2010.



Renan recebeu ministros do Supremo Tribunal Federal para a Sessão em homenagem ao Ministro Nelson Jobim quando de suas despedidas da presidência do STF.



Acompanhado de colegas senadores, Renan recebe em audiência o Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Wu Bangguo.



Discutindo a integração brasileira com o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.



Renan festeja, junto aos senadores paraibanos, a inauguração, em João Pessoa, das transmissões da TV Senado em canal aberto.



Renan durante posse dos Senadores suplentes Paulo Duque (RJ), José Nery (PA), Adelmir Santana (DF) e Neuto do Conto (SC), com a participação de governadores.



No Salão Nobre do Senado Federal, o Presidente Renan Calheiros recebe o Presidente Rafael Correa Delgado, da República do Equador.





Renan recebe o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, acompanhado dos prefeitos que compõem a diretoria da CNM.



O Presidente Renan Calheiros discute aspectos de integração com o presidente de Moçambique, Armando Emilio Guebuza.



Em concorrida cerimônia no Salão Nobre do Senado, Renan saúda o lançamento do livro “Do Regime Militar ao Mensalão” de autoria do Senador Pedro Simon.



Renan recebe a visita do Presidente da República Federal da Alemanha, Horst Köhler.



Como Presidente do Congresso Nacional, Renan recebia periodicamente representantes da Câmara dos Deputados. Aqui, com os Deputados Raul Jungmann (PE), Arnaldo Jardim (SP), Paulo Renato (SP), Raul Henry (PE), José Aníbal (SP), José Carlos Aleluia (BA) e Gustavo Fruet (PR).



Pronunciamento de Renan na Sessão Oficial de abertura do I Fórum Nacional de TVs Públicas.



Renan, em meio aos familiares, preside a Sessão de homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, falecido em 2007.



Momento importante na vida do presidente do Senado Federal: o encontro com Sua Santidade, o Papa Bento XVI, em sua chegada ao Brasil.



Discurso de abertura da exposição “Artistas Brasileiros 2007 – Novos Talentos/Esculturas”.



Pronunciamento do Presidente do Senado na abertura da X Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.



Renan discute aspectos da economia nacional com o Ministro Miguel Jorge, da pasta do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



Recebendo integrante da Seção espanhola do Grupo Parlamentar de Amizade Espanha-Brasil.



Integrantes do jantar oferecido pelo PMDB ao Presidente Lula.



Renan e Verônica recebem o Presidente Lula e sua esposa, Marisa, na residência oficial do Senado Federal.



Convidado pelo Presidente Lula, Renan participou da cerimônia de recebimento da Chama Pan-Americana – Rio 2007.



Foi permanente o diálogo do Presidente do Congresso com o presidente da República.





O Círio de Nazaré recebeu horário especial para sua comemoração em Plenário: a imagem de Nossa Senhora de Nazaré permaneceu sobre a mesa.



Na posse do Dr. José Antonio Dias Toffoli no cargo de Advogado-Geral da União.



Acompanhado da Senadora Ideli Salvatti, Renan recebe em audiência a Sra. Maria Fernanda Coelho, presidente da Caixa Econômica Federal.



Visita oficial da Presidente da República da Letônia, Sra. Vaira Vike-Freiberga.



Discurso do Presidente na oportunidade do lançamento da TV Senado, em canal aberto, para as cidades de João Pessoa, Manaus e Recife, com a presença do Ministro Hélio Costa, das Comunicações.



Renan recebe o Presidente do Benin, Boni Yayi, em sua visita oficial ao Senado Federal.



Na posse coletiva dos Ministros Geddel Vieira Lima (Integração Nacional), Tarso Genro (Justiça) e José Gomes Temporão (Saúde), no Palácio do Planalto.



Junto da Senadora Roseana Sarney, Renan recebe o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.



Audiência com os Ministros Gilberto Gil, da Cultura, e Franklin Martins, Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.



Na sala de audiências do Senado Federal, Renan recebe a visita do Ministro José Antonio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União.



Sessão Especial para homenagear o Grupo Bandeirantes, pelo transcurso dos 70 anos de suas atividades.



Visita oficial do Presidente da República Dominicana, Leonel Fernández Reyna.



Renan participou do lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.



Acompanhado de senadores, Renan recebe o jogador Romário, que participou do lançamento da campanha “Aprendendo com as Diferenças”, por ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down. Artistas da TV Globo também participaram da solenidade.



Palavras do Presidente Renan, acompanhado de dona Verônica e do jogador Romário, no momento do lançamento da Campanha “Aprendendo com as Diferenças”. A filhinha de Romário, Ivy, participou das homenagens.



Junto de integrantes da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa.





Participação no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, ao lado da esposa do Presidente Lula e da ministra Dilma Rousseff.



Renan recebeu em audiência o Ministro das Relações Exteriores da Nova Zelândia, Winston Peters.



Presidindo reunião com os presidentes das Comissões Permanentes no Senado Federal.



Visita oficial do Ministro de Comunicação da República Árabe da Síria, Dr. Moshen Bilal.



No Supremo Tribunal Federal, convidado pela Ministra Ellen Gracie, Renan participa da inauguração da Mostra “As Constituições Brasileiras”, ao lado do Presidente Lula.



Com os senadores e deputados federais do Ceará, acompanhados dos presidentes das Câmaras Municipais cearenses.



Presidente Renan recebeu seu colega Presidente do Senado da República da Polônia, Bogdan Boruzewicz.



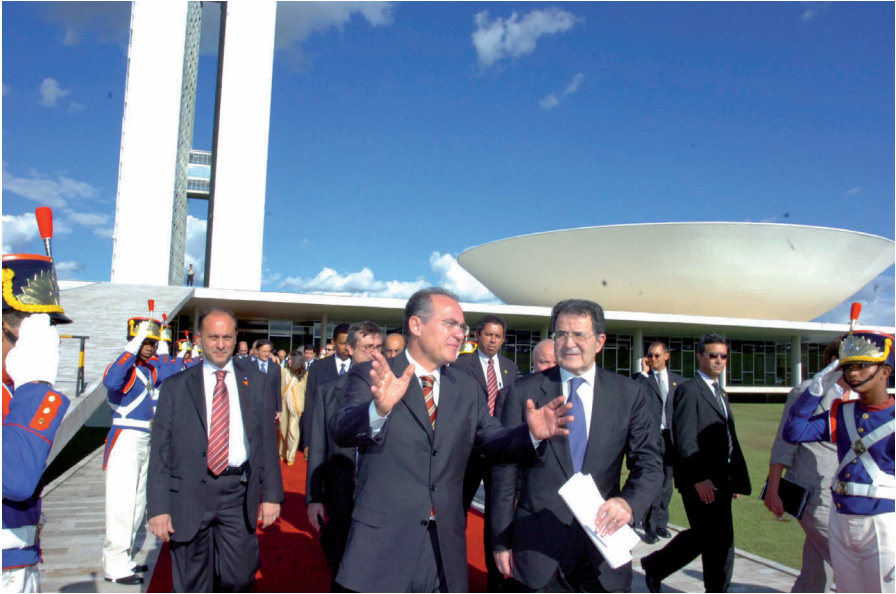
Foram constantes as reuniões com os líderes de Partidos no Senado Federal.



Ricardo Teixeira, presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, trouxe uma camisa da Seleção Brasileira.



Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2007, na sede da Confederação Nacional da Indústria.



Visita Oficial do Primeiro-Ministro da República Italiana, Romano Prodi, recepcionado pelo Presidente Renan Calheiros.



Com o Presidente da República do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, no Salão Nobre do Senado Federal.



Senador Paulo Paim e deputados da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial entregam ao Presidente Renan o manifesto popular em favor de projetos que alteram o Estatuto da Igualdade Racial.



Junto do Deputado Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados, Renan recebe os Governadores Sérgio Cabral (RJ), Paulo Hartung (ES), José Serra (SP) e Aécio Neves (MG).



Ao lado do Presidente Lula e do vice-Presidente José Alencar, Renan participa da cerimônia de posse do novo Procurador-Geral da República, dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza.



Na solenidade de posse dos novos Ministros Alfredo Nascimento (Transportes), Miguel Jorge (Desenvolvimento, Indústria e Comércio) e Franklin Martins (Comunicação Social).





Diálogo cordial e constante com o Presidente do PMDB, Deputado Michel Temer.



Foram muitos os encontros com o Presidente Roberto Antonio Busato, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e com o dr. Cezar Britto, novo presidente da OAB.



Renan ouve o presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que veio acompanhado dos Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, pelo ex-Governador gaúcho Germano Rigotto e pelo Deputado Federal e ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro.



O Presidente do Senado Federal discursa em Seminário para magistrados brasileiros.



Prestação de contas das atividades legislativas à sociedade, através da imprensa, sempre foi constante nos encontros de Renan com os jornalistas credenciados.



Renan recebe os presidentes e diretores dos tribunais regionais eleitorais.



Na residência oficial da presidência do Senado, Renan recepcionou os dirigentes do Conselho Executivo Empresarial, entre eles o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Deputado Federal Armando Monteiro Neto, e o industrial Jorge Gerdau Johannpeter.



Também nas dependências da residência oficial da presidência do Senado Federal, Renan recebeu dezenas de prefeitos municipais de Alagoas.



Discurso do Presidente do Senado brasileiro, Renan Calheiros, na primeira Sessão e posse dos integrantes do Parlamento do Mercosul, em Montevideo (Uruguai).